

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

LEANDRO DAVI GUIMARÃES

**GOIÂNIA, A ‘CIDADE DESPLANEJADA’ DO OESTE (1950/1980):
Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção Ewald Janssen.**

**GOIÂNIA
2019**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES
E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

LEANDRO DAVI GUIMARAES

3. Título do trabalho

GOIÂNIA, A 'CIDADE DESPLANEJADA' DO OESTE (1950/1980): Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção Ewald Janssen

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO DAVI GUIMARAES, Discente**, em 11/11/2020, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Libertad Borges Bittencourt, Usuário Externo**, em 11/11/2020, às 15:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1668164** e o código CRC **30964FF4**.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO**

LEANDRO DAVI GUIMARÃES

**GOIÂNIA, A ‘CIDADE DESPLANEJADA’ DO OESTE (1950/1980):
Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção Ewald Janssen.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás como requisito para a obtenção do título de mestre. Área de concentração: Culturas, História Social, História e Cidades.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

Orientadora: Libertad Borges Bittencourt.

**GOIÂNIA
2019**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Guimarães, Leandro Davi
GOIÂNIA, A 'CIDADE DESPLANEJADA' DO OESTE (1950/1980):
[manuscrito] : Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção
Ewald Janssen. / Leandro Davi Guimarães. - 2019.
CXC, 190 f.

Orientador: Profa. Dra. Libertad Borges Bittencourt.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), Programa de Pós-Graduação em História,
Goiânia, 2019.

Bibliografia.

Inclui mapas, fotografias, gráfico, lista de figuras.

1. Goiânia. 2. planejamento urbano. 3. Ewald Janssen. 4. cidades. I.
Bittencourt, Libertad Borges, orient. II. Título.

CDU 94



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 44 da sessão de Defesa de Dissertação de **LEANDRO DAVI GUIMARAES**, que confere o título de Mestre(a) em **História**, na área de concentração em **Culturas, Fronteiras e Identidades**.

Ao/s **primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove**, a partir da(s) **14h00**, no(a) **Sala de Defesas do PPGH da Faculdade de História**, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“GOIÂNIA, A ‘CIDADE DESPLANEJADA’ DO OESTE (1950/1980): Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção Ewald Janssen”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Libertad Borges Bittencourt (PPGH/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **Manuel Ferreira Lima Filho (PPGH/UFG)**, membro titular externo; Professor(a) Doutor(a) **Jiani Fernando Langaro (PPGH/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Yussef Daibert Salomão de Campos (PPGH/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) **aprovado(a)** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Libertad Borges Bittencourt (PPGH/UFG)**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **primeiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezenove**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Jiani Fernando Langaro, Coordenador de Pós-graduação**, em 10/11/2020, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana De Souza Fredrigo, Professora do Magistério Superior**, em 10/11/2020, às 10:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Libertad Borges Bittencourt, Usuário Externo**, em 11/11/2020, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1668174** e o código CRC **D5DC6C04**.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos funcionários terceirizados do Museu Antropológico, com destaque à Sanda, da limpeza, responsável por manter na Reserva Técnica Documental um lugar agradável para pesquisa; ao Marcão, da vigilância, que sempre verificou se eu estava bem, ao iniciar seu turno, nos dias em que os trabalhos seguiam após o cair do sol; e principalmente ao Carlos Gomes dos Santos (*in memoriam*), outro vigilante, que veio a falecer em seu posto de trabalho no dia sete de agosto do corrente ano.

Dentre os outros servidores do Museu, meus colegas de trabalho, sou grato a todos, mas destaco o professor Manuel, nosso diretor, que foi compreensivo e um grande apoiador nos momentos em que a pesquisa e o trabalho, ao mesmo tempo, se fizeram fatigantes.

Ainda ‘do’ Museu e não mais ‘no’ Museu, agradeço imensamente à Gustavo Araújo, historiador que ‘virou’ antropólogo, o primeiro incentivador dessa pesquisa. Gustavo migrou para outro canto do oeste brasileiro, zarpando da Vila Redenção, bairro de Goiânia que, segundo este antropólogo, foi homenageado por Bob Marley na música *Redemption Song*.

Agradeço à minha orientadora, a professora Dra. Libertad, que sustentou seus incentivos à minha realização do mestrado durante uma década.

Aos amigos, Renato Cirino e Marcelo Rizzo, que forneceram suportes metodológicos, ortográficos, psicológicos, de ABNT e de formatação de trabalho, nos últimos anos.

Agradeço a todos os meus familiares, com destaque: ao meu filho Ângelo, que nasceu durante o mestrado e, apesar de tornar o expediente mais complexo, trouxe incontáveis momentos de alegria e deu sentido a tudo; à minha esposa Paula, que se manteve firme ao meu lado diante das adversidades; aos meus pais, Conceição e Orlei, que nunca mediram esforços para que eu atingisse meus objetivos na vida; e principalmente à minha sogra Maria José que, apesar de todo o cansaço que os ritos do Ângelo empreendem, sempre fez o possível para aliviar a minha rotina de trabalho e estudos.

Finalmente, agradeço a minha avó, Dona Abadia, mineira de Araguari, que nasceu em 1920 e se mudou com os filhos para uma área invadida no Setor Leste de Goiânia, no começo dos anos 1960. Ali criou a minha mãe, alguns de meus tios e conheceu a dureza da vida entre ‘anônimos’ da sociedade. A ela não só agradeço, mas também dedico este trabalho, pois a partir do próximo ano, naquela casinha do Parque Amazonas, viverá uma velhinha com cem anos de história para contar.

INTERIOR

*Por ser daqui, conheço as ruas e calçadas,
conheço o interior das casas
E o interior de quem vive dentro das casas
e o interior do interior
Conheço histórias que há milênios são contadas,
outras que foram apagadas
Conheço histórias que ainda estão encasuladas,
só esperando acontecer*

*Recolho as impressões, curo desilusões
e faço algum refrão das coisas que vivi
Concentro as emoções, miro nos corações
e canto aquilo que eu vou ser por ser daqui*

*Por ser daqui, conheço as frases e as pausas,
entendo todas as piadas
Sei distinguir um pôr do sol de uma alvorada,
dia de chuva sei prever
Posso dizer com precisão se o trem se atrasa,
eu posso entrar, que eu sou de casa
E quando me entristeço porque a vida passa,
eu lembro do que vai nascer...
(5 A SECO, 2019)*

GUIMARÃES, Leandro Davi. *Goiânia, a 'cidade desplanejada' do Oeste (1950/1980): Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção Ewald Janssen* [dissertação]. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás; 2019.

RESUMO

O propósito da presente dissertação é examinar o desenvolvimento urbanístico de Goiânia entre 1950 e 1980 e seus efeitos socioculturais percebidos até meados da década de 1990, sobretudo pela perspectiva dos traçados urbanos. A ênfase sustenta-se em assinalar procedimentos políticos e legislativos relacionados aos assentamentos espontâneos e à materialização de novos bairros em terras pertencentes ao Estado e à iniciativa privada, respaldada em uma documentação arrolada no arquivo pessoal de um engenheiro topógrafo atuante naquele contexto. Tal documentação compõe a “Coleção Ewald Janssen”, pertencente ao acervo do Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás, que auxilia nas investigações sobre o planejamento urbano em um período de consolidação da cidade. O presente trabalho busca apontar como a documentação desse topógrafo colabora para compreender a atual disposição de Goiânia e refletir sobre a administração da cidade nas esferas municipal ou estadual, durante as décadas referenciadas. Nesse contexto, é possível refletir sobre o status de ‘cidade moderna e planejada’ que é frequentemente atribuído ou negado à capital goiana pela historiografia e, a partir desta reflexão, problematizar a representação desta categoria de cidade no imaginário dos seus habitantes. Através de metodologias recorrentes na história social e na história cultural, o trabalho se desenvolveu mediante os registros institucionalizados e/ou socioculturais encontrados nas fontes e literatura sobre cidades. O trabalho reuniu percepções urbanísticas e sensoriais a respeito de Goiânia, compondo uma perspectiva a integralizar as análises precedentes sobre a cidade. Conclui-se na dissertação que os processos ideológicos, mercadológicos e de construção sociocultural nas representações da cidade instituem uma narrativa também literária, que tanto se assemelha à cidade materializada quanto perde as conexões com ela em muitos aspectos.

Palavras-chave: Goiânia – planejamento urbano – Ewald Janssen – cidades.

GUIMARÃES, Leandro Davi. *Goiânia, a 'cidade desplanejada' do Oeste (1950/1980): Reflexões sobre a capital goiana nos aportes da Coleção Ewald Janssen* [dissertação]. Goiânia: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Goiás; 2019.

ABSTRACT

The purpose of this dissertation is to examine the urban development of Goiânia between 1950 and 1980 and its perceived sociocultural effects until the mid-1990s, especially from the perspective of urban outlines. The emphasis is on signaling political and legislative procedures related to spontaneous settlements and the materialization of new neighborhoods on state-owned land and private enterprise, backed by documentation filed in the personal archive of a topographer engineer active in that context. This documentation is part of the “Ewald Janssen Collection”, belonging to the collection of the Museu Antropológico of the Universidade Federal de Goiás, which assists in the investigation of urban planning in a period of consolidation of the city. The present work aims to point out how the documentation of this topographer collaborates to understand Goiânia’s current disposition and to reflect on the city administration in the municipal or state spheres, during the referred decades. In this context, it is possible to reflect on the status of ‘modern and planned city’ that is often attributed or denied to the Goiás capital by historiography and, from this reflection, problematize the representation of this category of city in its inhabitants imagination. Through recurrent methodologies in social and cultural history, the work was developed through the institutionalized and/or sociocultural records found in the city's sources and literature. The work gathered urbanistic and sensorial perceptions of Goiânia, composing a new perception to integrate the previous city analysis. It is concluded in the dissertation that the ideological, market and sociocultural construction processes in the city’s representations establish a literary narrative, which resembles the materialized city as much as it loses the connections with it in many aspects.

Keywords: Goiânia – urban planning – Ewald Janssen – cities.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fotos tiradas em Goiânia, entre 1936 e 1937, pertencentes ao arquivo do jornal <i>O popular</i> , reproduzidas na obra <i>A construção de Goiânia e a transferência da capital</i> , de Nars N. Fayad Chaul. Na primeira foto, as <i>primeiras casas</i> ; na segunda, o <i>acampamento de Operários</i> ; na terceira, o <i>Palácio do Governo</i> ; e na última, o <i>Mercado Municipal</i>	63
Figura 2 – Foto de Ewald Janssen e seu diploma de engenheiro topógrafo – <i>Acervo de Narcisa Abreu Cordeiro</i>	64
Figura 3 – Carta ao portador remetida por Ignacy Goldfeld, em 1950, indicando Janssen para “algum serviço” na “zona” de Abel Teles.	65
Figura 4 – Relatório sobre a <i>Retificação do Setor “Leste”</i>	66
Figura 5 – Croquis produzidos por Ewald Janssen sobre a <i>Retificação do Setor “Leste”</i> , complementares ao relatório da figura anterior.	67
Figura 6 – Planta parcial de loteamento em acréscimo ao <i>Parque Anhanguera</i> , área de propriedade de Ewald Janssen.	67
Figura 7 – <i>Planta parcial do Setor Leste</i> e foto aérea do local, projeto aprovado pelo DVOP em 12 de março de 1949 e que trata-se de <i>terrenos a serem doados de acordo com a Lei nº 39 de 11-XII-1947</i>	68
Figura 8 – Planta do Setor Sul, identificando na parte inferior à esquerda os responsáveis pelo do projeto: Superintendente Geral: Jeronymo Coimbra Bueno – engenheiro civil; Projetista: Werner Sonnenberg – engenheiro agrônomo; e Consultor Técnico: Armando de Godoy – engenheiro civil.	69
Figura 9 – Anúncio do empreendimento no Jardim Goiás, uma jóia de perfeição urbanística a apenas 1.500 metros do Palácio das Esmeraldas.	70
Figura 10 – Projeto de Janssen no <i>Setor Pedro Ludovico – Paróquia do Botafogo</i>	70
Figura 11 – Correspondência de Ewald Janssen, endereçada ao secretário do DVOP – Eurico Calixto de Godoi, comunicando as dificuldades estabelecidas pelos moradores <i>da parte invadida do “Setor Pedro Ludovico”</i> no propósito de inviabilizar a demarcação da área. O documento não identifica a data em que foi produzido, entretanto, os outros documentos da coleção que correspondem às demarcações realizadas no <i>Setor Pedro Ludovico</i> situam estes procedimentos nos anos de 1957 e 1958.	71
Figura 12 – Recorte do jornal Folha de Goiás, de 10 de junho de 1965, identificado e datado por Janssen na parte superior.....	72
Figura 13 – Matéria de jornal com o título <i>Goiânia próxima do suicídio urbanístico</i>	72
Figura 14 – Redação jornalística de Pedro Valadares sobre lei promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 1966, que decretava a sua propriedade sobre a área do Bosque dos Buritis.....	73
Figura 15 – Vista aérea do <i>Setor Satélite Campinas</i> , em 1953. No verso da foto consta em anotação manuscrita: <i>Para fins do D.V.O.P. de Goiânia</i> , constando como local o <i>Núcleo Rodoviário – Campinas</i> , fotografada no dia 5 de junho de 1953, às 11h30m.	74
Figura 16 – Imagem de satélite do Setor Campinas de Goiânia, registrada no dia 20 de janeiro de 2018. Recorte equivalente ao da foto anterior, evidenciando as avenidas Castelo Branco (acima) e Anhanguera (abaixo).	74
Figura 17 – Fotografias aéreas de Goiânia tiradas em 6 de julho de 1955. Na foto superior: O Setor Sul pouco urbanizado, a Praça Cívica e o Bosque dos Buritis (centro-abixo), os Setores Bueno (direita) e Jardim Goiás (esquerda) apenas com ruas demarcadas, os setores Pedro	

Ludovico e Marista (centro) ainda sem demarcações de ruas. Na foto inferior: área que atualmente corresponde ao Parque Jardim Botânico.....	75
Figura 18 – Desenho de Janssen sobre o mapa de Goiânia, demonstrando a <i>Direção Dominante dos Ventos</i> e o <i>Ciclone Urbano</i>	116
Figura 19 – Desenho de Janssen sobre o mapa de Goiânia, indicando áreas para desenvolvimento de zona industrial e para <i>reflorestamento</i>	116
Figura 20 – Desenho de Janssen sobre o mapa de Goiânia, identificando <i>centros comerciais, administrativos e industriais (24 andares)</i> e <i>zonas residenciais (20 andares)</i>	117
Figura 21 – Ilustração de Janssen, orientando a <i>função urbanística das Alamedas como faixas verdes</i> , no <i>SETOR “PEDRO LUDOVICO”</i>	117
Figura 22 – Modificação no <i>Setor Morais – Jardim Novo Mundo</i> ; Janssen não assina a Responsabilidade Técnica (RT), entretanto, foi responsável pelo levantamento, projeto e cálculos da proposta de loteamento.	118
Figura 23 – Projeto de loteamento no <i>Setor Central</i> , cruzamentos da <i>Av. Tocantins</i> com a <i>Av. Anhanguera</i> e com a <i>Rua 4</i> (à esquerda da imagem)	118
Figura 24 – Recibo de <i>cópia heliográfica de extensão do “Jardim Goiás” e a via original</i> de um documento; em 16 de maio de 1957.....	119
Figura 25 – Rascunho de Janssen em alemão sobre de estaqueamento (demarcação) de nova área correspondente ao Bosque dos Buritis, em consequência de estaqueamentos dos setores Central e Oeste.....	119
Figura 26 – Prefácio do relatório de estudos dedicados ao <i>Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia</i> (PDIG).	120
Figura 27 – Correspondência de Lothar Selz, funcionário da <i>Deutsche Eisenbahn Consulting GmbH</i> (DECONSULT – empresa alemã de consultoria em sistemas ferroviários), à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás.....	121
Figura 28 – Recorte do Jornal <i>O Popular</i> do dia 21 de maio de 1965, segundo anotações de Janssen. A matéria refere-se à liberação de verbas do governador de Goiás naquele ano, Emílio Ribas Junior, para a <i>localização da Cidade Industrial</i>	122
Figura 29 – Recorte de Jornal sobre o <i>Plano de Desenvolvimento Local Integrado</i> e a criação da <i>Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário</i> (FUMDEC).....	122
Figura 30 – Recorte do jornal <i>O Popular</i> , de 28 de agosto de 1970, ressaltando <i>os pontos básicos do Decreto Lei de “estímulos à industrialização” assinado pelo Governador Otávio Lage</i>	123
Figura 31 – Recorte de jornal sobre a lei municipal sancionada em 31 de dezembro de 1971, delimitando as áreas urbana, de expansão urbana e rural, dentre outras providências.....	123
Figura 32 – Capa do <i>Suplemento Dominical do JORNAL OPÇÃO</i> , de 27 julho de 1980.	124
Figura 33 – Manchetes do <i>Suplemento Dominical do JORNAL OPÇÃO</i> , de julho de 1980.	125
Figura 34 – Fotos de matéria do <i>Suplemento Dominical do JORNAL OPÇÃO</i> , de julho de 1980. Acima: as <i>favelas goianienses</i> , destacando os <i>milhões</i> de pessoas vivendo em <i>condições subumanas</i>	126
Figura 35 – Última matéria do <i>Suplemento Dominical do JORNAL OPÇÃO</i> , de julho de 1980.	126

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I.....	24
1. GOIÂNIA: A CIDADE DO PLANEJAMENTO E A CIDADE EM RETALHOS	24
1.1. A cidade planejada da Marcha para o Oeste	30
1.2. Os ‘retalhos’ da malha urbana	48
Caderno de imagens [CAPÍTULO I]	63
CAPÍTULO II.....	76
2. ENTRE O OLHAR DE JANSSEN E OS OLHARES PARA JANSSEN	76
2.1. As contradições de Goiânia, segundo Ewald Janssen.....	79
2.2. As contradições de Janssen, pela urbanística.....	95
Caderno de imagens [CAPÍTULO II].....	116
CAPÍTULO III	127
3. A REVOADA DA MARCHA PARA O OESTE E O PÓS EWALD JANSSEN.....	127
CONCLUSÃO.....	162
FONTES DOCUMENTAIS	167
Museu Antropológico da UFG - Coleção Ewald Janssen (2018).....	167
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	174

INTRODUÇÃO

O tema desta dissertação é o desenvolvimento urbano de Goiânia entre 1950 e 1980, período que compreende a maior parte das datas identificadas nos documentos da Coleção Ewald Janssen, pertencente ao Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás (UFG) e que compõe a base investigativa neste trabalho. Dentre os quase dois mil (1.901) documentos pertencentes a este fundo, apenas sete (07) são datados fora deste período. Neste ínterim, a capital goiana vivenciou um crescimento populacional vertiginoso e uma intensa transformação do espaço urbano que não corresponderam ao arquétipo de ‘cidade planejada’, modelo difundido por narrativas de um procedimento histórico memorialista, que tem sido retificado pela historiografia goiana, continuamente, particularmente nas últimas décadas.

O número de residentes contabilizados em Goiânia no ano de 1980 atingiu resultados superiores a treze vezes em comparação com 1950; este dado, somado ao planejamento urbanístico efetivado parcialmente¹ e uma intensa atividade do comércio imobiliário provocaram um contexto paradoxal, que permite distintas reflexões. Como base de sustentação para novas perspectivas, a coleção citada se destaca por compreender documentos de um engenheiro topógrafo atuante na cidade durante as referidas décadas, e que foram acondicionados originalmente para compor o seu acervo pessoal. Trata-se de Ewald Janssen, um alemão que estabeleceu residência na capital goiana em 1949, convidado pelo governador do Estado no ano anterior após a indicação de outro engenheiro alemão que atuava na capital goiana desde o final da década de 1930.

Há raras referências a Janssen na historiografia goianiense, o que não corresponde à relevância de sua atuação, uma vez que ele prestou serviços ao Estado e à iniciativa privada, projetando loteamentos que configuravam fragmentos ou, em alguns casos, a integralidade de bairros que atualmente constituem a cidade; logo, suas contribuições auxiliaram o crescimento urbano percebido naquele período. De sua atuação em áreas pertencentes ao Governo Estadual, mais próximas ao centro da capital, é possível listar os Setores: Sul, Oeste, Aeroporto, Pedro Ludovico, Marista, Leste Universitário, Vila Nova, dentre outros. Além desses, as áreas pertencentes a proprietários particulares, a lista se estende aos Setores: Bueno, Parque Amazônia, Novo Mundo, Vila Morais, Água Branca, Vila União, Jardim Petrópolis, Bairro

¹ O planejamento urbanístico de Goiânia foi amplamente desenvolvido por diversos profissionais da engenharia e do urbanismo, entretanto, suas bases fundamentais não acompanharam a dinâmica da cidade ou não obtiveram adesão governamental.

Feliz, Jardim Planalto, Jardim Europa, Parque Oeste Industrial, Jardim Guanabara, Jardim Helvécia, Jardim Pompéia, dentre outros.

A atuação de Janssen em todos os setores acima listados encontra-se documentada no acervo do Museu Antropológico em projetos de loteamentos, estaqueamentos, planimetrias, cadernos de campo, memoriais de cálculos, croquis, cópias de mapas, anotações, rascunhos, correspondências, recibos e contratos; evidentemente, as atividades desempenhadas por ele nos setores mencionados variam em cada caso e os documentos relativos a elas foram classificados e registrados na instituição. O volume da documentação dimensiona o labor do topógrafo e ilustra a expansão urbana de Goiânia, condizente com o crescimento demográfico do período selecionado no recorte deste trabalho².

Os primeiros anos de Janssen em Goiânia foram marcados pelos retornos de Getúlio Vargas ao cargo máximo da República e de Pedro Ludovico ao governo do Estado de Goiás; este, depois de ter sido nomeado interventor entre 1930 e 1945, assumiu o Estado como governador eleito. Expressamente, a política de Vargas é relevante para Goiás no século XX; vale ressaltar que esse governante foi o primeiro presidente do Brasil a visitar o Estado³, quando esteve em Goiânia e na Ilha do Bananal⁴, em 1940 (MENDONÇA, 2013, p. 45). A visita ocorreu durante o Estado Novo (1937-1945), período da história brasileira delineado na Constituição de 1937, outorgada por Vargas, que concentrava poderes nas mãos do chefe do executivo.

Em 1950, Goiânia abrigava uma população de mais de 53 mil habitantes e sua materialização enquanto cidade com potencial de metrópole não decorreu de seu planejamento. Tal afirmação destoa abertamente da construção histórica de Goiânia que permaneceu, de forma intencional, recôndita nas brumas da sua construção ideológica por longo período; portanto,

² Contemporâneo aos documentos da coleção Ewald Janssen, a construção de Brasília, nova capital federal inaugurada em 1960, possibilitou ao Planalto Central um novo contexto, promovendo significativa ruptura com a ideia de isolamento da região Centro-Oeste. Entretanto, as referências à Brasília no acervo são poucas e pontuais, que tratam diretamente de assuntos pertinentes à Goiânia ou a cidades situadas nas proximidades da capital federal. A conjuntura da mudança da capital federal intervém, obviamente, porém sua contextualização se atém às referências bibliográficas.

³ A ausência de qualquer outro presidente nos limites territoriais do Estado, até 1940, reflete mais do que a ideia do isolamento territorial experimentado pelos goianos desde meados do século XIX, ao intensificar esta condição na sensação de descaso federal ou, até mesmo, de esquecimento por parte da União, reforçada nos discursos de representantes políticos locais e em publicações de periódicos até os anos 1930. Parte da historiografia brasileira, baseando-se na representatividade política e na produtividade econômica de Goiás no século XIX, situa o Estado na condição de “satélite” perante os demais, considerados “autônomos” ou “semi-soberanos”, posicionando Goiás na terceira classe da hierarquia de importância dos Estados Brasileiros (MENDONÇA, 2013, p.39;53). A imagem divulgada sobre Goiás até o final da Primeira República, sobretudo influenciada por perspectivas etnocêntricas baseadas em relatos de viajantes, reiteravam a ideia de um lugar atrasado, pobre e em decadência. Wilson Rocha Assis afirma que “sob a ótica da decadência, Goiás era a antítese da modernidade” (ASSIS, 2007, p.18).

⁴ A Ilha do Bananal localiza-se em área que pertenceu ao Estado de Goiás até 1988, quando passou a integrar o Estado do Tocantins, mediante a emancipação deste estado brasileiro.

repensar a modernização em Goiás no século XX tem sido um caminho recorrente da historiografia goiana, contrariando uma narrativa tradicional que estabeleceu 1930 como marco histórico do rompimento com a condição de atraso e decadência do Estado. O período tornou-se um marco devido ao fato de Getúlio Vargas ter assumido o governo federal, nomeando Pedro Ludovico Teixeira no cargo de Interventor em Goiás, sobrepondo-se ao domínio político da família Caiado no Estado, sobretudo na Cidade de Goiás.

Os desdobramentos políticos dessa iniciativa estão nas origens e na fundação da nova capital; a conjuntura política do período foi estrategicamente legitimada por um discurso que reiterava a superação do passado de oligarquias familiares e o que elas representavam, fornecendo o “sentido histórico” que balizou parte considerável dos estudos sobre essa transição de poder. Cristiano Alencar Arrais (2013), ao tratar da prática política de Pedro Ludovico, afirma que a “mobilidade” apresentada no discurso do governante não coincide com sua atuação e, em muito, se assemelhava às práticas de seus antecessores; logo, se faz “necessário dissolver as dicotomias historiográfico-memorialistas que tomam 1930 como um marco identitário da modernidade em Goiás” (ARRAIS, 2013, p.126).

A necessidade de refletir a respeito da ideia de modernidade advinda da transição política de 1930 no Estado, apesar de não constituir o escopo proposto neste trabalho, justifica novos questionamentos e possibilita distintas reflexões sobre o desenvolvimento urbano de Goiânia, que serão aqui evidenciadas. Os quinze anos que se seguem à transição, marcados pelos governos de Vargas no Brasil e de Pedro Ludovico em Goiás, são caracterizados, no âmbito nacional pelo incentivo governamental à aceleração e ampliação das conexões entre as regiões brasileiras e, com base nesse incentivo, no âmbito regional, pela concretização da nova capital do Estado. O interventor federal atuou resguardado pelo poder de Vargas.

O período acima assinalado permite compreender a estratégia de legitimar o sucesso de Pedro Ludovico por meio da sua propalada dedicação em favor da modernização do Estado e como essa ideia se estende ao planejamento urbano de Goiânia. Os conceitos urbanísticos, suas técnicas e suas aplicações na nova capital contribuíram para ações laudatórias com respeito à figura do ‘interventor moderno’, constituindo um dos principais argumentos a favorecer o mercado imobiliário da cidade. Goiânia foi posta à venda, fragmentada em terrenos e lotes, sob slogans que prometiam qualidade de vida aos residentes, enriquecimento aos investidores e uma cidade moderna baseada em seu planejamento, favorecendo a acelerada expansão urbana percebida desde a sua fundação até os dias atuais.

Na estratégia de legitimação dos projetos políticos, os argumentos foram subsidiados por parâmetros científicos, sendo nessa perspectiva que o contexto das transições políticas de 1930 precisa ser investigado, com o propósito de compreender o que tornou a data um marco histórico e político do Brasil com impacto direto em Goiás e a dimensão de sua transformação, a ponto de referenciá-la sob o título de Revolução. Vale ressaltar que a data escolhida para celebrar o aniversário de Goiânia é uma homenagem à ‘Revolução de 1930’; 24 de outubro é o dia da deposição do Presidente da República Washington Luís, marcando o final da Primeira República e o início da denominada Era Vargas.

A análise do contexto do cientificismo que pavimentou a *Marcha para o Oeste* pode ser subdividida em duas frentes complementares, porém de naturezas distintas. A primeira traz consigo o aspecto político-ideológico, através das projeções de pensadores políticos nas primeiras décadas do século XX, cuja abordagem científica colaborou para direcionar Goiás no caminho do progresso do país e, conseqüentemente, tornou viável a construção de Goiânia. A segunda frente diz respeito ao “progresso material”, suscitada de uma ‘crise do bacharelismo’ na segunda metade do século XIX, e foi responsável por tornar engenheiros, arquitetos e urbanistas os “profissionais da ciência” (CERASOLI, 1998, p.17), capazes de materializar o progresso almejado pela política de Vargas, desde 1930.

Quanto ao aspecto político-ideológico das transformações no Brasil que incluem o projeto da Marcha para o Oeste, Maria Stella Bresciani (2010) discorre sobre a forma com que a palavra ‘revolução’ foi ressignificada desde a Revolução Francesa. O que antes representava a ideia de retorno a um estágio anterior, ganha a projeção de rompimentos espaço-temporais capazes de sobrepor um tempo outro ao passado, da mesma forma que narrativas utópicas⁵ interpretavam uma transformação impossível de ser ignorada. A medida da transformação pretendida pelo projeto republicano na Revolução Francesa pode ser percebida na reforma de símbolos, como o calendário, as unidades de peso e medidas, visando reestruturar a racionalidade daqueles que viviam a transição. A reestruturação cognitiva, em seguida, lhes permitia dominar a imaginação e utilizá-la para emocionar e conduzir pessoas a uma determinada finalidade, que na Revolução Francesa significou agir na inteligibilidade humana, permitindo que a imaginação consolidasse em cada indivíduo a projeção da possível superação.

⁵ A autora cita: a *Utopia* de More: versão em latim de 1516 e inglesa póstuma de 1551; Mercier: *L’Ann 2440*, 1770; e William Morris: *News from nowhere*, 1891 (BRESCIANI, 2010, p.190).

Segundo Bresciani (2010, p.190-191), ao criar elementos simbólicos na República Francesa que surgia como um calendário diferente do modelo gregoriano, dentre outros propósitos, estabelecia uma nova relação cognitiva com o próprio tempo, acentuando a ideia de rompimento com o passado, sem retornar a um ponto anteriormente dado, mas reestruturando o presente que marcava um ponto de partida acíclico. Nesse sentido, observamos que apesar do curto prazo de vigência do calendário revolucionário, antes do retorno à utilização do padrão gregoriano, sua aplicação legou à História a referência ao início do governo napoleônico. O ‘18 de Brumário’ deste calendário é mais recorrente na historiografia que o seu correspondente ‘9 de novembro’ do modelo tradicional.

Reportando-nos ao nosso objeto, o caminho ao detalhar as transformações na sociedade e a partir delas orientar o espaço físico das cidades é percorrer uma rota inversa aos discursos revolucionários. Nesta perspectiva, significa afirmar que a construção histórico-memorialista de Goiânia buscou construir um lugar no imaginário das pessoas que já existia fisicamente, com o propósito de exaltá-lo ideologicamente, fazendo da cidade uma representação simbólica; a transformação do espaço constituiu uma imagem da Revolução de 1930 e não o inverso. Contudo, a transformação social prometida pelo projeto político de Vargas foi escamoteada em Goiás através da narrativa genealógica da cidade.

Neste contexto goianiense, tal perspectiva se faz evidente ao perceber que até o final da década de 1940 a expansão urbana da cidade foi capitaneada pelo Estado, por meio de decretos e leis, sobretudo por uma atuação dedicada do interventor federal neste propósito. Apesar das atenções voltadas ao planejamento, já despontavam moradias irregulares e invasões de áreas públicas, que não podiam ser suprimidas ou desapropriadas, por abrigarem parte significativa da mão-de-obra de que o próprio Estado necessitava para edificar a cidade e, consequentemente, validar o seu próprio discurso.

Apesar da lógica invertida, a consolidação simbólica da cidade no discurso fundamentado na modernidade e no progresso permitiu que nas décadas de 1950 e 1960 se colhessem os frutos de um sucesso inquestionável em termos imobiliários, cujos investimentos não mais prometiam, mas garantiam lucros impressionantes. A fração marginalizada e suburbana da cidade foi gradativamente ‘regularizada’⁶ e oficialmente anexada à capital; além

⁶ A custo de desapropriações, desocupações e remoção de invasores pelo poder público, quando foi possível ou conveniente politicamente.

disso, a pressão para liberar loteamentos em glebas particulares acabou por ser atendida através do novo Código de Edificações de Goiânia em 1947.

O direcionamento propiciado pelas reformas simbólicas, tributárias dos discursos sobre a Revolução Francesa, promoveu a apropriação da imagem utópica do “tempo outro”, com o seu sentido dinamizado na projeção de uma ‘evolução histórica’. Dessa forma, pavimenta-se a História através do progresso: “um movimento global e irresistível cuja finalidade repousa na atualização dos grandes valores que comandam o aperfeiçoamento do espírito humano” (BACZKO, 1978 *apud* BRESCIANI, 2010, p.191).

Nesse sentido, ao definir que as transformações consideradas revolucionárias tendem a prover a sensação de transcender utopicamente o tempo e o espaço, a autora afirma que “concepções denominadas utópicas permaneceram no cerne de projeções políticas no século XIX sempre apoiadas no binômio da configuração do espaço físico da cidade e das leis ou da figura paradigmática do grande legislador” (BRESCIANI, 2010, p.191); no século XIX, a mudança paradigmática das “projeções de sociedades ideais”, que passam a ser imaginadas a fim de projetar a superação através de “teorias sociais e/ou verdades fundamentadas em critérios científicos”.

A mudança no paradigma da sociedade incide na utopia de fechamento do tempo/espaço em amostras experimentais, permitindo a fermentação teórica-científica e ascensão de modelos urbanos, como falanstérios, cidades-jardim, cidades industriais, entre outros. Estes modelos, seus desenvolvimentos e ramificações, ganham força retórica e atingem o século XX com promessas audaciosas, seja para “expressar o poder e a beleza da tecnologia moderna”, ou projetar “cidades ideais acompanhadas de programas detalhados e radicais de distribuição de riqueza e poder” (BRESCIANI, 2010, p.191). Goiânia exemplifica este contexto, não por atingir tais projeções ideais, mas por se constituir metrópole diante de copiosas adversidades e exemplificar que o caminho para o progresso, mirando o Oeste, era viável.

Nesse passo, Bresciani (2010) assinala como as genealogias da população brasileira, sustentadas nas obras de Francisco de Oliveira Vianna, Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda constituíram ou influenciaram projetos políticos na primeira metade do século XX. Esses autores apontam a necessidade de suprir uma teoria da identidade nacional e se orientaram por meio de recursos científicos para delinear a sociedade brasileira. Seus discursos, em geral, apresentam o desenvolvimento histórico do ‘povo brasileiro’, defendendo uma base moral, centrada nas particularidades do caráter dos brasileiros e se encerram em

encaminhamentos para se atingir as melhores condições sociais, dentro dos paradigmas contemporâneos do final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido:

A despeito dos fundamentos teóricos diferenciados e até divergentes, há nesses quatro autores escolhidos a base comum do tripé conceitual – o meio ambiente, as características étnicas da população e o percurso histórico desde os primeiros colonizadores. Todos também partem do pressuposto sobre o qual se desenvolve a argumentação – a distância entre ideias e instituições e a sociedade; ideias trazidas de terras estranhas pelos pais fundadores, primeiro; importadas em seguida, quando, já livres da condição de colônia, se dera a adesão pouco refletida a modelos institucionais vigentes em outras nações, moldadas pelo caráter de outros povos, aqui simples miragens projetivas inoperantes, pela ausência do cidadão, sua base e elemento ativo. (BRESCIANI, 2010, p.213)

O ‘cidadão brasileiro’ passa a receber atenção especial enquanto essência da transformação social, porém, sua narrativa foi apropriada aos discursos políticos que iriam promover e sustentar a Revolução de 1930. Essa apropriação é orientada nos recursos que a autora considera análogos às narrativas utópicas, da imaginação e da projeção desta imagem no tempo e no espaço. A autora ressalta que os “projetos políticos que mantêm vínculos com as narrativas utópicas da cidade ideal incitam à ação, conferindo-lhe o sentido da possível configuração social e política inscrita em projeto, reiteram a necessidade de mudança, de ruptura, até” (BRESCIANI, 2010, p.214). Sobre a simbologia presente na essência do brasileiro, a autora afirma em outra obra:

Mito e utopia cruzam-se na trama discursiva ao reivindicar a neutralidade da ciência e a objetividade dos fatos, que paradoxalmente recorre abertamente à troca afetiva com seus leitores, criando símbolos da brasilidade, do ser brasileiro, e manifestações coletivas do sentir-se brasileiro. (BRESCIANI, 2007, p.174)

O argumento em favor da ciência se torna eficiente através da universalidade, por se instrumentalizar em regras calcadas na experimentação, o apelo emocional da imaginação figura a simbologia do “ser brasileiro”, a fim de atingir os leitores por compreendê-los e orientá-los a superar as dificuldades de seu tempo. Nos encaminhamentos delineados pelos autores citados também está presente o recurso à imagem de superação, valioso às pretensões políticas de Getúlio Vargas, fundamentado em Oliveira Vianna. Lira Neto (2012, p.201), autor de uma obra biográfica sobre Getúlio Vargas, afirma que este citava Oliveira Vianna em seus discursos políticos: “*Ninguém melhor do que Oliveira Viana apreendeu a evolução do povo brasileiro*, declamou Getúlio Vargas na Câmara em 1926 na época dos debates constitucionais”.

Segundo Bresciani (2007), o cientificismo de Oliveira Vianna consiste na utilização de teorias sociológicas universais para refletir a sociedade brasileira; neste viés, o influenciador de Vargas defendia a centralização do poder nas mãos de um regime forte, capaz de dominar a

dimensão geográfica do vasto território nacional. Em razão disso, o que permitiu a vinculação das ideias inseridas nas interpretações de Vianna foi o contexto em que a sociedade brasileira não se identificava plenamente com as interpretações de sociedade advindas da Europa; era preciso fazer a ponte entre os aspectos de neutralidade e objetividade de teorias e conceitos mundialmente consolidados com a realidade da nação. No livro dedicado a este teórico, Bresciani assinala:

A legitimação das posições autoritárias buscou suas bases na imagem de um país desencontrado consigo mesmo, imagem carregada de forte apelo emocional, a maior parte tingida pela retórica do sublime, enfatizando a ameaça do caos, do desmembramento, da desorganização. Orientada pelos métodos das ciências, a busca das verdadeiras raízes do povo, de sua cultura e frágil identidade, teria como corolário a certeza de que a nação estaria ainda para “ser formada pela mão forte dos líderes políticos de um estado autoritário” (BRESCIANI, 2007, p.174).

Sob as concepções de Vianna, o Estado deveria se constituir de forma autoritária, com o propósito de reordenar juridicamente a nação, por considerar que o maior desencontro entre a sociedade e o país estava no campo do Direito, em que as leis escritas não se adequavam aos costumes dos brasileiros. A autora ressalta que “o ponto crucial da argumentação de Oliveira Vianna” se constituía na afirmação de que:

o cruzamento das Ciências Sociais com o Direito só tornaria possível quando e se os profissionais da área jurídica se dobrassem à evidente necessidade de adotarem o “moderno método científico ou sociológico” de forma a fazer com que o estudo do direito público e constitucional se deslocasse do direito *escrito* para o direito *costumeiro* (BRESCIANI, 2007, p.211).

Assim como diversos de seus contemporâneos, Oliveira Vianna buscou fazer esta ponte conceitual através da ciência, recorrendo ao “apelo emocional” das “raízes povo” e aos seus costumes, sem perder de vista o caráter universal. Para tanto, sobre uma referência de ‘sucesso’ mundialmente reconhecido no século XIX, Vianna compartilhava da “certeza de ser a Inglaterra um paradigma da sociedade estabelecida sobre bases sólidas, do progresso científico e industrial” (BRESCIANI, 2007, p.193).

Em Goiás, a industrialização foi uma promessa manifestada desde a primeira metade do século XX, com o propósito de introduzir Goiás no cenário da economia nacional e romper com o seu isolamento, mais do que o desenvolvimento da agricultura e da pecuária que então se apresentavam incipientes. As expectativas industriais se intensificaram no final da década de 1940 com os discursos e políticas nacionais desenvolvimentistas; contudo, as promessas ou expectativas não garantiram os desdobramentos nesse sentido.

Apesar da especulação imobiliária ter sido o agente capaz de justificar a viabilidade econômica da nova capital nas duas primeiras décadas de sua existência, acreditava-se que a industrialização seria capaz de tornar Goiânia uma das cidades mais importantes do país e a partir deste recurso ela se tornaria viável e rentável. Na atuação de Janssen, muito desta perspectiva foi apreciada, suas propostas de desenvolvimento urbano foram caracterizadas essencialmente pelo zoneamento e pelo controle do tráfego; o zoneamento fixava áreas dedicadas para indústrias e o controle do tráfego deveria, dentre diversos ajustes, dinamizar o acesso de trabalhadores entre as suas residências e as indústrias.

Além da exortação ao arquétipo industrial inglês, Oliveira Vianna se fundamentou nos exemplos que consolidaram as Ciências Sociais como modelos objetivos e universais de compreensão da sociedade, adaptando e reconhecendo as particularidades nacionais. Sua percepção inspirou Getúlio Vargas a se apropriar da ciência como missão política e, para além do influxo, recorrer “ao centralismo sugerido em *Populações meridionais* para justificar a força avassaladora do Estado Novo, quando Oliveira Viana será alçado ao posto de principal ideólogo do futuro regime” (NETO, 2012, p. 211). Além da projeção ideológica, Oliveira Vianna assessorou o ministro do Trabalho do governo de Vargas entre 1932 e 1938. (BRESCIANI, 2010, p.198).

Ao Estado de Goiás, sobretudo à origem de Goiânia, a contribuição de Oliveira Vianna foi de grande relevância, considerando que seus pressupostos levavam em conta as particularidades regionais, contrastando perspectivas contemporâneas que uniformizavam o ‘cidadão brasileiro’. Vianna criticava a análise de seus contemporâneos, afirmando que estes viam no ‘tipo brasileiro’ um “esplêndido boneco metafísico, armado de molas idealmente perfeitas e precisas” (VIANNA, 1942 *apud* BRESCIANI, 2010, p.194). Apesar dos elementos essenciais em comum, dispostos nas raízes da sociedade brasileira, era fundamental considerar as particularidades regionais estabelecidas no desenvolvimento histórico.

Considerando as particularidades regionais, para Oliveira Vianna “as populações rurais’, cuja ‘influência silenciosa, obscura, subterrânea’ seria, a seu ver, as ‘matrizes da nacionalidade’” (BRESCIANI, 2010, p.194). Em *Populações Meridionais do Brasil*, o autor situa as origens do atraso brasileiro na conformação da população do Brasil Colônia, cuja vasta dimensão territorial não refletia tamanha importância econômica em razão de sua dispersão em blocos isolados e desconexos. Como o mesmo reitera: “De um modo geral, contemplando em conjunto a nossa vasta sociedade rural, o traço mais impressionante a fixar, e que nos fere mais

de pronto a retina, é a desmedida amplitude territorial dos domínios agrícolas e pastoris” (VIANNA, 2005, p.185).

A amplitude territorial do país e a exigência de grandes áreas para produção agrícola tornou os latifúndios os centros de suas regiões. Assim, “dispersos e isolados na sua desmedida enormidade territorial, os domínios fazendeiros são forçados a viver por si mesmos, de si mesmos e para si mesmos” (VIANNA, 2005, p.187). A História de Goiás, enquanto capitania, posteriormente como província e, finalmente, na condição de Estado, abrange uma vasta dimensão territorial, originada no desmembramento da capitania de São Paulo em 1749. Entretanto, a dimensão territorial de Goiás não garantia, em termos políticos e econômicos, o papel equivalente de grandeza do Estado no cenário nacional.

O Estado que chegou a ser o quarto maior do país em extensão, experimentou diversas perdas territoriais desde então, destacando o Estado de Tocantins, o Distrito Federal, o Triângulo Mineiro, entre outras áreas dos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo, nos dias atuais, reduzido a cerca de um terço de seu tamanho original (MENDONÇA, 2013, p.39). A posição geográfica centralizada do Estado de Goiás, apesar de estabelecer fronteiras com boa parte das regiões brasileiras, não o isentou da condição insular e ensimesmada, derivada das condições precárias de acesso e transporte, considerando a distância da orla atlântica.

Essas regiões autossuficientes acabaram por interditar a modernização do Brasil. Para Oliveira Vianna seria impossível criar um sentido de nação enquanto suas regiões permanecessem isoladas umas das outras e não permitissem a criação de um espírito corporativo e solidariedade moral (FONTANA, 2014, p.120). Segundo Bresciani, a “solidariedade” é o elemento básico de integração social, emergente na simbologia da Revolução Francesa, ao ascender o campo sentimental da esfera individual para o coletivo:

Assumiam, assim, o cerne das ações revolucionárias, as noções de compaixão e de piedade, antes restritas à esfera da intimidade, e impeliavam os homens na direção dos “fracos” para com eles estabelecer vínculos de “solidariedade”. Arendt argumenta que a noção de “solidariedade” encontra força persuasiva ao definir sua sede na esfera da razão e trazer para essa esfera o conceito de multidão, fosse ela de classe, de nação, ou mesmo de toda a humanidade. Diversamente da compaixão (uma paixão) e da piedade (um sentimento), a solidariedade assumiu lugar na praça pública, e passou a inspirar e a guiar a ação dos revolucionários. (BRESCIANI, 2010, p.189)

A autora afirma que a ausência desse espírito de solidariedade é “um dos argumentos de maior peso” em Oliveira Vianna, compreendendo que “a sociedade se baseia em uma hierarquia estruturada na dependência em sentido vertical sem constituir vínculos de

solidariedade no plano horizontal” (BRESCIANI, 2010, p.197). A carência de ‘solidariedade no plano horizontal’ permitiu o controle da política nacional pelos estados soberanos, na medida que os estados de menor expressão política não conseguiam agregar seus interesses para combater o contexto político em que estavam inseridos.

O contexto nacional, de grande território desconexo e disperso em insularidades, incide na relação das sociedades isoladas com os donos de latifúndios, que consolidavam oligarquias familiares como a dos Caiado em Goiás, inimigos políticos de Pedro Ludovico, uma das suas principais motivações para retirar o centro político do Estado da Cidade de Goiás, antiga capital goiana. Sobre como as sociedades isoladas no interior do Brasil estavam configuradas ao redor de grandes detentores de terras, Bresciani conclui:

A imensidão do território situado nos trópicos dispusera os grandes senhores de terras numa situação em que poucas situações os levaram a unirem esforços contra um inimigo comum. Prevalecera a independência entre os vários domínios rurais e neles o exercício da vontade soberana do senhor sobre todos os seus dependentes (BRESCIANI, 2010, p.197).

A solução para o problema do isolamento parece óbvia a partir do diagnóstico traçado: o Estado deveria tomar para si a tarefa de centralização do país, pressuposto fundamental do diagnóstico de Oliveira Vianna. É assim que nasce a Marcha para o Oeste varguista, dentro de uma concepção onde “um dos caminhos para o progresso nacional estaria na efetiva ocupação e integração de várias regiões do interior do país, bem como a exploração de suas riquezas. Integração não apenas territorial, mas racial, moral, cultural e política” (COELHO, 2010, p.107). Como aponta Vargas em um de seus discursos:

O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para Oeste. No século XVIII de lá jorrou a caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: os vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das estradas de terra, o metal com que forjara os instrumentos da nossa defesa e de nosso progresso industrial. (VARGAS, 1937, p.124).

É nesta nova visão de ocupação e modernização do interior que ocorre a transformação do Cerrado de Bioma para Território, “o lugar dos tempos lentos, dos solos pobres e improdutivos e das vegetações deformadas e feias tornou-se um lugar profícuo e estratégico para implantar o novo ideário e “modelo” de nação” (PELÁ, 2014, p.30). Esse modelo de nação é calcado na concepção de cidade como espaço necessário para desbancar os velhos modelos. Se Oliveira Vianna percebeu as fazendas como áreas isoladas, que não permitem a solidariedade necessária para a formação do espírito da nação, a cidade como aglomerado ultrapassa a pura visão economicista para se transformar no modelo de gestão populacional.

Percebia-se que uma nova “racionalidade da ocupação incorporava as categorias da cidade planejada e do sertão civilizado, princípios amplamente divulgados pela Marcha para o Oeste e ideologicamente atrelados aos interesses nacionalistas do Estado Novo” (SILVA, 2010, p.6). Logo, Goiânia surge e se consolida não apenas como a nova capital que iria atender as demandas políticas e econômicas locais, mas como um dos ícones do projeto nacional justificado pelo cientificismo de seu tempo, e em poucas décadas transformaria o espaço goiano, somando-se aos argumentos que afirmavam 1930 como um período revolucionário.

Se a transição política completava os requisitos de uma nova concepção revolucionária de transformação acíclica, se a modernidade brindava o processo de construção e crescimento urbano de Goiânia, são questionamentos salutares para compreender a cidade, mas que não tornam questionáveis a realização utópica, a partir de 1932, na planície próxima à cidade de Campinas[Figura 15][Figura 16]. Eugênio Rezende de Carvalho afirma que a semântica da utopia, atribuída à construção de Goiânia, diz respeito à um “corpo de idéias que de alguma forma guarda alguma incongruência com a realidade que a gera. Tais idéias transcendem a realidade e apontam para elementos que não existem nela” (CARVALHO, 2002, p.163). Para os goianos do começo do século XX a utopia de Goiânia esteve na possibilidade de realizar o rompimento das “barreiras de decadência e de situação marginal”.

O cientificismo que orientou os projetos políticos na primeira metade da Era Vargas, baseado em genealogias do ‘tipo brasileiro’, apoiado, em grande medida, por questões climáticas e raciais, constituíram ideologicamente diretrizes políticas e fundamentou o projeto da identidade nacional. Para Maria Tereza Chaves de Mello, “estamos diante de uma geração profundamente engajada na vida do país e interessada em decifrá-lo com vista ao seu encaminhamento na senda do progresso e da civilização, no caminho do futuro” (MELLO, 2009, p.19). O engajamento desta geração colaborou significativamente para construir Goiânia ideologicamente; porém, além do cientificismo dedicado às questões sociológicas, uma parcela da afirmação científica atuou na sua construção material.

O “progresso material” remete ao contexto que enalteceu os engenheiros, ao afirmá-los como os profissionais capazes de alavancar o progresso e fundamentar os parâmetros de modernidade, desde o final do século XIX. Segundo Josianne Francia Cerasoli (1998), o progresso material é compreendido “como condição necessária para a constituição do mundo civilizado”; os saberes científicos indicavam, naquele momento, “simultaneamente instrumento e estratégia de ação, tornariam-se fundamentais na constituição de uma sociedade civilizada, na

inserção do país nos *trilhos do progresso*” (CERASOLI, 1998, p.8). Moderno, civilizado e científico eram qualidades fundamentais vislumbradas nas expectativas do Brasil, os projetos da conjuntura social abraçaram os métodos científicos como meio da redenção.

Para Cerasoli, o período foi de “intenso otimismo no cenário brasileiro, quando os engenheiros exerciam não só a engenharia, mas as *engenharias de poder*”⁷ (CERASOLI, 1998, p.5). O trabalho da autora é dedicado à fundação da Escola Politécnica de São Paulo, em 1894, salientando-a no contexto nacional, que absorvia os profissionais desta e de outras escolas politécnicas para consolidar seu processo civilizatório. A materialização de Goiânia contou com a atuação de diversos engenheiros, boa parte deles formados em escolas politécnicas, em destaque Armando de Godoy e os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, graduados pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Além da Engenharia Civil, atuavam engenheiros-urbanistas, agrônomos e topógrafos, como é o caso de Ewald Janssen, que, entretanto, graduou-se na Alemanha antes de migrar-se para o Brasil.

A atuação de engenheiros na capital goiana não se limitou aos projetos urbanísticos e à execução desses projetos; estes profissionais atuaram significativamente na administração de instituições públicas, como no Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP) e na Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (CODEG)⁸. Além disso, atuaram assiduamente na política, elegendo-se para todos os cargos possíveis. Entre 1947 e 1950, tanto o prefeito de Goiânia, Eurico Viana, quanto o governador de Goiás, Jerônimo Coimbra Bueno, eram engenheiros formados em escolas politécnicas.

A ascendência desses profissionais no meio político viabilizou-se no contexto em que as ciências se tornaram essenciais para legitimar os projetos políticos no Brasil. A engenharia se destacou, dentre outros motivos, porque nestes projetos incluía-se o enorme desafio de reformar ou construir cidades inteiras, como Goiânia, Brasília e Belo Horizonte, mais do que cidades, cidades capitais, centros de poder. Sandra Jatahy Pesavento (2002), ao observar as intervenções urbanas em Porto Alegre no começo do século XX, comenta o cenário da atuação científica no país, sobretudo pelas técnicas da engenharia.

Há uma dimensão cultural e simbólica no projeto de modernidade que implica a transformação da existência num mundo em mudança e que encontra a sua forma de realização no meio urbano. Não é possível esquecer que o governo positivista se dispunha a pôr em prática um projeto de renovação cultural do estado que tinha na

⁷ A autora atribui a “paternidade” deste termo ao professor Alcir Lenharo (CERASOLI, 1998, p.5-6).

⁸ Ewald Janssen atuou no DVOP, na década de 1950, inicialmente sob a chefia do arquiteto Eurico Godoi. Na década de 1970, os relatórios e outros documentos do topógrafo alemão passaram a ser remetidos à CODEG.

educação o seu principal ponto de apoio. Uma Universidade Técnica, centrada na Escola de Engenharia, deveria formar uma elite adestrada para, ao mesmo tempo, imprimir a racionalização da produção e realizar as intervenções na cidade (PESAVENTO, 2002, p.263).

A autora afirma, em outra obra, que “para as elites intelectuais, vanguarda do século XIX, o progresso técnico, no âmbito do que se compreendia como cientificismo, não era apenas algo de que se ouvia falar, mas uma meta que o país devia perseguir, para atingir o *status* de “moderno”” (PESAVENTO, 1997, p.63). Entretanto, a ‘nova geração’ de críticos ao movimento intelectual anterior, apesar de rechaçar as importações culturais europeias, não conseguia desvincular-se completamente destes modelos. Naquele contexto, o escritor brasileiro Machado de Assis, por exemplo, observava tal contradição; Pesavento (1997) afirma que “a crítica machadiana aponta para o influxo externo que determina a direção do movimento – o cientificismo europeu – e alerta para os “vícios” daí recorrentes de um consumo precipitado das “novidades””; ainda assim, o escritor buscava conciliar as vantagens daquele movimento com as suas percepções; neste sentido, a autora afirma:

De certa forma, Machado de Assis legitima a reivindicação de universalidade para a cultura brasileira, considerando errada a idéia de que só havia “espírito nacional nas obras que tratam do assunto local”. Era possível, pois, tratar de temas universais versando sobre uma realidade local. Mesmo considerando as especificidades e as limitações de uma nação jovem, Machado argumentava por uma posição equidistante da visão que só lidava com a cor local (índios ou natureza, como no Romantismo), e outra que dela expurgava todos os elementos autóctones. O que considerava essencial culturalmente era o escritor ser um “homem do seu tempo e do seu país”. Buscando a universalização do nacional e vice-versa, Machado assumia uma posição nitidamente moderna (PESAVENTO, 1997, p.70).

A renovação cultural através da ciência, gradativamente, permitiu aos engenheiros a se sobreporem no papel que até então era desempenhado pelos bacharéis em direito. Essa sobreposição paulatina de papéis é denominada na historiografia de ‘crise do bacharelismo no Brasil’, que ajudou a alterar a concepção cognitiva da sociedade na forma de conectar-se com a vida prática e perceber o meio associado à experiência e, posteriormente, somou-se aos já mencionados propósitos de reordenação jurídica sugeridos por Oliveira Vianna.

Em grande medida a crise em questão representou uma ruptura de paradigmas sedimentados na vivência das práticas sociais. Até o final do século XIX os bacharéis em direito gozavam de grande prestígio social, representando a “tradição letrada e erudita entre as elites brasileiras”; boa parte destes eram filhos de grandes latifundiários que se formavam na Europa, e aderiam à ideais liberais. Estes bacharéis começaram a ascender politicamente desde o período colonial, Cerasoli discorre sobre a atuação política destes profissionais na vida pública:

O florescimento de uma cultura “mais liberal”, ainda que originária dessa erudição, teria ocorrido no período imperial, relacionado à preparação profissional de militares, advogados, médicos e engenheiros, apesar de manter o predomínio de magistrados e advogados. Afirmo que as características do ofício jurídico teriam feito com que o bacharel em direito ocupasse “o primeiro lugar” na escala profissional e social, seguido de perto pelo médico, que teria adquirido grande importância no interior das famílias e mesmo no interior, em meio à “gente pobre”. (CERASOLI, 1998, p.180).

A figura do médico e a utilização do seu saber científico como forma de poder em Goiás é representada por Pedro Ludovico, que muito fez valer seu conhecimento médico para consolidar seus argumentos a favor da mudança da capital. O interventor alegava questões sanitárias para justificar a inviabilidade da Cidade de Goiás como capital de um Estado que buscava inserir-se na modernidade. Nasr N. Fayad Chaul (1988) recorre a Itami Campos para ilustrar a atuação política de Pedro Ludovico, calcada no saber médico:

O professor e sociólogo Itami Campos, em texto intitulado “*Mudança da Capital: Uma estratégia de poder*”, analisa que grande parte da argumentação utilizada por Pedro Ludovico se calcava no seu saber médico e que “*como médico, Pedro Ludovico mal chegara ao Executivo Estadual, tentou utilizar o saber médico como estratégia de poder*”. Segundo o referido autor, “*Goiás é examinado como a um doente; o trabalhador rural e suas condições miseráveis e suas verminoses; a economia; a fartura e a indolência; o saneamento urbano e rural, a viação, as atividades escolares, o exercício das profissões, o sistema educacional; a justiça e a força pública. Em tudo, interfere, esquadrinha*”. De todos estes itens, a Saúde Pública mereceu, no parecer de Pedro Ludovico, especial atenção. Procurava interferir em todos os ramos da saúde pública, chamando a atenção do Governo Federal para o caos sanitário do Estado (CHAUL, 1988, p.76).

Em virtude disso, o médico Pedro Ludovico se consagrou na política e na história goiana, “examinando” o Estado como “a um doente” e tornando sua administração calcada nos moldes científicos, a seu modo, dentro dos seus domínios. A transformação nos modelos científicos, acentuada na segunda metade do século XIX, elevava o conhecimento técnico, em prejuízo às concepções do bacharelismo, que fundamentado em raízes europeias não atendiam mais os anseios da sociedade brasileira. Segundo Bresciani (2014), “o urbanismo moderno no encontro necessário entre o saber médico e as técnicas da engenharia” configurou “as bases das práticas sanitárias”, referenciando as intervenções nas cidades até as primeiras décadas do século XX (BRESCIANI, 2014, p.244). O caso de Pedro Ludovico, no papel de sanitarista, ilustra esta afirmação, considerando que ele avaliou a antiga capital do Estado a ponto de, até mesmo, exaurir qualquer possibilidade de intervenção, e dissimuladamente justificar o movimento mudancista.

Entretanto, é necessário enfatizar que o final do século XIX e a primeira metade do XX não inauguram os primeiros avanços científicos no Brasil; desde a chegada da Família Real, em 1808, diversas instituições científicas e escolas de ensino superior foram criadas. Entretanto,

diversos fatores acabaram remodelando instituições já existentes e demandando novas escolas, com distintas metodologias a partir das novas expectativas. No decorrer do século XIX, os modelos científicos vigentes acabaram perdendo conexões com a realidade brasileira, principalmente no campo do Direito, cuja necessidade de uma legislação adequada à população foi um dos sintomas da anunciada desconexão.

As afirmações científicas, culturais e identitárias do Brasil se encontravam frequentemente confrontadas pelas novidades europeias, como os ideais liberais e os modelos sociais instituídos diante de observações atentas aos casos revolucionários da Inglaterra e da França, por exemplo. A intelectualidade proveniente da formação no exterior não podia ser ignorada, considerando a grande parte dos intelectuais da elite brasileira que foram educados na Europa, que representava, de certa forma, um modelo de civilização a ser alcançado. Contudo, o conhecimento proveniente da educação no velho continente não poderia ser plenamente congregado no Brasil, devido à carência de originalidade dos intelectuais brasileiros com formação estrangeira e a necessidade de uma execução prática das teorias que fossem adaptadas à realidade nacional.

Por outro lado, a formação científica e intelectual nas instituições fundadas no Brasil imperial passou a representar um modelo mais retórico do que empírico. No decorrer do século XIX, o cientificismo gradualmente foi se tornando alvo de críticas, afirmativas de que o modelo vigente mais reproduzia uma ‘imagem do Brasil’ do que reconhecia o ‘Brasil real’. A movimentação favorável à Proclamação Republicana, que viria a se concretizar em 1889, ajudava a deslegitimar a formação em instituições fundadas no Império e pelo Império. O Imperador D. Pedro II do Brasil tornou-se, no decorrer de sua vida pública, um grande incentivador da erudição científica e “assíduo frequentador de exposições, expedições e reuniões de cunho científico, nacionais e internacionais”. (SCHWARCZ, 1993, p.31)

O brio da formação científica em institutos criados pelo Império foi gradativamente comutado pela revisão intelectual dos propósitos acadêmicos, decorrente da criação de novas instituições de ensino superior e a reforma outras já existentes. Acreditava-se que novos modelos científicos melhor representariam o Brasil e seriam capazes de concretizar os ideais de progresso e a modernização que torneavam as projeções nacionais. “Os opositores do regime monárquico pareciam identificados com uma mudança até certo ponto sutil nesses ideais e nesse cientificismo do século XIX, apesar de não sistematizarem suas críticas nesses termos” (CERASOLI, 1998, p.17).

A desconexão entre a ciência, sobretudo representada pelo bacharelismo hegemônico durante o império, e a realidade brasileira ocasionou a ‘crise do bacharelismo no Brasil’ e as críticas que a promoveram foram conduzidas à atuação política dos bacharéis do Direito, “o ‘bacharelismo’ e a ‘política’ vão sendo compreendidos como sinônimos e identificados como atividades retrógradas e geradoras de um discurso retórico distante da ‘realidade nacional’” (GOMES, 1994, p.10). Precisamente, crescia no cerne das aspirações nacionais a necessidade de modelos científicos capazes de representar e atuar na “realidade nacional”.

As escolas politécnicas começaram a surgir e seus graduados, de imediato, ganhavam notoriedade no âmbito social, representando a diligência primordial da atuação profissional na remodelação dos procedimentos científicos. A nova conjuntura da ciência trazia, sobretudo pela atuação de engenheiros, os benefícios palpáveis da materialização, capazes de atender as expectativas nacionais. Nesse sentido, Cerasoli afirma:

Os "homens da ciência", relacionados diretamente à pesquisa e ao trabalho teórico nas instituições, parecia perder espaço gradualmente para os "profissionais da ciência" naquele período. Essa mudança parece-nos mais relacionada com a funcionalidade dos próprios conhecimentos científicos, que apresentavam naquele momento uma tendência menos descritiva e determinista, mais pragmática e efetiva. Talvez o problema central para esses "homens" e "profissionais da ciência" tivesse sido descolado: enquanto os primeiros preocupavam-se em responder "que país é este", a nova mentalidade ocupa-se em projetar "qual país pode ser este" (CERASOLI, 1998, p.17).

O resultado da reordenação científica trouxe para o cerne do desenvolvimento nacional o “progresso material”; a ideia de civilização precisava ultrapassar o campo teórico e começar a ser vista a olho nu, tocada com as mãos. Nesse sentido, os engenheiros impulsionaram o progresso nacional, considerando a quantidade de cidades que foram fundadas, construídas, reformadas e revitalizadas. Não apenas as cidades capitais, das quais Belo Horizonte capitaneou uma lista de cidades que incluíam, inclusive, a nova capital do país, mas diversas outras do interior dos estados brasileiros foram favorecidas por este processo. Por este contexto, Ewald Janssen encontrou oportunidades de trabalho em cidades do interior de Goiás e, além de sua atuação em Goiânia, também praticou seus conhecimentos em diversas outras, com destaque para Anápolis, Morrinhos, Aparecida de Goiânia, Luziânia, Catalão e Senador Canedo.

Sobre as cidades capitais, “no movimento de idéias correntes nos meios das elites brasileiras, destaca-se o federalismo republicano, que se cristaliza por volta de 1890, permitindo aos novos estados mudarem de capital” (SALGUEIRO, 2001, p.136). O projeto da capital mineira foi encomendado a engenheiros da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, mesma escola que formou boa parte dos engenheiros que, três décadas depois, atuaram na nova capital goiana.

Cerasoli cita Nicolau Sevcenko para ilustrar esse movimento que, gradativamente, passou a representar os anseios da elite intelectual brasileira:

Os representantes dos ideais científicos e "progressistas" sentiam-se capazes, segundo ele, de "indicar um único caminho seguro para a sobrevivência e o futuro do país", tornando-se frequentemente "soberbos" ao indicar esses caminhos. Os agentes dessa "corrente transformadora" não seriam apenas governantes ou profissionais ligados a ciência, mas poderiam englobar qualquer grupo intelectual que estivesse apoiado no "mito novecentista da ciência." Para ele, o poder transformador, inerente a uma perspectiva "unitária" de modernização, instrumentalizava-se na ciência, como forma de "gestão lúcida e eficiente" do futuro do país. Nessa perspectiva, o futuro e o progresso se entrecruzariam através da ciência. "Desacreditada as elites tradicionais, só a ciência - e seus Prometeus portadores - poderia dar legitimidade ao poder" (CERASOLI, 1998, p.17).

Os engenheiros estabeleceram rapidamente a predisposição à atuação política, consideravelmente prestigiados por boa parte da sociedade, incluindo camadas mais pobres, sem limitarem-se às elites a que pertenciam. A adesão popular ao reconhecimento do progresso promovido pelos engenheiros é justificada pela capacidade de exibir o progresso de forma intelectual, mas também material. Estes profissionais acreditavam, e faziam crer que seus "conhecimentos matemáticos e físicos" promoviam "resultados práticos para a sociedade, conquistando o conforto e o bem-estar para a população" (CERASOLI, 1998, p.21).

Torna-se fulcral compreender como a 'ciência' se tornou a chave para governar, materializando o progresso, a modernidade, rompendo isolamentos e construindo cidades, como é o caso do nosso objeto, no interior do Brasil. Este exame se justifica com o propósito de compreender o contexto, tanto da condição urbana encontrada por Janssen em Goiânia no início da década de 1950, quanto o que orientou as atividades desempenhadas por ele nas décadas seguintes, considerando que a atuação do topógrafo alemão em nada pode ser dissociada do contexto que a antecede. Logo, a análise se estende ao início da construção de Goiânia, apesar da saturação de trabalhos acadêmicos neste íterim, pois neles emergiram outros engenheiros e políticos que mantiveram relações de trabalho com Janssen e atuaram na concepção física e ideológica da 'cidade planejada' no oeste brasileiro.

O problema deste, e de boa parte dos trabalhos historiográficos sobre Goiânia nas últimas décadas, consiste na revisão de uma narrativa consolidada no imaginário dos goianos, que foi disseminada para, dentre outros motivos, favorecer o mercado imobiliário da cidade. Nesta narrativa que precisa ser revisada, encontra-se a 'cidade planejada', uma representação simbólica que se configura inverossímil quando identificamos que nenhum planejamento ou Plano Diretor foi devidamente executado e respeitado, o que precisa ser problematizado. Além disso, os políticos, engenheiros, investidores e operários localmente, configurando-se como

invasores ou legalmente possuidores de porções do solo goianiense, participaram do processo científico de materialização da cidade; entretanto, nem todos tiveram suas contribuições devidamente investigadas, o topógrafo Ewald Janssen, certamente é um deles.

Desta forma, problematizar a questão incide em compreender o planejamento urbano da capital goiana, considerando o que estes planos mapearam ou ignoraram por vontades particulares. A empreitada insiste em reavaliar a ideia da ‘nova’ capital de Goiás simbolizando o progresso e a modernidade da Marcha para o Oeste, acrescentando a relação da cidade com o ‘tempo simbólico’ na conjuntura seguinte, quando os discursos e as políticas desenvolvimentistas nortearam o processo histórico. Eis o questionamento central do trabalho: o planejamento urbano de Goiânia nas primeiras décadas efetivou-se no desenvolvimento da mesma a partir da década de 1950 e permite afirmar que se trata de uma ‘cidade planejada’? Mais do que isso, a narrativa dessa ideia de planejamento, quando apropriada no mercado imobiliário, pode ser considerado um expediente literário?

A justificativa do problema está na concentração historiográfica de Goiânia nas décadas de 1930 e 1940, apoiada em narrativas memorialistas que pretendiam, dentre outros objetivos, valorizar os fragmentos da cidade no mercado imobiliário. Ao avaliar o empenho do ‘fundador’ da nova capital e seus propósitos para a cidade que foram alcançados, faz-se necessário repensar a forma como legitimaram a sua figura em um ‘herói goiano’; não apenas o interventor, mas outros dos seus contemporâneos estão inseridos neste contexto que, em síntese, estabelece uma relação entre o poder constituído, de modo geral, e a suposta ‘cidade planejada’. Além do desinteresse nas décadas posteriores ao período em que foram produzidos os memorialismos da cidade, há o desinteresse, ou desconhecimento, por parte de historiadores nas reflexões que a Coleção Ewald Janssen do Museu Antropológico da UFG subsidia.

Logo, o objetivo central deste trabalho é compreender Goiânia de uma dinâmica mercadológica do comércio imobiliário e, além disso, detalhar as contribuições deste acervo para a História de Goiás, com ênfase no planejamento de sua capital. Os fundos documentais, em geral, compõem arquivos permanentes de instituições de pesquisa, órgãos governamentais, arquivos públicos, entre outros; nestes casos, o modo que são constituídos deriva de atividades cartoriais, burocráticas e habituais, instituindo volumes amplos e gerais. Todavia, quando esses fundos passam a compor acervos museológicos significa que o conjunto de ‘objetos’ que são registrados, inventariados e acondicionados em reservas técnicas de museus carregam em si uma narrativa particular, quanto à sua origem ou finalidade que conduziu a sua composição e, conseqüentemente, sua reunião em volume único. No caso da Coleção Ewald Janssen, essa

narrativa ainda se encontra implícita, em termos historiográficos, nos documentos; considerando as raras pesquisas debruçadas no acervo e que foram realizadas, majoritariamente, por arquitetos de formação.

As metodologias empregadas pela formação acadêmica em Arquitetura e Urbanismo se distinguem das utilizadas no trabalho historiográfico, o que não quer dizer que os trabalhos produzidos por arquitetos sobre os documentos do Museu Antropológico se tornam dispensáveis a esta pesquisa; pelo contrário, os raros empenhos a compreender o topógrafo alemão foram amplamente utilizados como referencial bibliográfico. Esta pesquisa pretende somar-se a estes trabalhos e despertar o interesse na produção de outros, tanto na História quanto na Arquitetura e Urbanismo, além de quaisquer outros campos científicos em que esta investigação e sua respectiva fonte puderem contribuir.

Os objetivos secundários da pesquisa são relacionados à compreensão do planejamento de Goiânia em duas etapas: primeiramente, a da suposta ‘cidade planejada’, que atingiu o objetivo de constituir-se em uma área vazia e isolada nas proximidades do povoado que posteriormente virou um bairro na malha urbana goianiense; em seguida, faz-se necessário compreender o planejamento que se diluiu, amiúde, no auge da expansão urbana da ‘cidade desplanejada’, quando a capital goiana continuou crescendo sob as mesmas influências do mercado imobiliário que atuava no contexto anterior, entretanto não demonstrou sinais de alternativas econômicas, impactando nas questões sociais.

Além destes objetivos, o exercício profissional de Ewald Janssen também compõe demandas de compreensão importantes para a pesquisa. Torna-se fundamental a investigação detalhada da pertinência do topógrafo para o desenvolvimento urbanístico de Goiânia a partir de 1949; para tanto, o trabalho almeja atingir este propósito observando a cidade pelas perspectivas e contribuições do topógrafo e, em seguida, contemplando a perspectiva da urbanística goianiense sobre o topógrafo, com destaque aos arquitetos acima mencionados, mas abarcando também outras concepções da questão urbana que podem ampliar as análises da coleção do Museu Antropológico, e conseqüentemente, da própria atuação de Janssen.

Em termos metodológicos, há uma corrente de ‘história urbana’ bastante consolidada e, até mesmo, saturada na historiografia goianiense; esta corrente, inserida dentro da História Social ou de uma Nova História Política, se constitui em campos interdisciplinares de compreensão das cidades e se desenvolve, essencialmente, no campo da Arquitetura e Urbanismo, no caso específico de Goiânia. As análises da fonte através da história urbana

refletem o caráter técnico da atuação de Janssen, uma vez que o topógrafo participou ativamente do desenvolvimento da cidade e suas contribuições alteraram, de fato, o desenho urbano da capital goiana. Na bibliografia brasileira refletida nesta tradição de pensamento, as autoras Bresciani e Cerasoli são as maiores influências deste trabalho.

Contudo, este é um trabalho de História Cultural, tendo em vista que a sua problematização central está nas representações da ‘cidade planejada’ em Goiânia, e como estas representações contribuíram para estabelecer a cultura da cidade: através do poder constituído, no mercado imobiliário e, por fim, no imaginário dos goianos e na imagem representada pela urbe no cenário nacional. Os pareceres de Janssen sobre o planejamento urbano constituíram, de certa maneira, um monólogo literário de conceitos urbanísticos, majoritariamente ignorados pela administração pública⁹. A maior influência da historiografia brasileira neste trabalho encontra-se nas reflexões de Pesavento sobre as cidades, através da literatura. Desta forma, faz-se viável um trabalho de História Cultural sem abrir mão de reflexões da História Social, buscando conciliar as duas tradições para uma análise consistente das fontes e da bibliografia. Apesar de as referências bibliográficas e as formas de analisar as fontes concentrem maior volume na História Social, o que se justifica pela concentração da própria reconstrução histórica de Goiânia neste campo, ainda assim trata-se de um trabalho de História Cultural, de acordo com o seu problema central e objetivo principal empreendidos.

As fontes documentais do trabalho se limitam aos documentos da Coleção Ewald Janssen do Museu Antropológico da UFG por dois motivos: primeiramente, a quantidade de registros documentais da coleção é extensa o suficiente para reflexões que vão muito além do que esta pesquisa se propôs a atingir, podendo detalhar e especificar o desenvolvimento de diversos bairros de Goiânia; o segundo motivo é justificado no objetivo principal do trabalho, que busca dimensionar a relevância da coleção para a história de Goiânia e fomentar novas pesquisas neste acervo museológico.

Os cadernos de imagens, do primeiro e do segundo capítulo, ilustram majoritariamente elementos da fonte documental que podem ser visualizados na Coleção Ewald Janssen e, em alguns casos, remetem a uma comprovação de registros que sustentam os argumentos

⁹ É importante ressaltar que a desconsideração de orientações ao planejamento urbano em Goiânia não são uma exclusividade de Janssen, como o título do trabalho pressupõe, a cidade é ‘desplanejada’ pelo fato de terem sido ignorados, pelo poder público, diversos elementos fundamentais dos planos instituídos por urbanistas na capital goiana. Desde o zoneamento, que suscitava questões socioeconômicas, até à monumentalidade, que visava efeitos estéticos na cidade, tais elementos instituídos em planejamentos urbanos foram, constantemente, suprimidos por interesses políticos e de proprietários de grandes áreas na área urbanizável e redondezas.

propostos no trabalho. Logo, o leitor não necessariamente deve buscar as figuras correspondentes na medida em que são referenciadas na composição do texto, caso priorize o conteúdo da pesquisa e a procura pela respectiva figura dificulte a fluidez na leitura.

O primeiro capítulo contextualiza a construção de Goiânia na historiografia goiana e no âmbito nacional. A interiorização do país, alavancada pelo projeto da Marcha para o Oeste, reforçava no contexto goiano as ideias progressistas e modernizadoras do país, justificadas pelos modelos científicos revisados nas décadas anteriores. Contudo, o que permitiu exemplificar a capital goiana como uma ‘cidade planejada’ perde sustentação quando uma análise aprofundada se debruça sobre o assunto. Mesmo considerando a materialização e o crescimento horizontal da cidade que se estenderam subsequentemente, devem ser ponderados os efeitos das expectativas individuais: pela promessa de ‘qualidade de vida’ em um lugar moderno e planejado, pelo enriquecimento com o mercado imobiliário ou pelas mais básicas possibilidades de sobrevivência.

O sucesso da representatividade simbólica de Goiânia no projeto nacional, bem como o de sua consolidação material enquanto metrópole, é resultado do contexto em que a ciência se tornou um elemento fundamental para justificar o progresso e a modernidade inseridos no discurso revolucionário do Governo de Vargas. O aspecto político-ideológico que fundamenta a narrativa da Revolução de 1930 sugeriu uma transformação social calcada nas Ciências Sociais, sobretudo nas perspectivas de Oliveira Vianna; entretanto, essa narrativa se tonificou em uma transformação do espaço que a nova capital goiana ajudou a trilhar. A transformação do espaço evidenciada neste contexto corrobora com as mudanças no paradigma científico que permitiu a engenheiros, arquitetos e urbanistas se estabelecerem como os profissionais capazes de materializar esse progresso.

A atuação dos engenheiros em Goiânia, especialmente aqueles formados em escolas politécnicas, foi respaldada por esta conjuntura, que encadeou o exercício desses profissionais nos canteiros de obras e nos gabinetes políticos. O progresso que construiu cidades inteiras em descampados isolados foi a enunciação de um ‘tempo outro’, científico e revolucionário, que submeteu os goianienses aos impasses administrativos entre o Estado e a Prefeitura, instituições que mais atuaram a favor do mercado imobiliário que pelo planejamento urbano. Dessa forma, o primeiro capítulo é dedicado a essa contextualização, a fim de compreender o ponto de partida da atuação de Janssen, a partir da década de 1950, e as precariedades do planejamento urbano que começavam a se revelar na capital de Goiás.

O segundo capítulo verticaliza a atuação de Janssen em Goiânia nas décadas seguintes, compreendendo a dimensão de sua contribuição à cidade e a sua relação com a conjuntura da expansão urbana tensionada entre interesses estatais, econômicos e da sociedade. Apesar desta expansão, a atuação do topógrafo está inserida em um contexto marcado pela carência de planejamento urbanístico. Os conflitos de interesses particulares estão evidenciados em outros meios de referência historiográfica, como os recortes de jornais, encontrados na coleção de documentos analisada, que foram selecionados pelo próprio Janssen e compreendem publicações de resenhas jornalísticas e diários oficiais, se ajustando aos problemas da urbanização de Goiânia por ele mencionados nos seus pareceres técnicos.

O *Cadastro Suburbano de Goiânia*, realizado em 1947, permitiu o dimensionamento dos assentamentos espontâneos¹⁰ estabelecidos na cidade desde os primeiros anos de sua construção. Dessa forma, os operários alijados em boa parte da historiografia sobre a cidade explicitaram a necessidade de regularizar suas moradias, exercendo uma pressão social sobre o Estado, que até então havia controlado o planejamento urbano e despendeu maiores esforços em construir, propagandear e comercializar áreas na cidade. No conturbado contexto entre 1950 e 1980, o segundo capítulo detalha, primeiramente, a ótica sobre Goiânia pela interpretação de Janssen e, posteriormente, as reflexões na perspectiva dos raros pesquisadores que analisaram a atuação do topógrafo, através dos documentos do Museu Antropológico ou outras fontes.

O terceiro capítulo relativiza diversos aspectos da urbanística goianiense apresentados no decorrer dos dois primeiros capítulos, ignorando a ordem cronológica dos acontecimentos, propositadamente e/ou convenientemente; buscando compreender a multiplicidade de tempos históricos oscilantes na conjuntura de Goiânia. Em síntese, o seu propósito é alinhar o dilema, mencionado acima, entre as duas tradições metodológicas, que se tornam complementares neste trabalho por oportunizarem uma observação apurada das fontes e, conseqüentemente, da história de Goiânia. Por conseguinte, este capítulo de encerramento não possui subdivisões, o que representa um movimento involuntário ao compreender a dinâmica da cidade que não pode ser facilmente isolada em temáticas. Contribuiu para essa estruturação a experiência de leitura a respeito das cidades, sejam aquelas elaboradas por especialistas ou mesmo literárias, propiciando uma conexão por vezes aparentemente desconexa, mas que faz sentido na perspectiva de encerramento que se propõe nesse trabalho.

¹⁰ Bresciani (2014, p.246) institui uma ressalva à espontaneidade desse movimento, quanto se trata de invasões de propriedades particulares em que se percebe a existência de “organização e liderança”.

CAPÍTULO I

1. GOIÂNIA: A CIDADE DO PLANEJAMENTO E A CIDADE EM RETALHOS

DO RIGOR NA CIÊNCIA

...Naquele Império, a Arte da Cartografia alcançou tal Perfeição que o mapa de uma única Província ocupava toda uma Cidade, e o mapa do império, toda uma Província. Com o tempo, esses Mapas Desmesurados não foram satisfatórios e os Colégios de Cartógrafos levantaram um Mapa do Império, que tinha o tamanho do Império e coincidia pontualmente com ele. Menos Afeitas ao Estudo da Cartografia, as Gerações Seguintes entenderam que esse dilatado Mapa era Inútil e não sem Impiedade o entregaram às Inclemências do Sol e dos Invernos. Nos desertos do Oeste perduram despedaçadas Ruínas do Mapa, habitadas por Animais e por Mendigos; em todo o País não há outra relíquia das Disciplinas Geográficas. (Borges, 1999, p.247)

O mapa do Império do conto-parágrafo de Jorge Luis Borges ilustra metaforicamente dois elementos fundamentais neste trabalho. O primeiro deles corresponde à própria fonte que instiga a investigação, a “Coleção Ewald Janssen”, sendo seu maior volume físico estruturado na forma de mapas, que impressionam pela quantidade de informações cartográficas a respeito dos bairros da capital, em pleno processo de urbanização, a partir da década de 1950, e de outras cidades do interior de Goiás. O segundo elemento é o “rigor na ciência”, pressuposto sobre o qual fermentou o cientificismo legitimador dos discursos de progresso e de modernidade particulares da Marcha para o Oeste, tanto pela materialização e remodelagem de cidades ou bairros na obra de arquitetos, urbanistas e engenheiros; quanto pelo aspecto político-ideológico proveniente de juristas, sociólogos, literatos, artistas e historiadores.

O contexto da Marcha para o Oeste tornou-se matriz indissociável da consolidação urbana de Goiânia, pois nele se constitui o planejamento da cidade e a concretização da cidade planejada. As obras reproduziram os mapas projetados na escala real, como a finalidade acabada em si, da ocupação territorial, da materialização do “dilatado Mapa”, que até o final da década de 1940 buscou garantir a sua existência nos moldes do que fora projetado. Entretanto, o engendramento das cidades se estabelece diante de suas finalidades, e o caminho inverso de produzir finalidades na composição de uma vida urbana demanda mais do que o elemento da ocupação territorial. A finalidade da existência do lugar conduz sua própria sobrevivência, que no caso goianiense deveria evitar o porvir das “despedaçadas Ruínas” nos “desertos do Oeste”.

Genilda Darc Bernardes analisa o “fenômeno urbano” goianiense em sua tese, observando como o debate acaba se restringindo aos projetos e suas aplicações práticas:

De um modo geral, o debate sobre planejamento urbano está impregnado de fragmentos de teorias que acabam sendo inadequadas ao entendimento do objeto em questão, principalmente porque este fica geralmente restrito às aplicações práticas dos chamados planos diretores (BERNARDES, 1998, p.14).

As teorias e teorizações do planejamento se fizeram abundantemente presentes na construção historiográfica da nova capital goiana, entretanto a hipótese da autora orienta que “a construção do espaço urbano em Goiânia se dá pelo embate entre duas racionalidades diferentes. Uma é aquela que preside o planejamento e a outra é a que move o cotidiano das práticas sociais” (BERNARDES, 1998, p.14). A primeira racionalidade é evidente na construção do espaço e na construção narrativa da cidade, pela intervenção autoritária do Estado que estabelece a gestão do espaço urbano com justificativas administrativas dentro de um contexto político. Neste cenário, o planejamento constitui, além do projeto urbano, o projeto político do Interventor Federal que idealizou a mudança da capital de Goiás.

Em Goiânia, o planejamento proposto no contexto da Marcha para o Oeste foi reservado com sucesso pelo Estado até o Novo Código de Edificações de 1947, ferramenta legal que desencadeou “a história do ‘desplanejamento’ de uma cidade planejada” (GONÇALVES, 2002, p.19). Nas décadas seguintes, ao decreto de instruções urbanísticas acima, identificou-se uma considerável transformação urbana e um intenso crescimento demográfico na nova capital, quando a contagem relativa à sua população transitou do número de 53.389 residentes em 1950 para 717.526 em 1980 (IBGE, 2019). Entretanto, apesar dos dados significativos de crescimento, o período em questão é referenciado por alguns autores como um ‘hiato’ de planejamento e orientações urbanísticas por parte do Estado, “uma lacuna na história urbana de Goiânia, que compreende justamente o interstício entre o Estado Novo e o surgimento de uma nova situação política de repressão pós-64” (GONÇALVES, 2002, p.111).

Essa “lacuna na história urbana de Goiânia” deve-se essencialmente a três fatores; o primeiro deles é a escassez de fontes de pesquisa desse período, considerando que muitos trabalhos dedicados à cidade alegam tal dificuldade que, particularmente, a Coleção Ewald Janssen ajuda a superar por concentrar-se nesta etapa do desenvolvimento de Goiânia. Os

documentos encontrados no acervo do Museu Antropológico, com data possível de ser identificada, abrangem o período de 1941 até 1983¹¹.

O segundo fator aqui elencado corresponde à concentração narrativa na figura de Pedro Ludovico ao tratar da mudança da capital em Goiás, através de uma veneração intencionada a reforçar o mito genealógico do lugar. Ao observar o contexto da construção de Goiânia desde os primeiros movimentos políticos mudancistas do interventor federal, Jales Guedes Coelho Mendonça afirma que “concomitantemente com o “mito de origem”, estava em marcha a edificação de outro processo de mitificação – o do herói” (MENDONÇA, 2013, p.355). Decorrente deste pretexto na construção histórica (memorialista), a maior parte da bibliografia produzida para Goiânia é centrada nas décadas de 1930 e 1940, destacando o empenho político do Interventor Federal de Getúlio Vargas em Goiás e ressaltando os projetos dos urbanistas Atílio Correa Lima e Armando de Godói, juntamente com a atuação dos irmãos e engenheiros Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno.

O terceiro e último fator a ser considerado como motivador na composição da lacuna historiográfica acima citada é a complexidade em compreender o “desplanejamento” da cidade, associado ao acelerado crescimento demográfico, acrescentando ao contexto a inserção de um novo momento político e econômico no Brasil, sob o efeito das políticas nacional-desenvolvimentistas. A industrialização prevista para Goiânia neste contexto está amplamente destacada nos documentos de Janssen que, de acordo com suas propostas urbanísticas, transpareceu-se entusiasta dos prognósticos de desenvolvimento industrial¹².

A ideia da ausência de planejamento urbano, identificada em Goiânia a partir de 1950, resulta dos efeitos percebidos pela abertura da área urbanizável da cidade ao raio de quinze quilômetros a partir das coordenadas nulas, ou marco zero, situado na praça central da capital, a Praça Cívica. O código de edificações que passou a vigorar em 1947 autorizou a criação de novos bairros e loteamentos pela iniciativa privada, retirando do Estado a exclusividade do comércio imobiliário e reduzindo o seu controle no planejamento urbano. Esse código, efetivado pelo governo de Jerônimo Coimbra Bueno (1947-1950), no intervalo entre os dois

¹¹ Os documentos da coleção com data anterior à chegada de Janssen em Goiânia – entre 1941 e 1949 – decorrem das suas solicitações aos estudos prévios de áreas em que iria atuar; nestes casos, tratam-se de mapas planimétricos e projetos preliminares de loteamentos produzidos por outros profissionais, documentos que, todavia, foram arquivados pelo topógrafo alemão junto aos demais da coletânea enquanto esta configurava o seu acervo pessoal. Quanto à outra margem do período mencionado (1941-1983), quando não mais se identifica qualquer indício, no acervo ou na bibliografia, da atuação de Janssen como engenheiro topógrafo na cidade, todos os documentos datados entre 1977 e 1983 correspondem à recortes de jornal selecionados e conservados por ele.

¹² Janssen sugeriu, em documento de proposições ao Código Municipal datado de 1952, a reserva de três Cidades Satélites, sendo duas com caráter industrial e outra com caráter residencial.

períodos de governos de Pedro Ludovico, atendia interesses particulares daqueles que possuíam ou adquiriram terras no entorno da cidade e aguardaram o momento de explorar a rentabilidade destes investimentos.

Em outra particularidade da construção de Goiânia, a intensa demanda por trabalhadores na construção da cidade estabeleceu assentamentos espontâneos, principalmente nas margens dos córregos da região e da cidade de Campinas. O desenvolvimento destas estruturas, por sua vez, demandou políticas de inserção e adequação destes agrupamentos habitacionais à malha urbana a partir de 1947. A abertura da área urbanizável oficializou e tomou para a cidade uma parcela considerável de áreas com casas e ruas sem planejamento, abrigando pessoas que também se submeteram às promessas e expectativas da nova capital; afinal, “os trabalhadores que vieram para construir Goiânia, verificamos, não abandonaram os mapas cognitivos nos quais buscaram referência para resolver os seus problemas e atuar no mundo”. (BERNARDES, 1998, p.20). No mesmo ano de promulgação do novo código de edificações, acima citado, foi realizado o Cadastro Suburbano de Goiânia¹³, buscando dimensionar os assentamentos espontâneos estabelecidos nos arredores da cidade planejada.

Em síntese, Goiânia no final da década de 1940 abria as portas para a aluvião de promessas feitas desde a fundação da cidade e em consequência encadearam-se novas promessas, resultando no crescimento populacional percebido nas décadas seguintes, de um número treze vezes maior em 1980 que o contabilizado pelo *Instituto Nacional de Estatística*¹⁴ em 1950. Dentre todas as expectativas trazidas para a nova capital goiana pela Marcha para o Oeste, a mais eficaz foi empreendida no mercado imobiliário e nesta atividade se concentrou a maior parte da realização econômica da cidade na segunda metade do século XX. A partir da década de 1950, o desenvolvimento de indústrias passava a compor fortemente as pautas governamentais no Brasil, em razão do discurso do Nacional Desenvolvimentismo que passou a prevalecer. Desta forma, a possibilidade de uma significativa industrialização no Planalto Central acentuou as expectativas sobre Goiânia.

A apropriação do Nacional Desenvolvimentismo no discurso e nas políticas públicas é o que caracteriza os governos no período deste recorte (1950-1980)¹⁵, a intervenção do estado na economia favorecia o desenvolvimento industrial como agente de aceleração do crescimento

¹³ Levantamento de aglomerações urbanas que não constavam no planejamento da cidade e, até então, não constituíam a cidade propriamente dita. (GONÇALVES, 2002, p.92-93)

¹⁴ IBGE, na atualidade.

¹⁵ Juntamente com o cenário de repressão imposto pela Ditadura Militar estabelecida em 1964, que pouco foi diretamente referenciado em termos urbanísticos através dos documentos da Coleção Ewald Janssen.

econômico. Entretanto, a prefeitura de Goiânia acabava de prover condições para a expansão do mercado imobiliário e os aportes econômicos da agropecuária incipiente no Estado¹⁶ contribuíam para uma política despreocupada com o desenvolvimento das indústrias na cidade. Desde o início da construção de Goiânia, o governo estadual buscou meios financeiros e administrativos para garantir a empreitada, ocasionando uma sobreposição espontânea do Governo de Goiás sobre os encargos da prefeitura goianiense. Essa relação atravessada propiciou a comodidade em relação a autossuficiência econômica da capital, uma vez que o Estado fornecia os subsídios de manutenção e desenvolvimento de Goiânia com recursos provenientes de outros municípios¹⁷.

A expectativa de desenvolvimento econômico de Goiânia através da industrialização não acompanhou o crescimento demográfico nas décadas correspondentes à atuação de Janssen; nem a política nacional que apoiava esse modelo econômico foram suficientes para o desenvolvimento deste setor de modo compatível ao aumento populacional na cidade. A Coleção Ewald Janssen permite fomentar este argumento, considerando a preocupação do topógrafo com o zoneamento e a delimitação de áreas da Capital exclusivamente para o desenvolvimento das indústrias que não foi efetivada pelo Estado. No caminho inverso às sugestões do topógrafo, sua capacidade técnica foi aproveitada pelo poder público para produzir ainda mais loteamentos residenciais, aquecendo o mercado de imóveis e ocultando outras perspectivas econômicas da capital.

A atuação de Janssen, conforme vislumbrada na sua coleção documental, pautou-se nas circunstâncias convenientes à sua profissão, nos interesses públicos e privados, em pressões

¹⁶ Ao discorrer sobre o transporte ferroviário em Goiás, através da “*Estrada de Ferro Goiás*”, Barsanufio Gomides Borges (2004) ressalta “a economia goiana que vivia quase exclusivamente do boi, desde a crise da mineração, diversificou sua pauta de exportação com a melhoria dos meios de transportes. Ao lado da pecuária de corte, a agricultura começou a se organizar como atividade comercial, principalmente com a cultura do arroz, na região da estrada de ferro. Esse produto agrícola que antes “apodrecia nas roças”, por falta de transporte para escoá-lo, passou então a ser largamente exportado”. No decorrer das décadas de 1930 e 1940, o autor complementa que “mesmo com a crescente concorrência do transporte rodoviário, a maioria das exportações e importações goianas ainda continuou sendo realizada pela via férrea até o final dos anos 50” (BORGES, 2004, p.95-96).

¹⁷ As cidades que tiveram seu cenário econômico despontando em Goiás desde o começo do século XX acabaram fomentando uma insatisfação com as vantagens de Goiânia perante a tutela administrativa do Estado, o que incidiu nas manobras políticas que determinaram as prioridades da implantação ferroviária. Borges afirma que “grupos políticos da cidade de Goiás e comerciantes de Anápolis, aliados ao “imperialismo mineiro”, se organizaram contra a ligação ferroviária de Goiânia, exigindo que o projeto original da estrada fosse executado – ou seja, que os trilhos fossem prolongados até a antiga capital. O ramal de Goiânia, com mais de noventa quilômetros de extensão, mudava o traçado da ferrovia e alterava o cronograma de implantação. Ademais, a ligação ferroviária de Goiânia colocava em xeque interesses políticos e regionais. A nova capital, que naturalmente se configurava como novo centro de poder, logo se despontaria como pólo econômico, rivalizando-se com a cidade de Anápolis, que até então controlava boa parte do comércio na região central do estado” (BORGES, 2004, p.98). As circunstâncias destes acontecimentos promoveram a implantação da ferrovia até Anápolis em 1935, e até Goiânia somente em 1950 (2004, p.88).

sociais, em perspectivas para o futuro, em imprevisto e em muito trabalho, considerando a numerosa quantidade de bairros em que atuou durante o período de duas décadas. A situação de mudar-se para uma cidade em plena expansão urbana, com o conveniente conhecimento técnico de engenheiro, especialista em tecnologias de medição [Figura 2], tornou Janssen operante na composição do desenho urbano de Goiânia.

A contribuição do topógrafo pode ser questionável para arquitetos e urbanistas, entretanto, ela é irrefutável para a história goianiense. Há questionamentos plausíveis quanto às incoerências na conduta de Janssen em Goiânia, pois o mesmo que defendeu a “moralização dos negócios de lotes”¹⁸ foi eficiente na produção numerosa destes; além disso, a remuneração de seu trabalho foi, em muitos casos, efetuada através de permutas em que o topógrafo capitalizava lotes e terrenos produzidos na execução de sua atividade profissional. Na coleção do Museu Antropológico, o nome *Ewald Janssen* aparece na assinatura de documentos, cartas, relatórios e projetos, sendo identificado como proprietário da área em muitos deles [Figura 6].

A parte planejada da cidade, os assentamentos espontâneos e os novos bairros criados após 1947 compuseram os ‘retalhos’ de uma malha urbana desconexa; o imprevisto de Janssen se fez pela conexão destes elementos, tanto no exercício topográfico quanto no aspecto social, considerando que além de interligar bairros, através de ruas e avenidas, foi necessário interligar comunidades, interesses, residências e locais de trabalho. O topógrafo, ao corrigir “êrros de cálculos” (Ewald Janssen, 1951b) [Figura 4] em projetos anteriores e participar da regularização de áreas ocupadas por trabalhadores, atuou na ‘cidade em retalhos’ e lidou com a dimensão dos lapsos que o Plano Diretor original ou suas alterações não conceberam no desenvolvimento de Goiânia, pois deles projetaram-se mapas, mas não a integralidade da vida social.

Os mapas de Janssen retratam a lacuna historiográfica citada e, assim como assinala a epígrafe sobre o ‘mapa do império’ de Borges, a documentação cartográfica da Coleção Ewald Janssen foi de expressiva utilidade e chegou a um enorme detalhamento técnico pelo rigor científico dos recursos da topografia, seguindo ‘questionáveis’ vias do urbanismo. Sem embargo, estes mapas e a história de como eles foram reproduzidos na escala real, constituindo bairros da cidade, também acabaram se tornando desinteressantes e entregues às “inclemências do sol e dos invernos”, relegados ao ostracismo, longe das reflexões acadêmicas que elas

¹⁸ Em documento – analisado adiante – sobre a *DELIMITAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS E DAS CIDADES SATÉLITES DA CIDADE DE GOIÂNIA* (Ewald Janssen, 1952a, p.1).

poderiam ensejar. Muito ainda pode ser estudado e observado sobre a ‘cidade em retalhos’ que destoa daquela que foi eficientemente comercializada aos poucos na forma de lotes e promessas.

O recorte preterido pela historiografia goianiense (1950-1980) expõe as fragilidades da narrativa aclamada no recorte privilegiado pela história memorialista da cidade, correspondente aos quinze anos seguidos em que Pedro Ludovico se manteve no cargo máximo do Estado (1930-1945). Nos preceitos em que a construção de Goiânia está indissociável ao contexto da Marcha para o Oeste, por outro lado, a sua expansão demográfica pouco traduz a ambiência do nacional desenvolvimentismo em que está inserida; afinal, no decorrer da década de 1960 já haviam afirmações de que as “condições urbanas de Goiânia” eram as “piores possíveis”, ao proceder assuntos pertinentes às indústrias (FOLHA DE GOIÁS *in* Ewald Janssen, 1965a) [Figura 12]. Nesse interstício, a cidade sofreu na suposta coerência harmoniosa de seu tempo e o planejamento cedeu à desordem caótica entre os anseios financeiros dos especuladores imobiliários, que incluíam o próprio Estado, e a expectativa esperançosa dos sobreviventes urbanos que se estabeleceram na ilegalidade da cidade para construí-la.

1.1. A cidade planejada da Marcha para o Oeste

Ao detalhar o planejamento urbano de Goiânia neste trabalho consideramos o desenvolvimento da cidade desde a sua fundação, em 1933, até o Decreto-Lei 574, de maio de 1947, que representa a abertura para o contexto da expansão urbana em que Janssen está inserido. Apesar da extensa bibliografia que abrange a ‘cidade planejada’, sua análise auxilia a compreensão da dinâmica do “desplanejamento” urbano na capital a partir de 1947, além de apresentar a atuação de outros engenheiros, urbanistas e políticos que intercederam nesta sequência e consequentemente se relacionaram com a atuação do topógrafo alemão na cidade.

A hipótese do “desplanejamento”, bem como o uso deste termo, são originais da obra *Goiânia: uma modernidade possível*, de Alexandre Ribeiro Gonçalves (2002, p.19); o autor também utilizou a Coleção Ewald Janssen enquanto fonte documental. A pesquisa que resultou nesta obra considerou e acessou tanto os mapas quanto os documentos do acervo, além de outras fontes. Todavia, apesar do trabalho de Gonçalves evidenciar uma rica contribuição de Janssen nas décadas de 1950 e 1960, pouco foi produzido sobre a coleção desde então.

Na obra assinalada, Gonçalves enfatiza que a atuação do topógrafo alemão coincide com o período conturbado no desenvolvimento da cidade, compreendendo um hiato de orientações

urbanísticas por parte do Estado, quando a iniciativa privada e a regularização de áreas marginalizadas nortearam o desenvolvimento urbano. A ‘cidade planejada’, nesse caso, é atribuída basicamente ao Plano Diretor, do urbanista Atílio Correa Lima, e ao Plano de Urbanização de Goiânia, que são alterações ao projeto original da cidade produzidas pelo engenheiro Armando de Godoy. Nesse sentido, além do planejamento orientado por estes dois profissionais, a atuação dos irmãos e engenheiros Jerônimo e Abelardo Coimbra Bueno, através da firma Coimbra Bueno & Cia. Ltda., também constitui elemento fundamental na compreensão da construção da cidade nas suas primeiras décadas.

A participação de Armando de Godoy na construção de Goiânia¹⁹ antecede os primeiros projetos da cidade; seu nome já aparece, de forma controversa, na historiografia desde a escolha do local em que a cidade seria construída, relacionado às atividades da comissão²⁰ indicada para tal finalidade. Em dezembro de 1932 foi nomeada, pelo decreto nº 2.737, a comissão para escolher o local da nova capital, que acabou definindo a cidade de Campinas para abrigar a cidade. Segundo Chaul, Armando de Godoy emitiu relatório aprovando o local escolhido:

A comissão endossou, por inteiro, o parecer da subcomissão, aprovando, em reunião de 04 de março de 1933, o local escolhido, nos moldes descritos acima. A escolha do local foi aprovada também pelo Engenheiro Armando Augusto de Godoi em relatório ao Interventor, como uma maneira de trazer a opinião de um técnico de gabarito, não residente em Goiás e com especialização no exterior (CHAUL, 1988, p.72).

Nesse passo, a preocupação de Pedro Ludovico em vincular nomes de profissionais notáveis e reconhecidos ao planejamento de Goiânia é um dado recorrente na bibliografia especializada; era necessário que “sua construção se apoiasse nos princípios do urbanismo moderno e que fosse projetada por um nome de prestígio” (GONÇALVES, 2002, p.31). Luiz Gonzaga Montans Ackel (1996, p.100) corrobora com a perspectiva de prestigiar a concepção

¹⁹ O nome da nova capital – Goiânia – foi oficialmente instituído em 02 de agosto de 1935, através do Decreto nº 327, publicado no *Correio Oficial*. O referido decreto constituiu o município de Goiânia, fundindo a ele os municípios de Campinas, Hidrolândia e parte dos territórios de Anápolis, Bela Vista e Trindade. (GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, 2019)

²⁰ Autores que abordam este assunto, incluindo alguns dentre os selecionados neste trabalho, divergem em aspectos da atuação e composição da comissão (e subcomissão) para a escolha do local da nova capital, bem como sobre o papel de Armando de Godoy neste processo. Para Chaul (1988), a comissão era composta por seis membros, listados em nota: “Dom Emanuel Gomes de Oliveira, arcebispo de Goiás; João Argenta, urbanista; Colemar Natal e Silva, advogado; Antônio Pirineus de Souza, militar; Antônio Augusto Santana e Gumercindo Alves Ferreira, comerciantes”. Para este autor, em outro momento, “foi escolhida uma subcomissão para efetuar os estudos das regiões”, e esta era composta por três membros, repetindo o nome de “J. Argenta” e acrescentando “Jerônimo Curado Fleuri (engenheiros) e Laudelino de Almeida” (CHAUL, 1988, p.71 e 88). Em outra referência, Mendonça (2013, p.289-335) afirma que os oito membros acima citados integravam a comissão (ou *comitê*) e detalha como esta foi subdividida na subcomissão. Entretanto, o autor verticaliza os desdobramentos políticos da atuação deste grupo, por remeter a uma hipótese importante de sua pesquisa – que será mencionada adiante – sustentada à luz de estudos mais amplos sobre o processo mudancista em outras fontes documentais, pormenorizando a finalidade e a atuação de cada membro, além dos assuntos, o que orienta a compreensão de boa parte das inconsistências historiográficas.

da nova capital com profissionais respeitáveis na área do urbanismo; para ele, Armando de Godoy seria a primeira opção de Pedro Ludovico para elaborar o projeto da cidade, o que não ocorreu devido ao excesso de atividades desempenhadas pelo engenheiro junto à prefeitura do Rio de Janeiro. Sobre essa questão, Mendonça (2013) defende a hipótese de que a criação de uma comissão para a escolha do local da nova capital foi uma “encenação governamental”, para somente endossar a opção por Campinas, previamente selecionada por Pedro Ludovico. Nesta hipótese, a comissão era composta por membros, cuja maioria era passível do controle do governante:

Os serviços de Armando de Godói estavam acertados desde o final do ano de 1932. Estrategicamente, portanto, o urbanista de renome nacional não integrou o grupo de oito membros porque seu mister resumir-se-ia a tão-somente examinar a área selecionada pela comissão, não lhe cabendo efetuar comparações entre sítios. Se não fosse o receio governamental de perder o controle da comissão, certamente Armando Godói desempenharia em Goiás o mesmo papel que Aarão Reis cumpriu em Minas Gerais, o que resultaria em estudos e relatórios mais consistentes. (MENDONÇA, 2013, p.300)

Para Mendonça, a “encenação” da comissão foi uma manobra política para acalmar a disputa acirrada entre diversos municípios, dispostos a abrigar a nova capital desde que essa ideia começou a ser ventilada. Tal disputa é referenciada em diversas obras e, dentre os diversos municípios apontados, destacaram-se: Pires do Rio, Bonfim, Batá (Ubatan) e Campinas²¹, dos quais a última foi enfim selecionada, “considerando que a mesma se achava no local mais centralizado da parte mais povoada do Estado, bem como possuía ótimas terras e topografia apropriada para a edificação de uma nova e moderna capital” (CHAUL, 1988, p.72).

A participação de Godoy na decisão sobre o local para edificação da nova capital foi decisiva; além disso, reforçava politicamente a necessidade de transferir a capital. “Godoy fez um amplo relatório onde demonstrou a necessidade de se transferir a capital e a viabilidade econômica de tal empreendimento” (GONÇALVES, 2002, p.33). O relatório também continha

²¹ Mendonça cita uma publicação no *Correio Oficial*, ordenada pelo diretor do órgão de publicidade do governo estadual. A publicação em questão referenciava uma entrevista do deputado federal Domingos Vellasco, datada de 27 de junho de 1935; na entrevista publicada, o parlamentar teria afirmado, dentre outros assuntos, que “Armando de Godói, em companhia de Benedito Vellasco, este irmão do parlamentar, estudou as localidades de Campinas, Bomfim, Ubatan e Pires do Rio, lançando posteriormente sua opinião sobre *cada uma delas*” (MENDONÇA, 2013, p.305). Mais adiante, o autor cita outra publicação, em que o próprio parlamentar declara que “o Dr. Armando de Godoy e meu irmão Benedito Vellasco guiaram-se, para aprovar a escolha de Campinas, nos dados do segundo relatório. É claro que eles não foram verificar a sua exatidão. Confiaram nos que lhes foram apresentados, oficialmente, como eu também nelles louvei” (DOMINGOS VELLASCO, 1935 *apud* MENDONÇA, 2013, p.307). Desta declaração, o autor conclui que “Armando de Godói se fiou apenas na conclusão da comissão e examinou tão-somente o município campineiro”. Chaul cita as mesmas cidades (Pires do Rio, Bonfim, Batá e Campinas), destacando que estas “localidades reuniam os requisitos básicos para sustentar a nova capital: abundância de água, bom clima, topografia adequada e proximidades com a estrada de ferro” (CHAUL, 1988, p.71).

diretrizes ao plano da cidade e trechos contendo detalhes técnicos que o projeto deveria demandar. Quanto aos conceitos de cidade planejada em que Goiânia estava inserida, Godoy observava naquele contexto:

Outrora, a idéia de construção de uma cidade [...] tinha um significado bem diferente. Antigamente tal idéia significava, em geral, uma fantasia de povo rico, uma preocupação de ostentação, de megalomania e de gasto dos dinheiros públicos em obras de luxo, só possíveis nas épocas de grande prosperidade [...] Hoje, graças à evolução social e à circunstância de ter a Humanidade entrado francamente na fase industrial, a cidade moderna é um centro de trabalho, uma grande escola em que se podem educar, desenvolver e apurar os principais elementos do espírito e do físico do homem...(GODOY, 1933 *apud* ACKEL, 2007, p.136).

Todavia, o primeiro projeto da nova capital é atribuído à Atílio Corrêa Lima, contratado por Pedro Ludovico, respaldado por um “parecer altamente favorável” elaborado por Armando de Godoy (ACKEL, 2007, p.139). Atílio nasceu em Roma, em 8 de abril de 1901, filho único do casamento de um renomado escultor brasileiro e uma mãe italiana, viveu a infância entre a Europa (principalmente Itália e França) e o Brasil. Estudou na Escola Nacional de Belas Artes (ENBA) do Rio de Janeiro, tendo sido ali aluno de seu próprio pai e conheceu o urbanista Lúcio Costa, responsável pelo projeto da nova capital federal, em 1957. Atílio formou-se engenheiro-arquiteto em 1925 pela ENBA e realizou pós-graduação, cursando urbanismo no *L’Institute d’Urbanisme de L’Université de Paris*, até 1930, recebendo o título de “Diplomado em Estudos Especiais de Urbanismo” (2007, p.15-32).

O currículo e a experiência de Atílio o credenciavam como poucos profissionais de sua época para projetar a nova capital goiana, “era o único profissional brasileiro com pós-graduação em Urbanismo, era professor na ENBA e havia trabalhado com Agache²² em seu Plano para o Rio de Janeiro” (GONÇALVES, 2002, p.34). Aceitando o convite de Pedro Ludovico, Atílio foi a Campinas para “estudar o local e iniciar o projeto da nova cidade”. O urbanista relatou que “inúmeras foram as dificuldades”, sendo que “os recursos financeiros eram ínfimos e os métodos de construção ainda primitivos”. (LIMA, A. C. Entrevista concedida ao jornal Correio da Noite-RJ, em 04 de julho de 1942 *apud* ACKEL, 2007, p.137)

Apesar das dificuldades relatadas por Atílio, seu contrato foi firmado, resultando no Decreto 3.547, de 6 de julho de 1933, que o encarregava do projeto da futura capital do Estado e norteava os detalhes técnicos deste, vislumbrando uma população de 15.000 habitantes no núcleo central e 50.000 habitantes no restante da cidade. O contrato fixava a quantia de cinquenta e cinco contos de réis (55:000\$000) como pagamento pelos serviços, creditados em

²² Plano Agache, Primeiro Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, modelo de planejamento para o restante do país. (ALMEIDA, 2005, p.461)

quatro parcelas, e os serviços deveriam ser concluídos em cento e oitenta (180) dias. Além do plano da cidade, o contrato firmado contemplava a elaboração de projetos para diversos edifícios públicos:

Conforme o contrato Atílio deveria projetar também diversos edifícios públicos, como o Palácio do Governo, a Secretaria Geral do Estado, a Diretoria Geral de Segurança e Assistência Pública, o Palácio da Justiça, o Palácio da Instrução, o Quartel da Força Pública, um hotel com 60 quartos e o prédio da Prefeitura Municipal. Além destes edifícios públicos também deveria elaborar os projetos de 20 tipos diferentes de casas para os funcionários públicos estaduais e municipais. (ACKEL, 2007, p.137)

Atílio não discordou da região escolhida para a construção da nova capital, mencionando a atuação da comissão composta por “técnicos de renome”, porém discordou e alterou o local indicado previamente para situar o núcleo central da cidade. A alteração levava em conta a topografia da região e outros quesitos técnicos, dos quais destacam-se: a formação sedimentar do terreno, sua consequente declividade que interferiria no abastecimento de água e na drenagem da rede de esgotos e a distância relativa, tendo como referência a estrada de rodagem (ACKEL, 2007, p.138-139). Ciro Augusto de Oliveira e Silva destaca as influências de Atílio na constituição do primeiro plano urbanístico de Goiânia, bem como o contexto histórico em que este plano foi desenvolvido, afirmando que:

O plano urbanístico da cidade, apresentado pelo arquiteto e urbanista Atílio Corrêa Lima, revelava a sua admiração pelos princípios clássicos de concepção de uma cidade e a sua formação urbanística da escola francesa. Ele tinha como meta projetar um espaço urbano compatível com as atividades ligadas à produção industrial, à civilização contemporânea e ao mundo moderno. Esse modelo de urbanismo, apresentado por ele no início da década de 1930, era coerente com as propostas políticas e socioeconômicas da revolução de 30. O traçado por ele proposto levou em conta a configuração do terreno, a necessidade do tráfego, o zoneamento e o loteamento, fatores que nortearam a proposta do plano urbanístico da cidade de Goiânia. O plano, de princípio clássico, buscava ressaltar um efeito de monumentalidade. Foram adotados como modelos os planos de remodelação e de construção de capitais europeias e norte-americanas, tais como Versailles, Karlsruhe²³, e Washington (SILVA, 2007, p.91).

Um dos eventos mais emblemáticos e difundidos sobre Goiânia foi o lançamento da pedra fundamental que ocorreu, com pompa e circunstância, como é característico de eventos dessa natureza, em 24 de outubro de 1933. Em seguida, tiveram início as obras de edificação da nova capital do Estado de Goiás, emergindo a urgente necessidade de alavancar o seu mercado imobiliário, o que pode ser evidenciado em decretos oficiais de Pedro Ludovico. No Decreto nº 2.851, de 13 de janeiro de 1933 (SABINO JUNIOR, 1960, p.69), o interventor autorizava o Governo do Estado a contrair empréstimos em instituições financeiras do país,

²³ Na Coleção Ewald Janssen constam quatro cartões-postais e um mapa cartográfico desta cidade alemã.

justificados pelas despesas provenientes da construção da capital. O Decreto nº 4.941, de 1º de setembro de 1934 cria o Departamento de Propaganda e Vendas de terras, definindo os preços dos lotes em uma tabela, de acordo com as zonas e dimensões das ruas ou avenidas.

ZONA COMERCIAL									
Lote situado em Avenida c.60m de 1g		7\$200	o	m ²					
“ “ “ “ “ 30 “ “ “		5\$400	o	m ²					
“ “ “ “ “ 25 “ “ “		5\$000	o	m ²					
“ “ “ Rua “ 17 “ “ “		3\$600	o	m ²					
ZONA RESIDENCIAL									
Lote situado em Avenida c.25m de 1g		2\$000	o	m ²					
“ “ “ Rua “ 17 “ “ “		1\$200	o	m ²					
“ “ “ Rua “ 12 “ “ “		1\$000	o	m ²					
ZONA INDUSTRIAL									
Lote situado em Avenida c.60 ou 50m de 1g		5\$000	o	m ²					
“ “ “ “ “ 25 “ “ “ “		3\$500	o	m ²					
“ “ “ Rua “ 25 “ “ “ “		2\$500	o	m ²					

OBSERVAÇÕES: - Se o terreno fôr em esquina, terá um acréscimo de dez por cento (10%); se fôr em praça, acrescentará quinze por cento (15%); se fôr em esquina e em praça, acrescentará vinte por cento (20%), quando o terreno for em esquina prevalece o preço dado para a rua de maior largura. (SABINO JUNIOR, 1960, p. 132)

A fixação de preços dos lotes antecede a concretização do Plano Diretor da cidade, que embora tenha sido encomendado em julho de 1933 ao urbanista Atílio Corrêa Lima, a conclusão do projeto ocorreu, consonante à solicitação, somente em janeiro de 1935 (1960, p.81;111). A tabela de preços acima estabelecia regras viabilizando a venda de lotes que ainda não existiam em um mapa ou projeto, mas deveriam ser imaginados de acordo com características específicas. A aquisição de empréstimos decorrentes das despesas com as obras da capital e o estratégico comércio de lotes imaginários colaboram para compreender a urgência do Estado em recuperar fundos e suas expectativas baseadas em soluções imobiliárias. Tais expectativas foram inegavelmente atendidas, considerando a consolidação da capital e o crescimento urbano acelerado observado nas décadas seguintes.

Neste cenário em que Goiânia começou a irromper no descampado do centro do país, os profissionais da construção civil foram requisitados e eram atraídos pela enorme demanda de trabalho, juntamente à prosperidade iminente em terras financeiramente promissoras. Insere-se neste núcleo, a partir de novembro de 1934, os irmãos Coimbra Bueno, que foram nomeados para coordenar a Superintendência Geral de Obras e no mês seguinte assinaram um contrato, através da *Construtora Coimbra Bueno & Cia. Ltda.* para administrar as obras do Estado. Para Gonçalves, os irmãos “acumularam assim o duplo papel de contratados e contratantes”, a situação denota que “incoerência e interesses particulares foram mesclados com uma outra

imagem, que passava sentimentos de altruísmo e dever cívico” (GONÇALVES, 2002, p.35). Os irmãos Coimbra Bueno formaram-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1933, mesma formação e escola em que Armando de Godoy havia se graduado em 1909.

A exigência contratual sobre o prazo de seis meses foi suficiente para Atílio atender à demanda do projeto da cidade, porém insuficiente para a implantação efetiva e execução das obras dos edifícios públicos. O atraso implicou a indicação de Jerônimo Coimbra Bueno como engenheiro-fiscal por parte do Governo Estadual e na exigência de que Atílio residisse no local das obras. Atílio elaborava os projetos no Rio de Janeiro e seu deslocamento até o local das obras além de desgastante levava aproximadamente três dias. Surgiram desentendimentos com os irmãos engenheiros Coimbra Bueno, sobretudo pela “formação cultural diferenciada” e pelos interesses comerciais operados pela empresa dos irmãos. Atílio entendia que os irmãos “tudo faziam para obter vantagens nos negócios imobiliários da nova capital” (ACKEL, 2007, p.144).

Em janeiro de 1935 Atílio entregou ao Estado um “extenso relatório” que correspondeu ao seu *Plano Diretor da Cidade*, contendo a planta geral e o detalhamento do Setor Central. Contudo, em abril do mesmo ano, diversos motivos levaram-no a rescindir os contratos firmados com o Estado²⁴. Gonçalves (2002, p.35) cita quatro deles: “divergências com a *Construtora Coimbra Bueno*”, “o descontentamento de Pedro Ludovico com o atraso e a morosidade nas obras”, “pressões por parte da família” de Atílio para que este retornasse ao Rio de Janeiro e “a falta de pagamento” por parte do Estado. Ackel detalha este período em seu trabalho biográfico sobre o urbanista:

Atílio ficou trabalhando em Goiânia cerca de dois anos. Neste curto espaço de tempo teve que realizar com prioridade, a implantação da cidade propriamente dita. Quanto aos edifícios, vários deles estavam projetados, mas apenas três deles e algumas residências estavam com suas obras iniciadas. [...] A família Corrêa Lima retornou ao Rio de Janeiro no início de 1935 após residirem por um ano e meio nas obras de Goiânia. Deixaram o setor central e o setor norte da cidade já implantados, e alguns edifícios públicos em fase adiantada de construção. O palácio do Governo e do Grande Hotel já estavam erguidos e sendo externamente revestidos. O edifício da Secretaria Geral encontrava-se com a laje do primeiro pavimento concluída e das vinte casas dos funcionários públicos em construção, algumas delas já em fase final de obra (ACKEL, 2007, p.147).

Com a rescisão de Atílio, Armando de Godoy foi contratado pela firma dos irmãos Coimbra Bueno como consultor técnico, em 1936, a fim de suprir a carência de um urbanista

²⁴ Ackel (2007, p.137;145) evidencia que o contrato firmado entre Atílio Corrêa Lima e o Estado de Goiás, legalmente, demandou o intermédio da pessoa jurídica *P. Antunes Ribeiro e Cia*, logo, a rescisão do contrato se deu entre Atílio Corrêa Lima e a firma que ele representava.

renomado²⁵ na construção da cidade. Ao revisar o projeto de Atílio, Godoy elaborou o *Plano de Urbanização de Goiânia*, que constituiu o Decreto-Lei municipal 90-A. A cidade passou a ser pensada através de zoneamentos dispostos em cidades-satélites; além disso, medidas legais foram tomadas a fim de limitar a expansão por novos bairros antes do adensamento dos bairros central e norte.

O plano de urbanização de Goiânia foi aprovado na administração do prefeito Venerando de Freitas Borges, através do Decreto-Lei municipal 90-A, de 30 de julho de 1938. No seu artigo 1º, foram determinadas as áreas urbanas e suburbanas da cidade. A área urbana compreenderia os setores Central, Norte, Sul, Oeste e Satélite Campinas, além das áreas para o Aeroporto, Zoológico, Hipódromo e os parques Buritis, Capim Puba e Bandeirantes. No artigo 2º, foram aprovadas as plantas de arruamento e loteamento dos setores Central, Norte, Sul e Satélite Campinas. Neste decreto, não constavam as plantas relativas ao Setor Oeste. A área destinada ao setor foi delimitada na planta e apenas indicado que deveria ser projetado em 1950, através do concurso entre urbanistas brasileiros. As avenidas Oeste, Alameda dos Buritis, Alameda Botafogo e as ruas 101, 106, 134, 133, 136, 135 e 115, no Setor Sul, foram concebidas como avenidas-parque circundando a cidade. O Decreto-lei 90-A aprovou ainda as plantas dos distritos de Hidrolândia, Ribeirão e São Geraldo. (GONÇALVES, 2002, p.47-48)

Para Gonçalves (2002, p.37;42) é possível concluir que Godoy atuou mais no “campo das ideias”, deixando a execução das obras a cargo dos irmãos Coimbra Bueno, que criticavam a indisponibilidade do engenheiro-urbanista, por dedicar uma atenção secundária às demandas de Goiânia. A *Construtora Coimbra Bueno* realizou a contratação de diversos profissionais, compondo um significativo quadro de técnicos de Engenharia Civil, Topografia, Arquitetura e Urbanismo. A atuação de Godoy também foi importante para desenvolver projetos e dedicar atenção redobrada ao Setor Sul, juntamente com a contribuição do engenheiro agrônomo Werner Sonnemberg. Apesar dos projetos elaborados no final da década de 1930 (Ewald Janssen, [s.d.]) [Figura 8], o Setor Sul só começaria a ser habitado a partir da década de 1950, inclusive contando com alterações promovidas por Ewald Janssen.

Nos detalhes da disputa que se estabeleceu nos anos seguintes quanto à autoria do projeto original da Goiânia, Atílio alegava uma “*omissão sistemática*” de seu nome por parte dos irmãos Coimbra Bueno (ACKEL, 2007, p.151-157). As solenidades relativas ao Batismo Cultural da capital acirraram a disputa quanto ao legado do projeto da capital goiana, o evento

²⁵ Apesar de possuir a mesma formação que os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno, boa parte da bibliografia especializada refere-se a Armando de Godoy como engenheiro-urbanista, ou apenas como urbanista. A especialização de Godoy na prática do urbanismo se deve à conceituada atuação e produção intelectual do mesmo, em diversos projetos alheios a Goiânia, principalmente no contexto das revisões urbanísticas do Rio de Janeiro nas décadas de 1920 e 1930.

representou a inauguração oficial da cidade, ocorrida em 5 de julho de 1942²⁶. Nos documentos formais do interventor, como convites às personalidades e autoridades, notas de jornal e outros meios utilizados a fim de tornar público o evento necessitou-se nomear os responsáveis pela construção da cidade.

Em face disso, se boa parte da historiografia defende o legado de Atílio à nova capital, poucas referências seguem a via contrária, afirmando que o legado dos Coimbra Bueno também é vítima do alijamento no processo historiográfico, mediante as atuações políticas como ‘pessoa física’ dos irmãos, coadunadas às atividades da ‘pessoa jurídica’ da construtora de que eram proprietários, somando-se ainda ao contexto as glebas de propriedade destes irmãos²⁷, que vieram a compor bairros inteiros na nova capital. Wilton de Araújo Medeiros, por exemplo, afirma que “grande parte da historiografia goiana tende a minimizar o trabalho de Coimbra Bueno em Goiânia, preferindo associá-lo, por isso, aos “gananciosos imobiliários”” (MEDEIROS, 2013b, p.118).

A disputa de autoria entre Atílio e os Coimbra Bueno ilustra a importância de Goiânia no projeto nacional de Getúlio Vargas. A cidade erguida em um dos estados mais isolados do país, em menos de uma década já aclamava a chegada dos ‘novos bandeirantes’, desbravadores que rompiam o vazio do Planalto Central com ideias e projetos, não mais em busca da promessa do ouro, mas do progresso e da modernidade. Nesse caso, a disputa compreendia para os envolvidos o legado do projeto cidade, o currículo profissional, a publicidade imobiliária, o discurso da modernidade, a afirmação do progresso e o enriquecimento individual. Nesse cenário, Anamaria Diniz (2007, p.184) ressalta uma enorme diferença de tratamento concedido aos Coimbra Bueno, que segundo a autora eram sobrinhos de D. Gercina, esposa de Pedro Ludovico²⁸. Além disso, os irmãos tinham influência política no Rio de Janeiro. Diante destes

²⁶ O *Batismo Cultural de Goiânia* foi um ato cerimonial para celebrar o surgimento da cidade. Candice Vidal e Souza (2002) dedica um artigo a detalhar e contextualizar o evento: “O dia 5 de julho de 1942 é considerado como data de cerimônia convencionalmente chamada de inauguração, mas designada localmente como Batismo Cultural de Goiânia. [...] A programação dos 11 dias de atividades festivas durante o mês de julho de 1942 é transcrita por Pimenta Netto, com a ressalva de que “o programa sofreu sensíveis alterações, dada a ausência de alguns oradores e de várias personalidades”. [...] É significativo o fato de que um ritual de importância local, ou quando muito restrito ao âmbito das autoridades governamentais, é organizado para ser uma multiplicidade de atividades de ordem nacional, convergentes para Goiânia. Os encontros e congressos chamariam a atenção do país para nova capital do oeste” (SOUZA, 2002, p.83-86).

²⁷ Medeiros (2013a, p.6) afirma que a aquisição de áreas em Goiânia pelos Coimbra Bueno deu-se como remuneração pelos serviços prestados, na estratégia de Pedro Ludovico em “contornar o problema dos baixos salários” que o orçamento da construção da capital possibilitava.

²⁸ Em outra referência, Medeiros (2013a, p.6) remete ao parentesco entre Pedro Ludovico e os Coimbra Bueno como primos. Em geral, as referências bibliográficas não mencionam qualquer grau de parentesco entre as partes.

vínculos, aos Coimbra Bueno eram oferecidas maiores vantagens contratuais, como ressalta a autora:

Foram-lhe oferecidas, em forma de pagamento, além de valores fixos por obra executada, comissões e terrenos na nova capital. O tratamento foi muito diferente do que merecera “o especialista”, o urbanista Corrêa Lima. Para os “recém formados” e “inexperientes”, “quase tudo” foi oferecido, eles eram sócios do Estado no empreendimento da construção da nova cidade, Goiânia. (DINIZ, 2007, p.186).

De um lado, Atílio viu seu Plano Diretor ser menosprezado, muitas vezes referenciado como um anteprojeto²⁹, seja por meio das revisões e alterações feitas por Armando de Godoy, ou mesmo através da execução das obras pela Construtora Coimbra Bueno. Por outro lado, os irmãos engenheiros utilizavam-se dos meios publicitários e da imprensa para elevar o nome da Construtora, que atuou em diversas regiões brasileiras, e incluíam em seu currículo o projeto de Goiânia. Em 1946, entregaram uma carta ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra, em que se credenciavam para elaborar o projeto de Brasília³⁰, sem remuneração imediata (ACKEL, 2007, p.154-155).

Nessa ambiência, além da supressão ideológica ao legado de Atílio, em geral, a historiografia goianiense concorda que o Plano Diretor foi consideravelmente desfigurado pela atuação dos Coimbra Bueno, com a colaboração de Godoy. O projeto do Setor Sul foi o primeiro estandarte da desfiguração, por trazer conceitos urbanísticos distintos das ideias originais de Atílio e promover uma nova forma de representar a modernidade de Goiânia. Em resposta à uma ação judicial do Governo do Estado de Goiás contra a Construtora Coimbra Bueno, em 1943, Atílio afirma:

A firma, logo após a minha retirada de Goiás quando tomou a direção das obras de Goiânia, iniciou um serviço intenso e sistemático de propaganda do que estava feito, projetado e em andamento na referida cidade.

De todos os meios possíveis se utilizaram: cinema, rádio, imprensa.

²⁹ O próprio Armando de Godoy utiliza este termo em um telegrama ao jornal *Correio da Manhã* com o propósito de desmentir que teria afirmado anteriormente que os projetos de Atílio eram “tecnicamente perfeitos”. A participação de Godoy como consultor-técnico da construtora Coimbra Bueno acabou por acirrar a disputa, e ampliar o embate pessoal entre os conceituados urbanistas, que trocaram correspondências sobre os impasses ocorridos. Há suspeitas quanto à autoria do telegrama, e dadas as contradições de Godoy, seu filho manifesta a *saúde mental abalada* do pai, decorrente de um derrame cerebral. (ACKEL, 2007, p.155-157).

³⁰ Luiz Sérgio Duarte da Silva (2002) detalha a participação dos irmãos Coimbra Bueno na mudança da capital federal. Para o autor, Jerônimo Coimbra Bueno “foi o homem que construiu politicamente Brasília”, conseguiu a adesão de Juscelino Kubitschek à causa da transferência quando este ainda era candidato à presidência. Posteriormente, quando este tornou-se Presidente da República, Jerônimo foi seu braço direito e coordenava as ações no Congresso. Por sua vez, Abelardo Coimbra Bueno “era o teórico (ao lado de Gilberto Freyre, Pedro Calmon e Afonso Arinos) da civilização sertaneja”, utilizando Goiânia como exemplo de como “a transferência havia mudado a mentalidade dos goianos” (SILVA, 2002, p.129-152). O autor afirma que os Coimbra Bueno não participaram da construção física de Brasília porque Juscelino Kubitschek condicionou tal atuação dos engenheiros ao desligamento de Jerônimo da UDN, partido pelo qual era Senador na ocasião (2002, p.131).

Nas revistas técnicas abordavam os diversos problemas suscitados pela construção de uma nova cidade, sempre sob a responsabilidade de Coimbra Bueno & Cia. Ltda.

Esta propaganda estendeu-se até mesmo a revistas estrangeiras.

A omissão sistemática do meu nome como autor do plano, já em parte realizado, e a citação exclusiva e indefectível de ‘Construtores da Cidade de Goiânia’, só pode ser interpretada como má fé. [...]

A referida firma, conservou, por ser quase impossível desfigurar, o que estava projetado e executado; entretanto, na zona sul entendeu por simples extravagância, contratar o urbanista Dr. Armando de Godoy para projetar um bairro de forma inteiramente diversa do critério por mim adotado. Desse projeto fez larga publicidade, inclusive no estrangeiro. Em obra recente, por deficiência de esclarecimentos exatos, saiu publicado em livro de autor de renome como o falecido Werner Hegemann, o bairro sul de Goiânia, como sendo a cidade de Goiânia (Carta-resposta de Atílio Corrêa Lima a Rodrigo Duque Estrada, em 22/02/43, p.2 in ACKEL, 2007, p.152-153)

A utilização dos meios de divulgação para louvar a ‘autoria da cidade’ também compreendia o discurso da modernidade, meio de propagar e valorizar o mercado imobiliário de Goiânia por onde seu nome pudesse chegar. As alterações em projetos, além de tentar suprimir nomes e relegar outros “construtores da cidade de Goiânia”, buscavam chamar a atenção para um projeto de cidade de acordo com as ‘mais modernas práticas’ do urbanismo do século XX. No documento datado de 12 de fevereiro de 1952, *“EXPOSIÇÕES SÔBRE A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÂNIA”*, Ewald Janssen, sem citar os responsáveis pelas alterações no projeto original da capital, trata da atuação de Atílio e as consequências que se seguiram ao projeto que ele afirma ter sido “mutilado em vários sentidos”. Após quase duas décadas de interferências, assim refletia Janssen sobre o assunto:

Seria ousadia criticar o projeto elaborado pelo saudoso urbanista Dr. ~~Abílio~~ (riscado e corrigido para “Atílio”) Correa Lima. Suas ideias e sua visão geral estão acima de qualquer crítica e encontra a admiração de todos, entendidos ou não no assunto. Infelizmente, esse plano foi mutilado em vários sentidos, e em setores adjacentes as ideias foram abandonadas por completo e projetados bairros de traçados retangulares e monótonos³¹.

Além de erros principais, os excessos de cruzamentos de ruas com a Avenida mais importante, a Anhanguera, é condenável. Fôra de projetos de responsabilidade oficial um grande numero de projetos particulares foi executado, que representa, sem dúvida, uma louvável iniciativa particular: Mas, com exceção de uns poucos, todos outros bairros são orientados por interesses puramente financeiros não visando o conjunto organico da urbanização geral orientando obrigatoriamente todos os demais projetos particulares no sentido das explicações acima feitas (Ewald Janssen, 1952b, p.2).

Das reflexões de Janssen destaca-se um aspecto interessante, contrastante com boa parte da historiografia goianiense sobre a questão, o ponto de vista do topógrafo em que a exploração do mercado imobiliário através da iniciativa privada e do próprio poder público não configurou uma atividade totalmente condenável, mas até “louvável”, levando em conta o momento que a cidade vivia, no contexto da consolidação de Goiânia e da Marcha para o Oeste. O que se

³¹ Sobre os “bairros de traçados retangulares e monótonos”, Janssen se referia à setores como o Oeste e o Bueno, que apresentam esta configuração retangular destoante no desenho original da cidade [Figura 17].

tornava lesivo à urbanização adequada era a exploração indiscriminada do mercado imobiliário, através de “interesses puramente financeiros”, na emblemática confusão entre o público e o privado, que define interesses políticos e econômicos em meio à vida social na cidade.

O sucesso da especulação imobiliária contribuiu para garantir que Goiânia consolidasse as promessas de seu tempo; a direção em que o projeto nacional apontava o progresso era validada pelo lucro certo que a capital já podia oferecer em tão pouco tempo. Gonçalves cita uma publicação do jornal *O Popular*³² sobre a urbanização percebida na década de 1950 e a valorização dos lotes que se encontravam dentro da área urbana planejada:

A população urbana da capital já atingia cerca de 40.000 pessoas e praticamente todos os lotes do Setor Central estavam ocupados ou nas mãos de particulares. O Jornal O Popular de 14 de janeiro de 1951 noticiava a grande valorização desses terrenos, que foram adquiridos no princípio por “oito ou dez mil cruzeiros, no centro urbano” e já estavam custando “até 200 mil cruzeiros”. Os lotes dos setores Sul, à venda desde 1937 e os do Setor Oeste, à venda desde o início dos anos 40, ainda estavam relativamente baratos (GONÇALVES, 2002, p.70).

Nesse cenário, a década de 1940 caracterizou-se pelo desenvolvimento de diversos bairros, tanto dentro quanto fora dos limites estabelecidos pelo planejamento urbano disposto no Decreto-Lei 90-A e outros, como o Decreto-Lei 2.104 de 27, de julho de 1937, e o Decreto-Lei 11, de 6 de março de 1944³³. As regulamentações do desenvolvimento urbano neste período correspondem a uma iniciativa do Estado, sobretudo do próprio Pedro Ludovico, cioso por garantir o controle do espaço urbano. Para o autor, “a intervenção do Estado no controle do espaço urbano nesse momento mostrou-se correta” e, apesar das alterações de Godoy no projeto original configurarem uma ‘desfiguração’ (conforme Atílio) ou uma ‘mutilação’ (conforme Janssen), “o Interventor seguiu fielmente as recomendações do Plano de Urbanização de Goiânia e garantiu que o plano fosse executado como deveria” (GONÇALVES, 2002, p.59).

³² Fundado em 1938, O Popular tornou-se o jornal de maior circulação no Estado e colaborou na publicidade da capital goiana. Castro Costa (1985) ressalta com entusiasmo a importância da imprensa regional na consolidação da cidade, citando O Popular e diversos outros periódicos que influenciaram no contexto: “A capital Goiana sempre encontrou na imprensa a sua maior e mais espontânea colaboradora. Desde o início de sua edificação, quando muita gente nem sequer acreditava que fosse possível levar adiante tal obra, teve ela na rede de jornais brasileiros verdadeiros amigos e animadores. A começar pela imprensa regional, citemos, como vanguardeiro da idéia, o decano “*Correio Oficial*”, cuja vida, a partir de 1933, foi em grande parte dedicada à propaganda ideológica e sociológica de Goiânia. “*O Social*”, editado na cidade de Goiaz, muito trabalhou também pela concretização definitiva da empreitada. “*Jornal de Goiânia*”, “*Folha de Campinas*”, “*O Popular*”, “*Folha de Goiaz*”, na capital; “*Voz do Sul*”, “*O Anápolis*”, “*A Luta*”, em Anápolis; “*O Kró*”, em Caldas Novas; “*Burití*”, em Burití Alegre; “*Jornal de Goiaz*”, “*Nossa Folha*”, em Pires do Rio, e outros, são periódicos goianos que se bateram pela causa de Pedro Ludovico, merecendo todos eles uma reverência respeitosa de agradecimentos” (COSTA, 1985, p.79).

³³ O Decreto-Lei 11 “proibiu qualquer tipo de loteamento na zona urbana da cidade pelo espaço de cinco anos” (GONÇALVES, p.59); ou seja, até o ano de 1949.

Não obstante o controle do interventor, preocupado em priorizar o desenvolvimento dos setores Central e Norte, já despontavam grandes projetos de bairros, como o Setor Sul, o Setor Oeste e o Setor Aeroporto, implantados e ocupados somente a partir da década de 1950, cada um deles em contextos específicos. Além desses projetos, a atuação dos irmãos Coimbra Bueno, em áreas das quais eram proprietários, sobrepôs-se às predisposições do planejamento urbano previstas nos instrumentos legais; nas proximidades da antiga cidade de Campinas³⁴ constituiu-se o *Setor Campinas de Goiânia*, conhecido como Vila Coimbra neste contexto. A área havia sido adquirida pelos Coimbra Bueno como remuneração pelos serviços prestados e foi “a primeira área privada anexa à toda a área de cidade que pertencia ao Estado, sendo o primeiro loteamento privado dentre os inúmeros loteamentos que futuramente iriam caracterizar a malha urbana” (MEDEIROS, 2013a, p.7).

O jornal O Popular, de 19 de julho de 1943, propagandeava a região, “sem nenhum receio de exagero ou otimismo”, como um “estímulo a emprego de capital”. Na publicação do jornal, estimulava-se o investimento na região, cujo investidor estaria “assegurando assim a tranquilidade da família”. A matéria do jornal, que pouco se distingue entre o jornalismo e a publicidade, ilustra as observações registradas por Atílio na carta endereçada à Rodrigo Duque Estrada em 1943, ao afirmar que os lotes do *Setor Campinas de Goiânia* (Vila Coimbra) eram “verdadeiros presentes de COIMBRA BUENO & CIA. LTDA.”, lastreando o investimento na convicção de que “os construtores da cidade de Goiânia, garantem seguro emprego de capital e uma rápida valorização”. O texto expõe detalhes da forma de pagamento pelos lotes e encerra afirmando que estes, “HOJE custa uma ninharia – AMANHÃ uma fortuna” (O POPULAR, 1943 *apud* GONÇALVES, 2002, p.60).

A promessa de enriquecimento se estendia entre os Setores Sul e Oeste, pertencentes ao Estado e dispostos no *Plano de Urbanização de Goiânia*, estabelecido em 1938. O Decreto-Lei Municipal 90-A conseguiu controlar boa parte do desenvolvimento de Goiânia até 1950; porém, o comércio intenso de propriedades particulares se estendia a diversas áreas nas proximidades da capital, seja pelos loteamentos lançados à revelia do planejamento urbano pelos Coimbra Bueno, ou pelas distintas glebas de arrendadores imobiliários que aguardavam a liberação da prefeitura para lotear e implantar bairros em suas propriedades.

³⁴ Campinas passou a compor Goiânia no dia 02 de agosto de 1935, através do Decreto nº 327, e aprovada como a primeira cidade-satélite de Goiânia pelo Decreto-Lei 90-A de 1938, já citados.

É possível afirmar que os primeiros especuladores imobiliários da nova capital tenham sido o Coronel Andreino de Moraes e sua esposa Bárbara de Sousa Moraes, doadores dos terrenos situados entre os córregos *Bota-Fogo* e o *Capim Puba*, local escolhido para erguer a cidade. Na escritura datada de 27 de outubro de 1933, o Coronel e sua esposa doaram as terras à prefeitura de Campinas que posteriormente foram doadas ao Estado; sobre esse processo de cessão, Chaul afirma: “é importante ressaltar que boas parcelas de terras eram repassadas ao Estado pelos fazendeiros, resguardando-se, parte delas, para futura valorização” (CHAUL, 1988, p.95).

Além das áreas de propriedades particulares, loteadas ou apenas arrendadas, e das áreas pertencentes ao Estado, dispostas em bairros implementados ou somente projetados, há que se considerar neste segundo caso uma terceira situação. Nas áreas pertencentes ao Estado desenvolveram-se clandestinamente bairros (ou vilas), que diante das circunstâncias de se construir uma cidade no interior do Brasil vieram a abrigar parte significativa da mão-de-obra na nova capital. Os operários do gigantesco canteiro de obras, local onde seria erigida uma cidade, compõem um segmento fundamental a este trabalho, daqueles que fizeram uso da urbe, a edificaram e a diversificaram. O sociólogo Itami Campos ressalta a importância destes personagens:

Pedro Ludovico foi o idealizador e fundador de Goiânia. Atilio Correia Lima e Armando Augusto de Godoy elaboraram o projeto arquitetônico da cidade. Os irmãos Abelardo e Jerônimo Coimbra Bueno foram os construtores de Goiânia. A historiografia oficial praticamente se limita a estes nomes em sua referência aos construtores da capital goiana. Na verdade, os construtores de Goiânia foram mais de 4 mil anônimos operários que, vindos do interior do Estado, de Minas, de São Paulo e do Nordeste, alojados em ranchos de capim e em casinhas de madeira, recebendo ‘vales’ no final do mês, trabalharam duramente e construíram uma cidade que passou a ser o símbolo do dinamismo de um Estado que até então se duvidava existir (CAMPOS, encarte do *Jornal Opção*, 1980 *apud* CHAUL, 1988, p.109-110 e 162).

Em geral, a tentativa de datar a origem de assentamentos espontâneos em qualquer que seja a cidade decorre de um empenho impreciso. Em Goiânia, as moradias irregulares despontaram, principalmente nas margens do Córrego Botafogo, na medida em que aumentava a demanda por mão-de-obra na capital. Das diversas ‘invasões’ que se estabeleceram na cidade desde a sua fundação, destacavam-se no Cadastro Suburbano de Goiânia, realizado em 1947, a Nova Vila, o Botafogo (junto ao córrego homônimo), uma área na Avenida Oeste, a ‘Macambira’ (próximo ao córrego Areião, área destinada ao Setor Pedro Ludovico), e outra área além do final da Avenida Contorno. Sobre o Cadastro Suburbano dedicou-se às áreas situadas à leste dos Setores Central e Norte; além desta região, destaca-se a Vila Operária, nos

limites de Campinas, em terras que também pertenciam ao Estado. Medeiros delinea os antecedentes deste contexto marcado pelo “máximo de urbanização, mínimo de urbanismo”:

O poder público personalizado na pessoa de Pedro Ludovico já havia concretizado o ideal de construção da metrópole, e realizado o sonho de inaugurá-la. Porém, a fixação de famílias em locais não planejados levou Ludovico a lotear espaços suburbanos à Leste, dantes ermos, e neles destinar alguns espaços públicos ao que posteriormente ficaria conhecido como Setor Leste. Essas mudanças no Plano de Urbanização, não previstas em 1938, prenunciavam as fortes transformações pelas quais a cidade iria passar, evidenciando que o plano de construção da metrópole se concretizou. Porém, as idéias para a continuidade de sua urbanização não se cristalizaram (MEDEIROS, 2010, p.114-115).

No contexto da legalização dos bairros populares, dentre outros situados em áreas pertencentes ao Estado, emergiu a atuação de Ewald Janssen. Desde o Cadastro Suburbano de Goiânia, a década de 1950 marcou oficialmente a inclusão de diversos aglomerados habitacionais e a regulamentação de moradias populares, onde residiam aqueles que até então não passavam de ‘anônimos na malha urbana’. As habitações que se encontravam à margem da cidade planejada para representar o sucesso do projeto nacional, abrigavam os marginalizados da história de Goiânia, homens que construíram a nova capital goiana em condições precárias.

O sucesso de Goiânia na conjuntura nacional não poderia mesmo ser dissociado pela historiografia da figura do interventor, Pedro Ludovico Teixeira, que liderou o governo do Estado entre 1930 e 1945; dentre as funções de Interventor Federal e Governador, foi eleito em 1950 e retornou ao Governo do Estado entre 1950 e 1955. No hiato compreendido entre estes governos de Ludovico, Jerônimo Coimbra Bueno foi o primeiro governador eleito em Goiás e cumpriu seu mandato entre 1947 e 1950. A historiografia, em geral, considera o ato político de Jerônimo uma traição a Pedro Ludovico; Diniz é uma das autoras que corroboram a hipótese da traição política:

À luta subterrânea podemos acrescentar os interesses políticos que tiveram os engenheiros Coimbra Bueno, braços direitos do então interventor. Posteriormente, traíram o tio e se tornaram, além de donos de grande parte das terras da nova capital, uma vez que eram remunerados pelos serviços de obra civil com terrenos, opositores políticos do tio, pois Jerônimo Coimbra Bueno, o sobrinho mais velho, foi governador do Estado de Goiás contra Pedro Ludovico.

Parece que o tio não tinha a dimensão do que desejavam seus sobrinhos, uma vez que foram dados poderes aos engenheiros como fiscais, gerentes das obras, funcionários públicos estaduais, ao mesmo tempo em que a empreiteira “Coimbra Bueno & Cia Ltda” executava as obras e elaborava os projetos. Absurdamente, além de tudo, eram “procuradores especiais” na capital federal e em São Paulo para a comercialização dos lotes da nova cidade em construção.

Tanta promiscuidade no trato das “coisas públicas”, só restava mesmo aos Coimbra, além de serem “amigos do rei”, tornarem-se os “próprios reis”, e assim foi quando Jerônimo C. Bueno ganhou as eleições para o governo de Goiás em 1946 (DINIZ, 2007, p.188-189).

A ‘traição política’ dos irmãos Coimbra Bueno é um argumento facilmente sustentado, partindo da filiação partidária de Jerônimo à União Democrática Nacional (UDN), partido que marcou oposição às políticas e à figura de Getúlio Vargas, que tanto favoreceu e confiou no projeto de Pedro Ludovico de transferir a capital goiana. A ideia de ‘traição’ é reforçada considerando que a eleição de Jerônimo a governador se deu ao derrotar o deputado estadual Taciano de Melo, do Partido Social Democrático (PSD), candidato de Pedro Ludovico naquele pleito (GONÇALVES, 2002, p.71).

Entretanto, uma construção historiográfica que busca reduzir a atuação dos Coimbra Bueno ao papel de “traidores de Pedro Ludovico” ou à “promiscuidade no trato das coisas públicas” é leviana. A princípio, é inconsistente considerar que Goiânia se desenvolveria com tanta urgência e atingiria seus objetivos, materiais e ideológicos, sem a publicidade ou a tentadora oferta de possibilidades de enriquecimento por meio da especulação imobiliária. Anular o exercício dos irmãos engenheiros porque estes de tudo fizeram para enriquecer é ignorar que este era justamente o maior atrativo da nova capital. A ocorrência de realizar a ‘utopia da cidade’ não se estabeleceu pelo produto de uma narrativa de mitos genealógicos, nem da boa vontade de heróis ou do malgrado de vilões, mas de um processo em que os objetivos foram inegavelmente alcançados, em boa parte, porque a propaganda imobiliária cumpriu a sua finalidade.

Em segunda instância, é evidente o motivo que levou os irmãos Coimbra Bueno a desejarem e atuarem em um ambiente distinto daquele em que Pedro Ludovico transitava, que é o Estado de Goiás. Conforme os trabalhos de Luiz Sérgio Duarte da Silva (2002) e Medeiros (2010; 2013b), mesmo antes de deixar o cargo de governador, Jerônimo Coimbra Bueno já voltava suas atenções à mudança da Capital Federal. Se para Diniz (2007, p.188) os irmãos engenheiros foram “os braços direitos” do idealizador de Goiânia, para Silva (2002, p.131), Jerônimo era também o “braço direito” de Juscelino Kubitschek, idealizador de Brasília.

Jerônimo Coimbra Bueno justificava sua indisponibilidade quanto à dedicação exclusiva aos assuntos de Goiás, envidando esforços para “construir politicamente Brasília” (SILVA, 2002, p.131), alegando que a possibilidade de edificação da nova capital federal em área do Estado por ele governado ia ao encontro do processo de modernização e de inclusão deste na conjuntura nacional, situação almejada desde os primeiros movimentos mudancistas no âmbito regional. Congruente à ausência das atenções de Jerônimo às demandas pontuais do governo estadual, acentuavam-se as diligências operacionais da Prefeitura de Goiânia, que

“sempre teve uma atuação inexpressiva quanto à gestão da cidade – já que o Governo do Estado tomava todas as decisões” (MEDEIROS, 2013a, p.9).

O alheamento do governador Jerônimo Coimbra Bueno incidiu, involuntariamente, em circunstâncias favoráveis a uma emancipação administrativa, quando a gestão da cidade precisou atentar às responsabilidades sociais, para além das circunstâncias de cidade capital sob a tutela do Estado. O distanciamento do governador exigia maior atuação do primeiro prefeito eleito, o engenheiro civil Eurico Viana, que administrou Goiânia entre 1947 e 1951 (GONÇALVES, 2002, p.71). Eleito pelo PSD, este prefeito compunha a oposição ao governo de Jerônimo, o que desestabilizava a administração da cidade entre as vertentes partidárias e interesses do Estado e do Município. Neste cenário político é compreensível que pela escassa atuação de uma das partes, a outra ganhava autonomia. Sobre esse contexto, Medeiros ressalta como a Lei municipal 176 foi capaz de alterar sistematicamente a dinâmica da urbanização de Goiânia:

Em 1949 o prefeito Eurico Viana assina o decreto Lei nº 176 que possibilitou uma explosão de desenhos e registros de novos loteamentos, cerca de duzentos, os quais foram incorporados à zona urbana sem qualquer qualificação urbanística e de infraestrutura, multiplicando a lógica urbanizadora no decorrer dos anos de 1950 (MEDEIROS, 2013a, p.9).

Apesar da incorporação de novos loteamentos carecer de “qualificação urbanística e de infraestrutura”, a Prefeitura precisou atuar compreendendo as demandas sociais que fermentavam nas áreas urbanas desde a edificação das primeiras obras. Em conjunto, o Cadastro Suburbano de Goiânia e a Lei Municipal 176 foram os primeiros movimentos administrativos com o propósito de considerar, em grande escala, a plenitude da ‘sociedade goianiense’, elemento capaz de fundir os personagens irrefutáveis da historiografia da cidade aos “anônimos operários” que há tempos existiam e cumpriam seu papel com o labor tão fundamental quanto a atuação de qualquer um dos personagens da ‘história oficial’ já mencionados neste trabalho. Os operários, até então, encontravam-se marginalizados geográfica e ideologicamente na construção da nova capital.

Os “anônimos operários” viram a cidade crescer e testemunharam a lucrativa contrapartida dos que puderam investir e acreditaram no projeto da Marcha para o Oeste; se não viram, contribuíram com ele, construindo a cidade. São diversas as dificuldades relatadas na atuação destes operários, tais como a carência de especialização mínima, “além-básica”, para executar as atividades, a ausência de condições adequadas e salubres de trabalho, as verbas mínimas que acarretavam no atraso do recebimento de matéria-prima e inevitavelmente

geravam a “operação tartaruga” dos trabalhadores, o atraso de salários, a “exploração da miséria” por parte das firmas particulares, sobretudo através de “vales” em cantinas no local de trabalho e a pouca oferta de emprego que condicionava aqueles que estavam empregados a aceitar as condições absurdamente desfavoráveis (CHAUL, 1988, p.109-118).

Seguiam assim os operários na incógnita vida urbana de Goiânia, alheios à narrativa do progresso e da modernidade, “vivendo uma vida de miséria cujo comentário se transforma em redundância, o operariado sobrevivia de empréstimo, vales e promessas” (CHAUL, 1988, p.115). Os “mapas cognitivos” citados no começo do capítulo englobavam o sofrimento da labuta destes trabalhadores nas condições extremas do isolamento goiano e auspiciosa recompensa em dias melhores. As promessas estampadas nos jornais da cidade circundavam a penúria destes anônimos, mas mantinham-se suspensas na superfície da legalidade.

Viver próximo ao enriquecimento alheio com as terras, glebas, loteamentos, áreas, bairros inteiros de Goiânia, também era viver a incerteza de sequer conseguir regularizar, no futuro, o pedaço de chão invadido onde erguera o barracão precário para morar. Os “anônimos operários” invadiram áreas estatais porque o Estado não oferecia as mínimas condições de sobrevivência a esse contingente. Os relatos de descendentes destes trabalhadores, presentes em muitas referências bibliográficas, levam a crer que num primeiro momento eles sequer sabiam que estavam invadindo, apenas sobreviviam para existir numa ‘terra prometida’ onde só se via descampado e canteiros de obras a céu aberto. Desde as primeiras lajes erguidas na década de 1930, os operários se submeteram às circunstâncias adversas com pouca, ou quase nenhuma adesão à luta por suas necessidades fundamentais de subsistência.

Estes operários, os últimos a serem incluídos neste breve resumo historiográfico sobre Goiânia, começaram a reivindicar as promessas do Oeste somente no final da década de 1940, acrescentando suas demandas aos procedimentos governamentais e acentuando a intempérie de um planejamento cada vez mais insustentável. Desta forma, a cidade da década de 1950 em que Ewald Janssen atuou certamente foi a do “desplanejamento” da cidade planejada, como afirma Gonçalves, porém, tal atuação foi de enorme contribuição à reflexão de uma dinâmica própria, peculiar e particular de Goiânia. O terreno era fértil à atuação técnica de quem se dispusesse a fazê-lo, porém não permitia mais o desenho de projetos que partiam do vazio isolado, nem desconsiderar a força motriz dos “anônimos” que dinamizavam os esforços do Estado.

Se os projetos de Atílio juntamente com as intervenções de Godoy e a atuação dos Coimbra Bueno consideraram a alocação da mão-de-obra no planejamento da cidade, ou se o projeto político defendido por Pedro Ludovico percebia os agentes sociais para além do discurso, nada foi suficiente para incluir os operários com dignidade na vida pública até o começo da década de 1950. Para compreender este contexto, Bernardes subdividiu a construção do espaço urbano de Goiânia em duas racionalidades distintas:

Uma é aquela que preside o planejamento e a outra é a que move o cotidiano das práticas sociais. A primeira forma de racionalidade, a de quem planeja, coloca em evidência a figura do Estado, desde o início da construção de Goiânia. Na segunda, o uso do espaço urbano é uma realidade viva e dinâmica, em que se entrelaçam as forças do capital e as necessidades da população e as alternativas criadas para o atendimento dessas necessidades, do que resultam novos significados e usos da cidade (BERNARDES, 1998, p.224).

A distinção entre as racionalidades do planejamento e a da vivência cotidiana das práticas sociais descortina o abismo entre as expectativas de planejamento do urbanismo e a experiência da sociedade. Em Goiânia, o código de edificações de 1947 inaugurava uma etapa do desenvolvimento da cidade em que o esforço do interventor por manter o controle do planejamento cedia ao volume de demandas da população em uma nova conjuntura política nacional. Nesse período, os discursos e as políticas do Desenvolvimentismo ganharam notoriedade no Brasil, principalmente com a criação da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), em 1948. Entretanto, o desenrolar no desenvolvimento da capital goiana nesta sequência predispôs o prolongamento do que representou a retórica da Marcha para o Oeste e pouco se adequou à nova conjuntura do país.

1.2. Os ‘retalhos’ da malha urbana

O “rigor na ciência” do conto de Borges, na epígrafe deste capítulo, integra a analogia do “mapa do Império” ao contexto goianiense examinado neste trabalho. A gestão estadual de Jerônimo Coimbra Bueno, entre 1947 e 1950, conciliou os interesses econômicos, sobretudo do mercado imobiliário à administração pública; o Decreto-lei 574 sinalizava tal conciliação. Entretanto, o mandato do ‘governador engenheiro’ simbolizou mais do que a conveniência de interesses ao ilustrar as justificativas científicas que fundamentaram as ideias de progresso e modernidade da ‘Era Vargas’, e como este contexto ainda fazia eco nas transformações do Estado e de sua capital.

O movimento intelectual percebido desde o final do século XIX evidenciou como a ciência, revisada pelos novos modelos científicos, tornou-se a ‘chave para governar’. Os engenheiros conseguiram convencer, a princípio, que estavam conectados com o ‘Brasil real’ e conquistaram seu prestígio construindo cidades, atuando na política e destacando seus nomes na história das cidades em que intervieram. A ‘materialidade do progresso’ que se instituiu na primeira metade do século XX tornou inquestionável, naquele momento, o caminho que o país deveria trilhar, mostrando que era possível realizar as utopias do oeste brasileiro.

A construção de Goiânia, conforme retratada na primeira parte deste capítulo, exemplifica o contexto das “engenharias de poder”, referenciado por Cerasoli (1998, p.5), na realização do projeto idealizado por Pedro Ludovico; todavia, foi no intervalo de sua ausência no principal cargo político do Estado que a cidade permitiu o avanço do poder dos engenheiros. O descontrole do planejamento da capital por parte do governo estadual que se estabeleceu a partir do Decreto-lei 574, aprovado no governo de Jerônimo, trouxe para Goiânia a expectativa de efetivar tanto as ambições das elites proprietárias de glebas, quanto as aspirações de desabastados no processo de materialização da cidade. Tudo que se encontrava a uma distância menor que quinze quilômetros da Praça Cívica, marco de coordenadas nulas da cidade planejada, seria afetado pelo ato jurídico do governador engenheiro.

Dentro do limite urbanizável que passou a vigorar, as propriedades privadas com direitos assegurados por escrituras foram submetidas ao mercado imobiliário; porém, os assentamentos espontâneos estabelecidos às margens da legalidade imediatamente passaram a compor uma pauta inevitável da administração pública, tornaram-se um ‘problema a ser resolvido’ na cidade. Nesse contexto complexo, Ewald Janssen contribuiu relevantemente com o delineamento de bairros da capital goiana; além disso, o alemão viveu na cidade, adquiriu patrimônio imobiliário e participou da administração pública, experiências complementares e nem sempre passíveis de conciliação.

Analisando a coletânea de documentos originalmente produzidos ou selecionados e salvaguardados por Ewald Janssen não é possível delinear suas pretensões pessoais e sequer esta conjectura compreende um objetivo deste trabalho. Entretanto, a curadoria do topógrafo ressalta seu ponto de vista sobre Goiânia e suas convicções relacionadas às práticas sociais na urbe, principalmente ao considerarmos a seleção de recortes de jornal pertencentes à coleção, que de forma sintomática revela a sua frustração com o desenvolvimento da cidade. Entre 1953 e 1983 Janssen reuniu matérias de periódicos que condiziam com suas perspectivas e apontamentos; em geral, as resenhas jornalísticas encontradas no acervo corroboram as

fragilidades do planejamento urbano e, conseqüentemente, com o engodo da narrativa histórico-memorialista instituída para Goiânia, desatenta ao “suicídio urbanístico”³⁵ iminente.

As circunstâncias que envolvem a chegada do topógrafo alemão à Goiânia são apresentadas na obra *Alameda dos Buritis. Goiânia: Goiás – moradores pioneiros – décadas de 1940 e 1950*, dos autores Narcisa Abreu Cordeiro e Rogério Arédio Ferreira (2017). Ambos residiram na Alameda dos Buritis, a partir das referidas décadas, logo, a obra compõe relatos íntimos em relações de vizinhança com diversas famílias que habitaram tal alameda, incluindo a família de Ewald Janssen, composta por ele, sua primeira esposa, Elizabeth Janssen, e a filha do casal, Elke Maren Janssen. Segundo a autora, que no caso da família Janssen documenta sua análise com imagens de seu acervo pessoal, o alemão integrou a Força Aérea alemã na Segunda Guerra Mundial e chegou em Goiânia em 1949, “a convite do seu conterrâneo e colega de profissão, Werner Sonnemberg” (CORDEIRO; FERREIRA, 2017, p.128-129). Outra referência complementa que Ewald Janssen migrou para Goiás “pelo programa de imigração do Governo, porém, como tinha formação superior, acabou fixando residência e procurando emprego na capital, ao invés de ir para as colônias de imigração” (MEDEIROS, 2010, p.134).

Dos documentos pertencentes ao acervo pessoal de Cordeiro, dispostos na obra sobre os moradores da Alameda dos Buritis, encontra-se o diploma de engenheiro de Janssen, da escola *Staatsbauschule Oldenburg* – Escola Estadual de Oldenburg, concedendo-lhe o *Ingenieurs-Zeugnis* – Certificado em Engenharia. O documento expõe a data e o local de nascimento do topógrafo, 11 de outubro de 1913, em Wilhelmhaven. Em seguida, o diploma atesta que Ewald Janssen “passou no exame final com sucesso na escola estadual de construção e com isso (obtem) a certificação como ENGENHEIRO na especialização em *Vermessungstechnik* – Tecnologia de Medição”. Consta ainda a data do exame final em 17 de dezembro de 1947 e segue assinado pelo presidente e pelo diretor do *Der Staatliche Prüfungsausschuß* - O Comitê de Auditoria do Estado (CORDEIRO; FERREIRA, 2017, p.129) [Figura 2].

Quanto a Werner Sonnemberg, este já atuava junto à Construtora Coimbra Bueno & Cia Ltda. desde o final da década de 1930, como mencionado anteriormente, tendo seu nome registrado nos primeiros projetos do Setor Sul [Figura 8]. Do contato de Sonnemberg estabeleceu-se o convite realizado a Janssen pelo Governador Jerônimo Coimbra Bueno, em

³⁵ Em uma matéria de jornal da Coleção Ewald Janssen, com o título *Goiânia próxima do suicídio urbanístico*, são relatados os impactos ambientais percebidos na cidade pelo engenheiro Jacy Fernandes Sobrinho. No texto são apontados os dados climáticos desfavoráveis à “vida humana” e são sugeridas providências de melhorias dessas condições. Não é possível identificar o jornal ou o autor que publicou a matéria e a data está sinalizada em anotação manuscrita, constando 13 de novembro de 1977 ([S.I.] in Ewald Janssen, 1977). [Figura 13]

julho de 1948, quando o topógrafo ainda residia na Alemanha (SANTORO; MARTINS, 2018. p.9). Apesar do convite e seu consequente deslocamento se concretizarem devido aos projetos de Coimbra Bueno, somente em janeiro de 1951, com o retorno de Pedro Ludovico ao governo de Goiás, o topógrafo passou a compor o quadro de servidores contratados pelo Estado, no Departamento de Viação e Obras Públicas (DVOP)³⁶, “para reavaliar os projetos urbanos de Goiânia” (CORDEIRO; FERREIRA, 2017, p.130).

Sonnemberg e Janssen contribuíram significativamente na conturbada implantação do Setor Sul, a partir da década de 1950. Sonnemberg projetou o sistema de água e esgoto deste e de diversos outros setores da cidade e tornou-se uma referência no assunto (CORDEIRO; FERREIRA, 2017, p.84), muitas vezes referenciado na bibliografia como engenheiro sanitaria. Janssen, por outro lado, foi responsável por alterações no projeto deste setor, acima da Rua 83, e sobretudo no traçado das ruas, auxiliando o deslocamento não apenas no interior do setor, mas interligando o Setor Pedro Ludovico ao centro da capital (GONÇALVES, 2002, p.106-107). O Setor Sul situa-se geograficamente entre o Setor Central e o Setor Pedro Ludovico e, diante da malha urbana desconexa, os ajustes desta natureza tornaram-se indispensáveis ao desenvolvimento do tráfego e consequentemente dos bairros afastados do centro administrativo da capital.

O topógrafo também atuou na regularização ou correção de traçados urbanos já estruturados, nos quais casas surgiam repentinamente sem qualquer cuidado com o planejamento e a constituição orgânica do meio urbano. Estas ‘correções’ na cidade ocorreram tanto em áreas de assentamentos espontâneos, quanto em loteamentos particulares e setores situados em áreas pertencentes ao Estado, como no caso das “retificações do Setor Leste” (Ewald Janssen, 1951b;1951c;1951d) [Figura 4] [Figura 5]. Em 1966, ao negociar com proprietários particulares no *Jardim Petrópolis*, Janssen inseriu na apresentação de orçamento a “correção da amarração entre os loteamentos “Jardim Petrópolis” e “Bairro Ipiranga” (Ewald Janssen, 1966b) como parte de seus compromissos. Este termo é encontrado com frequência

³⁶ O DVOP foi um departamento do governo estadual que administrava as obras públicas na capital, tanto na execução das construções quanto na elaboração de dispositivos legais para estruturar o planejamento urbano. Fundado na década de 1940, o departamento agregou o papel de coordenador e executor das obras estaduais, circunstância que correspondia, em certa medida, ao papel desempenhado pelos irmãos Coimbra Bueno na década de 1930, quando foram nomeados como coordenadores da *Superintendência Geral de Obras*, e as executavam através da *Construtora Coimbra Bueno & Cia. Ltda.* Em janeiro de 1951, quando contratou Janssen, o DVOP contava com um significativo quadro de servidores técnicos e a deferida apreciação da gestão estadual, com ressalvas aos procedimentos que contrastavam as prevalências políticas dos governantes. O papel deste departamento é desempenhado atualmente pela *Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável* (SEMDUS), submetido à Prefeitura de Goiânia.

nos documentos em que orçava seu trabalho ou ao firmar contratos da prestação dos serviços (Ewald Janssen, 1967b).

Em razão de trabalhar para o Estado através do DVOP e para proprietários de áreas particulares, a vida profissional do topógrafo foi balizada na tensão entre as atribuições da administração pública e os interesses imobiliários. Em um documento encaminhado ao Diretor do DVOP, Janssen sugeriu alterações no Decreto Lei 574, de 1947, “a fim de evitar que sejam desperdiçados esforços com trabalhos que têm sido encaminhados a esta Repartição para fins de aprovação e contrariam o traçado do plano Diretor” (Ewald Janssen, [s.d.].k). Em outro caso, há no acervo um ofício endereçado ao prefeito Venerando de Freitas Borges (1951-1955)³⁷ solicitando providências aos “abusos” percebidos na comercialização de lotes sem a aprovação da prefeitura ou do DVOP, em papel timbrado do departamento, o comunicado segue nos seguintes termos:

Exmo. Senhor Professor Venerando de Freitas Borges
D.D. Prefeito Municipal de Goiânia.

NESTA .

Tomo a liberdade de me dirigir a V. Excia., a fim de que essa Prefeitura tome as necessárias providências no sentido de coibir os abusos por parte de particulares que vêm vendendo lote, nesta Capital, á prestação, sem obedecer os preceitos legais, isto é, sem a necessária aprovação do loteamento pela Prefeitura Municipal de Goiânia.

Esses loteamentos irregulares, na maior parte, não obedecem ao Código de Edificações de Goiânia e tão pouco ao Departamento de Viação e Obras Públicas, a quem está afeto o plano diretor da cidade. Nestas condições as ligações dos traçados existentes e aprovados, depois de minucioso estudo por parte deste Departamento e dessa Prefeitura, são grandemente prejudicados, de vez que vêm quebrar a continuidade, impedindo, dessa forma o fechamento de areas, algumas já bastante povoadas.

É bom salientar que nesta Capital já existe grande quantidade de lotes que se encontram na situação acima descrita e, já se acham vendidos.

Tratando-se de sério problema para a vida da cidade, o Departamento de Viação e Obras Públicas, no intuito de regularizar a situação do caso em tela, solicita de V. Excia., as medidas que julgar próprias.

Atenciosas Saudações. (Ewald Janssen, [s.d.].f).

O documento possui três versões na coleção e em nenhuma delas consta a assinatura de Janssen, logo não é possível identificar se o documento foi encaminhado com a assinatura do topógrafo, do diretor ou de outro membro do DVOP; entretanto, nele percebe-se, primeiramente, que o pedido de providências do departamento estadual para Freitas Borges corrobora com o processo de emancipação administrativa da cidade em relação ao Estado, movimento encadeado a partir do intervalo de ausência do trio Vargas-Ludovico-Freitas Borges nos cargos máximos dos poderes federais, estaduais e municipais, respectivamente. O período

³⁷ Venerando de Freitas Borges foi o primeiro prefeito de Goiânia, nomeado pelo Interventor Federal em 1935 e permanecendo no cargo até 1945. Assim como Vargas e Ludovico, Freitas Borges retornou, em 1951, através de eleição ao cargo que ocupou durante o Estado Novo (1937-1945).

governado por Jerônimo Coimbra Bueno em Goiás iniciou um caminho sem volta no procedimento de ‘desvinculação placentária’³⁸ da Prefeitura.

Em segundo lugar, o documento ressalta a preocupação com os prejuízos da quebra de continuidade nas ligações de traçados urbanos, inclusive em áreas “já bastante povoadas”; reforçando a compreensão da ‘cidade em retalhos’ que se configurou neste período. Por fim, o desrespeito aos procedimentos legais do Plano Diretor por parte dos “particulares” refletia a influência negativa dos irmãos Coimbra Bueno no caso do Setor Campinas de Goiânia (Vila Coimbra) durante a década de 1940; se os aclamados ‘construtores da cidade’ puderam descumprir a legalidade dos procedimentos de urbanização, outros empreendedores imobiliários fizeram o mesmo sem receio.

Contemporâneo ao ofício acima, despontava na cidade a divulgação de um grande empreendimento imobiliário no Jardim Goiás, propriedade de Lourival Louza, cujo anúncio afirmava se tratar de “uma jóia de perfeição urbanística a apenas 1.500 metros do Palácio das Esmeraldas” (Ewald Janssen, 1950a) [Figura 9]. Contudo, no anúncio do setor constam os dados do Decreto nº. 18 da Prefeitura Municipal de Goiânia durante a gestão do prefeito Eurico Viana, entre 1947 e 1951, anterior à de Freitas Borges, aprovando “o loteamento do Setor “Jardim Goiaz”, situado entre os Setores Sul e Leste de Goiânia”; logo, havia também empreendimentos que seguiam os ritos legais do Plano Diretor da cidade.

O ofício do DVOP ao prefeito Freitas Borges ilustra, ao alertar para a situação de áreas privadas na cidade, que os ‘invasores’ de propriedades do Estado ou da Prefeitura que estabeleceram residência em Goiânia desde o início da sua construção não foram os únicos a operar na ilegalidade; os donos de terras escrituradas também colaboraram consideravelmente com o “desplanejamento” da cidade planejada. Sobre os habitantes de moradias irregulares junto à Prefeitura Municipal, no acervo do Museu Antropológico há documentos que relatam a dificuldade nos procedimentos relacionados às áreas ocupadas por eles, decorrente de objeções às demarcações e desocupações em terrenos invadidos.

Durante a demarcação do *Setor Pedro Ludovico*, Janssen relatou ao Secretário de Estado do DVOP os contratempos ao executar suas atividades na “parte invadida” da região, solicitando o reajustamento no preço dos serviços prestados, ou mesmo a remuneração pelos trabalhos que precisaram ser refeitos diante da resistência dos moradores (Ewald Janssen,

³⁸ Em um recorte de jornal, sem data identificável na coleção do Museu Antropológico, encontra-se uma matéria de autoria de Pedro Valadares, que teceu críticas ao decreto da Lei 6.135 – que será contextualizado adiante – promulgada pela Assembleia Legislativa estadual. O redator do periódico afirmava que “Goiânia já foi desvinculada da placenta do Estado de Goiás”, ilustrando a conturbada relação entre os poderes estaduais e municipais no contexto das décadas de 1950 e 1960 (VALADARES in Ewald Janssen, [s.d.]m).

[s.d.]a) [Figura 11]. Apesar da resistência de moradores locais, conforme os documentos da coleção evidenciam, o Setor Pedro Ludovico foi gradativamente demarcado, loteado e redirecionado aos proprietários mediante requisição; em 09 de setembro de 1957, Janssen recebia do DVOP o pagamento de trinta e cinco mil quatrocentos e vinte (35.420) cruzeiros pela demarcação do “1º Grupo de 506 lotes no Setor Pedro Ludovico – Paróquia Bela Vista” (Ewald Janssen, 1957a).

Quase uma década mais tarde, quando a Lei Estadual nº 6.135, de 11 de novembro de 1965, decretou a transferência de propriedade da área de terras do Bosque dos Buritis ao patrimônio do Poder Legislativo estadual, os dois recortes de jornais, selecionados e arquivados por Janssen, manifestavam indignação ao ato dos parlamentares. O *Cinco de Março* destacava, em 24 de janeiro de 1966, a seguinte manchete: “Provado: a Assembléia Legislativa era «invasora» e legalizou seu crime: Deputados grilaram do povo todo o Bosque dos Buritis”. Na matéria do periódico afirmava-se:

- 1 – PARLAMENTARES CONLCUIRAM QUE O PLANO DIRETOR DE GOIÂNIA É BOBAGEM E TOMARAM PARA SI NÃO SOMENTE A ÁREA QUE INVADIRAM, MAS TODO O TERRENO ADJACENTE.
- 2 – TEXTO DA LEI É MAROTO E ESCONDE O VERGONHOSO AVANÇO DOS LEGISLADORES NUM PATRIMÔNIO QUE DE PERTO INTERESSA A TÔDA POPULAÇÃO DE GOIÂNIA.
- 3 – CONCRETIZANDO O PRECEDENTE, SURGEM OS ABSURDOS EM CADEIA: A CONVERSA AGORA É QUE DERRUBARÃO O BOSQUE PARA CONSTRUIR NÚCLEO. (CINCO DE MARÇO *in* Ewald Janssen, 1966d).

Nesse passo, em ambos os recortes de jornal da Coleção Ewald Janssen que tratam do assunto, os redatores destacam o segundo artigo da referida lei, que decretava: “nenhuma construção poderá ser feita no terreno objeto desta Lei sem prévia autorização da Assembléia Legislativa de Goiás”. A matéria do *Cinco de Março* ressaltou que a atitude dos legisladores confirmava o papel de “invasora dos terrenos em apreço” por parte a câmara estadual e na tentativa de corrigir o “fiasco” da evidenciação de uma “estranha ilegalidade”, os deputados colocaram uma “emenda que ficou pior que o sonêto”.

No outro recorte de jornal, a redação de Pedro Valadares (*in* Ewald Janssen, [s.d.]m) [Figura 14] sobre o acontecido, intitulada *A transmissão de propriedade por um dos três poderes de Estado*, avalia o desarranjo jurídico que a lei provocava na relação entre os poderes Legislativo e Executivo, configurando um exemplo de caso “antológico” ditado “pela má fé quando que pela simples e angelical ignorância (ou grossura, como queiram)”; no decorrer do texto, o autor apelidou o decreto da lei de “monstrinho” e reitera a desorientada relação na gestão da cidade entre as esferas estaduais e municipais.

O ato do legislativo estadual em 1966 foi emblemático pelo contexto em que os fragmentos da cidade eram disputados e foram gradativamente absorvidos por “particulares”, “invasores” e, nesse caso, por um órgão estadual. Contudo, o que se evidencia é a reação dos meios jornalísticos e como estes refletiram um dos processos atarantados na lógica urbanística de Goiânia, que se estendeu no decorrer das décadas de 1950 e 1960; destacando-se, neste rechaço, o Cinco de Março que, sem embargo, aproveitou o ocorrido para situar o Estado na extensa lista de invasores de propriedades municipais.

No passo da ‘cidade desplanejada’, desde o Decreto-lei 574, de 1947, Goiânia configurou-se em ‘retalhos’ de segmentos urbanos que os projetos da década de 1930 não sustentaram. Não podemos afirmar que Atílio ou Godói ignoraram as áreas que viriam a compor setores adjacentes do centro da capital ou que seus planos diretores somente se dedicaram aos projetos que se consolidaram; afinal, reflexões acadêmicas dedicadas a estes urbanistas ressaltam que projetos por eles desenvolvidos também foram ignorados pela administração pública³⁹. Estas iniciativas foram propostas produzidas para setores da cidade que se desenvolveram após suas atuações em Goiânia sob outras configurações, principalmente a partir da amplitude geográfica e jurídica que o código de edificações da segunda metade da década de 1940 proporcionou.

Enquanto atuou pelo DVOP na reavaliação dos projetos urbanos de Goiânia Janssen elaborou um extenso relatório em papel timbrado deste departamento estadual, com ‘plantas anexas’, em que discorreu sobre a área urbanizável de Goiânia no raio de quinze quilômetros a partir da Praça Cívica. O documento foi subdividido pelo autor em três partes, compreendendo na primeira delas uma avaliação das condições do desenvolvimento urbano da cidade até aquele momento⁴⁰:

DELIMITAÇÃO DOS PERÍMETROS URBANOS E DAS CIDADES SATÉLITES
DA CIDADE DE GOIÂNIA, CAPITAL DO ESTADO DE GOIAZ;

No código atual consta a delimitação da zona urbana desta Capital, por meio de um círculo com 15.000,00m. de raio a partir do ponto de coordenadas nulas Desta Cidade.

³⁹Anamaria Diniz é um exemplo destas reflexões. Dedicada à obra de Atílio Corrêa Lima, a autora acessou o acervo da família do urbanista e identificou projetos produzidos por ele que não foram aproveitados posteriormente pela Prefeitura de Goiânia ou pelo Governo Estadual. Segundo a autora, “a realidade política prevaleceu sobre o ideal estético que Atílio Corrêa Lima idealizou para a nova capital de Goiás, Goiânia. A cidade idealizada de Corrêa Lima ficou nos planos. A cidade construída, a possível, espelho dos desencontros e encontros de interesses políticos e econômicos, fragmentada, resultado de colagens sobre uma matriz original, continua a crescer” (DINIZ, 2007, p.206).

⁴⁰O documento em papel timbrado do D.V.O.P. não possui data; entretanto, há no acervo do Museu Antropológico um rascunho deste documento em outro tipo de papel, com o mesmo texto na íntegra à exceção de algumas correções ortográficas e no final vai assinado e datado à lápis por Ewald Janssen, constando “Goiânia maio 1952”.

Com isto esta divisa acompanha uma linha geométrica e não leva em conta as linhas naturais, as quais representam uma delimitação mais racional, especialmente com relação às questões de urbanização.

Além disso, esta delimitação de 15km. de raio abrange uma área extremamente extensa para o momento, o que vem provocar um número excessivo de loteamentos e impede o controle de uma urbanização funcional.

Pelas razões acima expostas, sugiro seja a delimitação constante do Código Municipal, substituída por outra, constituída de três perímetros e de três cidades satélites, como abaixo vai ser descrito.

As vantagens da delimitação proposta são inúmeras, abaixo segue a descrição de algumas.

1º)- A possibilidade de se dedicar ao melhoramento dos traçados já existentes, retificando os lapsos ocorridos até a presente data, antes de piorar a situação já existente, com o acréscimo de construções.

2º)- A Zonas não incluídas nos perímetros que serão descritos, não poderão ser loteadas, circunstância que favorecerá a possibilidade de se melhor cuidar das já traçadas.

3º)- Com a regularização das condições de traçado, ainda será possível, obter loteamentos com linhas funcionais e esteticamente harmoniosas com as já existentes.

4º)- A moralização dos negócios de lotes, um dos esteios econômicos Desta Cidade, por meio da inclusão dos traçados em suas respectivas zonas, o que oferecerá base real para os compradores. (Ewald Janssen, 1952a, p.1)

Janssen iniciou o documento demonstrando preocupação com a extensa área urbanizável aprovada no código de edificações em 1947, uma previsão de desenvolvimento urbanístico que não seria “funcional” por não considerar as condições topográficas da área, que para ele representava uma “delimitação mais racional”. Além disso, era evidente, mesmo para o profissional recém contratado pelo DVOP, que a quantidade de loteamentos faria com que o Estado perdesse o controle da ‘cidade planejada’ estabelecida nas primeiras décadas da cidade. Estava explícito que Goiânia entrava em uma nova conjuntura de urbanização e, se havia otimismo quanto ao futuro da capital, o topógrafo não manifestava confiança no caminho de desenvolvimento que a cidade apontava.

O alerta de Janssen ao departamento governamental se estendia aos efeitos subsequentes de um procedimento que contemplava o mercado imobiliário, “um dos esteios econômicos” da cidade, que precisava ser moralizado e oferecer uma “base real para os compradores”. Em síntese, os argumentos do topógrafo insinuavam que a valorização percebida nos investimentos em lotes, propagandeada nos jornais, não representava uma fundamentação sólida de valores materiais. Segundo o autor do documento, suas sugestões para melhorar o traçado da malha urbana resolveriam um problema econômico e outro de cunho estético, através de “loteamentos com linhas funcionais e esteticamente harmoniosas”; logo, o registro seguia fundamentando as proposições correspondentes à necessidade da fixação de zonas no perímetro urbano e o controle municipal dessa estruturação:

PERIMETROS URBANOS:-

Há conveniência de, além do perímetro urbano, já fixado no Código Municipal, fixar outros dois.

O segundo perímetro deverá ter as seguintes divisas:- veja planta anexa. Só lotes de 450 m² no mínimo e 15,00 de frente no mínimo.

O terceiro perímetro terá os limites seguintes:- veja planta anexa. Só lotes de 600 m² no mínimo e 15,00 de frente no mínimo.

O estabelecimento dos limites, para os perímetros urbanos, acima descritos, foi feito levando em consideração os seguintes fatores:

1º)- A área abrangida pelos perímetros urbanos é suficiente para agregar 800.000 habitantes aproximadamente.

Lotear uma área para maior número de habitantes, no momento, seria um gravíssimo erro, pois as condições técnicas, sociais e outras que ainda podem ser perfeitamente previstas, pois trata-se de uma Cidade relativamente jovem e, para se poder estabelecer condições de traçado, além deste limite, há necessidade de se aguardar um desenvolvimento de alguns anos, principalmente no concernente às indústrias, para melhor se aquilatar das possibilidades desta Capital, que sem dúvida serão grandiosas, mas nestas condições os trabalhos na certa, serão muitíssimos aprimorados.

2º)- Os perímetros urbanos propostos, incluem todos os traçados existentes e aprovados, dentro dos limites da escritos, facilitando assim o enquadramento dos loteamentos ainda isolados no Plano Diretor da Cidade.

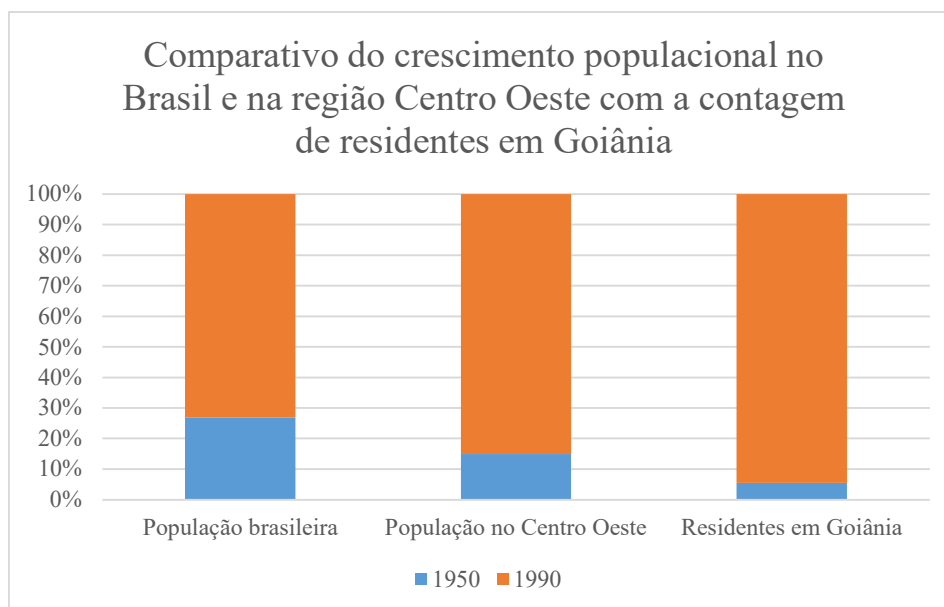
3º)- As condições naturais do terreno Desta Capital, exigem um desenvolvimento que acompanhe o Rio Meia Ponte (esgoto) e, para possibilitar o aproveitamento das vias principais já existentes há necessidade de se localizar as indústrias às margens do citado *rio*, acompanhando a E.F. de Goiás (transporte, escoamento, etc.....).

Para que haja área verde compatível com o número de habitantes, para o qual a Cidade foi projetada, é imprescindível que seja reservada, para mais tarde ser desapropriada pela P.M. desta Capital, as matas, de conformidade com as indicações procedidas no Plano Diretor, existentes no sentido Norte Desta Cidade, as quais deverão constituir um magnífico Bosque, tendo, além da finalidade recreativa, o objetivo de funcionar como regulador climático e, ainda importar como purificador do ar.

4º)- No Plano Diretor Desta Capital, que será publicado no fim do ano em curso, constam mais detalhes sobre o assunto. (Ewald Janssen, 1952a, p.2-3)

Oitocentos mil era o número de habitantes que o documento do topógrafo tomava como previsão em um momento em que eram contabilizados pouco mais de cinquenta mil residentes na cidade. Goiânia atingiu e ultrapassou essa cifra aproximadamente três décadas depois, durante a década de 1980, seguindo a vereda de transformação utópica do espaço que fez da cidade um caso bem-sucedido na ocupação territorial do centro-oeste brasileiro.

O crescimento no número de residentes em Goiânia em comparação ao crescimento populacional do Brasil e da região centro-oeste na segunda metade do século XX é um dado a ser destacado. Tendo em vista que entre 1950 e 1990, ano em que capital goiana contabilizava mais que os oitocentos mil habitantes previstos no documento acima, os residentes em Goiânia aumentaram mais que dezessete vezes, a população na região Centro Oeste aumentou mais que cinco vezes e meia e a população brasileira menos que triplicou:



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas do séc. XX: populacionais, sociais, políticas e culturais. Rio de Janeiro: IBGE; 2019.

Estes dados ilustram que, apesar do crescimento populacional no Brasil e no Centro Oeste, o processo migratório para cidades como a capital de Goiás foi intenso. Entretanto, Janssen acreditava, em 1952, que lotear uma área para conceber mais que oitocentos mil habitantes naquele momento “seria um gravíssimo erro”, levando em consideração “as condições técnicas, sociais e outras”, que segundo o topógrafo ainda cabiam perfeitamente em previsões para “estabelecer condições de traçado”. A perspectiva do topógrafo não duvidava do prognóstico de crescimento populacional e imigração, que se confirmou em Goiânia com pouco mais de três décadas, e nem da possibilidade de estabelecer condições adequadas para receber este contingente. Entretanto, algumas medidas deveriam ser revistas e aprimoradas nas diretrizes do código municipal da cidade.

Para Janssen a solução estava no zoneamento, que consistia na delimitação de outros dois perímetros urbanos em Goiânia, a somar-se ao perímetro que já estava fixado no Código Municipal da cidade. No estofo da cidade se encontravam ‘retalhos’ urbanos dispersos e a tarefa de remendá-los já traçava um dos maiores desafios a ser superado pela prefeitura; os “loteamentos ainda isolados no Plano Diretor da Cidade” precisavam ser enquadrados e o topógrafo acreditava que a tarefa poderia ser facilmente resolvida com a suas sugestões.

O topógrafo e a ciência topográfica que ele conceituava pareciam estar alinhados e seguros de si para receber os novos residentes na capital, reconhecendo que a atenção ao ambiente disponível poderia orientar o desenvolvimento da cidade. Segundo Janssen, urbanizar livremente o raio de quinze quilômetros a partir das coordenadas nulas de Goiânia não era

parâmetro adequado porque deveria levar em conta “as condições naturais do terreno”, apesar da geografia generosamente plana. Dessa forma, ele sugeria pelo documento um desenvolvimento orientado pelas condições oferecidas a partir do Rio Meia Ponte e a Estrada de Ferro Goiás, recém estendida até Goiânia⁴¹.

Antes de detalhar a última parte das suas orientações técnicas, o topógrafo mencionava um procedimento que se tornou prática comum da Prefeitura Municipal nas décadas seguintes, porém, com propósitos distintos às suas sugestões. A maior parte das desapropriações que ocorreram nas décadas de 1950 e 1960 visavam restabelecer propriedades municipais que foram ocupadas ilegalmente por operários e constituíram assentamentos espontâneos. A “área verde” mencionada no documento foi efetivamente reservada, desapropriada pela prefeitura, constituiu um bosque e foi construído um parque com “finalidade recreativa”. Janssen se referia ao *Parque do Bosque Botafogo* (Ewald Janssen, 1967a), no qual foi projetado em dezembro de 1967 o *Parque Mutirama*, durante o primeiro mandato de Iris Rezende Machado como prefeito de Goiânia e sob a assessoria de planejamento de Eurico Calixto de Godoi, secretário do DVOP e chefe do topógrafo durante parte da década de 1950.

O documento de Janssen, em 1952, terminava orientando a definição das Cidades Satélites que deveriam ser convencionadas no Código Municipal e, em linhas gerais, equilibrar o desenvolvimento urbano com os propósitos econômicos da capital goiana. Desta forma, o documento introduzia um assunto que provavelmente configurou uma das maiores (senão a maior) frustrações do topógrafo com a cidade, a industrialização:

CIDADES SATÉLITES: - Será conveniente reservar áreas para duas cidades satélites com caráter industrial e uma com caráter residencial.

Sugiro localizar uma cidade industrial na margem da Estrada de Ferro, entre a Estação Senador Canêdo e Goiânia, num local que possua todas as condições favoráveis para este fim.

A outra cidade satélite com caráter industrial, deverá ser localizada na zona Oeste DEsta Capital, as margens da Estrada de Ferro Goiás.

Esta localização é de, suma importância para a região em virtude do grande número de lotes existentes nessa zona o que trará uma massa humana compacta, sem que de outra forma, obtenha meios de labuta.

Como nessa zona também deverão ser localizados o parque de manobras e a indústria pesada da Estrada de Ferro Goiás, os quais deverão ser escolhidos, pela Comissão da E.F. de Goiás, encarregada deste assunto, antes da escolha da cidade satélite com caráter industrial supra citada.

A cidade satélite com caráter residencial deverá ser localizada ao longo da Estrada de Rodagem para Rio Verde, aproximadamente na metade da distancia entre a Nova Base Aérea e Esta Capital, num lugar que pela altitude e pela forma do terreno ofereça ótimas condições técnicas e higiênicas.

⁴¹ Segundo Borges (2004, p.88), a ferrovia alcançou a cidade de Goiânia em 1950.

Nesta última cidade satélite, devem ser incluídos os Loteamentos cujos anteprojetos foram apresentados ao D.V.O.P. e seus traçados se acham em condições de serem aprovados.

A localização a delimitação definitiva de cada uma destas Cidades Satélites, afim de se julgar das conveniências dos terrenos existentes em cada uma das zonas supra enumeradas, deverão ser estabelecidas pelo D.V.O.P. dêste Estado.

O estabelecimento das áreas e das divisas, constantes na planta anéxa, só tem caráter esquemático em virtude, de até o presente momento, ainda não possuímos os levantamentos exatos e com os detalhes requeridos pela técnica, indispensáveis para a fixação exata de cada uma das respectivas zonas.

As cidades não devem ser projetadas, todo o conjunto, para mais de 25.000 habitantes.

O traçado de cada uma delas deve ser projetado de tal forma que possibilite, no futuro, a ligação das mesmas com Esta Capital, ~~sem~~ com solução de continuidade, isto é, formando um único conjunto urbano.

Os loteamentos que se encontram além dos perímetros urbanos, e já se encontram aprovados, figurarão como traçados isolados na zona suburbana.

A completa supressão de traçados urbanos Nesta Capital, onde os lotes constituem elementos de relevante valor econômico e, vem aproximar Goiânia de todas as Cidades do País, seria muitíssimo prejudicial por estas razões recomendo sejam permitidos os traçados das áreas vagas ainda existentes dentro dos perímetros urbanos.

Aliás acho que a P.M. deverá envidar todos os esforços no sentido de serem projetadas as áreas, ainda vagas e enquadradas pelos perímetros urbanos estabelecidos, afim de se deter um traçado completo e mais impressionante.

A fim de se obter, nas áreas descritas no item supra, traçados funcionais e estéticos, e, para evitar desperdício de energia é de relevante importância, que, todo e qualquer proprietário possuidor de vagas abrangidas pelos perímetros urbanos, antes de iniciar qualquer traçado, consulte por escrito, a Prefeitura Municipal, das possibilidades da área que lhe pertence e, após, a consulta, desejando realmente lotear a área em consideração, deverá de antemão, entrar em entendimentos com o D.V.O.P., munindo-se de um ante projeto da área que pretende urbanizar. (Ewald Janssen, 1952a, p.3-4)

Comumente, o esforço historiográfico não se dedica a elucidar sentimentos como a frustração particular de um indivíduo; todavia, no caso da Coleção Ewald Janssen é explícito que a industrialização se tornou um ponto crucial na relação do topógrafo com a composição de seu acervo pessoal. Esta hipótese se delineia levando em consideração a quantidade de recortes de jornal que tratam do assunto e que Janssen selecionou, recortou, identificou o periódico e datou. Por conseguinte, os documentos arrolados abordam essa pauta – da industrialização – sob as perspectivas do topógrafo que atuou no desenvolvimento de Goiânia e do arquivista que reuniu documentos capazes de explicar as suas próprias insuficiências, como se o imigrante alemão na cidade quisesse se resguardar de tudo que conseguiu vislumbrar de melhorias coletivas, mas não obteve êxito nesses encaminhamentos na prática do seu ofício.

Ao determinar a importância da definição de três Cidades Satélites, sendo duas com caráter industrial e outra com caráter residencial, Janssen previa a necessidade de proporcionar aos operários das obras públicas e particulares que já careciam de trabalho e no futuro viriam a necessitar ainda mais de meios de subsistência. Dessa forma, como Bernardes (1998, p.20) afirmou que estes trabalhadores “não abandonaram os mapas cognitivos” em que

parametrizavam seus problemas e suas atuações no mundo, Janssen percebia essa possibilidade em 1952. Em face dessa percepção, orientou a definição de uma área industrial em “zona o que trará uma massa humana compacta, sem que de outra forma, obtenha meios de labuta”; assim, a cidade poderia favorecer um desenvolvimento econômico baseado na industrialização com o propósito de evitar o desemprego.

O documento também torna evidente a expectativa de que as indústrias poderiam se aproveitar das condições favoráveis quanto ao escoamento da produção mediante a chegada da ferrovia, sugestões que serviriam à comissão constituída para definir o local da Cidade Industrial. A comissão citada sofreu lapsos de atuação e recomposições durante as décadas de 1960 e 1970; além disso, as atividades dessa (ou dessas) comissão foram desconstruídas nos debates, propositivas e definições até o final da década de 1970 (FOLHA DE GOIÁS *in* Ewald Janssen, 1965a) [Figura 12], quando outra perspectiva direcionou a possibilidade de desenvolvimento socioeconômico da cidade através do Plano de Desenvolvimento Local Integrado e da criação da Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário (FUMDEC)⁴². Apesar deste plano “orientar o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico do Município de maneira definitiva, bastando receber atualizações, de tempos em tempos” ([S.I.] *in* Ewald Janssen, [s.d.]o), o debate sobre a definição de uma área para desenvolver uma Cidade Industrial também foi abandonado na sequência.

Como enfatizado, com base em outro documento direcionado ao Diretor do DVOP (Ewald Janssen, [s.d.]k), as sugestões de Janssen recomendavam novamente a consulta ao DVOP, neste caso com a apresentação de anteprojetos, antes de submetê-los e obter a aprovação da Prefeitura, evitando os esforços de elaboração dos loteamentos, que poderiam ser reprovados posteriormente pelo DVOP. Na prática, Janssen havia percebido que uma vez recebidos os pareceres favoráveis e documentos legais da Prefeitura Municipal, um possível veto do DVOP aos empreendimentos lançados seriam ignorados, prejudicando o traçado e a continuidade na ligação com outros loteamentos, já que quem possuía técnicos capacitados para compreender esta demanda era o departamento estadual.

Por este motivo o topógrafo assinalou atenção à “completa supressão de traçados urbanos Nesta Capital”, reforçando que “os lotes constituem elementos de relevante valor

⁴² A FUMDEC foi instalada em 30 de dezembro de 1972, através da Lei Municipal nº 4.655; os recortes de jornal da Coleção Ewald Janssen, mesmo quando não identificam a respectiva fonte ou data, evidenciam que o projeto desta fundação começou a ser elaborado durante o primeiro mandato de Iris Rezende Machado como prefeito de Goiânia (1966-1969).

econômico”; nesse sentido, o autor do documento sugeriu a permissão dos “traçados das áreas vagas ainda existentes dentro dos perímetros urbanos” ou mesmo que a Prefeitura Municipal se encarregasse de projetar tais áreas que ainda estavam vagas, “afim de se deter um traçado completo e mais impressionante” [Figura 17]. Definitivamente, a cidade estava ‘em retalhos’ e a costura destes elementos dispersos estava comprometida pela desordem entre as competências estaduais e municipais, somados às urgências do mercado imobiliário.

Conforme indicado, os mapas da Coleção Ewald Janssen, produzidos ou salvaguardados nas décadas seguintes, se assemelham ao Mapa do Império do conto-parágrafo de Borges, pois neles reflete-se o “alto nível de sensibilidade e percepção a respeito da cidade” do topógrafo alemão (GONÇALVES, 2002, p.149). Os mapas projetados para Goiânia e reproduzidos na escala real em forma de bairros da cidade, entre 1950 e 1980, também buscaram representar a “perfeição” através “do rigor na ciência” e a satisfação da arte cartográfica, que as “gerações seguintes” consideraram inútil. Os mapas atuavam na dimensão além do que os preceitos urbanísticos podiam imaginar e projetar utopicamente, a partir de um descampado no cerrado goiano e um papel em branco. Deviam considerar o que foi deixado às margens do planejamento, cuja definição era protelada e ameaçada por eminentes desocupações e desapropriações. Precisavam representar o meio urbano na dimensão mais próxima possível de uma suposta realidade, e nela atuar sem perder o sentido ou o interesse.

Caderno de imagens [CAPÍTULO I]

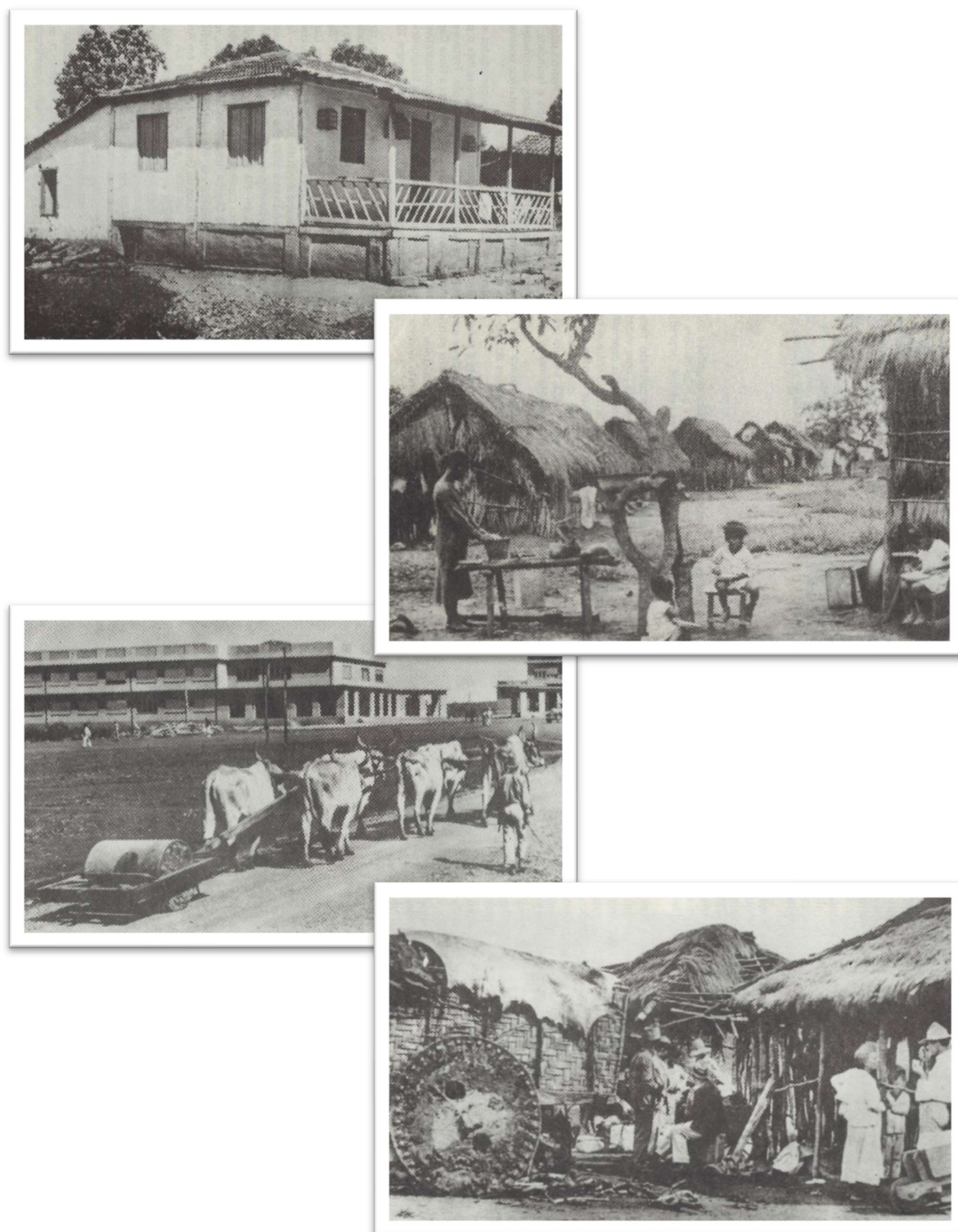


Figura 1 – Fotos tiradas em Goiânia, entre 1936 e 1937, pertencentes ao arquivo do jornal *O popular*, reproduzidas na obra *A construção de Goiânia e a transferência da capital*, de Nars N. Fayad Chaul. Na primeira foto, as *primeiras casas*; na segunda, o *acampamento de Operários*; na terceira, o *Palácio do Governo*; e na última, o *Mercado Municipal*.

Fonte: Chaul (1988, p.120;123;127;128)

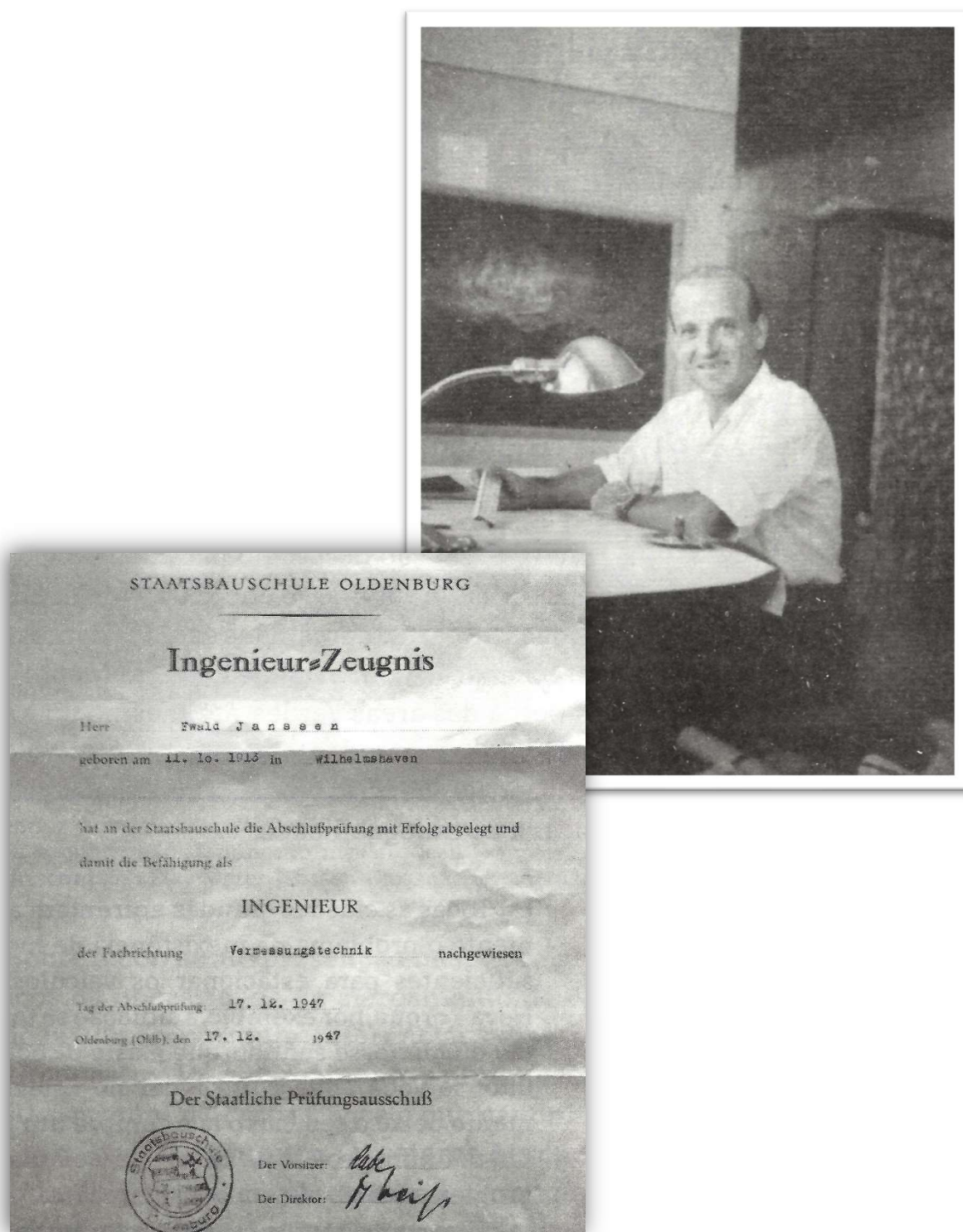


Figura 2 – Foto de Ewald Janssen e seu diploma de engenheiro topógrafo – *Acervo de Narcisa Abreu Cordeiro*.

Fonte: Cordeiro e Ferreira (2017, p.128-129)

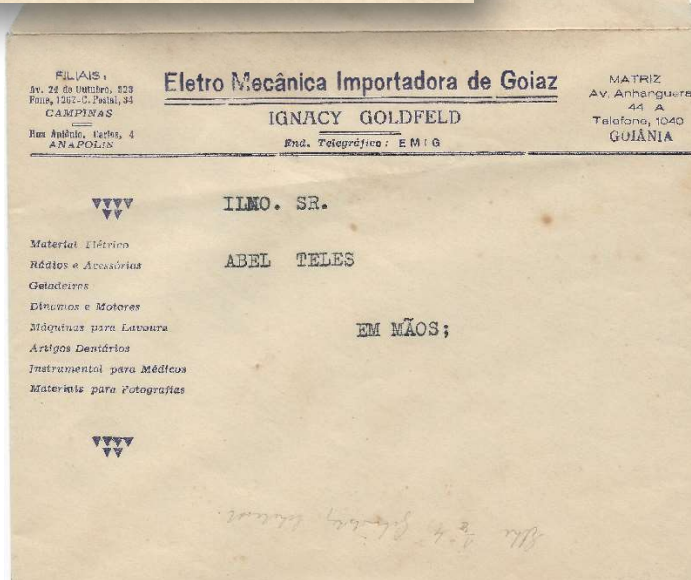
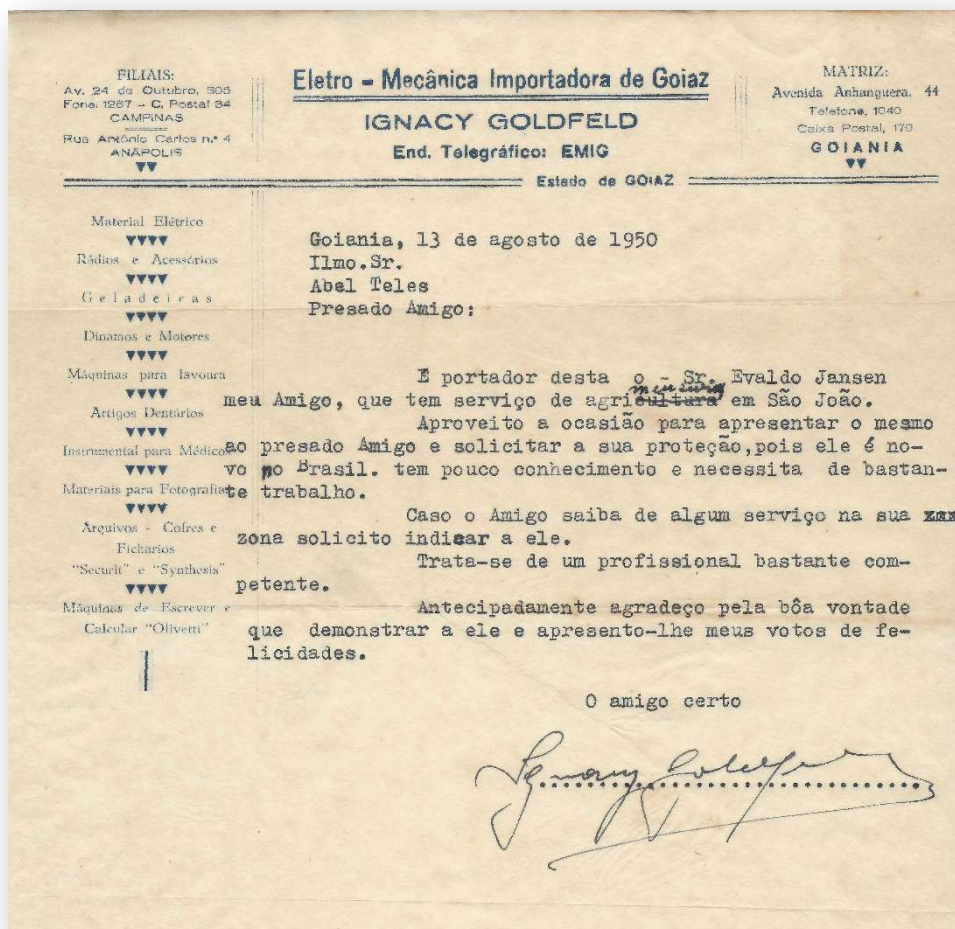


Figura 3 – Carta ao portador remetida por Ignacy Goldfeld, em 1950, indicando Janssen para “algum serviço” na “zona” de Abel Teles.

Fonte: GODLFELD in Ewald Janssen (1950b;1950c)

RETIFICAÇÃO DO SETOR "LESTE":

O projeto do Setor Leste apresenta entre outros os seguintes pontos fracos:

1) Por motivo de erros de cálculo ou de demarcação, não existe ligação direta da Quinta Avenida entre a parte Sul e a parte Norte do Setor. A entrada e a saída respectivamente da Quinta Avenida com a Av. Anhanguera são desencontrados por 94,15 mts.

2) Em vista do desenvolvimento urbanístico e do futuro tráfego motorizado, a Avenida Anhanguera é projetada com excesso de entradas, saídas e cruzamentos no sentido Norte-Sul, ou que, apresenta para o futuro uma complicação seria de dirigir a circulação, levando em consideração a largura insuficiente desta Av. principal. Consequentemente serão provocados acidentes e desastres inevitáveis, agravando-se ainda a situação pela localização de um colégio e uma Casa da Criança no alinhamento desta mesma Avenida.

3) O projeto do Setor Leste não leva em conta os bosques primitivos, ainda existentes, que devem ser protegidos, sobretudo em vista da falta de Parques e Praças de Recreio no plano geral da nova Capital. Além disso no projeto do citado setor, o parque está cortado por uma Avenida, sem a justificação seria do ponto de vista do tráfego.

Por causa de vendas, já efetuadas, de todos os lotes, as retificações, respectivamente modificações do projeto são limitadas, tornando-se quase inexequíveis sem recorrer a desapropriações. Praticamente só será possível corrigir o assunto citado no Item nº 3.

Os defeitos citados nos Itens 1 e 2, somente podem ser diminuídos por desvios em forma de Avenidas de Contorno, dirigindo o tráfego em trânsito e da circulação urbana.

No estudo geral do tráfego, ainda a fazer, propondo para o Setor Leste, o seguinte:

a) Uma Avenida de Contorno da parte Norte para receber o trânsito dos setores: Vila Nova, Nova-Vila, Norte, Crimeria Oeste, Crimeria Leste. (Vide rascunho, anexo).

b) Uma Avenida de contorno na parte Sul, para receber o trânsito dos setores: Leste, Sul, Jardim Goiaz, Água Branca, Santo Antônio.

Com estas soluções previstas as condições de tráfego serão sensivelmente mais favoráveis e facilitarão a circulação do centro, com mais rapidez e segurança.

Tirando partido de experiências feitas nas grandes metrópoles do país, a questão de tráfego deve ser respeitada com máximo critério.

No caso de Goiânia ainda está em tempo, corrigir defeitos respectivamente estudar e projetar o plano geral de tráfego, com todos os detalhes, necessário ao bom desenvolvimento, o que é uma grande vantagem.

E. Janssen
Ewald Janssen
Topógrafo do Estado

Goiânia, 23. 8. 1951

Figura 4 – Relatório sobre a Retificação do Setor "Leste".

Fonte: Ewald Janssen (1951b)

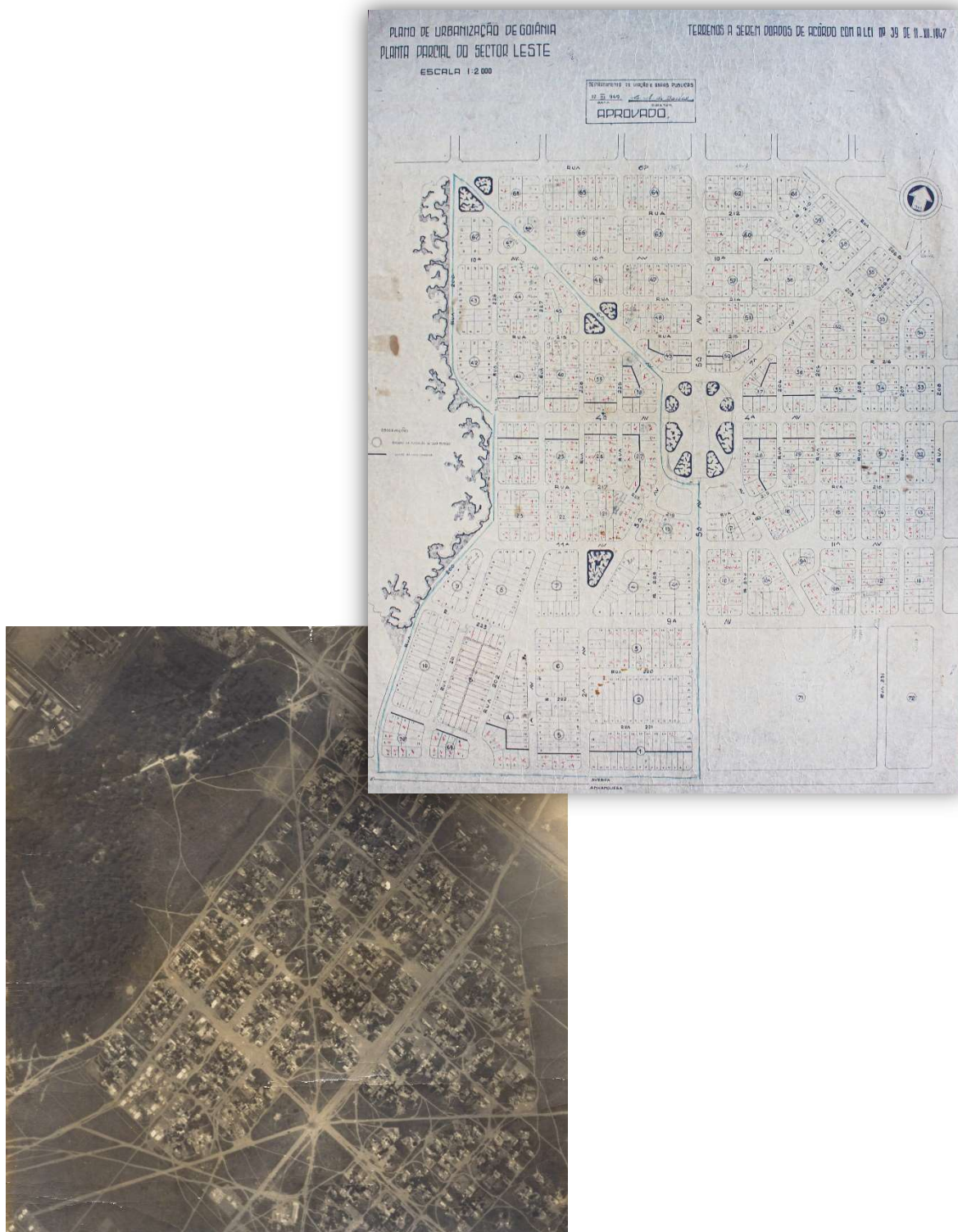


Figura 7 – *Planta parcial do Sector Leste* e foto aérea do local, projeto aprovado pelo DVOP em 12 de março de 1949 e que trata-se de terrenos a serem doados de acordo com a Lei nº 39 de 11-XII-1947.

Fonte: Ewald Janssen (1949; [s.d.])



Figura 9 – Anúncio do empreendimento no Jardim Goiaz, uma jóia de perfeição urbanística a apenas 1.500 metros do Palácio das Esmeraldas.

Fonte: Ewald Janssen (1950a)



Figura 10 – Projeto de Janssen no Setor Pedro Ludovico – Paróquia do Botafogo.

Fonte: Ewald Janssen [s.d.].h

Exmo. Snr.
 Dr. EURICO CALIXTO DE GODOI
 DD. SECRETARIO DE ESTADO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS
N E S T A

Senhor Secretário,

Dada ^{as} às dificuldades encontradas na demarcação da parte invadida do "Setor Pedro Ludovico", por parte dos moradores que se opõem, de todos os modos a que sejam furadas as paredes de suas residências para fins de visada, bem como o fato de virem sistematicamente arrancando os piquetes colocados, obrigando-nos a refazer grande parte dos serviços, ^{ha}mos a presença de V.Exeia., solicitar um reajustamento ⁿ dos preços de demarcação daqueles lotes, por nós contratados.

Entretanto achamos mais viável ^{re} em vez do ajustamento pretendido, sermos recompensados aos trabalhos que tivermos de refazer, permitindo V.Exeia., seja entregue a demarcação do "Setor Pedro Ludovico" apenas com os murecos dos eixos das ruas e cantos de quadras daquela parte invadida, que totaliza 1.341 lotes.

A demarcação dos demais lotes num total de 7.243 unidades, inclusive as áreas públicas, já se acha em vias de conclusão, esperando que V.Exeia., ^{autorize} assente o que ora solicitamos para a ^{apresentação} entrada da respectiva fatura.

Os lotes da parte invadida seriam demarcados facilmente pelos topógrafos desta Secretaria, uma vez que já se encontram demarcados os cantos das quadras, à proporção que os seus proprietários forem requerendo.

Figura 11 – Correspondência de Ewald Janssen, endereçada ao secretário do DVOP – Eurico Calixto de Godoi, comunicando as dificuldades estabelecidas pelos moradores da parte invadida do "Setor Pedro Ludovico" no propósito de inviabilizar a demarcação da área. O documento não identifica a data em que foi produzido, entretanto, os outros documentos da coleção que correspondem às demarcações realizadas no Setor Pedro Ludovico situam estes procedimentos nos anos de 1957 e 1958.

Fonte: Ewald Janssen [s.d.]a



Figura 13 – Matéria de jornal com o título *Goiânia próxima do suicídio urbanístico*.

Fonte: [S.I.] in Ewald Janssen (1977).

Figura 12 – Recorte do jornal *Folha de Goiás*, de 10 de junho de 1965, identificado e datado por Janssen na parte superior.

Fonte: FOLHA DE GOIÁS in Ewald Janssen (1965a)

A transmissão de propriedade por um dos três poderes de Estado

Pedro Valadares

A transmissão da propriedade se processa, entre outras, pelas seguintes maneiras: a) Compra e Venda; b) Arrematação; c) Remissão; d) Vocação Hereditária; e) Dação em Pagamento; f) Permuta; g) Extinção do Condomínio; h) Doação. Qualquer que seja a hipótese verificada, emerge a figura do transmitente e a do adquirente da propriedade vez que seria estranho alguém dar ou ceder ou dever algo a si mesmo; ou comprar ou herdar de si mesmo; ou permutar algo consigo próprio.

Ainda como pressupostos na transmissão da propriedade há que se perquirir dos Poderes e Direitos (jus utendi e jus abutendi) do transmitente; vasta é a legislação pátria a respeito.

Materia de áspero trato e entendimento, não raro surgem "casos" antológicos ditados pela má fé quando que pela simples e angelical ignorância (ou grossura, como queiram).

Sabido que o Estado é o conjunto — nunca a soma — dos Poderes Legislativos, Executivos e Judiciários, interdependentes e harmônicos entre si, (Estados Policráticos quais os Ocidentais) Rabelais, o próprio, uma vez recidivo, contorceria de risos logo que um desses três Poderes, se detachando do conjunto, transferisse aos outros dois, ou a um dos dois, o direito, o domínio, a ação e posse sobre um bem, uma propriedade.

Aqui vão algumas consequências imediatas que tal sandice acarretaria: Seriam necessários três Balanços Patrimoniais, três secretarias ou ministros de fazenda, três contadorias gerais, três serviços de patrimônio da União; um para o Legislativo, outro pa-

ra o Executivo e o outro para o Judiciário.

"Argumentandi Gratia Tantum", o "caso" só perderia charme se se verificasse na Ilha de Barataria, onde tudo pode acontecer, des que seu dono putativo e futuro, apresentado são respectivamente o ensandecido Cabalero de La Triste Figura, D. Quixote de La Mancha e seu incrível palafremeiro Sancho Pança. Mas se ocorresse no Brasil, no Brasil do século vinte, o festival de beateiras — FEBEAPA — do Ponte Preta, estaria desmoralizado.

Por outro lado, os futuros estudantes de Direito, já no trote universitário, ficam sabendo que são de uso público as praças, as ruas, as estradas, as pontes, as áreas públicas e notoriamente reservadas para fins específicos (formação de bosques, campos, de parques infantis ou algo no gênero) logo, são áreas de uso do povo, "das gentes" e por isso mesmo, não se prestam à transmissão para terceiros, quando não porque o transmitente é um conjunto de cerca de três bilhões de pessoas, ou seja, a população atual do mundo. A escritura respectiva teria que ser firmada pelos brasileiros (todos); pelos ingleses (todos); pelos franceses (todos)..... por todos os velhos, moços, crianças e mulheres; por todos os rufões e batedores de carteiras... o diabo! Evidentemente o livro apto a receber tanta assinatura teria milhões de páginas; e seu peso. E sua espesura...

Por tudo isto, se o Executivo receber do Legislativo, para sanção, um monstrinho que lhe autoriza (!) transferir para este a propriedade de uma rua, um bosque, cabe ao chefe do Executivo rechaçá-lo "in totum" se louvando nos dois motivos acima.

Recapitulando-os:

Motivo a) — Sendo o Legislativo um dos três Poderes geradores do Poder Público, todos os bens, todas as propriedades deste são simultaneamente, bens e propriedade daquele — como do Judiciário —

Motivo b) — Uma vez que o bem, razão da transferência da propriedade é uma área de terras com finalidade de uso público (não confundir com uso para o público) só o povo é titular de direitos o "quantum satis" para transferir sua propriedade; depois disto... o dilúvio.

Ainda admitindo o absurdo, apenas para argumentar, demos de barato que o bem — um bosque — fosse de domínio do Poder Público; se este bosque se localizasse em Goiânia, seria propriedade do Poder Público Municipal, nunca do Poder Público Estadual, posto que Goiânia já foi desvinculada da placenta do Estado de Goiás.

Por fim, se o monstrinho — o mesmo monstrinho — trouxer mais essa beleza... "Art. 2º — NENHUMA CONSTRUÇÃO PODERÁ SER FEITA NO TERRENO OBJETO DESTA LEI SEM PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE GOIÁS", seria o caso de se afirmar: Em algum lugar estão sobrando algumas cangalhas.

P.S. Os bens de uso comum do povo estão exemplificados no art. 66 do C.C.B. E é da lavra dos melhores comentaristas o que segue: "O Estado tem apenas o dever de vigilância, tutela e fiscalização para o uso público". (Cfr. Aubry e Rau, Pacifici e Mazzoni, Laferrière in Droit Public e Administrativo, Vol. 1, pág. 550. Labori in Répertoire, vol. Domaine Public. Em sentido oposto, C. Mendonça in Comment. ao CCB, pág. 103).

2018.03.0324

Figura 14 – Redação jornalística de Pedro Valadares sobre lei promulgada pela Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, em 1966, que decretava a sua propriedade sobre a área do Bosque dos Buritis.

Fonte: VALADARES in Ewald Janssen [s.d.]jm



Figura 15 – Vista aérea do *Setor Satélite Campinas*, em 1953. No verso da foto consta em anotação manuscrita: *Para fins do D.V.O.P. de Goiânia*, constando como local o *Núcleo Rodoviário – Campinas*, fotografada no dia 5 de junho de 1953, às 11h30m.

Fonte: Ewald Janssen (1953)

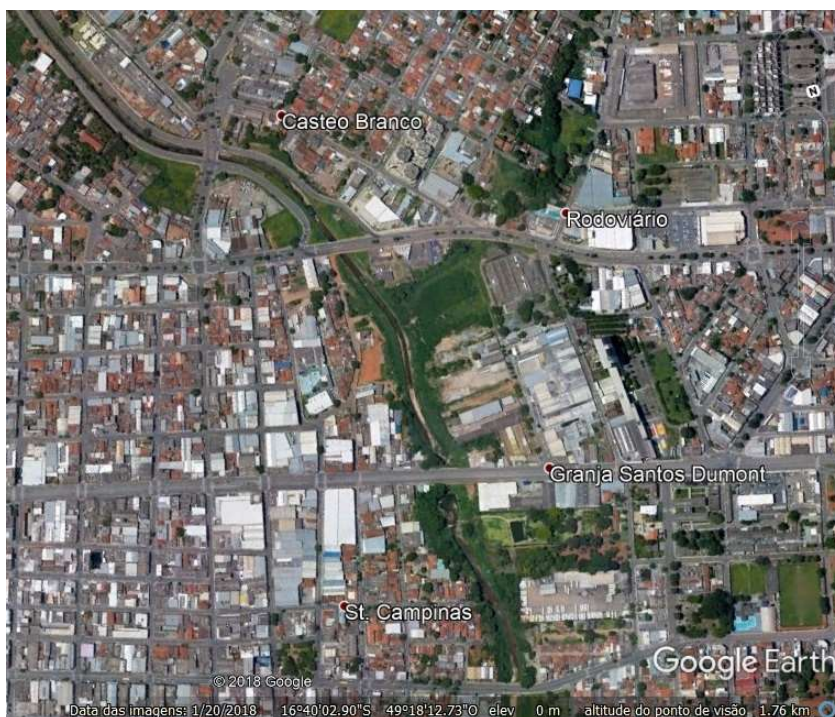


Figura 16 – Imagem de satélite do Setor Campinas de Goiânia, registrada no dia 20 de janeiro de 2018. Recorte equivalente ao da foto anterior, evidenciando as avenidas Castelo Branco (acima) e Anhanguera (abaixo).

Fonte: Google (2019)



Figura 17 – Fotografias aéreas de Goiânia tiradas em 6 de julho de 1955. Na foto superior: O Setor Sul pouco urbanizado, a Praça Cívica e o Bosque dos Buritis (centro-abaixo), os Setores Bueno (direita) e Jardim Goiás (esquerda) apenas com ruas demarcadas, os setores Pedro Ludovico e Marista (centro) ainda sem demarcações de ruas. Na foto inferior: área que atualmente corresponde ao Parque Jardim Botânico.

Fonte: Ewald Janssen (1955a;1955b)

CAPÍTULO II

2. ENTRE O OLHAR DE JANSSEN E OS OLHARES PARA JANSSEN

Nos Reinos de Goiás (A Vida e suas Contradições)

O medo é uma presilha e o medroso não sai do lugar. Estabeleceu um cercadinho limitante e ali se estabeleceu limitado.

O corajoso caminha sempre para frente, aceita as paradas e aproveita as ofertas. E sua tulha transbordará no final.

Há um determinismo constringendo as criaturas. Minha gente do Estado de Goiás, muitos poderiam estar, senão ricos, remediados. Da mudança para Goiânia, suas ofertas, lotes, casas e chácaras, terrenos baratos em sua volta. Um decreto do Governador oferecendo lotes na “nova” a todos os proprietários da “velha” que requeressem no sentido de compensação generosa, consequente a desvalorização da velha Capital.

Vendedores de lotes a prestação ofereciam de porta em porta, traziam mapas, informavam. Na minha terra, seus costumes: batiam no corredor. A dona da casa mandava espiar pelo buraco da fechadura: “Se for vendedor de lote de Goiânia, fala que não tem ninguém em casa...” Lotes de ótima procedência, prazo longo, tolerância nos possíveis atrasos, amortização de vinte mil réis por mês. Qualquer pobre podia pagar. Rejeitaram esses, os ladinos. Não acreditavam, tinham medo de perder suas vinte pratas. Cá ficaram no “ora vejam”. Os destemidos e crédulos avançaram e estão na crista da valorização imobiliária. A mesma situação conheci em Andradina. Vi pessoas entregarem seus lotes à Firma, Moura Andrade. Outras casas feitas de material. Diziam: “Ah! Seu Andrade quer é que a gente abra isso aqui pra ele. Depois toma tudo da gente...”

Estão para lá, e os que acreditaram e tiveram boa-fé, enriqueceram. A vida e suas contradições. (Cora Coralina, 2013, p.201-202)

O conto de Cora Coralina ilustra a “valorização imobiliária” que os lotes, casas, chácaras e terrenos em Goiânia ofereceu aos destemidos investidores, que ficaram “senão ricos, remediados”; percebe-se ainda a acessibilidade às ofertas da “nova” na “velha” Capital. No enredo da poetisa goiana o mercado imobiliário atuava ‘generosamente’ na Cidade de Goiás, oferecendo aos vilaboenses todas as facilidades possíveis de investimentos na nova capital e, enfim, enriqueceu os que acreditaram na promessa. A contradição evidencia-se no temor, que induziu pessoas a não investirem em Goiânia por “medo de perder suas vinte pratas” e impeliu outras a investirem por medo de perder dinheiro com a “desvalorização da velha Capital”.

A poetisa permaneceu na antiga capital e sua casa não desvalorizou, virou patrimônio, um museu; para algum turista desavisado do século XXI a ‘Casa da Ponte’ em que Cora viveu pode ter virado a própria cidade. Esta cidade que, abandonada pelo poder do Estado, à mercê

da soberania dos Caiados e das enchentes no Rio Vermelho, encontra nos poemas de Cora uma forma de redenção e de ‘situar’ novamente a urbe no mapa de Goiás. Não há como ignorar a relevância da autora para a antiga capital e além, pois a poetisa tornou-se um ícone da intelectualidade do Estado. Cora, apreciada por Carlos Drummond de Andrade, recebeu deste uma carta datada de 7 de outubro de 1983, afirmando que ela não mais se pertencia, “é patrimônio de nós todos, que nascemos no Brasil e amamos a poesia” (CORALINA, 2013, p.12). A valorização de Cora e de sua Casa na Ponte pode ser considerada outra contradição.

As contradições da vida colocam em xeque as nossas convicções, nossos preceitos e nossos julgamentos do que acreditamos ser correto e as contradições de Ewald Janssen não estão justificadas na coleção de documentos do Museu Antropológico, mas também não passa despercebida em uma análise que se propõe a avaliar a sua vida profissional em Goiânia. O topógrafo criticava loteamentos excessivos e os produziu excessivamente, inclusive em terrenos de sua propriedade; entretanto, o conto de Cora leva a crer que o alemão não quis ficar alheio à lista dos que enriqueceram com a especulação imobiliária na nova capital.

Ao assimilar a vida profissional de Janssen historicamente, compreendemos que suas ideias se esvaíram na capital goiana diante da busca incessante de ‘particulares’ por privilégios. Os fragmentos da cidade, os Mil Réis, os Cruzeiros ‘novos’ e ‘velhos’, todas essas ‘moedas de troca’ mensuravam e norteavam o desenvolvimento urbano de Goiânia. Reiteramos que as disputas sobre a cidade não se encerravam na questão imobiliária, mas tinham raízes simbólicas ligadas ao signo do progresso e ao planejamento urbano, um dos parâmetros da modernidade, enquanto a ausência desse planejamento recaía sobre carências da sociedade. Além disso, a disputa entre Atílio e os Coimbra Bueno e suas significâncias na história de Goiânia refletem a ascensão do modelo científico que favoreceu aos engenheiros se tornarem governadores, prefeitos e parlamentares; ou seja, condutores da administração pública na urbe.

Décadas foram necessárias para expor a fragilidade desse processo e identificar que este movimento não foi a concepção do que os profissionais da engenharia fizeram crer, que a erudição da matemática e da física promoveram os, já mencionados, “resultados práticos para a sociedade, conquistando o conforto e o bem-estar para a população” (CERASOLI, 1998, p.21). Em Goiânia reconheceu-se somente muito tempo após a sua construção e consolidação, que os verdadeiros ‘construtores da cidade’ foram também miseráveis anônimos, explorados pelo progresso e pela modernidade, marginalizados e esquecidos, alheios ao legado do “bom nome de Goiânia, a Capital Caçula” (Ewald Janssen, 1954, p.7).

Ao discorrer sobre a imprecisão que aflige, inclusive, as ciências ‘ditas exatas’, o engenheiro Abraham A. Moles afirma que “o mundo não é um laboratório onde os fenômenos são depurados, isolados, controlados, ao bel prazer e à vontade do experimentador que brinca com eles” (MOLES, 1995, p.15). Nesse sentido, deve-se considerar que, além dos conceitos que iluminam o planejamento, qualquer projeto que buscou oferecer melhores condições sociais na vida urbana se submeteu a uma experimentação mais complexa, cerceada pelo empirismo da sociedade. Goiânia na década de 1950 evidenciava a fragilidade de um projeto, material e ideológico, que os discursos da modernidade e do progresso, de certa forma, conseguiram escamotear.

Neste itinerário Jane Jacobs (2011, p.26) ‘arquitetou’ severas críticas, em sua obra lançada em 1961, ao exercício de urbanistas do século XX, por terem constituído uma trama que “é absurda para o funcionamento das cidades” e as tornaram cobaias das teorias⁴³. Sobre Goiânia, a ‘capital moderna’, situada nos discursos progressistas e revolucionários de Getúlio Vargas, projetada por renomados urbanistas, sob conceituados modelos de bairros e cidades, é indispensável refletir se esses discursos são capazes de fundamentar plenamente a sociedade que nela habita e contemplar a modernidade, até porque é a partir dela que iniciamos a compreensão sobre este contexto histórico.

É importante considerar que os conceitos do urbanismo moderno que se manifestaram na nova capital goiana não são essencialmente alheios às demandas sociais; sobre seus autores, reitera-se que “nenhum dos quais vive num vazio ideológico” (JACOBS, 2011, p.24). Nesse passo, Jane Jacobs, mesmo se posicionando como uma das maiores críticas aos conceitos que nortearam a urbanização no século XX, principalmente em se tratando “da técnica de reurbanização”, ponto comparativo ao caso de Goiânia na década de 1950, admite que a aplicação destes modelos varia de uma “visão a outra, podem usar um meio-termo, podem vulgariza-las, mas elas são o ponto de partida” (2011, p.24).

⁴³ A autora reprova, em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, as ideias de autores renomados nas concepções urbanísticas, “de uma ponta a outra, de Howard e Burnham à mais recente emenda à lei de renovação urbana” (JACOBS, 2011, p.26), que influenciaram as concepções de Atílio, Godoi e outros urbanistas que atuaram em Goiânia. A obra é marcada pela anuência de críticas generalizadas aos ‘modelos de cidade’ e Jacobs destaca três deles: *Cidade-Jardim* de Ebenezer Howard, *Ville Radieuse* de Le Corbusier e *City Beautiful* de Daniel Burnham. Estes arquétipos foram amplamente difundidos e reciclados, de acordo com particularidades locais, a fim de influenciar não só a construção de novas cidades no século XX, como também reformular e contornar problemas percebidos em boa parte das grandes urbes no continente. Goiânia, Brasília, Belo Horizonte, dentre outras, são cidades que foram influenciadas por estes modelos, direta ou indiretamente, em suas construções.

2.1. As contradições de Goiânia, segundo Ewald Janssen

Ewald Janssen começou a trabalhar para o DVOP do Estado logo após o retorno de Vargas ao cargo de presidente da República, de Pedro Ludovico como governador de Goiás e de Freitas Borges como prefeito de Goiânia. O presidente buscava desvincular-se da imagem de ditador e autoritário conservada na sua figura desde a queda do Estado Novo em 1945; o governador e o prefeito retornaram eleitos e voltaram a comandar o desenvolvimento da cidade, aturdidos diante das competências governamentais que lhes eram cabíveis em cada caso.

Os primeiros anos de envolvimento de Janssen com a urbanização de Goiânia são marcados por uma intensa manifestação de reflexões e sugestões a serem incorporadas ao Código Municipal de edificações. O topógrafo introduzia seu conhecimento nas proposições ao DVOP e a partir disso buscava influenciar o planejamento e, conseqüentemente o desenvolvimento urbano da capital. Em um documento de 12 de fevereiro de 1952 com o título: “*EXPOSIÇÕES SÔBRE A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÂNIA*”, Janssen discorre sobre a “situação urbanística de Goiânia”, tratando do desenvolvimento da capital sob o aspecto do “planejamento” e da “execução técnica”, no qual são apreciados os benefícios da “Marcha para o Oeste” nas projeções da cidade. O topógrafo relatou, logo nas primeiras linhas do registro, a situação econômica do Estado e de suas ligações à outras regiões brasileiras:

Goiânia é a Capital de um Estado que se encontra no início de seu desenvolvimento econômico. Esse Estado dispõe de depósitos ricos de minerais e de grandes áreas rurais aproveitáveis para a agricultura moderna. Devido as realizações já iniciadas dos projetos de canalização dos Rios Tocantins e do Araguaia (e outros) a navegação ligará esse rico Estado aos portos de exportação e importação do Norte do Paiz. As ligações aos outros centros da república estão garantidas pela estrada de ferro, respectivamente por rodovias, já existentes ou em projeto (a Transbrasiliana). (Ewald Janssen, 1952b, p.1)

Pelas observações do topógrafo alemão, em 1952 os meios de transporte de pessoas e dos produtos da economia incipiente ainda estavam se consolidando localmente. O que excede as possibilidades de compreensão histórica pelo registro acima diz respeito à navegação fluvial e à ferrovia; conquanto o contexto descrito por ele corrobora com outras referências bibliográficas como o artigo de Barsanufio Gomides Borges (2004, p.83-101), sobre a *Estrada de Ferro Goiás* e a obra de Mendonça (2013), intitulada *A invenção de Goiânia*. As dificuldades de acesso que implicavam no isolamento goiano se estendiam e se intensificavam em outros Estados, no Centro-Oeste e Norte do país. Assim, a maior parte das regiões do interior do país se viram condenadas às condições insulares, sem força política fora de seus domínios, mas

sobreviviam com recursos próprios e resolviam suas demandas internamente, como ocorria desde o final do século XIX.

Desta forma, esses dois meios de transporte em Goiás, navegação fluvial e ferrovia, se tornam cruciais na perspectiva de Janssen documentada em 1952. Para o propósito da contextualização em pauta compreendemos, inicialmente, que não houve momento na história em que os governos brasileiros, ou mesmo portugueses, se interessassem em desenvolver efetivamente a navegação fluvial para integrar o país. O que mais se aproximou desse propósito foi um plano viário de Leopoldo de Bulhões Jardim, em 1885, que visava conectar ferrovias e bacias hidrográficas importantes. “Em apertada síntese, a luminosa concepção bulhonista previa a navegação do Araguaia e Tocantins conectada a uma estrada de ferro que ligaria Alcobaça (PA) à cidade goiana de Boa Vista” (MENDONÇA, 2013, p.43). O transporte ferroviário, por sua vez, se desenvolveu mais pelos interesses políticos que pelas demandas regionais; no caso de Goiás, o interesse de Minas Gerais em manter a cidade de Araguari como entreposto comercial da economia goiana atrasou em décadas a chegada das estradas de ferro.

O Estado mineiro constituiu parte hegemônica na Primeira República, cujos interesses políticos e econômicos, juntamente com os do Estado de São Paulo, permaneceram soberanos, no que foi denominado de ‘política do café com leite’. O isolamento goiano limitava a economia regional à pecuária bovina, “única atividade econômica a se desenvolver satisfatoriamente, isto por ser o gado uma mercadoria que se autotransportava” (BORGES, 2004, p.85). O produto da economia goiana era conduzido até os matadouros de Minas Gerais e São Paulo, logo, interessava à economia dos Estados soberanos que a economia goiana permanecesse sob seus domínios. O governo de Minas se apoderou de trilhos, impossibilitou obras, deslocou trechos e pontos de partida, se apropriou de materiais e equipamentos, destinando-os a obras férreas de seu território (MENDONÇA, 2013, p.41-42).

O primeiro trem de ferro adentrou o solo goiano em 15 de agosto de 1912, no trecho entre Araguari e a Estação Roncador, atualmente localizada no município de Urutaí (GO); entretanto, a partir de 1915 o progresso ferroviário em território goiano se concretizou, mas ainda de forma morosa. Borges salienta os motivos:

Entre 1915 e 1922, vários fatores fizeram com que as obras do prolongamento da estrada ficassem praticamente paralisadas: irregularidades contratuais com empreiteiras, dificuldades financeiras por parte da companhia concessionária, pressões de grupos para alterar o traçado da estrada e conflitos de interesses regionais entre Goiás e o Triângulo Mineiro. Além disso, com a Primeira Guerra Mundial, houve contratemplos na importação de trilhos, equipamentos e materiais rodantes (BORGES, 2004, p.85).

Mesmo a ascensão de Getúlio Vargas e, conseqüentemente, de Pedro Ludovico, em 1930, não intensificaram o projeto ferroviário em Goiás, que foi significativamente abalado pelo encarecimento dos recursos durante a Segunda Guerra Mundial; além disso, a nova conjuntura política projetava a integralização apoiada no transporte rodoviário. O progresso mediante ferrovias não era uma unanimidade entre as classes dominantes locais e os interesses públicos e privados transferiam entre si a responsabilidade da empreitada, “as autoridades acreditavam que a implantação de infra-estrutura viária poderia ficar a cargo da iniciativa privada” (BORGES, 2004, p.86).

O cenário de subordinação à hegemonia política, sobretudo aos interesses econômicos do Estado vizinho, tensões internas entre grupos locais com interesses distintos, contratempos de guerras mundiais, os poucos recursos para a aplicação do sistema, que oferecia somente tecnologias obsoletas e métodos inadequados, são alguns dos fatores que legaram a Goiás uma malha ferroviária “medíocre e deficiente”, “a ferrovia alcançou a cidade de Anápolis somente em 1935 e Goiânia, em 1950” (BORGES, 2004, p.87-88).

A ideia de romper o isolamento, tornando Goiás acessível e conectado com o restante do país, principalmente com a região Sudeste, mostrou-se o maior desafio do Estado na primeira metade do século XX. Entretanto, a solução desse problema não compreendeu um pré-requisito para a materialização da decantada modernidade de Goiânia; a cidade se constituiu dentro das condições possíveis e uma delas era o próprio isolamento. Esta é outra ‘contradição da vida’, o mesmo isolamento que condenava Goiás à insularidade foi utilizado como justificativa da Marcha para o Oeste, resultando em avanços na urbanização do Planalto Central.

O propósito da ocupação territorial reverberou no interior do país e no contexto subsequente; além da capital goiana, a capital federal também foi deslocada para o oeste brasileiro. Oito anos antes da inauguração de Brasília, em 1952, a cidade já iluminava as reflexões expostas por Janssen no seu registro, ao afirmar que “em relação ao desenvolvimento geral” de Goiânia, este seria influenciado, essencialmente, pelos “seguintes projetos federais e estaduais”:

- 1) O aproveitamento das imensas forças naturais da Cachoeira Dourada garantindo fornecimento suficiente de força elétrica especialmente para a industrialização da capital goiana.

- 2) A mudança da Capital Federal para o planalto goiano⁴⁴ com o aumento consequente de população como base importante de crescimento econômico. (Ewald Janssen, 1952b, p.1)

O projeto federal de mudança da capital configurava para o topógrafo uma possibilidade de crescimento econômico, considerando a provável intensificação de processos migratórios para a região Centro-Oeste. Os registros na coleção que são datados e tratam do envolvimento de Janssen com projetos em Luziânia, urbe goiana próxima à área em que Brasília foi construída, correspondem ao período de 1956 e 1961⁴⁵; estes documentos incluem correspondências com o prefeito da cidade e um “Plano de Urbanização” para a mesma (Ewald Janssen, 1956;1958;1961). Janssen observava aspectos da urbanização operantes na capital até aquele momento e, ao alertar a respeito dos percalços do crescimento urbano vislumbrado adiante, seus apontamentos estabeleceram projeções relativamente precisas, a considerar, por exemplo, as projeções demográficas norteadoras do planejamento urbano de Goiânia que não se concretizaram⁴⁶.

Mais adiante, no mesmo documento, Janssen afirmava que “a Marcha ao Oeste e a comparação de situação de Goiânia com a de outras cidades permitem supor o número de 200.000 habitantes para essa Capital em um futuro não muito longo”; entretanto, ele rasurou o número posteriormente e manuscreeu “1000000” acima. Pouco mais de dez meses após esse registro, em 27 de dezembro, no “PLANO DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA. CAPITAL DO ESTADO DE GOIÁS.”, o topógrafo previa “uma população mínima de 500.000 habitantes”, e complementava “quantidade esta, não exagerada, pois pela rapidez com que a Cidade tem crescido, ultimamente, não levaria muito tempo para atingir êste valor” (Ewald

⁴⁴ Há indicativos históricos de que a primeira confirmação da construção de Brasília em território goiano aconteceu em 1955, durante um comício da campanha presidencial de Juscelino Kubitschek em Jataí. Na cidade do interior goiano há, inclusive, um museu para celebrar a importância da cidade na história brasileira, o *Memorial JK*. Na parte externa do *Museu Histórico de Brasília*, há a inscrição de datas e eventos importantes para a materialização de Brasília no planalto central, em uma delas consta: “1955 – O CANDIDATO À PRESIDÊNCIA, JUSCELINO KUBITSCHEK DE OLIVEIRA, ASSUME SOLENEMENTE NO COMÍCIO DE JATAÍ O COMPROMISSO DE ERGUER NO PLANALTO A NOVA CAPITAL”. Esta narrativa inclui um jataiense, Toniquinho, responsável por questionar o presidenciável sobre a mudança que constava em um artigo da constituição de 1946. Kubitschek teria confirmado e prometido a mudança por se sentir pressionado, então o ‘mito’ da confirmação em Jataí tornou Toniquinho uma celebridade na cidade e ele foi homenageado nas comemorações dos 50 anos de Brasília, em 2010; entretanto, no documento da Coleção Ewald Janssen a confirmação já estava dada em 1952, além disso, como mencionado no primeiro capítulo, Jerônimo Coimbra Bueno já atuava, durante seu mandato de governador no Estado entre 1947 e 1950, em aliança com Kubitschek para “construir politicamente Brasília” e situá-la no território goiano (SILVA, 2002, p.131).

⁴⁵ Brasília foi inaugurada em 1960. Janssen também atuou em Planaltina, no entorno de Brasília, entretanto as datas não estão identificadas nos documentos referentes a essa cidade.

⁴⁶ As previsões iniciais para a população de Goiânia, constantes em decretos do Interventor Federal, consideravam “uma população total de 50.000 habitantes, com um núcleo central com capacidade de alojar 15.000 habitantes” (ACKEL, 2007, p.137)

Janssen, 1952c, p.1). Da mesma forma que fizera no registro de fevereiro de 1952, rasurou o número e sinalizou um milhão de habitantes em momento posterior.

Não é possível precisar a data em que os documentos foram rasurados, porém seus textos deixaram inequívoco que os duzentos ou quinhentos mil habitantes, redigidos sem rasuras, seriam atingidos em curto prazo. O incremento populacional era evidente no período, “entre 1950 e 1960, Goiânia cresceu 188%, registrando um recorde nacional de crescimento nesta década” (ACKEL, 2007, p.150). A população de Goiânia ultrapassou um milhão de habitantes em 1996, quando a contagem totalizou 1.003.477 de residentes na cidade (IBGE, 2019).

O outro projeto no âmbito estadual mencionado por Janssen nas “exposições sobre a urbanização” de Goiânia era pertinente à sua específica competência científica, pois concerne à topografia; o fornecimento de energia elétrica como base para a industrialização, que se tornou outra pauta importante para ele, era preconizado nas possibilidades naturais do Estado. A Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada foi construída, naquele período, no curso do Rio Paranaíba, que estabelece a maior parte da fronteira entre os estados de Goiás e de Minas Gerais. As diligências de Janssen para elaborar seus projetos e pareceres eram essencialmente topográficas, considerando elementos do ambiente como os rios, o relevo, a vegetação, a estrutura geológica do solo e, inclusive, os ventos dominantes (Ewald Janssen, [s.d.]q) [Figura 18].

Sobre a hidrografia, dentre os diversos cadernos de anotações de campo pertencentes ao acervo de Ewald Janssen, em um deles há uma folha avulsa com o esboço de um “Estudo de fornecimento d’água para Goiânia, retirada do Rio João Leite”, sugerindo a construção de uma barragem no começo da década de 1950 (Ewald Janssen, 1951a). Conforme informação veiculada pela Agência Nacional de Águas (ANA), a barragem do Ribeirão João Leite, “capaz de armazenar 130 bilhões de litros de água”, foi construída somente no ano de 2005 (GOVERNO DO BRASIL, 2019).

Além de projeções demográficas e instruções topográficas, as reflexões manifestadas por Janssen também previam demandas no ajustamento do tráfego na cidade, que vieram a se concretizar anos após as suas considerações e, em muitos casos, sem qualquer envolvimento ou contribuição dele, destacando-se a Avenida Perimetral Norte e a Marginal Botafogo consolidadas nas décadas de 1980 e 1990, respectivamente⁴⁷. Nos casos em que contribuiu

⁴⁷ Identificando que as referidas vias ainda não existiam, tampouco os nomes como são conhecidas atualmente, as sugestões de Janssen – que dizem respeito ao que foi executado em períodos posteriores – podem ser correlacionadas às avenidas citadas pelos documentos da coleção, levando em consideração os setores da cidade

nestes ajustamentos, através do DVOP, o topógrafo alterou linhas retas dos projetos originais de ruas e avenidas, tornando-as curvilíneas para adequá-las ao relevo do terreno e às características do solo, dentre outras questões; o mesmo acontecia nos casos em que Janssen projetava o traçado de loteamentos em áreas de propriedades particulares, o que ocorreu com maior frequência a partir do final da década de 1950 e durante a década de 1960, quando havia poucos registros relacionados ao departamento estadual.

Na segunda página das *“EXPOSIÇÕES SÔBRE A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÂNIA”*, reiteramos o trecho em que Janssen afirma ter ocorrido uma mutilação do Plano Diretor de Atilio Corrêa Lima [nota:31], cujas ideias foram “abandonadas por completo em setores adjacentes”, ocasionando “bairros de traçados retangulares e monótonos” (Ewald Janssen, 1952b, p.2). Por conseguinte, o topógrafo ‘contradizia’ a criação de traçados de bairros tipicamente estruturados pelos irmãos Coimbra Bueno. Indiretamente, ele apontava, dentre os responsáveis pela mutilação da cidade e por torná-la monótona, Jerônimo Coimbra Bueno, que quatro anos antes o convidara para trabalhar em Goiânia, quando ainda vivia na Alemanha.

A ‘monotonia’ é um termo recorrente na obra de Jacobs (2011), geralmente se referindo às padronizações nas construções, áreas vazias sem uso e, principalmente no que se reporta aos grandes percursos sem comércios entre as unidades habitacionais. Em todos os casos, a autora reitera que os ambientes monótonos, principalmente quando mal iluminados, são áreas extremamente favoráveis à violência urbana, por impossibilitar um fluxo contínuo de usuários nas calçadas, permitindo a discrição na atuação de criminosos.

Em uma análise propositadamente menos teórico-conceitual, a autora, por não ser urbanista e atuar mais no campo do ativismo político, busca enaltecer o aspecto empírico da experiência urbana e da sua observação centrada em grandes cidades dos Estados Unidos. A obra figura entre os clássicos dos estudos urbanos e contribui significativamente com as análises aqui ressaltadas. As críticas da autora, por ela denominadas como “ataque” ou “ofensiva”, se concentram no planejamento urbano e na reurbanização moderna e ortodoxa e remete à ciência e ao esforço dos urbanistas as preocupações estéticas, causadores da “Grande Praga da Monotonia”, que não se dedicam ao que realmente promove a força vital das cidades (JACOBS, 2011, p.133).

mencionados ou os pontos de ligação sugeridos. Gonçalves ressalta que sobre a sugestão da Av. Contorno Norte de Goiânia, “tratava-se de uma proposta de criação de uma avenida que posteriormente veio a se materializar na Avenida Perimetral Norte” (GONÇALVES, 2002, p.159).

Na obra *Goiânia: 50 anos*, de Edgar Graeff (1985. p.29), é ressaltada a influência desses conceitos nas concepções originais da cidade, sobretudo pelas preocupações com a paisagem urbana e com o meio ambiente. Apesar de evidenciadas em cidades estado-unidenses, as análises de Jacobs se aproximam do objeto deste trabalho, mediante as origens conceituais dos projetos da capital goiana e pela semelhança de problemas evidenciados na aplicação destes conceitos; suas críticas se tornam interessantes por alertar a respeito das contrariedades entre a ciência e a prática do urbanismo que, por sua vez, foram observados e ressaltados por Janssen no contexto goianiense.

A obra de Jacobs não corrobora diretamente com a documentação do engenheiro topógrafo que atuou como urbanista em Goiânia, sobretudo pelas críticas generalizadas da autora ao processo de urbanização. Afinal a autora desaprova a atuação dos profissionais do urbanismo, acusando-os de tornar as cidades cobaias de suas teorias e Janssen não se isentaria desta abordagem, principalmente diante de suas sugestões de desapropriações e conservação planejada de áreas, recorrentes nos documentos analisados no acervo do Museu Antropológico.

Apesar disso, evidencia-se algumas perspectivas semelhantes entre a ativista e o topógrafo. De acordo com as análises de Janssen, Goiânia sofria efeitos equivalentes aos da “grande praga da monotonia” e apesar de projetar loteamentos retangulares quando a topografia não influenciava traçados de ruas curvilíneas, ele buscava compensar a monotonia dos bairros com “alamedas como faixas verdes” (Ewald Janssen, [s.d.]c) [Figura 21], como no caso do Setor Pedro Ludovico, bairro em que o topógrafo mais atuou dentre os setores compreendidos nos planejamentos originais da cidade. É possível perceber na atual disposição das alamedas do Setor Pedro Ludovico que as ‘funções urbanísticas’ idealizadas por Janssen também foram desfiguradas, ou ‘mutiladas’ com o tempo, decorrente de alterações que buscaram amenizar os problemas do trânsito de automóveis na capital. Gonçalves (2002, p.106) ressalta, neste setor, que Janssen projetou “uma enorme praça central”, local em que, “anos mais tarde, foi implantado um terminal de transporte coletivo, [...] descaracterizando por completo a idéia original”.

Na continuação das “exposições”, de fevereiro de 1952, o topógrafo sugere um “planejamento do tráfego”, com o propósito de interligar a cidade com as rodovias existentes e em projeto, além de fornecer “comunicações racionais entre os diversos bairros” da zona urbana. Na perspectiva de Janssen o trânsito nas vias principais do centro deveria ser evitado com desvios que contornassem a cidade, sendo o excesso de cruzamentos com a Av.

Anhanguera um dos principais erros do projeto de Goiânia⁴⁸; além de mencionar a “falta absoluta em Goiânia de caminhos próprios para bicicletas respeitados em todos os projetos modernos de urbanização”. (Ewald Janssen, 1952b, p.2)

Sobre as alterações em vias da capital, além dos problemas já mencionados e relacionados aos critérios topográficos, Janssen verificava, em agosto de 1959, a ocorrência de congestionamentos nas Avenidas Anhanguera e Marechal Floriano, diante de “um aumento mais acelerado ainda da motorização” (Ewald Janssen, 1959). As exposições do topógrafo que compunham medidas de adequação e visavam alertar sobre os problemas futuros eram endereçadas ao poder público do Estado e à prefeitura da cidade. Entretanto, é mister reconhecer a complexidade das cidades além das “necessidades dos automóveis”, tendo em vista que “um número crescente de urbanistas e projetistas acabou acreditando que, se conseguirem solucionar os problemas de trânsito, terão solucionado o maior problema das cidades”. (JACOBS, 2011, p.6)

Todavia, a afirmação de Jacobs não se encaixa nas propositivas de Janssen, tendo em vista que o alemão não refletia o traçado urbano somente em suas finalidades estéticas ou da redução de congestionamentos, pois para ele a estruturação adequada das vias compreendia soluções sociais e ambientais. Uma diretiva social pode ser percebida na necessidade de resolver o problema das “aglomerações de bairros residenciais sem comunicações racionais aos bairros industriais” (Ewald Janssen, 1952b, p.2); em outro documento – analisado adiante – o topógrafo afirma que a localização das zonas industriais deveria visar “o mínimo de distância a percorrer pelo trabalhador de sua residência ao local de trabalho, evitando com isso complicações no trânsito urbano” (Ewald Janssen, 1954, p.2).

Além desta questão social, o topógrafo afirmava ainda que a estruturação das vias em determinadas áreas poderia colaborar com a preservação das “faixas verdes nas margens de córregos”, para tanto ele afirmava que “achava melhor a canalização desses córregos” e propunha “a construção de ruas decorativas aos dois lados dos canais” (Ewald Janssen, 1952b, p.3). A comunicação entre residências e indústrias não se efetivou, pois sequer a industrialização foi implementada adequadamente; porém, a canalização de córregos e a construção de ruas nos dois lados do canal se estabeleceu, décadas mais tarde, em vias como a Marginal Botafogo e a Marginal Cascavel.

⁴⁸ Na *Retificação do Setor “Leste”* Janssen já havia mencionado a necessidade da Av. Contorno e o excesso de cruzamentos com avenidas do centro da cidade (Ewald Janssen, 1951b) [Figura 4].

Além das questões do transporte na cidade e até a cidade, que retoma a ideia da insularidade goiana, o delinear de entraves das propostas de Janssen identifica as forças políticas e econômicas que barravam um desenvolvimento urbano mais adequado e, de certa forma, contrastavam a noção de progresso e modernidade atribuída à imagem original da capital. Em consonância ao projeto nacional alavancado por Vargas, não apenas Goiânia, mas outras cidades no interior de Goiás foram projetadas e construídas ou remodeladas, e o topógrafo se beneficiou profissionalmente com este contexto. Na Coleção Ewald Janssen constam documentos referentes à diversas cidades do interior goiano, sendo que em muitas delas Janssen forneceu orientações em forma de plano de urbanização ou de desenvolvimento, como em Alvorada do Norte, Araguaína⁴⁹, Catalão, Hidrolândia, Jussara, Luziânia, Morrinhos, Planaltina e Quirinópolis; além de Senador Canedo, que pertencia à capital e foi emancipada somente em 1989.

Em geral, os documentos que visavam orientar o desenvolvimento urbanístico de Goiânia, na primeira metade da década de 1950, reiteram pontos similares. O “Novo Plano Diretor da Cidade de Goiânia”, de abril de 1954, endereçado ao diretor do DVOP, Eurico de Godoi, retomava argumentos e sugestões já mencionados nos documentos datados de 1952, como os perímetros urbanos, o traçado de ruas e avenidas, o zoneamento subdividido entre zona residencial e zonas industriais. Segundo Gonçalves (2002, p.149;159), o Plano Diretor, “praticamente desconhecido”, elaborado por Janssen em 1954, corresponde a uma reavaliação do Plano de Urbanização produzido pelo mesmo em 1952, constituindo-se “bem mais modesto e não possuía a erudição e a complexidade do plano de Saia⁵⁰”; ambos os planos não foram efetivados.

Nesse passo, o topógrafo iniciou seu registro de 1954 evidenciando que o plano cumpria determinações do “Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado”, Pedro Ludovico. O documento, de fato, revisou afirmações dos documentos de 1952, aprimorando-as. Dentre os assuntos que mais se intensificaram no documento, em comparação aos anteriores, destaca-se os mecanismos favoráveis à preservação ambiental na cidade, incluindo a “área verde” no zoneamento; dentre sugestões reiteradas destaca-se a necessidade de mecanismos controladores do mercado

⁴⁹ Município localizando no norte de Goiás naquele contexto, que corresponde ao Tocantins a partir de 01 de janeiro de 1989.

⁵⁰ Gonçalves refere-se ao Plano Diretor do urbanista Luís Saia, concluído em 1962 e não executado em decorrência da deposição do governo de Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, circunstanciada no golpe militar de 1964 no Brasil. O autor ressalta que “como Luís Saia era militante da esquerda, seu plano foi esquecido” (GONÇALVES, 2002, p.146).

imobiliário, que Janssen sintetizou em “medidas de caráter jurídico-administrativo” (Ewald Janssen, 1954, p.2;4).

Apesar de sugerir a manutenção de critérios do Decreto-Lei nº 90-A, de 1938, quanto à subdivisão das zonas entre urbana, suburbana e rural, o topógrafo retomava os seus argumentos sobre os efeitos prejudiciais ao desenvolvimento urbano, que foram favorecidos por instrumentos jurídico-administrativos anteriores e não ordenavam o planejamento. Ele registrava que “é conhecido que outras cidades têm se valido desses recursos técnicos para impedir a especulação desenfreada e desabonadora. Medidas de caráter técnico para realizar o “Plano Diretor”” (Ewald Janssen, 1954, p.4). À vista da relevância que o rigor do controle jurídico deveria impor ao mercado imobiliário, o Plano Diretor de Janssen registrava nas suas considerações finais:

Visa este trabalho principalmente dificultar novos loteamentos injustificáveis pela aplicação de exigências técnicas rigorosas com o fim de evitar seja desmoralizado e desacreditado o serviço público incumbido da fiscalização e orientação do serviço de urbanização de Goiânia. [...] É uma questão de responsabilidade pública conseguindo meio satisfatórios, para salvar o traçado e o bom nome de Goiânia, a Capital Caçula, porque do contrário, transformar-se-á logo a situação numa anarquia cada vez maior. A parte jurídica deve ser resolvida com a mínima demora, para impedir que sejam lançados em última hora inúmeros ante-projetos injustificáveis os quais dificultariam sobremaneira o propósito de melhorar a situação. (Ewald Janssen, 1954, p.6-7)

O topógrafo encerrou com estas palavras as diretivas de planejamento, com a maior austeridade de toda a sua atuação, em relação ao mercado imobiliário goianiense. Entretanto, sob uma análise posterior aos acontecimentos, a austeridade transmuta-se para a ingenuidade, sem considerar o valor técnico, urbanístico ou topográfico, os benefícios que a cidade teria experimentado caso este Plano Diretor tivesse sido efetivado. Em face disso, avulta como ingênuo crer que o poder público estadual ou municipal se interessaria em moralizar o mercado imobiliário, o maior trunfo econômico da cidade desde o início de sua construção, duas décadas antes.

Para Janssen a moralização era garantir a sobrevivência de um recurso importante no desenvolvimento da cidade, enquanto para a administração da capital goiana, reiteramos que atarantada entre as competências municipais e estaduais, era perder terreno na disputa com a nova capital federal que já despontava no horizonte do planalto goiano [nota:44]. A ingenuidade do topógrafo se converteu, nos anos seguintes, em uma intensificação de suas atividades profissionais para incrementar a área urbanizada da cidade com loteamentos em áreas de propriedades particulares. Neste ínterim, a sua atuação para o DVOP se limitou a procedimentos

específicos e localizados, no interior de demandas da malha urbana, sem pretensões amplificadas no planejamento de Goiânia.

Somente em 1970 a relação do topógrafo com a administração estadual voltou a compor proposições dedicadas ao planejamento da capital. Neste contexto, Janssen remetia seus estudos à CODEG⁵¹, constando na coleção de documentos o orçamento de seus serviços, de 30 de março de 1970, que compreendiam o “levantamento e análise da situação meteorológica de Goiânia em relação à direção dominante dos ventos” e a “análise do *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia*” (PDIG), instituído durante a gestão de Iris Rezende na prefeitura, no final da década de 1960 ([S.I.] in Ewald Janssen [s.d.]o) [Figura 29]. Os trabalhos que seriam executados em quatrocentas “horas de serviço”, com o “preço por hora” estipulado pelo topógrafo em quinze cruzeiros novos, totalizavam “seis mil cruzeiros novos”, sendo que “as despesas tributárias e sociais” deveriam ser de responsabilidade da CODEG. (Ewald Janssen, 1970i)

A proposta de orçamento resultou na contratação de seus serviços, considerando que há no acervo o relatório de dezessete páginas, sem contabilizar os anexos, em papel timbrado da CODEG, que pode ser considerado a obra-prima de Janssen em Goiânia. A análise de 1970 do topógrafo se destaca por vários motivos, dentre os quais ressaltamos, primeiramente, a dedicação na escolha de vocábulos para discorrer sobre os assuntos abordados, que destoam significativamente dos documentos produzidos por ele e encaminhados ao DVOP na primeira metade da década de 1950. Pelo requinte de erudição e as críticas à “triste paisagem urbanística” das megalópoles, o prefácio do relatório de Janssen pode ser facilmente confundido com uma página de *Morte e Vida de Grandes Cidades* (Jacobs, 2011); dentre as preciosidades em seu discurso, o topógrafo ressalta a necessidade de “humanizar o urbanismo” e que:

Como concepção básica de tôdas as novas cidades, procura criar as melhores condições possíveis para o ser humano desde a infância até a velhice se evoluir individualmente num ambiente favorável e para não desaparecer como um número anônimo na massa amorfa, como está acontecendo na maior parte dos atuais centros urbanos. Nesta tarefa, a tecnologia só deve cumprir o papel um meio para favorecer o bem estar do homem e não para escravizá-lo. A Tecnologia sem essa finalidade ética, controlada e aproveitada a favor do homem, vai forçosamente para a autodestruição pelo dinamismo inerente, desenfreado e explosivo. O famoso poeta alemão Goethe já fez esta previsão profética na sua obra *Dr. Fausto* faz 200 anos (Ewald Janssen, 1970j, p.1). [Figura 26]

O prefácio do documento inicia uma série de ponderações sensíveis à causa de “humanizar o urbanismo” goianiense; na introdução Janssen avalia as perspectivas fracassadas,

⁵¹ Os documentos remetidos ao DVOP, identificados na Coleção Ewald Janssen, se limitam à década de 1950.

em que elementos como a “situação meteorológica” sequer foi considerada. O topógrafo afirmava “o que mais prejudicou foi a falta de uma visão, a tal *utopia realista*, de uma *Grande Goiânia* com aproximadamente 400.000 habitantes⁵², refletindo a individualidade urbanística da nossa capital”. Janssen reiterava que, “a título de colaboração”, buscava “contribuir para a melhor solução urbanística possível, para salvar Goiânia de um desenvolvimento caótico na sua expansão urbana” (Ewald Janssen, 1970j, p.2).

As tentativas de Janssen “salvar Goiânia” é o que caracteriza a sua atuação em relação ao planejamento da cidade, sua apreciação técnica é resultado da demanda científica que compreendeu as diretrizes governamentais do seu tempo e ainda assim as suas considerações não foram plenamente absorvidas; sua dedicação a uma industrialização frustrada ainda ecoava em suas pretensões de planejamento para a urbe. Esse é outro destaque do relatório de 1970, o empenho de Janssen pelo desenvolvimento industrial o levou a estudar a situação meteorológica da capital, identificando a “direção dominante dos ventos” e o “ciclone urbano”⁵³ que operava sobre a urbe (Ewald Janssen, [s.d.]q) [Figura 18].

Ao identificar o “ciclone urbano” era possível, para o topógrafo, orientar com maior precisão o zoneamento da cidade, situando as zonas industriais em locais em que, por exemplo, os ventos não trouxessem a poluição das indústrias para o centro urbano, além de orientar as áreas de reflorestamento, que forneceriam o ar atmosférico com melhor qualidade para Goiânia (Ewald Janssen, [s.d.]r) [Figura 19]. Os estudos para o relatório estimavam ainda a construção de edifícios comerciais, administrativos e industriais, com mais de vinte e quatro andares, e os residenciais com mais de vinte (Ewald Janssen, [s.d.]p) [Figura 20].

O documento em papel timbrado do DVOP incluía “planejamentos, sugestões e realizações anteriores discutíveis”, que além do zoneamento acima citado, reiterava questões da “estrutura viária”, de áreas em que a localização já era ou seria “superada pelo crescimento e pela futura expansão de Goiânia”, de “loteamentos particulares defeituosos” e de “mutilações de loteamento do governo do Estado e de particulares”. Neste último, Janssen ponderava os “desmembramentos de áreas públicas” e destacava o Setor Pedro Ludovico, onde foram loteadas as áreas dedicadas à vida comunitária, ressaltando a necessidade de “fazer

⁵² A população residente contabilizada em Goiânia era de 380.773 habitantes em 1970; entretanto, o censo de população estimada, divulgado previamente, considerava aproximadamente 427.000 habitantes naquele ano (IBGE, 2019).

⁵³ O “ciclone urbano” é um termo utilizado por Ewald Janssen nos estudos realizados em 1970, identificado em um desenho feito por ele sobre o mapa de Goiânia (Ewald Janssen, [s.d.]q) [Figura 18]. A imagem, juntamente com o texto relacionado a ela, indica como a corrente de ar convergia das bordas para o centro da cidade na forma de ventos em espiral, transportando fumaça e fuligens de uma área para outra.

levantamento das áreas atingidas e tentar recuperar a função urbanística vital destas áreas” (Ewald Janssen, 1970j, p.5).

Em paralelo às análises do relatório, foram feitos estudos que, inclusive em consonância ao PDIG, objetivavam a construção de um metrô na cidade. Constam na coleção do Museu Antropológico diversos documentos referentes a estes estudos, todos datados no ano de 1970; os registros apresentam o empenho do topógrafo para viabilizar recursos ao transporte público goianiense. As diretivas do metrô também eram direcionadas à CODEG e envolveram o engenheiro alemão Lothar Selz, diretor-técnico da Estrada de Ferro Federal da Alemanha e funcionário da Deutsche Eisenbahn Consulting GmbH (DECONSULT).

Selz correspondia do Rio de Janeiro com Janssen e com a CODEG e visitou Goiânia para realizar estudos técnicos em parceria com o topógrafo. Os diálogos sobre a construção do metrô começaram a ganhar impulso em 27 de abril, quando Selz (*in* Ewald Janssen, 1970g) encaminhou uma correspondência à Oton Nascimento, presidente da CODEG, informando sobre a sua impossibilidade de atender ao que lhe haviam requisitado em 26 de março. A solicitação consistia em preparar “um anteprojeto para o planejamento de um metrô para Goiânia” e Selz não foi liberado pela DECONSULT para efetuar o trabalho, uma vez que a empresa não se interessou pelo “estudo dêsse vulto” e inviabilizou a participação direta de seu funcionário no projeto. Entretanto, Selz afirmou que escreveria a Janssen e lhe daria instruções para não prejudicar “a construção do futuro metrô”. [Figura 27]

Selz cumpriu o compromisso feito com o presidente da companhia e, no mesmo dia, encaminhou outra correspondência ao topógrafo, registrando nas cinco páginas em alemão o delineamento as diretivas ofertadas (SELZ *in* Ewald Janssen, 1970d). Em 5 de julho, Selz encaminhou novamente duas cartas, sendo uma endereçada a Janssen e outra à CODEG. Na carta à CODEG, Selz (*in* Ewald Janssen, 1970c) informava que poderia colaborar com Janssen na redução de custos da obra do metro e fornecer orientações sobre o traçado deste, considerando a possibilidade de viajar para Goiânia durante as suas férias na primeira semana de agosto. O funcionário da DECONSULT reiterou que por não poder assumir compromissos em nome da empresa faria por sua amizade com Janssen e receberia dele alguma compensação financeira. Entretanto solicitou à CODEG passagens aéreas para si e para sua esposa, ressaltando que esta seria a única despesa, já que se hospedaria na casa de um parente que residia em Goiânia.

Na carta endereçada a Janssen, Selz detalha seu planejamento de viagem para Goiânia e os dias que teria disponíveis para avaliar a área e realizar os estudos relacionados ao projeto do metrô. Selz relatou ao topógrafo que justificou a viagem ao seu chefe no Rio de Janeiro como uma visita a seus familiares na capital goiana e que gostaria de evidenciar a ele que estava com os índios da Ilha do Bananal⁵⁴ (SELZ *in* Ewald Janssen, 1970e). O teor da carta leva a crer que os superiores da DECONSULT estavam desconfiados que Selz trabalharia pela CODEG sem o aval da empresa e não concordavam com isso; o funcionário afirmou a seu ‘chefe supremo’, sem entrar em detalhes, que visitaria seus primos e conversaria com eles sobre o metrô, mas não mencionou a relação de um engenheiro topógrafo atuando para a CODEG entre seus contatos na cidade.

No dia 13 de agosto de 1970 foi produzida uma procuração em Goiânia, com cópia constante no acervo, que conferia poderes a Ewald Janssen para representar Lothar Selz e apresentar o “pré-estudo do metrô de Goiânia à Codeg”, além de “conceder os devidos entendimentos sobre o pagamento do serviço”, “receber a importância correspondente”, “assinar recibos e dar quitação” (1º OFICIO TEIXEIRA NETO *in* Ewald Janssen, 1970k). No primeiro dia de setembro foi encaminhado à Oton Nascimento, presidente da CODEG, o “pre-estudo sobre as possibilidades de construção de um Metrô” na cidade, elaborado por Lothar Selz, que o fazia com base em sua experiência, “levado pela vontade de colaborar desinteressadamente no desenvolvimento urbanístico desta bela Metrópole”, e como “contribuição para o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia”, que se encontrava em fase de elaboração (SELZ *in* Ewald Janssen, 1970f).

⁵⁴ Na carta em alemão, endereçada a Janssen, Selz detalha suas pretensões de conhecer os indígenas da Ilha do Bananal [nota:4], que possivelmente seria impossibilitada pelos limite de recursos para a viagem e pela preferência de sua esposa, e seus primos que viviam em Goiânia, a visitar o “fluxo de águas quentes”, referência provável à Caldas Novas ou Rio Quente, cidades de Goiás com *Thermas* naturais. Entretanto, o funcionário da DECONSULT planejava sua viagem à Ilha do Bananal em outro momento, com sua filha, apesar das dificuldades “climatológicas” (SELZ *in* Ewald Janssen, 1970e, tradução nossa). No contexto das correspondências entre Janssen e Selz, funcionava na Ilha do Bananal um hotel construído durante o governo de Juscelino Kubitschek; com o propósito de desenvolver o turismo e marcar definitivamente a ocupação territorial da região, o hotel foi inaugurado em 1961. O presidente despendeu inúmeros esforços pela construção do hotel, envolveu trabalhadores da construção de Brasília para atingir o objetivo. Segundo Manuel Ferreira Lima Filho, “a Ilha do Bananal, região “selvagem” e “com primitivas condições de vida” era para o governo o mundo da natureza por excelência onde equacionadas estavam “índio”, “natureza” e “sertão”. [...] O hotel representaria a domesticação da natureza: os índios mascarados, mas também dançando samba “para turista ver”, exemplo da incorporação da brasilidade” (LIMA FILHO, 2001, p.101). Entre períodos de abandono e reativação, diante dos conturbados processos políticos do país na década de 1960, o hotel manteve-se em funcionamento até 1975, administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste, a Sudeco (2001, p.106-107); quando chamava a atenção de turistas, principalmente estrangeiros, como Lothar Selz.

Selz relatava no documento⁵⁵ os procedimentos realizados em suas duas visitas a Goiânia, uma em março e outra em agosto, considerando que “foi possível tomar conhecimento do problema *in loco*”, cujo resultado das pesquisas constavam em planta anexa com os respectivos apontamentos. O funcionário da DECONSULT afirmou ainda que suas modestas contribuições não pretendiam ser “uma concepção definitiva”, mas a “indicação de um esquema possível, a ser aperfeiçoado por um serviço mais detalhado” (SELZ *in* Ewald Janssen, 1970f). O estudo preliminar, constante em outro documento com a mesma data, intitulado “SUGESTÃO PARA A ESTRUTURAÇÃO LINEAR E FUNCIONAL DO METRÔ DE GOIÂNIA” refletia a “intenção de ligar zonas de maior densidade populacional” com os centros de maior importância, considerados no registro:

- a) Estação ferroviária;
- b) Estação rodoviária;
- c) Centro Administrativo Municipal;
- d) Centro Administrativo Estadual (atual e futuro) (1)-(4)
- e) Centro Universitário (atual e futuro)
- f) Centros de produtividade (indústria e comércio)
- g) Centro Esportivo (atual)
- h) Centro Recreativo (futura zona “Meia Ponte”) (4)
- i) Centro Cultural (cabeceira do córrego Capim-Puba?)
- j) Zona de expansão urbana “Oeste” (5).

Conforme as necessidades esta estrutura básica poderá ser:

- 1) completada por linhas secundárias;
- 2) aumentada para atender as futuras zonas de expansão urbana (4) (5)

(SELZ *in* Ewald Janssen, 1970n).

Como era recorrente nas sugestões de Janssen, o documento de autoria de Selz orientava as desapropriações para atender as “curvas com raio mínimo de 300 metros”, “estações transformadoras”, “estações de baldeação”, “cruzamentos”, entre outros. O registro ainda sugeria duas possíveis localizações para a construção do “centro operacional”, que poderia ser na “área situada na FAMA”, que ainda não estava loteada e possuía “algumas construções antigas”, ou no “pátio da Estrada de Ferro Centro-Oeste”, cuja desapropriação seria “difícil de conseguir”. Contudo, o documento ressaltava a importância na conservação da FAMA, com o propósito de impedir qualquer utilização daquela área (SELZ *in* Ewald Janssen, 1970n). Apesar de não ter se materializado, a ideia do metrô foi desenvolvida e registrada; desta forma, sua escrita ‘na’ história precisa ser incluída nas ponderações sobre a atuação de Janssen e, consequentemente, o desenvolvimento da urbe no período.

Em síntese, o topógrafo retomava em 1970 os argumentos que expusera quinze anos antes, aperfeiçoando os pontos que considerava importantes para o PDIG, acrescentando o

⁵⁵ Provavelmente Janssen que o fazia, munido da procuração citada.

estudo meteorológico para embasar suas diretivas e o novo recurso tecnológico que viria a favorecer o transporte urbano. A dedicação de Janssen ao planejamento de Goiânia foi, em síntese, o desenvolvimento de um enredo frustrado; se o sentimento de frustração do topógrafo não pode ser comprovado historicamente, a frustração certamente marcará muitos goianienses que vierem a conhecer esta pesquisa, principalmente aqueles que dependem diariamente do transporte público precário e desajustado a uma população que contabiliza mais de um milhão de habitantes desde 1996, como já mencionado neste trabalho.

A atuação de Janssen como engenheiro topógrafo em Goiânia, pelo que se pode evidenciar na coleção do Museu Antropológico, se estendeu até 1976; todavia, as propositivas de planejamento urbano se encerraram nos documentos de 1970. Constatam outros registros com datas identificadas até 1983, mas os últimos sete anos documentados compreendem recortes de jornais que, em geral, somente corroboram os problemas do desenvolvimento urbano e a inaptidão industrial que a cidade apresentou antes de se tornar cinquentenária.

A princípio, a construção de uma cidade exige planejamento, levando-nos às reflexões sobre as cidades planejadas e, nesse âmbito, a bibliografia se atém com frequência aos aspectos científicos do urbanismo, que delineia o ponto de atuação e a preocupação de Janssen com a cidade. Entretanto, ao estabelecer a sobrevivência e a coexistência de indivíduos no mesmo espaço, as cidades planejadas figuram dentre as não planejadas e a dinâmica da sociedade sedimenta as relações entre os cidadãos e o meio em que vivem, ou sobrevivem, de forma a estabelecer o empirismo da vida urbana.

Apesar do seu legado pouco ter sido referenciado na bibliografia sobre Goiânia, com seu nome praticamente esquecido, Ewald Janssen produziu uma documentação que, ainda assim, compõe a ‘história oficial’ de Goiânia. Estruturado no planejamento urbano (ou na falta dele), o acervo remete à uma atuação calcada em demandas direcionadas ao poder público, no qual a sociedade goianiense era o instrumento revelador das carências urbanas. De toda forma, o acervo permite refletir sobre uma vasta ampliação que a cidade experimentou a partir da década de 1950, mais do ponto de vista do “progresso material” (CERASOLI, 1998, p.8) e menos do ponto de vista ideológico, que já estava consideravelmente consolidado.

A impossibilidade da concretização de projetos e sugestões de Janssen encerram uma investigação que se dispõe a refletir a respeito do status de modernidade intrínseco à historiografia de Goiânia. Porém, é importante estender as contribuições do topógrafo ao nível de complexidade da sociedade no meio urbano, vislumbrando as melhores condições da

experiência pessoal dos goianienses. Em razão disso, a reflexão sobre a diversidade de indivíduos contida na expansão urbana de Goiânia não esmaece a contribuição de anônimos operários marginalizados ou topógrafos estrangeiros esquecidos pelos memorialismos.

Nesse período, o hiato entre os dois governos de Pedro Ludovico em Goiás, que retornou à cadeira de governador em janeiro de 1951, orientou o desenvolvimento que viria a seguir, evidenciando a necessidade de refletir sobre a realidade da cidade que não era propagandeada no comércio imobiliário. A Prefeitura de Goiânia assumiu, gradativamente, o seu papel administrativo, apesar de seguir se embaraçando com as competências estaduais. O que se delineou foi que nem Estado e nem Município se preocuparam em suprir as deficiências já apontadas na capital; neste sentido, é evidente que a mais precisa das previsões de Janssen foi a de que a situação transformar-se-ia “numa anarquia cada vez maior” (Ewald Janssen, 1954, p.7).

2.2. As contradições de Janssen, pela urbanística

Em um evento acadêmico, em que foram apresentadas algumas investigações preliminares dessa pesquisa, as críticas a este trabalho, antes de ser desenvolvido, o acusavam de não possuir sustentação por se propor a uma avaliação histórica de um topógrafo que atuava como um urbanista e somente colecionava mapas de Goiânia. É importante ressaltar que a multidisciplinaridade é um recurso utilizado na historiografia que foi desenvolvido e aprimorado desde o final do século XIX, principalmente sob avanços da História Cultural, intensificada na *Escola dos Annales* dos anos 20; portanto, o desenvolvimento deste recurso na História por si já fornece elementos para sustentar a metodologia deste trabalho. Sobre a forma em que esta corrente historiográfica buscou refletir sobre os “lugares” enquanto espaços habitados, Paul Ricoeur afirma:

O que pode ter influenciado a história dos *Annales*, por um lado, a ênfase dada as permanências, representadas pelas estruturas estáveis das paisagens, por outro lado, a preferência pela descrição expressa no florescimento das monografias regionais. Esse apego ao território, principalmente a paisagem rural, e o gosto pelas permanências encontraram na escola dos *Annales* mais que um eco, com a promoção de uma verdadeira geopolítica na qual se casam a estabilidade das paisagens e a quase-imobilidade da longa duração. [...] da fenomenologia dos “locais” que seres de carne osso ocupam, abandonam, perdem, reencontram – passando pela inteligibilidade própria da arquitetura –, até a geografia que descreve um espaço habitado, o discurso do espaço traçou ele também um percurso ao sabor do qual o espaço vivido é alternadamente abolido pelo espaço geométrico e reconstruído no nível hipergeométrico da *oikoumenē* (RICOEUR, 2007, p.161-162).

O autor ressalta que não apenas as cidades, lugar em que se evidencia a concretização dos projetos de arquitetura, mas todos os territórios submetidos à ocupação humana⁵⁶ tornam-se objeto de estudo e de reconstrução, através da experiência. As “monografias regionais” pautam-se na compreensão do mundo habitado por ‘diferentes’, a *oikoumenē*, revelando como a constituição dos lugares é compreendida nos efeitos do tempo sobre a “estabilidade das paisagens”. Em outras palavras, a compreensão da paisagem geográfica é aliada ao gradativo processo da experiência humana e suas decorrentes transformações do espaço; é no campo das múltiplas perspectivas de transformação que se estabelece a ampla compreensão ecumênica do lugar ocupado.

Para a compreensão histórica, a incorporação de “novos objetos” na pesquisa favorece o aproveitamento de fontes documentais que não se figuram na institucionalização e efetivação de elementos através do poder dominante do Estado ou da prevalência econômica das elites. Neste sentido, apesar da coleção do topógrafo estar vinculada ao poder estatal, boa parte dela está inserida em “projetos alternativos” e “perdedores” que, por não terem sido materializados, contribuem na reflexão histórica por exprimirem “vontades, visões e perspectivas do real”; logo, as fontes utilizadas neste trabalho ilustram como “a complexidade do real abre para o pesquisador um campo muito vasto de possibilidades de investigação” (VIEIRA; PEIXOTO; KHOURY, 1995, p.8).

Bresciani (2014) afirma que a partir da década de 1980 identificou-se um estímulo à incorporação dos “estudos urbanos nos domínios da historiografia” nas universidades brasileiras; a historiadora destaca a implantação de uma Linha de Pesquisa intitulada “Cultura e Cidades”, no Programa de Pós-graduação em História Social na Unicamp em 1985, que ampliou o campo temático em questão e, através dele, “se impôs de maneira irrecusável a importância dos estudos interdisciplinares” (BRESCIANI, 2014, p.243).

Sobre outra questão a ser ponderada destas críticas, faz-se necessário reconhecer que Janssen realmente ‘coleccionou’ mapas, considerando a evidência de mapas que foram inseridos por ele mesmo em seu acervo pessoal, com datas anteriores à sua mudança para Goiânia (Ewald Janssen, 1944) [Figura 23]; além disso, há entre os documentos, inclusive, recibos de devolução de cópias heliográficas que foram solicitadas como empréstimos e reproduzidas pelo topógrafo para suas análises, estudos e reflexões (Ewald Janssen, 1957b) [Figura 24]. Entretanto, há

⁵⁶ Ricoeur exemplifica como o Mar Mediterrâneo se torna objeto de análise na obra de Fernand Braudel, enquanto lugar habitado; “a geografia não é a geometria, na medida em que a terra circundada de oceanos é uma terra habitada” (RICOEUR, 2007, p.161).

também na coleção um número considerável de mapas que atribuem ao nome de Janssen a realização do projeto, levantamento e dos cálculos (Ewald Janssen, [s.d.]g) [Figura 22], além de diversos outros que também o responsabilizam pelo desenho.

Quanto à afirmativa de Janssen ser um engenheiro topógrafo atuando como urbanista, a observação possui fundamento em uma perspectiva acadêmica, mas, na concepção prática, a análise da coleção evidenciou que suas ponderações foram essencialmente pautadas na sua especificidade teórica, ou seja, a topografia da área em que a cidade foi construída e que se ampliava no período de sua atuação. Ao afirmar que o seu Plano Diretor, apresentado ao DVOP, “foi elaborado à base da *planta de orientação* de uma firma da cidade” que não possuía “precisão técnica desejável” (Ewald Janssen, 1954), o topógrafo direcionava seus juízos ao trabalho de urbanistas da cidade. A ‘imprecisão técnica’ assinalada por Janssen reitera e aproxima sua abordagem de algumas das análises generalizadas sobre arquétipos urbanísticos e reordenamento de cidades.

O ponto de conciliação entre as perspectivas de Janssen e as referências de Jacobs (2011) está no mecanismo de sobrevivência da cidade, pautado no comportamento social da população urbana e na sua diversidade; ambos defendem uma lógica urbana preocupada com particularidades e individualidades. O que a autora propõe é a valorização da rede de relações entre os usuários da cidade, mostrando que os indivíduos que habitam os bairros são os verdadeiros responsáveis pela vitalidade urbana e definem o “capital social urbano insubstituível” (JACOBS, 2011, p.151). No contexto goianiense, o topógrafo defende uma “humanização do urbanismo”, segundo suas próprias palavras, procurando “criar as melhores condições possíveis para o ser humano” durante a sua vida, buscando “não desaparecer como um número anônimo na massa amorfa” (Ewald Janssen, 1970j, p.1).

Em face dessas considerações, buscar novas fontes, como a Coleção Ewald Janssen, com o propósito de assimilar a experiência dos habitantes de uma cidade, torna-se essencial para compreender a constituição desse espaço urbano. A experiência na vida cotidiana das cidades é o ponto fundamental para examinar tanto a Nova York experimentada por Jacobs, quanto a Goiânia observada por Janssen e ainda fundamenta a ideia de que uma cidade pode ser compreendida a partir da experiência corporal, argumento presente na obra de Sennett (2008). Nesse sentido, é possível afirmar que a experiência pessoal de Janssen em Goiânia forneceu os dados empíricos que orientaram suas críticas e ponderações sobre a urbe e estão evidenciados na coleção. Sobre o a experiência corporal no ato de habitar, Ricoeur afirma:

Para dizer a verdade, os deslocamentos do corpo e mesmo a sua manutenção no lugar não se deixam nem dizer, nem pensar, nem sequer, no limite, experimentar, sem alguma referência, ao menos alusiva, aos pontos, linhas, superfícies, volumes, distâncias, inscritos em um espaço destacado da referência ao aqui e ao acolá inerentes ao corpo próprio. Entre o espaço vivido do corpo próprio e do ambiente e o espaço público intercala-se o espaço geométrico. Com relação a este, não há mais lugares privilegiados, mas locais quaisquer. É nos confins do espaço vivido e do espaço geométrico que se situa o ato de habitar. Ora, o ato de habitar não se estabelece senão pelo ato de construir. Portanto, é arquitetura que traz a luz a notável composição que formam em conjunto o espaço geométrico e o espaço desdobrado pela condição corpórea (RICOEUR, 2007, p.158).

Nessa perspectiva, a percepção da condição corpórea se coaduna às análises pretendidas neste trabalho, evidenciando que toda a experiência relacionada ao ato de habitar é mediada pela estrutura construída na forma de cidade; esta que, ao adquirir a forma geométrica, se torna o lugar da experimentação que não distingue privilegiados de invasores, ou mesmo urbanistas de topógrafos. A convivência e o contato com diferentes torna-se inevitável, através da composição arquitetônica; diferentes que, entretanto, compartilham o espaço com a mesma intensidade de apropriação, assimilando uma ideia de que “meu lugar é ali onde está meu corpo” (RICOEUR, 2007, p.157).

A abordagem de Sennett (2008) corrobora esta análise, por submeter o desenvolvimento urbano à mesma potencialidade existente na diversidade aclamada por Jacobs e referenciada nos documentos de Janssen. O autor orienta sua análise na afirmação da passividade dos indivíduos na vida cotidiana dos modernos centros urbanos e afirma que a cidade moderna adoece quando os urbanistas “isolam comunidades” e minimizam o contato entre pessoas distintas (SENNETT, 2008, p.18); para compreender a relação entre o corpo e a cidade, inicialmente ele define sua perspectiva sobre “corpo passivo” no meio urbano.

Para o autor, a velocidade do transporte motorizado nas grandes cidades permite o rápido deslocamento pelo espaço urbano, de forma a contribuir para tornar os indivíduos um “corpo passivo” ao meio, exigindo pouco esforço para transpor longas distâncias e deixando de estabelecer qualquer vínculo com o que está ao redor. Neste sentido, o viajante acaba anestesiado pela experiência da cidade, compondo um espaço fragmentado e descontínuo. Segundo Sennett (2008, p.18-19), isto ocorre porque os urbanistas direcionam o fluxo de veículos motorizados de forma a “isolar uma comunidade residencial de uma comercial”, separando zonas pobres de ricas ou de etnias distintas, centralizando escolas e moradias privilegiadas, projetando condomínios fechados que representam outro nível de “qualidade de vida”. Os isolamentos e reclusões são esforços que tendem a “negar, minimizar ou evitar conflitos” e os indivíduos com mais recursos por seus papéis e posições sociais tendem a

fortalecer este isolamento, tornando periférico e suburbano tudo e todos que lhes são estranhos, que destoam de suas intenções, cuja relação colide com suas demandas individuais e confrontam sua posição. Neste sentido, O autor afirma que “hoje em dia, ordem significa justamente falta de contato” (SENNETT, 2008, p.19).

Segundo o sociólogo e historiador estado-unidense, a imagem do corpo humano é idealizada na constituição do espaço urbano das cidades ocidentais e as analogias entre o corpo biológico e as cidades compõem um conceito já refletido por muitos autores e sintetizado de forma pragmática por João de Salisbury, em 1159. O autor ressalta que Salisbury buscou exprimir “que um governante funciona como um cérebro humano; seus conselheiros, como coração; os comerciantes são o estômago da sociedade; os soldados, suas mãos; camponeses e trabalhadores manuais seus pés” (SENNETT, 2008, p.22). Logo, o sentido metafórico que concebe relações corporais com a cidade não é uma abordagem nova, inclusive esta abordagem é rechaçada por Jacobs em *Morte e vida das grandes cidades*. Entretanto, Sennett reporta-se à evolução das cidades ocidentais, idealizadas no corpo humano, observando os aspectos sociais da vida urbana por meio da experiência corporal que, ao final, aponta conclusões semelhantes às de Jacobs e análogas às concepções que orientaram os pareceres de Janssen.

Segundo Sennett (2008, p.227), o conhecimento anatômico do sistema circulatório descrito por William Harvey, no século XVII, já estabelecia paralelos com as experiências de livre locomoção na cidade desde o século XVIII, promovendo desde então comparações entre ruas e estradas com veias e artérias. Neste sentido, a liberdade individual promovida a partir da revolução francesa favorece o livre deslocamento dos indivíduos nas cidades que, em consonância com o surgimento de grandes metrópoles, estabelecem uma nova conjuntura social. As multidões rebeldes se tornavam cada vez mais frequentes no ambiente urbano, adquirindo volume a partir de interesses econômicos comuns, possuindo identidade própria, dando à palavra “movimento” um significado coletivo (SENNETT, 2008, p.234).

No contexto da movimentação dos corpos gerando colisões indesejadas, porém inevitáveis, a “imagem idealizada” do corpo na cidade se torna fragmentada e ineficaz; logo, o ordenamento das cidades através do funcionamento do corpo se estabelece na relação entre a experiência corporal e a experiência urbana. Mais do que estabelecer analogias de ordenamento, Sennett busca entender a relação sistemática do corpo em suas dissonâncias e incoerências; compreender como o próprio corpo permite compreender a cidade, uma vez que sua análise se dedica a essa relação ancestral entre a carne humana e a pedra urbana. O corpo, que em constante embate interno, sobretudo, através da dor, do sofrimento e de um adoecimento

promove uma busca pelo seu entendimento anatômico que, na mesma medida da cidade, situa a necessidade de compreensão do mundo em que vivemos. Para além das relações de poder e seus conflitos situados no espaço urbano, são as demandas individuais e o autoconhecimento que orientam a convivência com aqueles que compartilham os espaços. A experiência urbana se aproxima à experiência do corpo não apenas pela forma ou por sua genealogia, mas pela dinâmica da sobrevivência e da coexistência de elementos distintos no mesmo espaço.

Nesse sentido, a ordem genealógica das cidades se orienta pela forma com que os seus habitantes, “desde a Atenas antiga à Nova York atual”, a vivenciam (SENNETT, 2008, p.16), como se relacionam uns com os outros, apesar das diferenças, conflitos, isolamentos e da passividade diante da experiência que o espaço poderia proporcionar. Janssen, por sua vez, se vê diante de problemas originados no planejamento urbano e reconhece nas demandas individuais o elemento a ser cuidadosamente observado no propósito de “humanizar a paisagem urbanística”. No relatório de 1970, em que o topógrafo trata das “condições naturais” de Goiânia, com destaque para “A situação meteorológica em relação à direção dominante dos ventos” (Ewald Janssen, 1970j, p.9), ele utilizou sua precisão técnica para mapear a direção dos ventos sobre a capital de acordo com a topografia natural da cidade, este mapeamento está diretamente relacionado às demandas corporais.

O mapeamento dos ventos sobre a capital orienta a preservação de áreas para fins industriais e residenciais, evitando “a instalação de indústrias nocivas (fumaça e mau cheiro)” em loteamentos particulares aprovados na cidade – Cidade Satélite de Senador Canedo, Parque Industrial do Setor Novo Mundo e outros (Ewald Janssen, 1970j, p.9-10). Dessa forma, torna-se evidente a preocupação de Janssen com a experiência corporal localmente, pois apesar do caráter técnico, topográfico e meteorológico, que este utiliza para expor suas propostas, sua observação leva em conta a qualidade do ar que a cidade oferece ao corpo humano e, conseqüentemente, as melhores condições no espaço urbano, a de evitar fumaça e mau cheiro em áreas residenciais.

O que torna possível universalizar as abordagens de Jacobs e Sennett é a diversidade, reconhecida nas relações sociais, que caracteriza cidades como Nova York, Chicago e outras citadas pelos autores; os autores se dedicaram a evidenciar como essa característica não é um problema, mas dela provém soluções. Conter as relações que a diversidade promove nas cidades é, para Sennett (2008), a atual ordem vigente no desenvolvimento urbano que torna o “corpo passivo” e, para Jacobs (2011), a principal causadora da monotonia que tende a ampliar a decadência de áreas urbanas. Nesse passo, o cuidado a se considerar diz respeito à relação entre

pessoas distintas em cidades estado-unidenses, que não é a mesma relação entre pessoas distintas em Goiânia, uma vez que as obras aqui referenciadas e a própria fonte nos levam a considerar a importância das particularidades e individualidades. Somente dessa forma o exame dos documentos de Janssen se torna profícuo, levando em conta que Nova York não foi edificada somente por nova-iorquinos tampouco Goiânia foi edificada somente por goianienses.

Em virtude dessa constatação, a diversidade dos indivíduos que compõem as cidades assume papel primordial na investida da compreensão urbanística. No cerne da sociedade são evidenciadas as inclemências da vida urbana que, no caso de Goiânia, corroboram algumas das críticas de Janssen aos projetos estruturais da cidade e suas execuções. Nos documentos analisados, é frequente a preocupação do topógrafo com o menor deslocamento dos trabalhadores, a função arterial das avenidas, o papel funcional de bairros, o meio ambiente e o bom uso dos equipamentos urbanos; além disso, a especialidade da topografia permite abordagens que melhor consideram as particularidades naturais do espaço, enaltecendo os desenhos geométricos projetados em descampados do cerrado brasileiro. No documento datado de fevereiro de 1952, com exposições sobre a urbanização de Goiânia, o topógrafo enumerava assuntos importantes como o tráfego, a economia, a sociologia, a higiene, a estética, o clima, afirmando que “somente respeitando o conjunto de todos eles, será garantida uma obra vital e orgânica” (Ewald Janssen, 1970j, 1952b, p.5).

Janssen foi um estrangeiro que coexistiu com goianos e residentes oriundos de outras regiões brasileiras, que desse universo se subdividiam entre aqueles que acreditaram e investiram suas “vinte pratas”(CORALINA, 2013, p.202) no progresso e na modernidade da cidade e os que sobreviviam nas carências sistêmicas do modelo urbano e no discurso que o apoiava. Ele se relacionou, direta ou indiretamente, com o poder político e com as forças econômicas e, diversas vezes, remeteu seu discurso aos interesses de trabalhadores de zonas industriais e comerciais, defendendo a necessidade de desapropriações de terrenos particulares que impossibilitavam obras de interesse comunitário a constituir equipamentos urbanos.

Por outro lado, Janssen também comprava e vendia lotes e terrenos, inclusive permutando seus serviços por tais propriedades, em alguns casos. Gonçalves afirma que “o topógrafo alemão desenvolveu o projeto urbanístico de seus próprios empreendimentos. Janssen era dono do Jardim Vila Boa e sócio do Jardim Europa e do Jardim Helvécia” (GONÇALVES, 2002, p.131). Essa situação que pode ser uma ‘contradição’, um deixar-se levar pela frustração com o poder público ignorando suas ponderações dedicadas, uma mera vontade de enriquecer ou um fortalecimento de vínculo com a cidade e otimismo quanto ao seu

desenvolvimento, justamente por conseguir vislumbrar e propor melhores soluções aos problemas vivenciados na urbe. São muitas as hipóteses para esta contradição de Janssen.

A perspectiva de Sennett nos permite imputar ao status de modernidade no contexto urbano um papel coadjuvante, na promoção de uma urbanização mais ‘humanizada’. É importante destacar que, por esta abordagem, é justamente a vida ‘dita’ moderna na cidade, planejada pelos urbanistas, que torna o “corpo passivo” e suprime os elementos que conferem a vitalidade urbana. A experiência empírica do corpo na cidade possibilita uma análise muito mais enriquecedora e coerente do que o paradigma estabelecido entre o atraso *versus* a modernidade. Goiânia ser ou não uma cidade moderna é um questionamento que reforça as “dicotomias histórico-memorialistas” que precisam ser dissolvidas, conforme sugere Arrais (2013, p.126). Além disso, nesse cômputo, o que a documentação de Janssen permite, por seu caráter técnico, não acrescenta muito, além do que a historiografia goianiense já desenvolveu no debate sobre a modernidade.

Nesse sentido, tanto Jacobs quanto Sennett apoiam suas análises sociais em modelos urbanos que representaram a modernidade, avaliando a atuação de urbanistas que objetivaram a construção ou o reordenamento de cidades e bairros que, geralmente, inseriam a industrialização na estrutura ordenadora das cidades. Porém, este sucesso não coincidiu necessariamente com a solução de seus problemas sociais e, em muitos casos, ocasionou o agravamento destes problemas, como o trânsito, a poluição, a distribuição de recursos, a falta de lazer, e a violência. Goiânia apresentou problemas similares e sequer se industrializou conforme as projeções de seu tempo, de acordo com as ideias inseridas na política nacional e nos arquétipos de desenvolvimento urbano reconhecidos mundialmente.

Entretanto, os discursos provenientes da narrativa ‘ludovico-varguista’ quanto ao progresso e a modernidade inegavelmente influenciaram as relações políticas e econômicas que se estabeleceram no Brasil e em Goiás a partir da década de 1930. Logo, os percalços sociais da vida urbana goianiense, escancarados na década de 1950, incidem inevitavelmente nos paradigmas da modernidade, o que não nos permite uma isenção deste tema ao abordar a capital goiana. Através deste paradigma, gradativamente adentramos em uma ‘experiência literária’ disposta na narrativa da ‘cidade planejada’. Nessa perspectiva, Tattiussa Martins afirma:

Goiânia é uma cidade que nasceu moderna. A essência ideológica desta frase está contida nos pronunciamentos políticos dos primeiros anos da capital. No discurso oficial, a nova capital era uma cidade promissora, terra das oportunidades, uma cidade planejada, que abrigava prédios luxuosos, vivendas suntuosas. Essas características eram recorrentes nos discursos dos homens públicos [...] (MARTINS, 2007, p.143).

A autora ressalta: “as pessoas que acreditaram na proposta de fundação da cidade eram migrantes” e ao chegarem na urbe “deparavam-se com condições de vida bem diferentes das descrições contidas nas propagandas e nos discursos oficiais” (MARTINS, 2007, p.146 e 148). Esta contradição ilustra o efeito da representação da urbe sobre os processos migratórios que marcaram o seu desenvolvimento. Sobre a modernidade calcada na permanente de construção e reconstrução da cidade, além da “acumulação em moto-contínuo”, Gonçalves afirma que “talvez seja esta uma das marcas da modernidade nas cidades planejadas da América Latina: a constante alternância, a avidez pelo novo, a tentativa de transformação da utopia em realidade, o rápido envelhecimento do presente e a desvalorização do passado” (GONÇALVES, 2002, p.18).

Por meio da “avidez pelo novo” é reconhecida a forma com que o cientificismo se tornou essencial para concretizar os projetos políticos que consagraram Getúlio Vargas e, consequentemente, Pedro Ludovico como personagens transformadores de seu tempo. Nesse contexto emergem as ideias de progresso e modernidade, cujas reflexões, recorrentes na historiografia goiana, recorrem à imagem da decadência e do isolamento anterior aos anos 1930, em suas perspectivas locais ou etnocêntricas; tais ideias são apropriadas tanto para legitimar quanto para questionar um ‘novo tempo’ que Goiás experimenta através do suposto rompimento com o passado de famílias oligárquicas, em uma estrutura econômica insular e desconexa do restante do país.

Goiânia se consolidou neste contexto, material e ideologicamente, e a partir da década de 1950 contou com as contribuições do topógrafo alemão questionado e, muitas vezes, contradito pela urbanística. Analisar o acervo e, consequentemente, a atuação de Ewald Janssen em Goiânia, entre 1950 e 1980, é uma oportunidade de esclarecer um momento da cidade obscurecido na história por não contribuir em termos de planejamento urbano, mesmo compreendendo um momento de expansão demográfica e geográfica da cidade. Nesse período, a população urbana mais que decuplicou, em grande medida, decorrente dos atrativos propagandeados nos discursos sobre a urbe desde a sua fundação.

Em virtude dessas concepções, do período que compreende a atuação de Ewald Janssen, Medeiros afirma que “em Goiânia, a ausência da urbanística tornou-se um enlace utópico para que a acelerada urbanização ganhasse contornos ainda mais concretos” (MEDEIROS, 2010, p.157). Por esta perspectiva, a utopia permeou não apenas o cenário goiano na transferência da capital, mas também seguiu atuando na dinâmica interna da cidade entre o crescimento

demográfico e o material. A partir da década de 1950, a utopia de Goiânia, sobrepondo-a à utopia de Goiás, constituía-se na adequação da vida urbana e na constatação da sociedade nos seus domínios. Neste sentido as análises fundamentadas no urbanismo atingem reflexões favoráveis à compreensão do exercício profissional de Janssen, mesmo considerando que o topógrafo não é urbanista e tampouco assume o papel de um; além disso, tais reflexões podem ser aprimoradas a partir de metodologias historiográficas e sociológicas, sendo a insipiência destas que fundamenta os argumentos primários dos autores que contrapõem o exercício científico que não ‘humaniza o urbanismo’, parafraseando o topógrafo alemão.

Ainda assim, as perspectivas fundamentadas no urbanismo sobre o trabalho do topógrafo colaboraram para o esquecimento de suas contribuições ao desenvolvimento de Goiânia. Todavia, a interdisciplinaridade acadêmica entre a Arquitetura e Urbanismo e a História viabilizou duas análises, essenciais a este trabalho, que se debruçaram sobre os documentos de Ewald Janssen, situando-o no processo histórico de desenvolvimento da urbe. Trata-se dos dois autores referenciados acima, Gonçalves (2002) e Medeiros (2010)⁵⁷, citados diversas vezes neste trabalho e que divergem no entendimento sobre a atuação do topógrafo alemão em Goiânia.

Medeiros (2010) dedicou parte de sua tese de doutorado em História aos pareceres de Janssen, entre 1951 e 1954, levando em consideração apenas as diretivas ao planejamento urbano do topógrafo alemão, cujos esboços e plantas anexas são frequentemente mencionados como “não encontrados no arquivo”. Percebe-se na tese do arquiteto-historiador a limitação imposta à pesquisa devido à indisponibilidade da Coleção Ewald Janssen na sua integralidade e, conseqüentemente, como tal limitação reverbera na percepção do próprio objeto, corroborando com a figura do ‘coleccionador de mapas’ difundida nos meios acadêmicos:

O engenheiro Ewald Janssen, ao que parece era um “*arquivista amador*”, além do interesse demonstrado pela configuração urbanística de Goiânia, mormente o seu processo de urbanização, conforme se depreende dos inúmeros desenhos e mapas deixados para a posteridade. Coletou o quanto pôde, enquanto viveu, documentos referentes a urbanismo e urbanização, tanto de Goiânia quanto do Estado de Goiás. Há entre os documentos que deixou aos cuidados do Museu Antropológico da UFG, diversos mapas e plantas que não são de sua autoria, alguns originais outros cópias heliográficas; o que exige ainda pesquisas mais acuradas para se saber quais os níveis de participação de Janssen nos *diversos projetos que arquivou*. Em alguns, nota-se que trabalhou como calculista de topografia; há outros que são esboços de sua autoria; em alguns outros projetos, ao que parece, Janssen é autor, mas *não assina a RT*. (MEDEIROS, 2010, p.28, grifo nosso)

⁵⁷ Ambos são graduados em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás e doutores em História pela UFG.

Para o autor, Janssen havia sido contratado pelo próprio Pedro Ludovico para compor o quadro de servidores do DVOP e “seus pareceres delineiam aspectos técnicos referentes ao traçado da cidade, topografia, e alguns aspectos ambientais”, referenciando “a fisionomia de metrópoles como São Paulo e Nova Iorque” (MEDEIROS, 2010, p.138). Sobre o fato de Janssen não assinar a ‘responsabilidade técnica’ (RT) de projetos, aparentemente de sua autoria, Gonçalves (2002, p.105) menciona que muitos destes projetos eram assinados por Werner Sonnenberg e por Eurico de Godoi, “então diretor do DVOP e chefe de Janssen”.

No acervo são encontradas correspondências entre Eurico Godoi e Janssen, detalhando contratações de serviços e detalhes técnicos; contudo, para Medeiros, o topógrafo é identificado como “um engenheiro que tenta assumir a identidade de “urbanista”, e que, ao final resulta-lhe em posições de “entre-lugar” entre a engenharia, a topografia e o urbanismo” (MEDEIROS, 2010, p.138). A atuação do topógrafo, sua formação, seu respaldo por ser imigrante e seus vínculos com a cidade são postas à prova:

Apesar da sua formação em engenharia e do conhecimento que detinha sobre cidades, Janssen não tinha o mínimo reconhecimento acadêmico no Brasil, não publicava artigos sobre urbanismo, não participava, enfim, de campos intelectuais em Goiás ou no Brasil. Além disso, a sua condição de imigrante o colocava de certo modo como um *outsider* em relação aos engenheiros que atuavam em Goiânia. Como esse engenheiro não aparece em nenhum livro de memórias de goianos e goianienses, e tampouco aparece nos livros de história oficial ou nas memórias de Pedro Ludovico e Venerando Borges, as suas referências são autocentradas. Ao mesmo tempo em que falam da cidade, os documentos produzidos por Janssen falam de seu autor. Mostram a sua pertinência ao saber urbanístico, porém, a sua impertinência ao lugar onde escolhera viver e trabalhar. (MEDEIROS, 2010, p.141-142)

Medeiros questiona o reconhecimento de Janssen em Goiânia por meio de registros oficiais, de participação na vida pública e publicações nacionais. Segundo o autor, considerando que nome de Janssen “não aparece em nenhum livro de memórias de goianos” tampouco “nos livros de história oficial ou nas memórias de Pedro Ludovico e Venerando Borges”, a ausência do topógrafo nas documentações memorialistas ou cartoriais acabam por torná-lo “*outsider*”. O acervo evidencia, através de uma ‘carta ao portador’ com data de 13 de agosto de 1950, que até aquele momento o alemão ‘carecia proteção’, pois era “novo no Brasil” e necessitava “bastante trabalho” (GOLDFELD *in* Ewald Janssen, 1950b;1950c) [Figura 3].

Como mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, a decisão de Janssen por deixar seu país de origem, a Alemanha, e emigrar ao Brasil, particularmente à Goiânia, teve como ponto de partida a indicação de seu conterrâneo Werner Sonnenberg ao governador Jerônimo Coimbra Bueno para serviços tecnicamente qualificados na topografia. Na história da construção de Goiânia evidenciou-se a participação de alemães desde a primeira década de

existência da cidade (1930)⁵⁸, atuando principalmente como engenheiros. Além dos próprios Janssen e Sonnenberg, na coleção do topógrafo⁵⁹ encontram-se documentos que remetem à Adolf Hild e a Lothar Sels, alemães que residiram ou se envolveram com o desenvolvimento urbanístico de Goiânia⁶⁰. Da obra de Cordeiro e Ferreira (2017), acrescenta-se à esta lista o engenheiro Fritz Koeller, que “foi colega de estudos do genial cientista Albert Einstein” e “teria vindo para o Brasil após a primeira Grande Guerra e para Goiás com o objetivo de estudar o cerrado goiano” (CORDEIRO;FERREIRA, 2017, p.135).

Os alemães que se estabeleceram em Goiânia no século XX figuram em um dos grupos de imigrantes, juntamente com os japoneses e outros, que mais acrescentaram números na contagem de residentes no Brasil. A Segunda Guerra Mundial pôs a prova a relação destes imigrados com os nascidos no solo brasileiro; na obra *Corações Sujos*, Fernando Morais (2000) analisa a relação entre os imigrantes e descendentes japoneses com o país sul-americano e, da diferença de tratamento entre nipônicos e germânicos durante a segunda grande guerra, o autor ressalta:

Em março de 1940 Getúlio Vargas envia seu primeiro recado aos imigrantes, em um discurso pronunciado na cidade de Blumenau, em Santa Catarina, região onde se concentrava o grosso dos alemães que viviam no país. “O Brasil não é inglês nem alemão!”, repete o presidente. Getúlio lembra aos estrangeiros que “aqui todos são brasileiros, porque nasceram no Brasil, porque aqui receberam a sua educação!”. Sem terem sido sequer mencionados pelo presidente, os japoneses de São Paulo respiraram aliviados. Mas seria por pouco tempo (MORAIS, 2000, p.36-37).

A obra discorre sobre eventos ocorridos no interior do estado de São Paulo, envolvendo a comunidade japonesa no Brasil; entretanto, dela percebe-se o deslumbramento de Vargas com a figura de Adolf Hitler, chefe de Estado da Alemanha Nazista durante a Segunda Guerra, bem como as pretensões frustradas do governante brasileiro de aproximar-se dos comandantes do Eixo (Alemanha, Japão, Itália). Congruente à vontade popular, no dia 15 de janeiro de 1942 o Brasil passou a compor o grupo dos Aliados, oposto ao Eixo, “com um discurso francamente solidário aos Estados Unidos” após o bombardeiro de Pearl Harbor, mas principalmente por decorrência dos ataques da marinha alemã às embarcações brasileiras na costa atlântica (MORAIS, 200, p.39).

⁵⁸ Em 1940 eram contabilizados duzentos e oitenta e quatro (284) alemães em Goiás, número de residentes inferior apenas à contagem relativa aos Sírios (657), que naquele contexto abrangia diversas nacionalidades (IBGE, 2019).

⁵⁹ Na Coleção Ewald Janssen também encontramos documentos relacionados a alguns dos familiares de Janssen, que também são alemães.

⁶⁰ A situação que levou a Coleção Ewald Janssen a ser doada por Lydia Myrjam Janssen, viúva do topógrafo, ao acervo do Museu Antropológico foi mediada pela professora Irmhild Wüst, arqueóloga e pesquisadora alemã. Irmhild transferiu-se para o Brasil na década de 1960 e pertenceu ao quadro docente UFG no curso de Ciências Sociais, obteve projeção nacional no domínio científico da etnoarqueologia. (MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG, 2018)

Janssen, que segundo Cordeiro e Ferreira (2017, p.128) foi piloto da Força Aérea alemã na Segunda Grande Guerra, se estabeleceu em Goiânia após esse contexto para atuar na profissão de sua formação. Entretanto, na documentação da sua coleção não foi encontrado qualquer indício de seus antecedentes, de relações ou contatos com outros alemães sob pretextos políticos ou militares, o acervo concentra-se na atuação profissional do topógrafo e no desenvolvimento de Goiânia no período equivalente. Dessa forma, os documentos em nada sugerem dificuldades, além do idioma, relacionadas à sua nacionalidade alemã, que nos anos anteriores o figuraria como inimigo do Estado brasileiro por ter sido militar da Alemanha durante a Segunda Guerra.

Desta forma, a participação de Janssen na vida pública goianiense dificilmente seria parâmetro para mensurar a sua atuação, considerando as dificuldades com a língua portuguesa e com a adaptação cultural na cidade do Centro-Oeste brasileiro. Boa parte dos documentos encontrados no acervo do Museu Antropológico apresentam uma versão rascunhada em alemão que posteriormente foram traduzidos para o português (Ewald Janssen, [s.d.]e) [Figura 25], possivelmente pelo próprio Janssen antes de seus respectivos encaminhamentos, o que denota as dificuldades linguísticas dele. Além disso, a pesquisa no acervo demonstra o volumoso trabalho dedicado a Goiânia, em um período de plena expansão e regulamentação urbana, atuando em frentes estatais e particulares, produzidas em curto período, o que torna a sua isenção na vida pública irrelevante para mensurar a sua relevância na história da cidade.

Todavia, Medeiros afirma que, justamente por constituir-se alheio ao lugar, o topógrafo alemão apresentava uma atuação muito distinta dos demais engenheiros que atuavam na cidade, procurando “construir uma narrativa coesa sobre a cidade, centrando-a sobre si mesma e seus problemas e não como instrumentalidade para a interiorização da Capital Federal ou simplesmente prestando serviços para donos de loteamentos” (MEDEIROS, 2010, p.142). Tal perspectiva ilustra o momento em que a urbanização de Goiânia se encontrava, carecendo de soluções para problemas reais, que não podiam mais ser marginalizados pelo planejamento.

O trabalho de Gonçalves, que correspondente ao mestrado em História⁶¹, acessou o acervo de Janssen por completo, resultando em uma perspectiva distinta da apresentada por Medeiros. Se para Medeiros (2010, p142). os documentos produzidos por Janssen “falam de

⁶¹ A dissertação de mestrado desse autor foi adaptada, originando a obra *Goiânia: uma modernidade possível* (2002), utilizada como referência bibliográfica neste trabalho. Gonçalves, assim como Medeiros, é Doutor em História pela UFG; entretanto a tese de doutorado do autor não trata de assuntos diretamente relacionados à urbanização de Goiânia ou à atuação de Janssen neste contexto.

seu autor”, conferindo “pertinência ao saber urbanístico” e “impertinência ao lugar onde escolhera viver e trabalhar”, para Gonçalves, “Janssen não era um arquiteto e sim um topógrafo com um alto nível de sensibilidade e percepção a respeito da cidade” (GONÇALVES, 2002, p.149). Portanto, o status de “outsider” sugerido por Medeiros poderia até ilustrar, de forma controversa, um período de adaptação dele, mas não condiz com a atuação do topógrafo, pela perspectiva de Gonçalves. Das terras pertencentes ao Estado, o trabalho deste autor destaca, dentre diversas outras, a atuação de Janssen:

- No Setor Aeroporto, que inclui uma área que antes compreendia o aeroporto da cidade e foi urbanizada a partir dos projetos do topógrafo, desenvolvidos “em menos de três meses de trabalho” entre 1951 e 1952, obtendo como remuneração a doação por parte do Estado⁶² de dois lotes naquele setor (GONÇALVES, 2002, p.87).;
- No Setor Pedro Ludovico, originado a partir do loteamento na Macambira, onde parte da área foi invadida na década de 1940, sendo projetado por Janssen em 1958. O autor afirma que “de todos os projetos urbanísticos desenvolvidos por Ewald Janssen, o Setor Pedro Ludovico foi, sem dúvida, o melhor. Talvez seja um dos melhores projetos de bairro na cidade”. (GONÇALVES, 2002, p.106). Dos motivos ressaltados pelo autor nesta consideração, observa-se a preservação das nascentes do Córrego Areião, que atualmente formam o Parque Areião, uma série de amplas alamedas e uma enorme praça central. O projeto da praça central em questão, buscava “conferir um aspecto de monumentalidade⁶³” ao setor. Entretanto, a praça central projetada por Janssen não foi materializada, e atualmente é ocupada pelo Terminal Isidória, atendendo demandas do transporte coletivo da capital.
- Em modificações no Setor Sul, “especificamente acima da rua 87, onde o setor ainda não havia sido implementado” (GONÇALVES, 2002, p.107)., alterando ainda a largura da Rua 90 e o traçado de quadras próximas à nascente do Córrego do Buritis, evitando o loteamento em áreas “totalmente inadequadas para a urbanização”.

O autor também ressalta o *Plano Diretor de Ewald Janssen* (Ewald Janssen, 1954), que foi estruturado inicialmente em 1952, sendo revisado e aperfeiçoado em 1954, cujas ideias “foram concebidas em um momento em que não havia nenhum tipo de preocupação com o planejamento da cidade” (GONÇALVES, 2002, p.150). Para o arquiteto-historiador, das perspectivas de Janssen destacavam-se: a “divisão geral de todas as áreas” e o “planejamento

⁶² Através da Lei municipal 681, de 14 de novembro de 1952.

⁶³ A monumentalidade é uma característica frequentemente atribuída aos projetos de Atílio Corrêa Lima pela bibliografia, como podemos ver em Ackel (2007, p.139); Diniz (2007, p.94); Gonçalves (2002, p.52).

do tráfego”; não obstante, ele reitera que o topógrafo direcionava críticas às descaracterizações do planejamento urbano, aos erros de execução de projetos, à despreocupação com a preservação do meio ambiente, aos projetos de loteamentos irregulares que promoviam as desconexões entre setores na malha urbana, às apropriações de áreas particulares sem projeções de crescimento urbano adequadas, dentre diversas outras. Gonçalves (2002, p.156) ainda se ateve à crítica de Janssen ao desenvolvimento urbano de Goiânia, que remete aos percalços provenientes da especulação imobiliária; salientando que dentre as soluções propostas, ele atentava para a necessidade de “moralização dos negócios de lotes, um dos esteios econômicos desta cidade” (Ewald Janssen, 1952a p.1).

Desta forma, as pesquisas realizadas até o momento, com base na documentação de Janssen, permitiram reflexões distintas, apesar da semelhante formação acadêmica dos autores, que compreendem um olhar histórico incipiente na atuação do topógrafo; muitos trabalhos ainda podem e devem ser realizados com a utilização desta fonte. Quanto ao trabalho de Medeiros, devemos reconhecer que Janssen foi mesmo um “arquivista amador”, o que, de uma perspectiva ética e historiográfica todos somos ou deveríamos ser. Entretanto, quanto às referências dos registros documentais serem “autocentradas”, falarem do “seu autor” e demonstrarem uma “impertinência ao lugar onde escolhera viver e trabalhar”, tais afirmativas não condizem com o que Janssen salvaguardou sobre o desenvolvimento de bairros e planejamentos urbanos de Goiânia e outras cidades.

A seleção dos documentos, que vieram a compor a Coleção Ewald Janssen, buscam revelar intencionalmente a trajetória profissional de um indivíduo na cidade, exaltar seus méritos ou redimir seus propósitos, porém ela também oferece uma interlocução entre os documentos e a cidade que supera significativamente o viés autocentrado sobre o autor e seus registros. Parte considerável da coleção é composta de registros que sequer envolvem a atuação de Janssen, em período de fontes de pesquisas escassas, neste sentido que o ‘arquivista’ se torna ‘pertinente ao lugar’. Torna-se fundamental a divulgação do conteúdo da coleção para que ela auxilie outros trabalhos, inclusive, aqueles que sequer se dediquem a relativizar o seu primeiro curador, mas as cidades e bairros abarcados pelo acervo em questão.

Quanto ao trabalho de Gonçalves, podemos assimilar que mesmo a “modernidade possível” em Goiânia foi limitada pela frustração de planejamentos, diretivas e sugestões consideravelmente relevantes à cidade, como foi o envidado por Janssen e outros profissionais citados pelo autor na mesma obra. Além disso, o “desplanejamento da cidade planejada”, situado pelo autor nas décadas de 1950 e 1960, não deve incidir no desinteresse de pesquisas

sobre o desenvolvimento da cidade nesse período; pelo contrário, justamente por ter se desenvolvido sem acatar uma medida de orientação, este contexto carece de análises aprofundadas em todos os campos científicos pertinentes, reiterando a necessidade de divulgar o conteúdo da coleção.

Sobre o ‘arquivista’, amador ou não, que originalmente definiu qual seria o conteúdo desta coleção, torna-se imprescindível reconhecer a dialética estabelecida na seleção de recortes de jornal presentes no acervo e o seu coletor. Os retalhos de periódicos tratam da urbanização de Goiânia sob um ponto de vista específico, em sua maioria, corroboram as tentativas fracassadas de desenvolvimento industrial na capital goiana. As matérias jornalísticas pertencentes à coleção não são “autocentradas”, ao contrário, são amplificadas ao contexto goiano e, além disso, fazem parte da conjuntura nacional desde o final da década de 1940 com os primeiros discursos nacional-desenvolvimentistas na América do Sul; entretanto, elas também falam ‘por’ Janssen, que abordou este assunto em todos os seus documentos que visavam orientar o desenvolvimento urbano de Goiânia.

O primeiro destes recortes de jornal, selecionados neste trabalho e cronologicamente identificados, corresponde à liberação de verbas do governador Emílio Ribas Junior para a efetivação das atividades da Cidade Industrial, em matéria do jornal *O Popular* (*in* Ewald Janssen, 1965b), de 21 de maio de 1965. A primeira atividade a ser realizada dizia respeito à identificação do local em que a Cidade Industrial seria construída; a dúvida sobre o local transitava entre Senador Canedo⁶⁴ e a saída para Guapó [Figura 28]. Em 10 de junho do mesmo ano, uma publicação da *Folha de Goiás* (*in* Ewald Janssen, 1965a) afirmava que as obras começariam “brevemente em Senador Canedo”; entretanto a publicação evidenciava a necessidade de alinhamento de ideias entre a Federação das Indústrias e o diretor do Grupo de Trabalhos da Cidade Industrial de Goiânia (GT CINGO), o engenheiro Jacques Pereira. A matéria ressalta as afirmações do diretor que considerava as condições urbanas da cidade como as “piores possíveis” e que os seus loteamentos compreendiam “uma área onde poderiam habitar cerca de um milhão de pessoas”, o que prejudicava a assistência em toda a extensão urbana; ao final da fala, Jacques Pereira menciona uma equipe organizada para elaborar o Plano Diretor de Goiânia [Figura 12].

⁶⁴ Neste contexto a localidade ainda pertencia ao município de Goiânia, a emancipação da cidade ocorreu em 1989, como mencionado anteriormente.

Aproximadamente onze anos antes⁶⁵ Janssen já havia elaborado, aprimorado e entregue ao DVOP o seu Plano Diretor de 1954. O topógrafo o fez aparentemente sem uma equipe de apoio e nas diretivas indicava os locais para situar as zonas industriais, sendo a região de Senador Canedo mencionada como sugestão em outros documentos pela proximidade da ferrovia. A “anarquia cada vez maior” que Janssen pretendia evitar com seu Plano Diretor acabou se traduzindo nas ‘piores condições urbanas possíveis’ mencionadas por Jacques Pereira em 1965 (Ewald Janssen, 1954;1965a). A situação permite compreender o motivo de Janssen começar a anexar em seu acervo pessoal os recortes de jornal que tratavam do assunto e quando analisados em conjunto as resenhas jornalísticas e suas diretivas, os registros não levam a outra conclusão além do enredo de frustração.

No dia 25 de janeiro de 1966, uma matéria da Folha de Goiás (*in* Ewald Janssen, 1966f), intitulada “Grupo de Trabalho da Cidade Industrial realizou o que foi possível em seis meses”, relatava os obstáculos da equipe empenhada na realização dos estudos pela definição do local onde seria implementado o complexo industrial. Dentre os obstáculos figuravam questões burocráticas, administrativas, financeiras e os “pseudo entendidos de fora que mais atrapalharam com seus palpites”. A matéria relatava as dificuldades encontradas pelo GT CINGO, apresentadas pelo secretário da Indústria e Comércio, prof. Antônio Chaud, sendo a principal delas a organização dos trabalhos, reiterando não haver interesses pessoais no grupo, constituído de membros “imbuídos do firme desejo de servir ao Estado e ao povo”.

Segundo o secretário, o grupo de trabalho realizou um “serviço gigantesco de pesquisa” que foi apresentado ao governador e concluía que Senador Canedo era mesmo o local adequado para a implantação do projeto, desde que fosse a diretiva conjugada aos estudos do Plano Diretor de Goiânia; entretanto, o prof. Antônio Chaud reiterou que por *não haver Plano Diretor da cidade*, naquele contexto, o parecer dos estudos do GT CINGO foi apresentado isoladamente (FOLHA DE GOIÁS *in* Ewald Janssen, 1966f, grifo nosso).

O jornal O Popular (*in* Ewald Janssen, 1966e), do dia dois de outubro de 1966, noticiava o decreto da Assembleia Legislativa de Goiás, que criava a Cidade Industrial de Goiânia em Senador Canedo, incentivando a implantação de indústrias novas ou a transferência das existentes para o local ali determinado. Três dias depois o mesmo jornal apresentava a justificativa do “ante-projeto” que estruturava a “implantação de um complexo industrial”; a

⁶⁵ O Plano Diretor de Janssen, que consta na coleção, possui data identificada como abril de 1954, sem indicar o dia em que foi redigido ou entregue ao DVOP (Ewald Janssen, 1954, p.1)

matéria reproduzia um discurso proferido na Assembleia⁶⁶, afirmando que “apesar dos ótimos índices” que a economia goiana apresentava, o governo estadual buscava intervir na questão municipal para o “apressamento do ritmo do processo de desenvolvimento econômico e social”. (O POPULAR *in* Ewald Janssen, 1966c)

Dentre as justificativas apresentadas no discurso, estava a descentralização das indústrias, que visavam o “bem-estar da comunidade urbana, vale dizer a feição humana da cidade”. Neste sentido, a localização fora da capital levava em consideração a “implantação de entroncamentos ferroviários” e o “advento da moderna rodovia”, reiterando que o “incremento do transporte de veículo automóveis tornou flexível as soluções relativas ao deslocamento de trabalhadores”. O discurso reproduzido no jornal (O POPULAR *in* Ewald Janssen, 1966c) enfatizava que as providências atuavam “no sentido de coordenar o interesse urbanístico com o econômico e o social”. Tratava-se de um discurso político que, em síntese, validava a escolha de Senador Canedo como local para desenvolver as indústrias, e supunha que os trabalhadores deslocar-se-iam ao trabalho com seus automóveis particulares.

As pretensões industrializantes do governo estadual durante a década de 1960 ilustram as “tentativas esparsas de reordenamento urbano” que foram inefetivas até o PDIG, de 1968, “elaborado pelo arquiteto Jorge Wilhelm” (GONÇALVES, 2002, p.111). Como mencionado anteriormente, o PDIG motivou Janssen a produzir novos estudos e diretrizes ao planejamento urbano de Goiânia, ocasionando sua obra-prima. Entretanto, ao realizar os estudos, já mencionados, que deram origem ao relatório de 1970, o topógrafo deparou-se com outra de suas contradições. Os estudos meteorológicos o levaram a concluir que a região leste de Goiânia não era adequada à implantação de indústrias, logo a área correspondente à Senador Canedo seria inadequada para tal finalidade; desta forma, Janssen afirmava no seu relatório, quanto ao zoneamento, que haviam sugestões anteriores que “iriam bloquear o desenvolvimento urbanístico dentro de um futuro muito breve”, listando como o primeiro dos sete itens:

1 - Cidade Industrial "Senador Canedo": não levou em consideração a situação meteorológica típica para Goiânia. Prejudicaria a cidade sensivelmente, acumulando-se toda fumaça em cima de Goiânia. A indicação, daquela zona para todas as indústrias nocivas de acordo com o último plano apresentado, não corresponde às normas urbanísticas. A mesma coisa pode-se dizer em relação a zona industrial, indicada na mesma oportunidade, localizada no espigão "Sul" da cidade; na atual divisa com o Município de Aparecida. (Ewald Janssen, 1970j, p.3).

Janssen, sem mencionar em seus registros, reconheceu seu erro e novamente empenhou-se no propósito de “salvar Goiânia”, produzindo cuidadosamente o relatório de 1970 e, naquele

⁶⁶ O texto não identifica o autor do discurso, mas sugere ser o governador do Estado naquele ano, Otávio Lage.

mesmo ano, reuniu esforços com Selz pela consolidação do metrô na cidade, como identificamos. Todavia, os propósitos industrializantes da capital permaneciam na pauta governamental e tomavam novos direcionamentos. Em 28 de agosto, o jornal *O Popular* (*in* Ewald Janssen, 1970l) ressaltava os pontos básicos do Decreto Lei de “estímulos à industrialização” assinado pelo Governador Otávio Lage, que conferia poderes reguladores à CODEG em alguns pontos [Figura 30].

A orientação de desenvolvimento industrial na região de Senador Canedo foi incentivada, de forma generalizante, também pelas competências municipais, através da Lei nº 4.525, de 31 de dezembro de 1971, que classificava o local indicado como “área rural” e passaria a servir para “o desenvolvimento das atividades agro-pastoris e de indústrias inadequadas às áreas urbana e de expansão urbana” ([S.I.] *in* Ewald Janssen, [s.d.]n) [Figura 31]. Desta forma, o contexto alavancado pelo PDIG favorecia algumas sugestões originais do topógrafo como a industrialização, mesmo que iniciada tardiamente e em local inadequado, resultando em discussões sobre incentivo fiscal e regulamentações para diversas atividades fabris em 1973 ([S.I.] *in* Ewald Janssen, [s.d.]l).

Apesar da lei municipal de 1971 favorecer a industrialização em Senador Canedo, a regulação favorecia também a agropecuária, principalmente através da pecuária de corte, vocação natural da economia goiana desde a crise da mineração (BORGES, 2004, p.95). A regulamentação da atividade agropastoril nos limites do município, além de desprivilegiar a dedicação industrial, incidiu nos desmatamentos da área, que era outro encaminhamento contrário às sugestões de Janssen no seu relatório enviado à CODEG no ano anterior. O topógrafo havia ressaltado a importância de reflorestar a área e situar as indústrias na outra extremidade da cidade, a oeste (Ewald Janssen, [s.d.]r) [Figura 19].

O resultado catastrófico seria reportado na matéria de 13 de novembro de 1977, intitulada “Goiânia próxima do suicídio urbanístico”, relatando os impactos ambientais do desmatamento e indicando os dados climáticos desfavoráveis à “vida humana” ([S.I.] *in* Ewald Janssen, 1977) [nota:35] [Figura 13]. Desta forma, a matéria descrevia outra previsão acertada de Janssen e, mais do que isso, outro alerta ao poder público que foi ignorado. Entre os recortes de jornal, documentos e mapas, o topógrafo arquivista reunia contradições e frustrações, que resumiam três décadas da história da capital ‘desplanejada’ e fragmentada no oeste brasileiro.

O último registro analisado na coletânea de documentos selecionados neste trabalho, sintetizou o efeito das três décadas, entre 1950 e 1980, em um caderno inteiro do Jornal *Opção*

(in Ewald Janssen, 1980, p.1), de 27 de julho de 1980. Janssen não recortou nenhuma resenha jornalística deste caderno, salvaguardando-o na íntegra, possivelmente porque seria impossível ignorar a relevância das reflexões de qualquer uma de suas matérias, diante do contexto. A capa do caderno, com o título “A EXPLOÇÃO URBANA”, ilustrava o que viria a ser sintetizado nas páginas seguintes [Figura 32].

Na terceira página do caderno, a entrevista do ex-prefeito cassado, Iris Rezende, buscava explicar “a utopia traída”, por ter tornado Goiânia, “paulatinamente e inexoravelmente, numa cidade envelhecida, violentada e violentadora”. Dentre as perguntas do periódico, Iris foi questionado sobre a capital goiana ter sido concebida, “desde o princípio, como uma cidade planejada”; o ex-prefeito respondeu que sim, mas considerando trinta mil habitantes e, em outra pergunta, definiu a cidade em três fases, na primeira “despertou a atenção do país inteiro”, na segunda recebeu os operários que não conseguiam se estabelecer em Brasília e na terceira vivenciou o crescimento exagerado (JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen, 1980, p.3). A perspectiva do político ilustrava o reducionismo limitante da gestão pública goianiense.

As outras matérias do caderno traziam à tona a questão das “migrações internas e a explosão populacional”, “questão urbana e movimentos sociais”⁶⁷, “surgimento das associações de bairros”, “classes sociais e distribuição de renda”, entre outras (JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen, 1980, p.5;6;7;10) [Figura 33]. Após o resumo jornalístico que compreendia as questões sociais de Goiânia, o caderno encerrava, de forma contraditória, com o texto sobre “como operar na bolsa de imóveis”, ironizando a atuação do mercado imobiliário da capital e orientando os leitores do jornal a se beneficiarem com a especulação (1980, p.12) [Figura 35].

Janssen ‘arquivou’ este caderno dominical em sua coleção, tendo atuado para além das metodologias topográficas, pela especialização em Tecnologia de Medição conferidas em seu diploma. Ele ofereceu ao DVOP e à CODEG, apesar da pouca (ou nula) adesão governamental, planos de urbanização e diretrizes legais, projetou bairros, intermediou procedimentos do Estado com moradores de assentamentos espontâneos e ainda se dedicou a produzir loteamentos em glebas particulares liberadas para a urbanização a partir do decreto que aprovou o Código de Edificações de Goiânia de 1947, permitindo a expansão urbana no raio de quinze quilômetros a partir da Praça Cívica. Após este decreto, ficou estabelecido que “qualquer área que estivesse

⁶⁷ De autoria de Pedro Wilson Guimarães, que foi eleito para o cargo de prefeito de Goiânia, após duas décadas, cumprindo o mandato entre 2001 e 2004.

dentro desse limite poderia ser loteada, tanto pelo Estado quanto pela iniciativa privada” (GONÇALVES, 2002, p.112).

Janssen considerava o “bom nome de Goiânia” (Ewald Janssen, 1954, p.7), como resultante de uma construção ideológica que duas décadas de esforços governamentais em níveis nacional e regional puderam prover. Entretanto, na realização material da cidade figuravam preocupações que necessitavam de soluções urgentes, concernentes ao poder jurídico e controlador do Estado. O topógrafo foi percebido como um ‘urbanista’ no período do ‘desplanejamento’, mais pela ausência de um profissional específico da ‘causa’ que pelas circunstâncias, adentrando ao certame da cidade entre o Estado, os interesses privados e as demandas populares.

Em síntese, a “explosão urbana” de Goiânia encadeada no período da atuação de Janssen revela o empenho de engenheiros, urbanistas, arquitetos, políticos, topógrafos e outros, que encontraram uma forma de realizar a utopia sem “humanizar o urbanismo”. A projeção pretendida se concretizou, em partes, pois as promessas inseridas nos planos e projetos contemplaram essa minoria de utópicos, reflexões que serão retomadas no próximo capítulo. Entre a utopia e o dispêndio da sua realização há uma demanda moral que envolve as contradições, como um mecanismo de autoflagelação que induz a refletir o contradito na constatação de uma trapaça de si mesmo; todos estamos sujeitos às adversidades internas que fustigam e debelam as vaidades outrora projetadas. A megalomania goianiense fez com que a cidade se tornasse icônica, portentosa sob a égide de um projeto nacional e, até este ponto das análises empreendidas, a contraditória transformação da cidade se encerra, nesse capítulo, com a reflexão sobre uma anedota envolvendo o mercado imobiliário, no suplemento dominical do jornal de 1980 [Figura 35].

Caderno de imagens [CAPÍTULO II]



Figura 18 – Desenho de Janssen sobre o mapa de Goiânia, demonstrando a *Direção Dominante dos Ventos* e o *Ciclone Urbano*.

Fonte: Ewald Janssen [s.d.]q

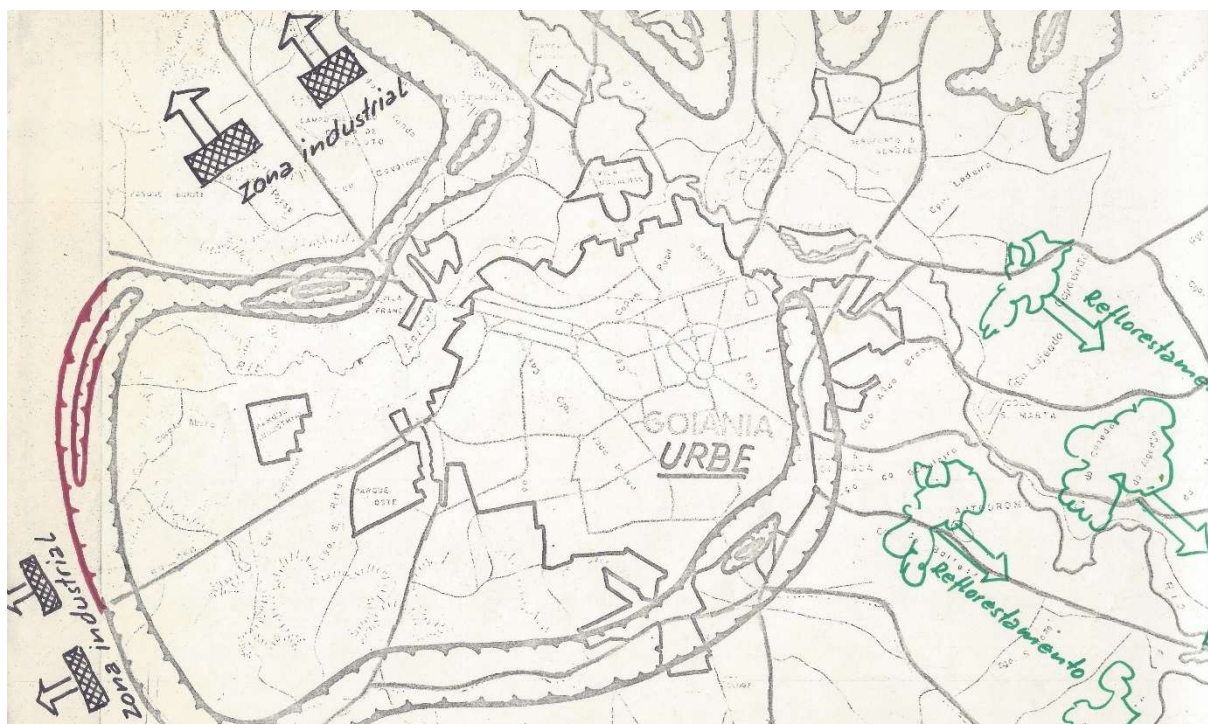


Figura 19 – Desenho de Janssen sobre o mapa de Goiânia, indicando áreas para desenvolvimento de zona industrial e para *reflorestamento*.

Fonte: Ewald Janssen [s.d.]r

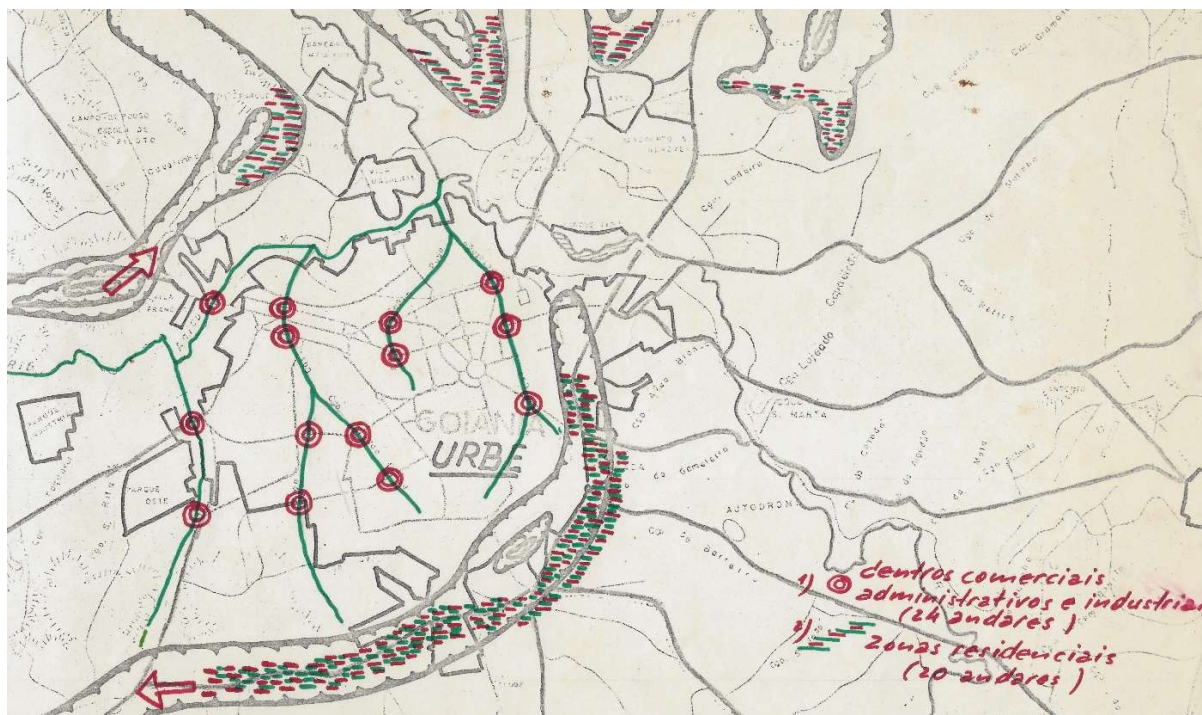


Figura 20 – Desenho de Janssen sobre o mapa de Goiânia, identificando *centros comerciais, administrativos e industriais (24 andares)* e *zonas residenciais (20 andares)*.

Fonte: Ewald Janssen [s.d.].p

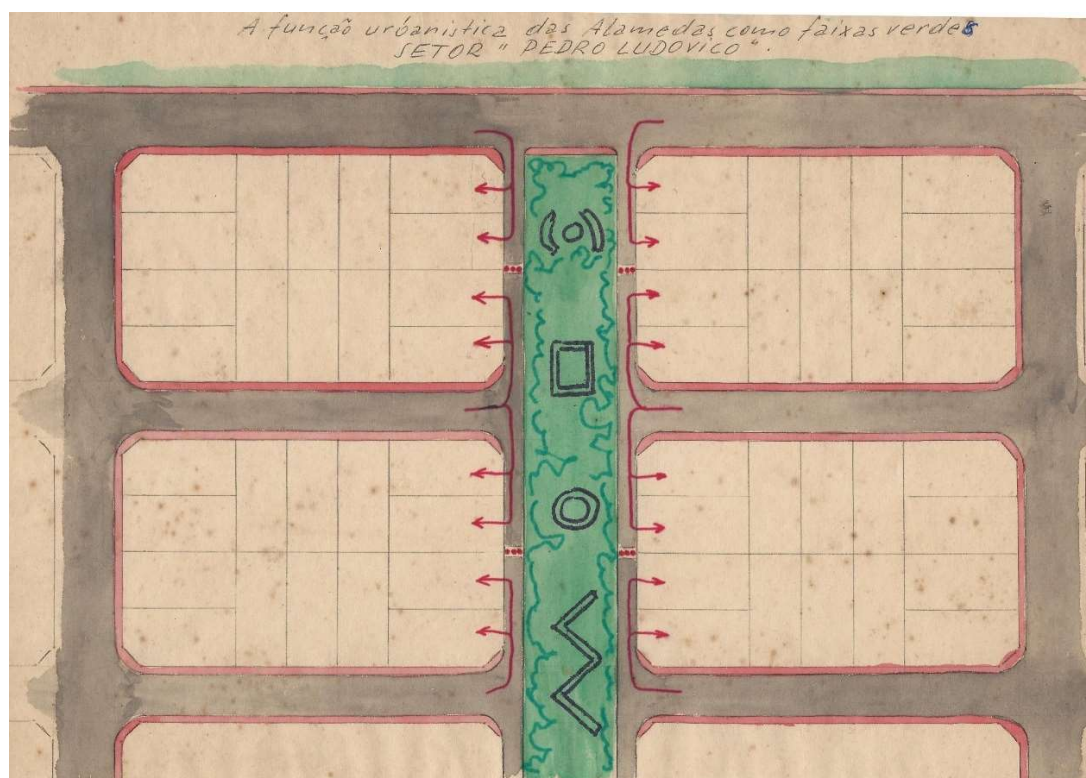


Figura 21 – Ilustração de Janssen, orientando a *função urbanística das Alamedas como faixas verdes*, no *SETOR "PEDRO LUDOVICO"*.

Fonte: Ewald Janssen [s.d.].c

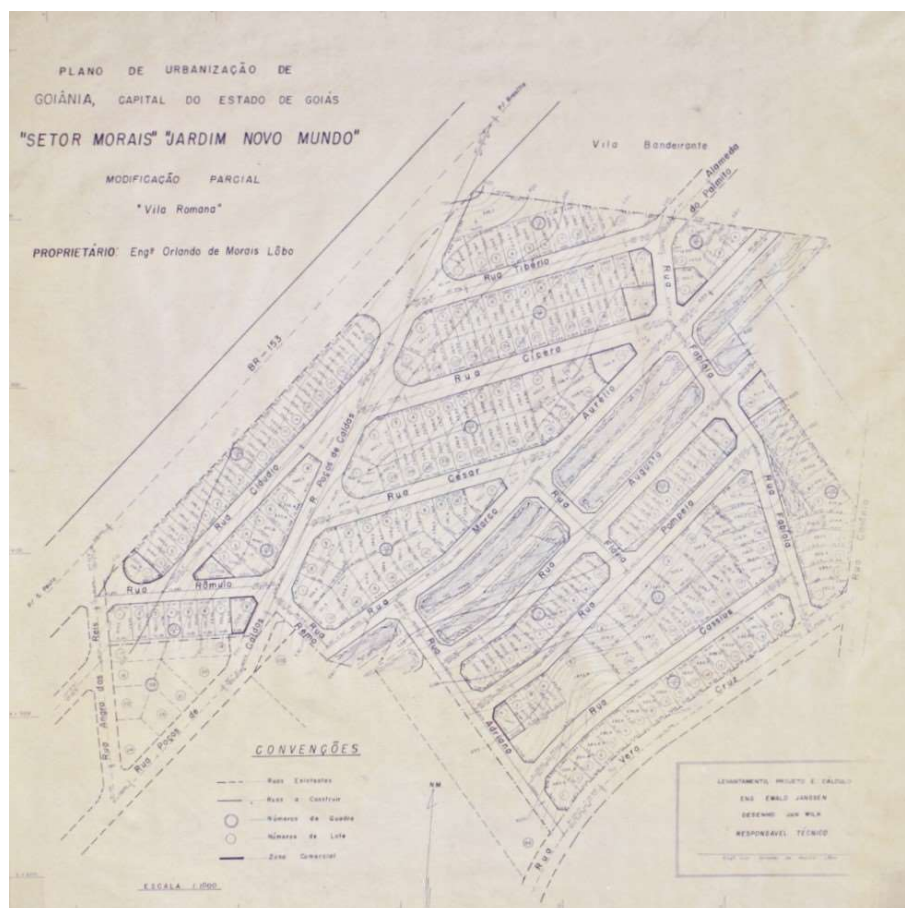


Figura 22 – Modificação no Setor Moraes – Jardim Novo Mundo; Janssen não assina a Responsabilidade Técnica (RT), entretanto, foi responsável pelo levantamento, projeto e cálculos da proposta de loteamento.

Fonte: Ewald Janssen [s.d.]g

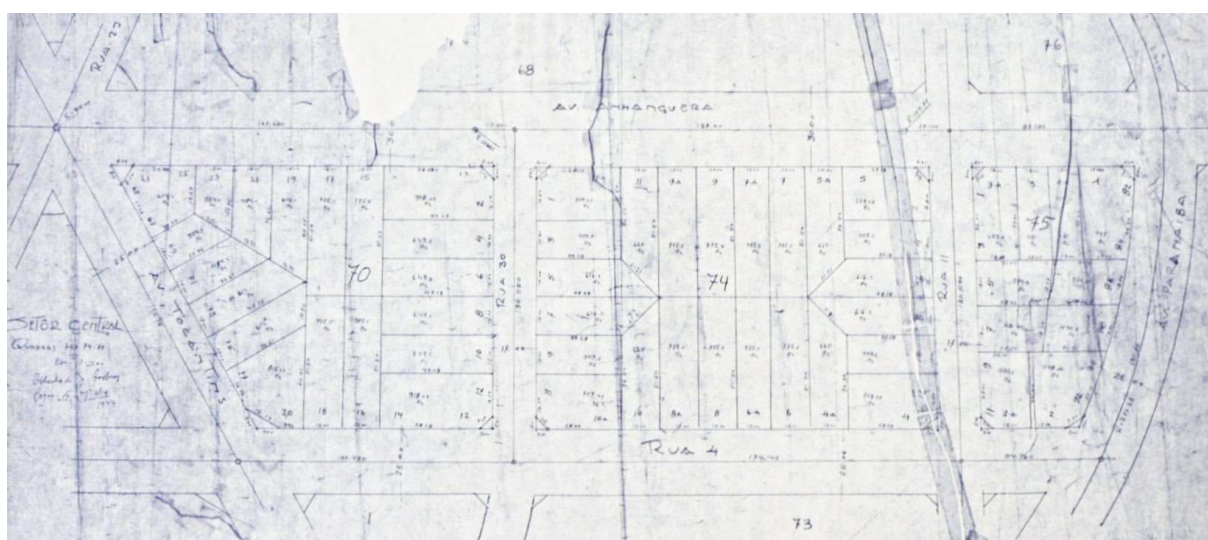


Figura 23 – Projeto de loteamento no Setor Central, cruzamentos da Av. Tocantins com a Av. Anhangüera e com a Rua 4 (à esquerda da imagem)

Fonte: Ewald Janssen (1944)

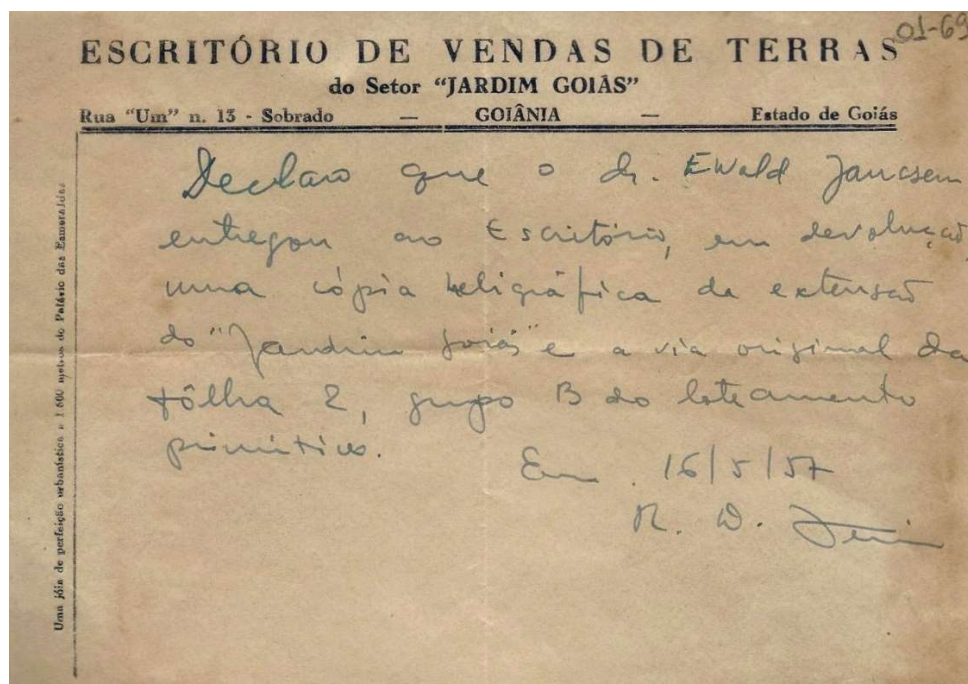


Figura 24 – Recibo de cópia heliográfica de extensão do “Jardim Goiás” e a via original de um documento; em 16 de maio de 1957.

Fonte: Ewald Janssen (1957b)

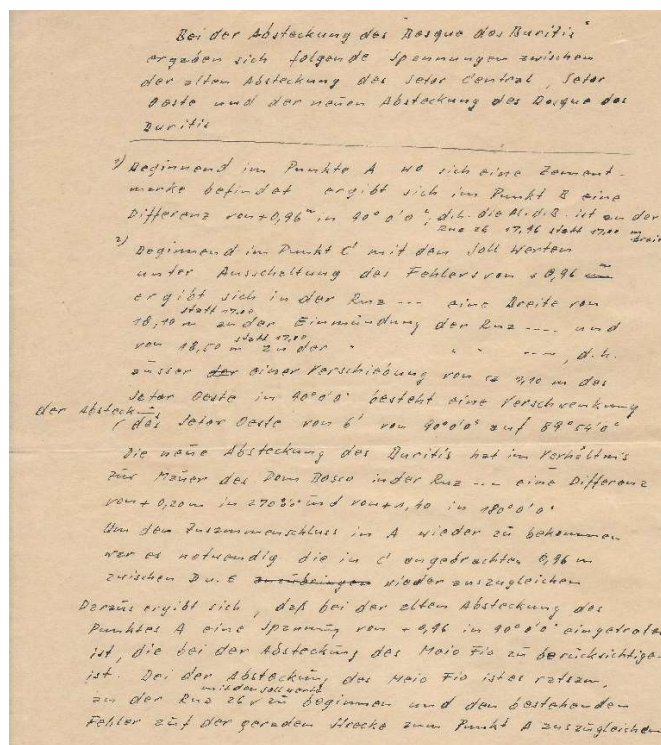


Figura 25 – Rascunho de Janssen em alemão sobre de estaqueamento (demarcação) de nova área correspondente ao Bosque dos Buritis, em consequência de estaqueamentos dos setores Central e Oeste.

Fonte: Ewald Janssen [s.d.]e



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE GOIÁS - CODEG

Avenida Goiás n.º 633 - Ed. Minasbank, 6.º Andar - Telefone 6-11-43
GOIÂNIA - Goiás - Brasil

06-02
1

PREFÁCIO

O desenvolvimento urbanístico das grandes urbes atravessou nos últimos cem anos uma fase cada vez mais acelerada, dominado pelo espírito de cada época e nos últimos tempos cada vez mais subjugado à tecnologia. Com raras exceções, a maior parte das urbes se estendeu de maneira heterogênea, tanto no sentido horizontal como no vertical, sem levar em conta:

- a) - as condições naturais
(topografia, hidrografia, condições meteorológicas etc)
- b) - as condições regionais
(sistema viário, zonas de produção agrícola, depósitos minerais etc)
- c) - uma previsão racional do desenvolvimento demográfico.

As correções aplicadas para concertar e adaptar a urbanização não ultrapassaram o valor de medidas paliativas.

Consequentemente quase todas as urbes no mundo inteiro apresentam a triste paisagem urbanística de uma "Megalópole".

A realização de planos eficientes é condenado ao fracasso devido às despesas astronômicas para modificar profundamente e adequadamente a situação congestionada, superada e conflitante. A comissão encarregada de fazer um levantamento da situação urbanística de Nova York chegou a uma importância de 200 bilhões de dólares (não é engano) para remodelar Nova York de acordo com uma concepção urbanística moderna, visando humanizar a paisagem urbanística. A humanização do urbanismo, como concepção básica de todas as novas cidades, procura criar as melhores condições possíveis para o ser humano desde a infância até a velhice se evoluir individualmente num ambiente favorável e para não desaparecer como um número anônimo na massa amorfa, como está acontecendo na maior parte dos atuais centros urbanos. Nesta tarefa, a tecnologia só deve cumprir o papel de um meio para favorecer o bem estar do homem e não para escravizá-lo. A tecnologia sem esta finalidade ética, controlada e aproveitada a favor do homem, vai forçosamente para a autodestruição pelo dinamismo inerente, desenfreado e explosivo. O famoso poeta alemão Goethe já fez esta previsão profética na sua obra Dr. Fausto faz 200 anos.

Figura 26 – Prefácio do relatório de estudos dedicados ao *Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia* (PDIG).

Fonte: Ewald Janssen (1970j, p.1)

Blatt zum Schreiben vom
an

DEUTSCHE EISENBAHN CONSULTING GMBH

- DECONSULT -

Largo do Machado ZC-01

Caixa Postal 16.012

Rio de Janeiro - GB

em 27 de abril de 1970

Ilmo. Sr.
Dr. Oton Nascimento
MD Presidente da
Companhia de Desenvolvimento do
Estado de Goiás - CODEG
Av. Goiás, 633 - 6ª andar
Edifício Minasbank
G o i â n i a - Goiás

Prezado Senhor Presidente,

Durante uma conversação em 26 de março p.p., Sr. Manoel Demosthenes pediu-me em seu nome preparar um anteprojeto para o planejamento de um metrô para Goiânia. Como funcionário da DECONSULT, Deutsche Eisenbahn Consulting GmbH, Frankfurt/Main, transmiti seu pedido à minha matriz. Há alguns dias, esta me respondeu, que de momento, infelizmente, não se podiam interessar para um estudo dêsse vulto. As razões ser-lhes-iam transmitidas nos próximos dias.

Lamento muito, que por essas razões não posso atender ao seu pedido. Escreverei porém, ao Sr. Janssen, que está a par do planejamento de Goiânia uma carta, na qual transmitirei algumas diretivas base para que, planejando a mesma, não se prejudique a construção do futuro metrô.

Apresento os protestos de minha alta estima e consideração e subscrevo-me

mui' atenciosamente


Dr.-Ing. Lothar Selz

DrlS/ibm

Figura 27 – Correspondência de Lothar Selz, funcionário da *Deutsche Eisenbahn Consulting GmbH* (DECONSULT – empresa alemã de consultoria em sistemas ferroviários), à Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás.

Fonte: SELZ in Ewald Janssen (1970g)

Fonte: O POPULAR *in* Ewald Janssen (1965b)

dústria e Comércio; autorização para convênio com a Secretaria da Educação e Cultura, visando a transferir a administração do Parque Educativo da Cidade à SIC; e, finalmente, autorização para que a Pasta iniciê, em Anápolis, as obras necessárias à construção de um lago artificial, para embelezar aquela cidade.

OSEGO VAI INSTALAR EM CAMPINAS EQUIPAMENTO TECNICO SANITARIO

Foi determinada pelo departamento técnico da Osego a recuperação da Unidade Sanitária "Átila de Carvalho" localizada no bairro de Capinópolis. Segundo é pensamento do Dr. Abílio Maranhão, médico-chefe do Departamento, serão instalados ali, após a reforma, vários equipamentos sanitários que darão melhores condições de funcionamento àquela unidade.

Atendendo a solicitações dos residentes em Campinas a-
quele posto atenderá em me-
lhores condições futuramen-
te.

OUTRAS PROVIDENCIAS

Ainda informa fonte da OSEGO que foram efetuados

os pagamentos de fornecedores, particulares, em parte, esperando o dr. Dyone Costa, Superintendente da Osego, normalizar a situação financeira do órgão brevemente.

O Lactário do Centro de Saúde ampliou os atendimen-

Plano de Desenvolvimento Integrado vai amanhã à Câmara para aprovação

O prefeito Iris Rezenda Machado vai encaminhar amanhã, à Câmara Municipal, o Plano de Desenvolvimento, Local Integrado, que uma firma de São Paulo acaba de elaborar, para aprovação pelos vereadores.

Ào mesmo tempo, serão encaminhadas duas mensagens criando a Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário — FUMDEC — e as "Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município", ambas previstas no Plano.

ENTREGA

O secretário Perseu Matias informou que o Plano de Desenvolvimento Local em grau deverá estar aprovado dentro de 15 dias pela Câmara de Vereadores.

Quando isto ocorrer, espera o Prefeito ter confirmada a presença do Ministro Costa Cavalcante, do Interior, em Goiânia, para a inauguração da Vila Umuá, quando, o Plano será dado como entregue ao público. A vinda do Ministro estava prevista para ontem, mas o sr. José Costa Cavalcante comunicou a impossibilidade do comparecimento, o que motivou o adiamento da inauguração bem como da entrega do Plano Integrado ao Povo, atos a que o Prefeito pretende dar a maior repercussão possível.

O Plano, conforme as previsões dos técnicos, destina-se a orientar o crescimento e o desenvolvimento sócio-econômico do Município de maneira definitiva lasteando receber atualizações, de tempos em tempos.

A Fundação Municipal de Desenvolvimento Comunitário — FUMDEC —, terá como finalidade coordenar a política de assistência social, em todos os níveis, na área do Município de Goiânia.

Vai absorver o atual Serviço de Assistência Social da Prefeitura e contar com uma parcela dos recursos municipais para desempenhar suas atividades, podendo, ainda, caso os vereadores o aprovem — o que se é tido como ponto pacífico — firmar convênios com entidades nacionais e internacionais para expandir suas atividades.

ZONEAMENTO

O artigo primeiro da mensagem instituindo as "Zonas Urbana e de Expansão Urbana do Município" determinará que a Zona Urbana "inicie-se no Ribeirão Anicuns, no ponto de confluência com o Córrego Macambira; segue pelo Ribeirão Ani-

tuns até a confluência com o Rio Meia Ponte, segue por este até sua confluência com o Ribeirão João Leite, pelo qual segue até encontrar a Avenida Guataporanga, segue por esta Avenida e pela Avenida Vereador Cruz até alcançar o cruzamento desta com a BR-153, pela BR-153 até encontrar o Rio Meia Ponte, pelo qual segue até encontrar a Avenida Gamaeiras e pela Avenida Olinda até encontrar a BR-153, pela qual segue até o ponto de cruzamento da linda divisa do Município de Goiânia com o de Aparecida; segue pelo esta linha divisória até encontrar a Rua Caladão Bueno; segue por esta e pela Avenida Ipanema, Rua Tarragomira Avenida Ilúvia, Avenida Berlim e seu prolongamento até encontrar o Corrego Mazanbara, seguindo por esse até sua confluência com o Ribeirão Anicuns, onde teve início este "perímetro".

O parágrafo Primeiro do citado artigo determina que "considera-se Zona de Expansão Urbana a área definida pelo seguinte perímetro:

Av. Cavelra em sua conflúência do Corrego João Leite, segue por este até encontrar o prolongamento da Rua Rodrigues Aquino; segue por esta e por uma rua sem denominação até encontrar o Corrego que afluente do Corrego João Leite, segue por este até encontrar o prolongamento da Avenida Goiânia; segue por este prolongamento, pela própria Avenida Goiânia até a Rua Canoêiros, pela qual segue até encontrar a B-113; segue por esta até encontrar o Rio Meia Ponte, seguindo por este até encontrar a ponte da estrada do Senador Canelo; deste ponto segue por uma linha reta até encontrar a ponte da estrada do Senador Canelo; deste ponto segue por uma fôrta até encontrar a extremidade da rua das Américas, no Jardim Vitória; segue por esta até seu cruzamento com a Avenida Nossa Senhora do Perpétuo Socorro; deste ponto segue em linha reta até encontrar o cruzamento da Avenida Bela Vista com a Avenida das Américas, no Jardim Bela Vista; continua pela linha dividória entre os Municípios de Goiânia e Aparecida até encontrar a linha que define a meridiano a 49° 21'45" a Oeste de Greenwich, pela qual segue até encontrar o Corrego Cavelra e por este até sua confluência com o Rio Meia Ponte, onde teve início este perímetro".

2018.03 0327

Fonte: [S.I.] in Ewald Janssen [s.d.]o

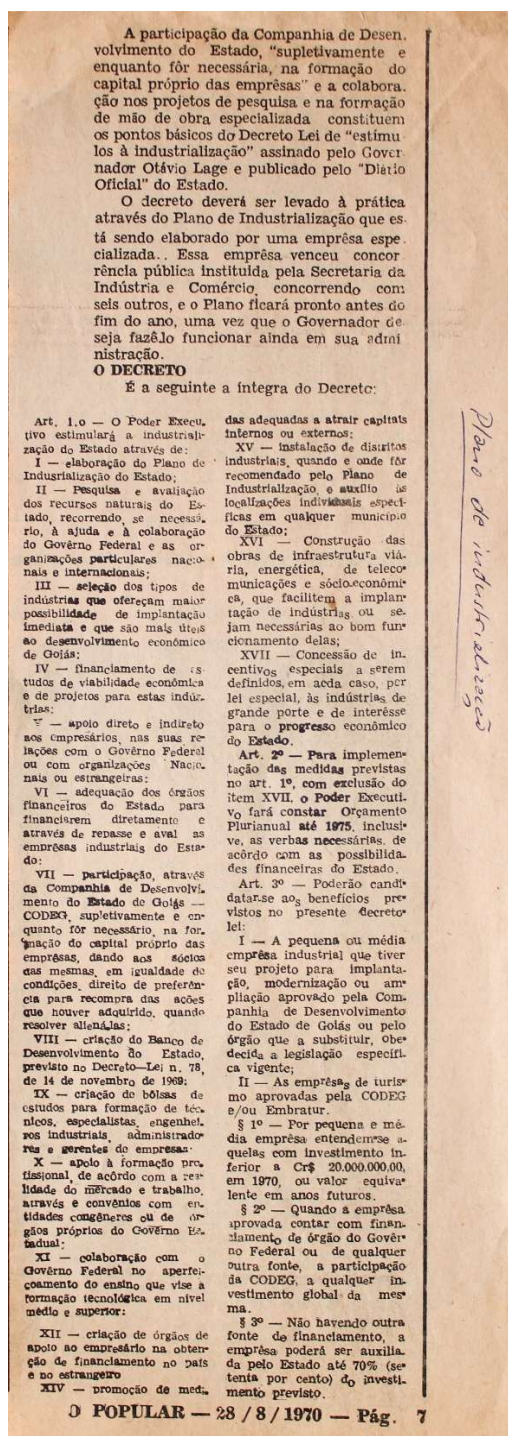


Figura 30 – Recorte do jornal O Popular, de 28 de agosto de 1970, ressaltando os pontos básicos do Decreto Lei de "estímulos à industrialização" assinado pelo Governador Otávio Lage.

Fonte: O POPULAR in Ewald Janssen (1970)

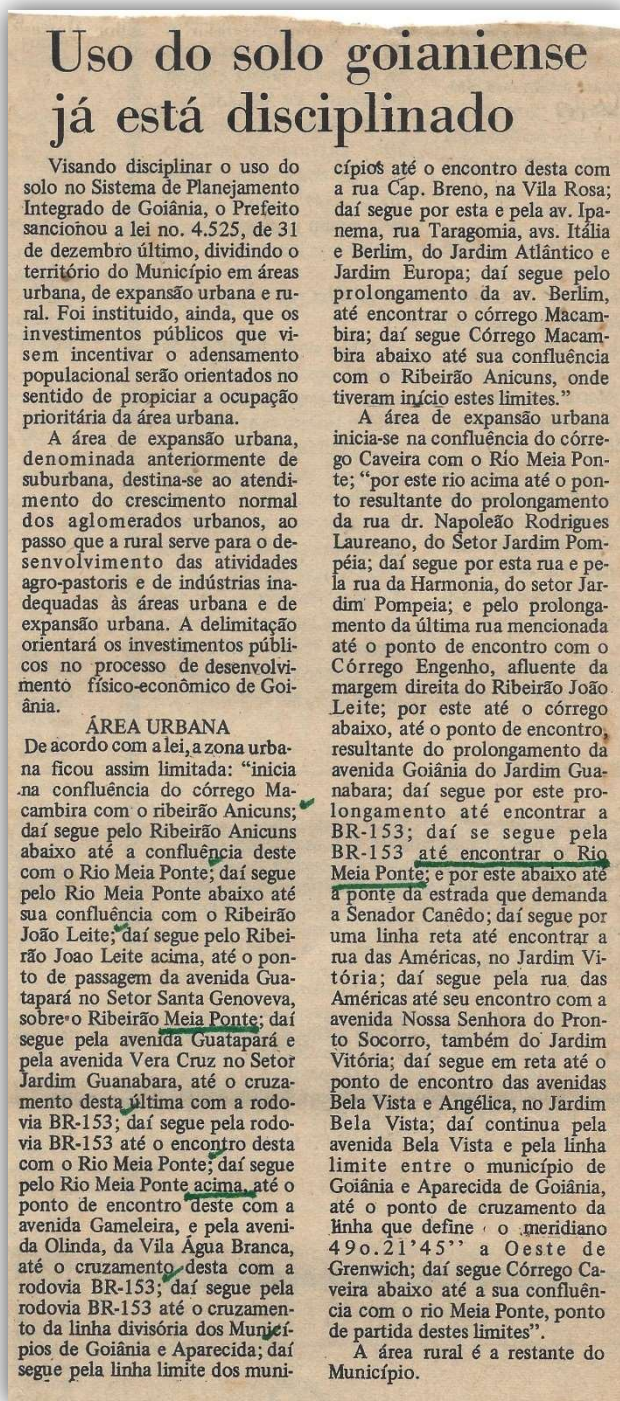


Figura 31 – Recorte de jornal sobre a lei municipal sancionada em 31 de dezembro de 1971, delimitando as áreas urbana, de expansão urbana e rural, dentre outras providências.

Fonte: [S.I.] in Ewald Janssen [s.d.]n



Figura 32 – Capa do *Suplemento Dominical do JORNAL OPÇÃO*, de 27 julho de 1980.

Fonte: JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen (1980, p.1)



Figura 33 – Manchetes do *Suplemento Dominical do JORNAL OPÇÃO*, de julho de 1980

Fonte: JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen (1980, p.3;5;6)



Figura 34 – Fotos de matéria do *Suplemento Dominical do JORNAL OPÇÃO*, de julho de 1980. Acima: as favelas goianienses, destacando os milhões de pessoas vivendo em condições subumanas.

Fonte: JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen (1980, p.11)



Figura 35 – Última matéria do *Suplemento Dominical do JORNAL OPÇÃO*, de julho de 1980.

Fonte: JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen (1980, p.12)

CAPÍTULO III

3. A REVOADA DA MARCHA PARA O OESTE E O PÓS EWALD JANSSEN

En medio de aquel ventisquero, de aquella tempestad de caras desconocidas, de toldos en la vía pública, de hombres cambiándose de ropa en la calle, de mujeres sentadas en los baúles con los paraguas abiertos, y de mulas y mulas abandonadas, muriéndose de hambre en la cuadra del hotel, los primeros éramos los últimos; nosotros éramos los forasteros; los advenedizos.

Después de la guerra, cuando vinimos a Macondo y apreciamos la calidad de su suelo, sabíamos que la hojarazca había de venir alguna vez, pero no contábamos con su ímpeto. Así que cuando sentimos llegar la avalancha lo único que pudimos hacer fue poner el plato con el tenedor y el cuchillo detrás de la puerta y sentarnos pacientemente a esperar que nos conocieran los recién llegados. Entonces pitó el tren por primera vez. La hojarazca volteó y salió a recibirlo y con la vuelta perdió el impulso, pero logró unidad y solidez; y sufrió el natural proceso de fermentación y se incorporó a los gérmenes de la tierra.

(Macondo, 1909)

(GARCÍA MÁRQUEZ, 2008, p.10-11)

O primeiro romance de Gabriel Garcia Márquez, publicado originalmente em 1955, descreve em suas primeiras páginas os efeitos da *Companhia Bananeira* em Macondo, cidade fictícia que serviu de cenário para o enredo de boa parte das obras literárias do autor. A revoada de elementos que incrementaram Macondo, sob a preponderância econômica da *Companhia Bananeira*, é análoga aos efeitos da Marcha para o Oeste em Campinas, cidade goiana que se tornou bairro da capital. Os anfitriões campineiros aguardaram a chegada dos forasteiros, muitos deles engenheiros, e em pouco tempo os papéis se inverteram como na cidade de Garcia Márquez. Além disso, o ímpeto do projeto varguista “perdeu seu impulso” e “adquiriu unidade e solidez” nos arredores de Campinas, fazendo com que a nova cidade que surgiu naquele contexto efetivasse a ‘utopia revolucionária’ e nela se manteve estagnada mesmo com a chegada de outra conjuntura transformadora, compreendida nos modelos do nacional-desenvolvimentismo.

Há uma corrente de pensamento que identifica aspectos do nacional-desenvolvimentismo na política de Getúlio Vargas desde os anos 1930, o que é interessante do ponto de vista historiográfico por desorientar o aspecto cronológico da linearidade temporal histórica, ao estabelecer que a Marcha para o Oeste está para Vargas assim como o nacional-desenvolvimentismo está para Kubitschek. Além disso, essa perspectiva também minimiza os

efeitos de rupturas espaço-temporais, características de narrativas revolucionárias, sugestivas de transformações utópicas, que personalizam conjunturas sob determinados líderes políticos.

Autores como Pedro Fonseca e Pedro Paulo Zahluth Bastos são defensores da intencionalidade no planejamento econômico de Vargas. Fonseca (2004, p.225-256) busca, desde a administração varguista do Rio Grande do Sul, os elementos de ruptura com a tradição agrário-exportadora do nosso país. Tomando a influência do positivismo em Vargas como um elemento de agregação do intervencionismo na economia e a favor da industrialização como meio de desenvolver o Brasil, o professor argumenta, contra boa parte da bibliografia corrente, que a gestão do governo Vargas não surge de uma série de respostas pragmáticas à Crise de 1929, mas efetivamente como discurso articulado de uma nova relação entre Estado e sociedade.

Zahluth Bastos (2010, p.5) segue na mesma linha de pensamento ao defender a existência no governo Vargas de uma “consciência quanto a uma linha alternativa de gestão e saída da crise”. Descartando a ideia de Vargas como um “ortodoxo”, o economista aponta como as políticas de fomento ao mercado interno e à industrialização refletiram novos arranjos políticos derivados do governo varguista. Nessa perspectiva, se o governo Vargas pretendia gerir a crise econômica deveria inaugurar novo modelo, ultrapassando a ortodoxia agroexportadora, buscando atender os grupos que atingiram novo status no Brasil dos anos 1930.

Esta abordagem é conveniente aos defensores das primeiras orientações de planejamento urbanístico em Goiânia, pois reforça nas narrativas sobre Atílio e Godoi as pretensões modernizadoras e progressistas que já abarcavam a industrialização em seus projetos. Entretanto, tais abordagens se limitam aos discursos destes urbanistas quando sugeriam que nos seus desenhos caberia uma cidade socialmente plena; além disso, estes discursos foram apropriados com a finalidade de estabelecer a dinâmica econômica de Goiânia, pautada no mercado imobiliário que, inclusive, favoreceu o protelamento do desenvolvimento industrial na urbe. Logo, a economia goianiense, configurada na industrialização, não foi efetivada conforme planejamentos de urbanistas até o final da década de 1950 ou diretivas do topógrafo até o começo da década de 1980. No contexto da atuação de Janssen, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, criada em 1948, ressaltou as orientações de desenvolvimento econômico como um modelo de pensamento para os países latino-americanos e caribenhos.

Na perspectiva político-econômica de então sobressaiu o nacional-desenvolvimentismo, que almejava acelerar a modernização da economia nos países subdesenvolvidos. O termo ‘nacional’ indica como, mais que um projeto puramente econômico, era um plano de desenvolvimento da nação como um todo. Isso porque o desenvolvimentismo tinha como base uma nova maneira de posicionar a nação no sistema de comércio mundial. Ao invés de uma ‘parceria’ entre as nações, os pensadores desenvolvimentistas explicavam o atraso de determinados países pela maneira como se dava a relação entre eles e os “países do centro”. Essa é a grande novidade do pensamento cepalino: o atraso dos países pobres seria decorrente da configuração que adquiriram historicamente como produtores de matéria-prima e consumidores de manufaturados; em sua história, esses países formataram um setor moderno agroexportador enquanto os outros setores permaneceram atrasados.

Nesse contexto, Raul Prebisch buscou demonstrar os efeitos deletérios da concepção agroexportadora dos países periféricos. O economista denominou o efeito real da troca comercial entre países centrais e periféricos de “deterioração dos termos de troca”. Essa ideia propõe que há um constante aprofundamento da desigualdade entre países centrais e periféricos devido à baixa elasticidade dos produtos primários se comparada com os produtos manufaturados dos países ricos. Isso significa que enquanto a demanda por produtos industrializados se torna maior nos países pobres, a capacidade de absorver a produção agropecuária dos países subdesenvolvidos decresce, seja porque a demanda não acompanha a renda, ou pela capacidade de substituição de alguns insumos pelos componentes sintéticos. A tendência deste fluxo, se mantida a configuração comercial, seria o aumento da massa urbana pauperizada, como explica Prebisch:

Se não se alcança esse ritmo, uma parte da população, deslocada da agricultura e outras ocupações primárias — sempre que não permaneça ali vegetando — dirige-se às cidades, buscando ocupação naqueles serviços pessoais não qualificados, de remuneração inferior ou dissimula sua redundância em tarefas supérfluas da administração pública e atividade primária (PREBISCH, 1963 *apud* CONINCK, 2000, p.55).

A afirmação do autor ilustra os percursos migratórios influenciados pelo descompasso econômico intensificado na primeira metade do século XX; a migração desta parte da população para as cidades incidiu no incremento demográfico destas que, pela insuficiência na capacidade de oferecer meios de subsistência, submetia os indivíduos ao processo desumanizante da vida urbana, refletida na própria linguagem utilizada pelo economista. Em Goiânia, a necessidade de mão-de-obra para construir a cidade ajudou a fornecer trabalho aos migrantes; entretanto, o planejamento não garantiu sequer moradia a estes, que se estabeleceram na ilegalidade e sob

condições desumanas, inclusive na própria estrutura de exploração dos operários nas obras públicas, como vimos em Chaul (1988, p.110-124). Além disso, é evidente em diversas referências e nos próprios pareceres de Janssen que a oferta de emprego na construção civil possuía caráter transitório e que em pouco tempo o desemprego na cidade se converteria nos efeitos ponderados nos pensamentos desenvolvimentistas.

Para minimizar esses efeitos, os desenvolvimentistas reiteravam a industrialização como forma de escapar ao ciclo de criação de desigualdade entre nações e a absorção dessa “parte da população deslocada”. Afinal, com a modernização cada vez mais intensa da agropecuária, menos braços seriam necessários à produção, gerando um contingente enorme de indivíduos desempregados e pauperizados migrando para as cidades em busca de sobrevivência. O elevado número de mendicância, criminalidade e outros efeitos perversos da pobreza nas grandes cidades suscitou receituários fundamentados em modelos de planejamento econômico. Modernizar a nação passou a ser planejar o desenvolvimento e, para isso, a cidade precisava se transformar, de forma a absorver a industrialização e as classes provenientes dessa atividade.

Como afirmam Camila Ferrari e Eulalia Portela Negrelos (2016) sobre a relação entre o desenvolvimentismo e o urbanismo mediante a intervenção do Estado: “reforça a ideia de que o trabalho dos arquitetos, engenheiros e urbanistas pressupunha o Estado não apenas como viabilizador de projetos, mas como agente em um trabalho conjunto em prol do atendimento das necessidades sociais e da modernização, incluindo o planejamento urbano” (FERRARI; NEGRELOS, 2016, p.119).

As autoras enfatizam que, apesar do “economicismo” das teses desenvolvimentistas, a “cidade latino-americana” se torna o *locus* do desenvolvimento através da ação de urbanistas e suas orientações de planejamento urbano desde a década de 1930. O artigo faz referências ao Plano Diretor de Goiânia proposto originalmente por Attílio, além de seus projetos em Volta Redonda, no interior do Rio de Janeiro, e em conjuntos habitacionais que se estabeleceram a partir do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPI)⁶⁸. Sobre o papel deste órgão no processo de urbanização Ferrari e Negrelos ressaltam:

Boa parte da produção habitacional dos IAPs se caracterizou pela associação da moradia a equipamentos e serviços coletivos e áreas verdes. A qualidade projetual e construtiva desses empreendimentos, que muitas vezes era caracterizada pela padronização – incentivando a indústria de materiais de construção – associada à sua localização no espaço urbano garantiam qualidade de vida, representando ascensão

⁶⁸ Instituto criado durante o Estado Novo que orientava a estruturação das cidades com áreas destinadas às indústrias e moradias para os respectivos trabalhadores nas proximidades, buscando oferecer no conjunto uma infraestrutura auxiliar com locais recreativos e comerciais (FERRARI; NEGRELOS, 2016, p.128).

social aos moradores. Tais características revelavam uma vinculação ao ideário moderno, segundo o qual no alojamento se realizava a função social da arquitetura (FERRARI; NEGRELOS, 2016, p.128).

A participação de Atílio em modelos urbanos instituídos nesse contexto foi posterior ao seu envolvimento com a construção de Goiânia; entretanto, ao contrário do que sugere a análise das autoras, as orientações urbanísticas de Atílio a favor do zoneamento e do desenvolvimento de indústrias na urbe goiana não foram efetivadas. Como apontado no primeiro capítulo, a relação deste urbanista com a construção da capital goiana foi conturbada e interrompida pelas disputas profissionais com os irmãos Coimbra Bueno, sendo que, em seguida, sua representatividade enquanto urbanista localmente foi substituída pelo nome de Armando de Godói. As autoras destacam ainda a atuação política de engenheiros nas cidades durante o Estado Novo e a relação do zoneamento proposto por um destes profissionais da engenharia com o mercado imobiliário:

No mesmo período, prefeituras de diversos municípios são dirigidas por engenheiros alguns indicados pelo próprio Vargas após 1937 – que serão responsáveis por obras de modernização e expansão urbana em que se pode perceber o enfoque sobre a industrialização e a representatividade do núcleo urbano como parte da nação brasileira. [...] O zoneamento proposto baseava-se na restrição ao uso indiscriminado da propriedade, propondo para diferentes regiões da cidade padrões diferenciados de ocupação, o que rendeu a Mello⁶⁹ a oposição do mercado imobiliário (FERRARI; NEGRELOS, 2016, p.129-130).

No caso goianiense a ascensão política de engenheiros ocorreu no contexto imediatamente após o final do Estado Novo, quando o prefeito da capital e o governador do Estado eram engenheiros. Contudo, mesmo durante o período referenciado pelas autoras, o desenvolvimento da cidade foi vinculado ao nome dos urbanistas Atílio e Godói, acompanhados da execução de obras pelos engenheiros irmãos Coimbra Bueno. Dessa forma, Goiânia esteve associada ao contexto das “engenharias de poder” [nota:7] durante o Estado novo, mesmo que indiretamente. A tendência do zoneamento na estruturação urbana da capital goiana esteve presente nas diretrizes de planejamento desde a década de 1930, via atuação de Atílio, e até 1970 no relatório detalhado de Janssen; assim como na capital paulista, referenciada acima durante o mandato de Mello, a subdivisão da cidade em zonas encontrou a oposição do mercado imobiliário.

O mercado imobiliário e a sua inerente especulação são, em geral, retratados na historiografia como representativos do lado perverso e como responsáveis pela falência social dos projetos urbanos. É preciso reiterar que a consolidação de Goiânia e seu acelerado

⁶⁹ Ferrari e Negrelos (2016, p.129) mencionam a gestão de Anhaia Mello na capital paulista entre 1930 e 1931.

crescimento foi possível, em grande medida, pela dinâmica economicamente eficaz da especulação imobiliária, favorecendo uma parcela da população que figurava na condição de investidora. Todavia, sob o aspecto social é incontestável que os efeitos desse mercado foram impiedosos com os desfavorecidos e provocaram na cidade um abismo entre proprietários legais de terras e invasores de lotes.

Não há qualquer forma institucionalizada que defina claramente a relação ou a vinculação dos indivíduos com o mercado imobiliário; cria-se nesse universo uma estrutura em que qualquer especialista em planejamento pode tecer críticas. Entretanto, no abismo social que esse mercado provoca é necessário identificar de que lado estão os engenheiros e urbanistas; mais do que isso, neste trabalho não se pode perder de vista a importância em identificar de que lado estava Janssen. Os trabalhos de profissionais dedicados ao planejamento urbano indicam políticas governamentais centradas no bem coletivo, em um cenário ideal ou direcionado a ele. Entretanto, outros trabalhos empreendidos por eles como formas de aquisição de rendas pessoais podem representar um propósito inverso.

Ewald Janssen, como outros propositores de planejamento da capital goiana, exemplificam a contradição que se estabelece entre a expectativa de um arquétipo exemplar e a realidade difusa entre interesses econômicos aliados às vontades políticas atuantes no desenvolvimento de uma cidade. As análises isoladas destes casos podem ilustrar de forma biográfica a trajetória profissional de um indivíduo, evidenciando suas projeções particulares sobre o anseio público e o interesse privado.

Na perspectiva de muitos urbanistas, recorre uma ideia de que seus pares acadêmicos e científicos estão isentos das metanoias de uma conjuntura mercadológica da urbanização e que suas diretivas seriam, caso aplicadas devidamente, resultantes de um desenlace urbano adequado e socialmente equilibrado. Ferrari e Negrelos ressaltam a importância da “vanguarda arquitetônico-urbanística” desde os anos 1930 na concepção das cidades brasileiras, a partir do projeto político nacional e das possibilidades do planejamento urbano:

É possível verificar pelos exemplos relacionados que o ideário de modernização urbana defendido pela vanguarda arquitetônico-urbanística – expresso em preocupações como a circulação, o zoneamento das funções urbanas e a questão habitacional – e aplicado ao projeto político e intelectual da cidade latino-americana após 1945, estava presente nos planos urbanísticos e projetos de reforma urbana empreendidos a partir de 1930 no Brasil. Esperamos evidenciar com esta reflexão que, a partir de 1930, junto às origens do desenvolvimentismo no planejamento econômico [...] encontram-se as origens do desenvolvimentismo no planejamento urbano (FERRARI; NEGRELOS, 2016, p.131).

Em virtude dessa constatação, se faz necessário situar os respectivos agentes no processo mercadológico de imóveis, afinal este trabalho busca evidenciar que em Goiânia, exemplo citado pelas autoras, nenhum planejamento urbano foi suficiente para garantir as bases do desenvolvimentismo, nem mesmo as diretivas de Janssen, que compôs essencialmente a fonte de análises desta pesquisa. Nesse passo, Manuel Ferreira Lima Filho destaca a “ambiguidade” presente na capital goiana, desde as suas origens:

Goiânia traz em sua gênese essa ambiguidade. E no jogo de poderes simbólicos, as várias narrativas apresentam arranjos de símbolos e signos que oscilam em querer esquecer o passado atrasado e avançaram encontro da velocidade da modernização. Ou seja, expressam a crença de que dias melhores futuros lançariam o Estado de Goiás no compasso dos ritmos desenvolvimentistas que se registravam no país e no mundo. Assim tais ideias estavam visíveis nos outdoors dos primeiros tempos da capital, persuadindo potenciais futuros moradores (LIMA FILHO, 2007, p.17).

Evidencia-se nesta afirmação como os anseios desenvolvimentistas atuaram na composição de um cenário otimista, que se adequava aos projetos de urbanização, através da projeção industrial e ainda constituíam possibilidade de engodo aos moradores e investidores. Ao nos reportarmos às perspectivas de Jacobs (2011) e Sennett (2008) entendemos que as críticas ao suposto urbanismo modernizante em uma conjuntura socialmente otimista são adequadas à “triste paisagem urbanística” goianiense, conforme mencionava o topógrafo alemão no relatório de 1970 (Ewald Janssen, 1970j, p.1).

Nesse passo, a obra *O bairro*, de Dirceu Trindade (2018), apresenta uma percepção historicamente sensível e distinta, sob o foco do urbanismo, do que é comumente observado acerca de Goiânia, buscando identificar a relação entre a “gestão da cidade” e os “conhecimentos disponíveis”; considerando os limites da atuação dos urbanistas no processo histórico de constituição e reformas dos espaços urbanos, o autor afirma: “Procuramos demonstrar que os conhecimentos disponíveis não têm sido utilizados verdadeiramente na gestão da cidade de Goiânia e na qualidade desta. [...] A este respeito é bom lembrar a limitação da tarefa do urbanista, sempre realizando planos para as cidades considerando os valores de seu tempo” (TRINDADE, 2018, p.29;33).

O arquiteto e urbanista carioca, radicado na capital goiana desde a década de 1980, insere em sua análise a “ideia de cidade-publicidade” (TRINDADE, 2018, p.30) em intervenções e reformas urbanas nas décadas de 1980 e 1990. Essa etapa tem como arquétipo a cidade de Barcelona, mas também reporta procedimentos em Paris, durante o governo de François Mitterrand, e na renovação de Berlim, após a queda do muro e a necessidade de “reintegração de grande parte da população”. Ao contextualizar essas ideias na conjuntura

nacional, o brasileiroamento destes procedimentos teria resultado em uma conjuntura distorcida nos propósitos urbanísticos:

Imposto pelo rumo atual do capitalismo, o Brasil e as cidades Brasileiras buscam uma forma ou parâmetro que as transforme também em cidade-publicidade, seguindo a tendência de inúmeras metrópoles “globais”, através da reforma, renovação e/ou revitalização de seus centros, buscando na frivolidade, no modismo, a cenarização do espaço urbano. (TRINDADE, 2018, p.31)

Dessa forma, segundo o autor, a apropriação dos exemplos europeus no Brasil ocorreu como uma busca pela “valorização comercial para viabilizar negócios imobiliários”. Apesar do distanciamento do conceito de cidade-publicidade, “*city marketing*”, aos contextos principais no recorte temporal deste trabalho, ele denota a sujeição secular da projeção urbanística no Brasil ao mercado imobiliário. A relação institucionalizada entre a propaganda imobiliária e a administração pública em Goiânia foi estabelecida em 1934, a partir do Decreto nº 4.941 de Pedro Ludovico, que criou o Departamento de Propaganda e Vendas de terras, referenciado no primeiro capítulo.

Inicialmente alheia à estrutura legal e institucionalizada do mercado imobiliário, a prática de invasões representa uma resistência ao sistema e, segundo Bresciani, suas justificativas “repetem a mesma relação da disparidade entre o preço do aluguel e a remuneração salarial” (BRESCIANI, 2014, p.246). Trindade ressalta, no caso goianiense, a hipocrisia referente à usurpação de áreas públicas, que vincula os casos de invasões à massa urbana pauperizada e ignora o constante movimento compreendido na mesma ilegalidade quando praticada pela classe de “poderosos” da cidade. Sobre esta prática comum na capital goiana, o autor afirma:

Há grandes vazios urbanos, e áreas públicas destinadas a equipamentos sociais ou de preservação da qualidade ambiental, que vêm sendo constantemente usurpadas do público, e é lamentável que este aspecto se observe apenas quanto às áreas invadidas pela pobreza, ou seja, pelos excluídos da cidade-legal, obrigados a viver de forma miserável. Esquecem-se dos poderosos que ocupam praças, áreas institucionais e fundos de vale com garagens, academias, restaurantes, shopping, igrejas, e outras utilizações de modo privado. (TRINDADE, 2018, p.37)

A prática da invasão em Goiânia tornou-se uma narrativa constante, estereotipada quando anexada às reflexões sociais dos necessitados de moradias e banalizada quando o poder público consegue conjugar o ‘usurpar’ como um verbo reflexivo, exercendo essa práxis, por exemplo, através do decreto da Lei Estadual nº 6.135 da Assembleia Legislativa, em novembro de 1965. Ao legislar em causa própria pela apropriação do Bosque dos Buritis, o Estado ‘usurpou-se’ da reserva ambiental mais próxima das coordenadas nulas da cidade.

Ao discorrer sobre a “falta de planejamento dos meios de circulação”, Trindade afirma que a estrutura do “traçado viário é, muitas vezes, responsável por trânsito perigoso”; o autor reitera os problemas ocasionados pela “informalidade legalizada” através das barracas de comércio e feiras da cidade, o transporte público de péssima qualidade e a carência de um metrô (TRINDADE, 2018, p.38;39). Sobre o anel viário, cujo propósito é aliviar o trânsito de veículos dentro da cidade, ele afirma que este encontra-se bastante desenvolvido na parte correspondente ao município de Aparecida de Goiânia, mas que no restante do projeto há um “impasse entre a Prefeitura de Goiânia, o Governo do Estado e a União” (2018, p.40) sobre a execução das obras. Este caso ilustra como a conturbada relação entre as competências municipais e estaduais permanecem até os dias atuais e se complica ainda mais ao inserir a esfera federal na disputa, por envolver parte da BR-153, uma rodovia sob responsabilidade da União. Sobre a ordenação pública conjunta, o autor ressalta:

os problemas urbanos da cidade devem ser tratados em conjunto pelos diversos órgãos municipais e estaduais, devolvendo ao homem o domínio do espaço, em detrimento do veículo motorizado, que deve ser reduzido à sua função transportadora tão somente. A rua, a praça, o largo, a esquina, devem recuperar seu grau de importância no imaginário do cidadão, seu bairro revalorizado (TRINDADE, 2018, p.41).

Trindade não se enquadra no perfil de urbanistas criticado por Jacobs, no que tange a este tema, tendo em vista a afirmação da autora sobre a convicção de muitos desses profissionais, ao resumir na solução dos problemas de trânsito o desenlace ao “maior problema das cidades” (JACOBS, 2011, p.6). Sobre a atual configuração de Goiânia e a necessidade de revisão do Plano Diretor, que se encontra em processo de apreciação na Câmara de Vereadores, o autor sugere o envolvimento dos urbanistas atuantes na cidade com as questões urbanas em tempo hábil, enfatizando que “não esperem ser chamados para a discussão, participação e colaboração, e que parem de chegar atrasados, depois que as atrocidades tenham sido cometidas à cidade” (TRINDADE, 2018, p.45). Entretanto, é necessário reiterar que, atrasados ou não, os urbanistas fizeram-se presentes em boa parte das discussões sobre o planejamento urbano em Goiânia, inclusive contemplado nas origens da cidade na década de 1930 por nomes que atualmente figuram dentre as referências do urbanismo no Brasil, caso de Attílio Corrêa Lima e Armando de Godói.

A dificuldade de analisar o desenvolvimento urbanístico de Goiânia nos modelos de cidade estabelecidos ou revisados no século XX, identificados na historiografia, está na associação destes com a questão industrial. Nos deparamos com outro distanciamento entre a realidade brasileira e a apropriação científica de casos instituídos e observados na Europa, em um afastamento entre teoria e prática análogo aos ordenamentos jurídicos do final do século

XIX que encadearam a crise do bacharelismo no Brasil. Essa concepção reafirma a ineficiência do planejamento urbano em Goiânia, a manutenção de uma predominância econômica agropecuária em detrimento da industrialização, tornando a atuação de urbanistas uma narrativa incapaz de se adequar ao contexto. Nesse sentido, a escassez de indústrias reduziu a cidade ao propósito da ocupação territorial dinamizado pela Marcha para o Oeste, que se sustentou nos parâmetros mercadológicos da especulação imobiliária.

Reportando a epígrafe desse capítulo, a revoadada da Marcha para o Oeste foi implacável, tendo realizado seu propósito de instituir uma vida metropolitana no sertão goiano, mas em grande medida este movimento resultou em uma ocupação desfigurada. A novidade foi a cidade, ou as novas grandes cidades no sertão brasileiro, a migração de esperançosos por uma existência digna nestes lugares e a sensação de apropriação de um país continental que parecia grande demais para se limitar a uma concentração populacional na costa atlântica. O que se perdeu de vista nesse contexto foi a finalidade da vida urbana em novos termos, restrita à perspicácia da ocupação territorial no interior do país.

Devido a essa configuração, o movimento implacável do projeto getulista pode ser justaposto aos efeitos da *Companhia Bananeira* em Macondo, ilustrados na epígrafe do capítulo; a empresa não foi inventada sem qualquer aproximação à realidade colombiana do autor, trata-se de uma versão fictícia da United Fruit Company. A multinacional estadunidense explorava a produção de frutas em países da América Central e, por seu poder econômico, determinava a ordem política dos países em que atuava, inclusive financiando regimes ditatoriais repressores, e suscitando a definição pejorativa de República das Bananas. O contexto da atuação desta empresa ilustra a condição econômica subalterna dos países latino-americanos no século XX, cuja superação foi a principal finalidade do pensamento cepalino.

No Brasil, o anseio desenvolvimentista buscava reduzir a discrepância econômica do país em relação às nações poderosas da Europa e da América do Norte. Com uma condição favorável, pela dimensão territorial, a República Brasileira apresentou, no século XX, uma autonomia política capaz de alavancar projetos como o da ocupação do território. Entretanto, a natureza econômica subserviente, exportadora de matéria prima e insumos básicos, manteve no país uma relação inferiorizada e carente de desenvolvimento mais equânime. Ao espelhar-se no desenvolvimento dos países europeus, o discurso da industrialização ganhou ímpeto e delineava a projeção portentosa da nação.

Nesse passo, os projetos urbanos estruturados desde o final do século XIX e aclamados pela teoria do Urbanismo ganharam notoriedade e se conciliaram ao suposto movimento econômico do Brasil no século XX. Ao discorrer sobre essas questões, Bresciani afirma que “as cidades formadas ou em expansão nos começos da industrialização constituíram o recorte temático básico da problematização das condições de vida dos núcleos urbanos” (BRESCIANI, 2014, p.243). A análise da autora compreende, em geral, os problemas urbanos evidenciados em São Paulo, onde não houve uma conjuntura isolada do ponto de vista da industrialização.

Vale ressaltar que não é o objetivo deste trabalho afirmar que a precária industrialização em Goiás foi responsável pelos problemas urbanísticos de Goiânia, até porque se é possível imaginar um cenário ainda mais caótico e insalubre aos goianienses, este encontra-se na consolidação de indústrias no Setor Norte da cidade, sugeridas por Attílio no primeiro Plano Diretor. Se a análise meteorológica e os estudos sobre a direção dominante dos ventos elaborados por Janssen, em 1970, estiverem corretos o clima seco e poluído da cidade seria ainda pior se houvesse mais indústrias ao norte da urbe.

A única indústria de grande porte nesta região da cidade, em conjunto com uma estação de tratamento de esgoto, já provoca uma atmosfera desagradável aos moradores das proximidades. O mau cheiro, provocado por estas estruturas, pode ser facilmente percebido no deslocamento entre as áreas mais adensadas da capital e o campus universitário da UFG em alguns períodos do ano. Do ponto de vista social, há uma reflexão relevante quanto aos modelos urbanos dispostos a favor da industrialização, Bresciani afirma, com base na percepção de uma importante socióloga brasileira:

As vilas operárias, solução corrente no final do século XIX e início do XX para manter o trabalhador próximo da fábrica e, mais importante, controlar o seu comportamento nas horas de descanso, manteve-se, na compreensão da socióloga Eva Blay, como duplo mecanismo de extração da mais-valia, enquanto representou um investimento lucrativo para os empresários (BRESCIANI, 2014, p.247).

Apesar desses modelos de vilas operárias não terem sido notoriamente consolidados em Goiânia, sua representatividade simbólica está presente no imaginário da cidade. As teorias do urbanismo influentes nos profissionais que atuaram na urbe sobressaíram nas concepções originais do Plano Diretor de Attílio e foram distorcidas nas alterações pela ‘atuação distante’ de Godoi através dos irmãos Coimbra Bueno. Estavam presentes nas sugestões de zoneamento de Janssen, figuraram em projetos políticos municipais e estaduais de adequação econômica da capital a partir da década de 1960 e, acima de tudo, ajustavam-se à promessa da industrialização ‘permanentemente incipiente’ no Estado, que tornou possível a utopia da cidade a partir de uma

expectativa, inclusive apropriada no mercado imobiliário para garantir o sucesso dos seus investidores.

Dessa forma, a capital goiana não se configura como uma anomalia, ou caso isolado da constituição das cidades no século XX. Seu desenvolvimento ilustra o processo histórico em que modelos são criados e problematizados na Europa e sua tentativa de adaptação são apropriados na realidade brasileira, gerando problemas similares aos do velho continente e outros mais, na recorrência do *plus* tupiniquim que assegura a exclusividade de copiar e agravar os infortúnios alheios. Bresciani ressalta, no exemplo da paisagem urbanística paulistana, que os problemas relacionados às moradias compõem uma:

Evidência irrefutável de que, inserida na cidade formal, uma cidade informal, clandestina e indesejável se faz cada dia mais presente. Falência da cidade? Má-formulação ou não aplicação de políticas urbanas? Incapacidade do mercado de trabalho oferecer emprego a todos e salários dignos a uma grande parcela da população? (BRESCIANI, 2014, p.246-247)

A clandestinidade é uma característica fundamental na percepção do infortúnio das cidades brasileiras, permeando aspectos do urbanismo, sociológicos, econômicos e topográficos, uma vez que esse cenário impôs nas cidades uma condição suburbana e marginal evidenciado no surgimento de favelas. Para a historiadora, trata-se de um “modelo de ocupação periférica”, compreendido em um longo período instituído na promulgação da “Lei do Inquilinato de 1942” e estendido até o final da década de 1970, engendrando: “Loteamentos irregulares e clandestinos, situados em áreas de declive acentuado ou próximos de locais sujeitos a inundações, lotes mínimos subdivididos entre duas ou mais famílias e vendidos em prestações de longo prazo construíram a tônica de todo esse período” (BRESCIANI, 2014, p.248). A autora afirma que, no final da década de 1970, “as reivindicações dos moradores começaram a se fazer ouvir”, no sentido da regularização jurídica dos loteamentos.

A topografia torna-se um elemento característico dessas estruturas urbanas, levando à uma percepção equivocada que vincula as favelas ao morro. Essa vinculação é adversa à relativização destas estruturas no caso de Goiânia; o relevo predominantemente plano da cidade minimizou o efeito visual da pobreza na paisagem urbanística. Criou-se uma falsa ideia de que nela não haviam favelas⁷⁰, mais do que isso, que a população pobre não predominava em

⁷⁰ Marcello Soldan (2015) faz referência a essa ideia em artigo sobre a segregação sócio espacial de Goiânia, a respeito da suposta ausência de favelas na cidade; em nota, o autor afirma que “são banais as referências no nível do conhecimento comum de que em “Goiânia não tem favela” (como se significasse ausência de segregação sócio espacial) ou que “Goiânia é a capital dos parques e das praças, das feiras” (como se expressasse uma “vida urbana” em sua plenitude) contrastam com os índices crescentes de homicídios e do sentimento de insegurança” (SOLDAN, 2015, p.1).

Goiânia; um argumento que persiste na narrativa sobre a cidade, apesar dos esforços acadêmicos empreendidos por Chaul (1988), Campos (2002), Bernardes (1998), *et al.*

O caderno do Jornal Opção de 1980, sobre a Explosão Urbana de Goiânia, apresenta uma análise sobre as “Classes sociais e distribuição de renda” na cidade, em matéria de autoria de Délio Moreira Araújo (JORNAL OPÇÃO *in* Ewald Janssen, 1980, p.10-11). O texto do periódico se apoia em pesquisas de opinião pública que buscavam identificar o “principal problema sociológico” da capital, segundo a sua população, e a “renda mensal e renda diária média por pessoa, em alguns locais pobres”. O jornal registrou que as pesquisas foram realizadas pela Equipe de Estudos Econômicos e Sociais do Departamento de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade Católica de Goiás (ECOS/ECO/UCG), em abril de 1980 e setembro de 1979, respectivamente. Sobre os principais problemas sociológicos, a pesquisa resultou no quadro:

GOIÂNIA - PRINCIPAIS PROBLEMAS SOCIOLÓGICOS Abril de 1980	
Principal problema sociológico segundo a opinião pública	% da população
1 - Custo de vida galopante e renda insuficiente (Inclui sub-emprego e fatores relacionados com renda, custo de vida e pobreza.)	30.9
2 - Decadência da qualidade de vida na cidade (Inclui distância dos locais de trabalho e estudo; poeira, poluição e falta de pavimentação; coleta deficiente de lixo, sujeira nas ruas e cursos d'água poluídos; transporte coletivo deficiente; tráfego desorganizado e desrespeito ao pedestre; falta de água encanada; animais vadios; segurança pública muito precária; menores e maiores vadios em número crescente, superando o aumento populacional relativo; dificuldades crescente nos contatos humanos; falta de escolas; falta de locais de lazer.)	23.1
3 - Descrença no governo e nas instituições políticas	20.6
4 - Frustração quanto à segurança pública	15.1
5 - Problemas familiares e pessoais (Inclui alcoolismo, jogo, tóxicos, desajustes familiares, questões de saúde, além de outros.)	10.3
TOTAL	100.0

(JORNAL OPÇÃO *in* Ewald Janssen, 1980, p.10)

A tabela levava em conta o depoimento de setecentos entrevistados na cidade e ilustrava que boa parte da opinião pública considerava as “questões de renda e emprego” como causadoras dos maiores problemas da capital. O autor da matéria afirmava que “Goiânia não é uma cidade rica”, que há uma “concentração de renda que tem criado ricos”, mas que, para a surpresa de seus leitores, na cidade “predomina a população pobre”. Segundo a análise, “os bairros pobres são muito mais numerosos” e com uma densidade populacional maior “que os ditos setores nobres”; além disso, o autor complementa que essa “dita” nobreza de alguns bairros figurava em bairros como o Setor Universitário, considerado como um dos melhores da

cidade à época, mas que o predomínio de “famílias pobres” seria facilmente identificado na “invasão situada no alto desse Setor” (JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen, 1980, p.10).

Na análise das rendas mensais e diárias por pessoa, a matéria conclui que seria penoso sobreviver, naquele contexto, com uma renda diária de sessenta cruzeiros (Cr\$ 60) e as pesquisas da ECOS/ECO/UCG mostravam que havia lugares em que a média de renda diária por pessoa era de quinze cruzeiros (Cr\$ 15)⁷¹, como identificado em algumas quadras do Jardim Goiás. Para o autor era alarmante que “a cidade, o Estado e o País” seguissem “governados como se não houvesse mais pobreza, nem sub-emprego, nem desigualdades sociais indignas, ignorando-se a existência dessas chagas sociológicas desumanas” (JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen, 1980, p.10).

Sobre a renda per capita, a matéria do periódico apresentava dados da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPES), da Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado, realizada em 1977. Os dados demonstravam que, apesar da renda per capita média de Goiânia figurar acima de noventa e seis e meio por cento (96,5%) da média da população nacional, as classes mais pobres da cidade representavam mais de três quartos (3/4) do total de residentes e sobreviviam com aproximadamente quatrocentos e trinta cruzeiros (Cr\$ 430), enquanto o restante dispunha de uma média superior à dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500)⁷².

Os dados estatísticos ilustram como Goiânia podia ser propagandeada como uma cidade rica, se comparada a sua média de renda per capita com a média nacional, mas evidenciava-se pobre, quando se detalhava estes dados, buscando compreender a sua distribuição de renda. Segundo a matéria jornalística, tratava-se de “uma cidade com população predominantemente pobre, em extremo carente de recursos”, embora pudesse apresentar uma “impressionante concentração de renda” (JORNAL OPÇÃO in Ewald Janssen, 1980, p.11). O autor exemplifica que, em setembro de 1979, a renda mensal de apenas um membro do Tribunal de Justiça do Estado equivalia à renda de aproximadamente quatrocentas e trinta e cinco (435) pessoas

⁷¹ Este valor de renda diária totalizava uma renda mensal de quatrocentos e cinquenta cruzeiros (Cr\$ 450), em setembro de 1979. O salário mínimo brasileiro oscilou entre dois mil duzentos e sessenta e oito cruzeiros (Cr\$ 2.268,00) e dois mil novecentos e trinta e dois cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 2.932,80), entre maio e novembro de 1979; conforme os decretos presidenciais nº 83.375, de 30 de abril de 1979, e nº 84.135, de 31 de outubro de 1979, respectivamente.

⁷² O salário mínimo brasileiro era de um mil cento e seis cruzeiros e quarenta centavos (Cr\$ 1.106,40), conforme o Decreto presidencial nº 79.610, em 28 de abril de 1977.

residentes em “uma invasão com 623 habitantes, pesquisada pela ECOS”. O autor encerra a matéria afirmando:

A consequência mais funesta das desigualdades entre as classes sociais está na descrença no governo e nos seus três poderes, pois a população em geral os torna cúmplices no acúmulo de privilégios, na concentração de renda, no tratamento desigual mesmo na Justiça. (JORNAL OPÇÃO *in* Ewald Janssen, 1980, p.11)

O alerta jornalístico às ‘injustiças’ que reverberavam na própria Justiça do Estado salientava a desigualdade social em que as rendas de quatro indivíduos não atingiam um por cento (1%) da receita de outro. A matéria veicula duas fotografias, sendo que em uma delas consta na legenda: “Favelas goianienses: milhões vivendo em condições subumanas” [Figura 34]; apesar do provável erro editorial, considerando que não seriam “milhões”, mas ‘milhares’⁷³, as fotos e o texto da matéria identificavam o que se buscava contradizer na paisagem urbana de Goiânia em razão de sua topografia horizontal: a existência de favelas na cidade. Afirmar a inexistência destas estruturas localmente significava sustentar a ideia da inexistência de miséria, o que podia ser corroborado com o mau uso de dados estatísticos.

As favelas não são formações urbanas exclusivas do Brasil, mas podem ser consideradas a principal representação da clandestinidade das cidades brasileiras, uma arraigada concepção da ‘cidade ilegal’, ou “informal” e “indesejável” pela “cidade formal”, pela apropriação de termos utilizados por Bresciani (2014, p.246) para tratar dos casos de invasões. Se haviam ou não as favelas goianienses, em termos conceituais, as áreas invadidas por necessitados de moradia, habitando comunidades com baixíssima infraestrutura nas margens dos córregos assentavam o copioso sistema de alijamento social na cidade.

Não se pode afirmar, entretanto, que nesta ilegalidade, ou informalidade, permanece obscura as práticas do mercado imobiliário; há uma prática comercial comum nesse contexto, que ampliava a exploração da miséria. Gonçalves (2002) ressalta que, em 1938, na tentativa de desocupação da área invadida nas margens do Córrego Botafogo, a Diretoria Geral de Saúde “sugeriu ao interventor Pedro Ludovico a proibição do fornecimento de energia elétrica àquela região” e na sequência dos procedimentos relativos à pretensão governamental, o arquiteto-historiador constatou:

Um fato interessante é que nos galpões que foram construídos pelo Estado no início dos anos 30 e que serviram como depósito de materiais ou alojamento provisório para os primeiros operários foram alugados à população posteriormente, principalmente aos funcionários públicos com menor poder aquisitivo, geralmente ao valor de Cr\$ 35,00. Tanto foi assim que uma das ruas da invasão ficou conhecida como “Rua Barracão do Estado”. Tal fato apenas demonstra a incoerência do poder constituído,

⁷³ Goiânia possuía pouco mais de setecentos mil habitantes em 1980 (IBGE, 2019).

que, ao mesmo tempo em que buscava impedir a ocupação das áreas à leste da cidade, alugava seus barracões para a população carente (GONÇALVES, 2002, p.95).

O fato expõe a exploração mercadológica, por parte do próprio Estado, em áreas figuradas na clandestinidade, reiterando a citação de Bresciani (2014, p.248) que “loteamentos irregulares e clandestinos” eram “vendidos em prestações a longo prazo” a partir da “Lei do Inquilinato de 1942”. O Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de agosto de 1942 foi promulgado durante o Estado Novo e buscava amenizar os efeitos da economia inflacionada congelando os valores aplicados em locações e sublocações de imóveis, além de estabelecer outras regulamentações relativas ao tema.

Entretanto, o propósito de incentivar a expansão demográfica e acompanhar o crescente movimento migratório do campo para as cidades surtiu efeitos indesejados e, em grande medida, acabou favorecendo a especulação imobiliária, pois prejudicava o contexto mercadológico de imóveis quanto aos aluguéis, mas incentivou o comércio destes às prestações. O economista Jorge Kingston analisou os efeitos da Lei do Inquilinato em 1960 e afirmava:

Ninguém desconhece que a Lei do Inquilinato, favorecendo a indústria da sublocação, tem propiciado especulações em detrimento do proprietário, assim como a indústria das “indenizações” para desocupação do imóvel, baseadas na morosidade do processo judiciário; que ela tem provocado, pela deficiência ou retardamento dos reparos imprescindíveis, uma deterioração anormal da propriedade imobiliária; e, sobretudo, tem determinado, pela retração dos capitais que habitualmente se destinavam a construção de casas de aluguel, um deficit nas novas construções, especialmente as destinadas as classes média e operária, necessárias para atender a expansão demográfica e ao crescente movimento de urbanização, decorrente do nosso desenvolvimento industrial. Por outro lado, a perspectiva de, depois da locação, não serem mais possíveis ulteriores reajustamentos, leva à fixação de aluguéis superiores aos que, em condições normais, seria viável. Hoje, só se constrói para revenda. A escassez de novas habitações e as restrições da lei provocam, sem dúvida, uma elevação exagerada nos preços das locações; e, se uma parte da população é beneficiada pela permanência de aluguéis ínfimos, a outra parte, obrigada a se deslocar ou desejosa de construir novos lares, é punida (KINGSTON, 1960, p.23-24).

A Lei do Inquilinato tentou amenizar efeitos da economia inflacionada sem que a inflação fosse controlada, uma solução equivocada ao compreender que não é possível controlar um único elemento da economia sem que esta esteja sob controle. Kingston relatava, em 1960, a omissão do Poder Legislativo prorrogando a lei de 1942 e agravando a situação por não “encarar de frente o problema” no decorrer do tempo, em que se vivia “num clima de inflação”. O economista reitera que o infortúnio da lei era que esta incidia “desigualmente sobre os diversos proprietários”:

Manter um aluguel fixado antes de 1942 constitui um ônus enormemente maior para o proprietário do que manter um fixado em 1952 ou 1957, por exemplo. Por outro lado, um aluguel de 1942 não tem mais hoje qualquer significação econômica. Então, um apartamento de sala e dois quartos em bairro de elite alugava se por Cr\$ 350 - Cr\$ 700; hoje, um barracão em favela custa três ou mais vezes. (KINGSTON, 1960, p.24).

O economista sugeria adequações à lei que visassem fazer desaparecer o “elemento de desigualdade”, baseando-se em um esquema adotado pelo “Conselho Nacional de Economia para a reavaliação dos ativos das empresas” (KINGSTON, 1960, p.25). Nesse esquema, o Legislativo havia percebido que os serviços de base estavam submetidos ao “custo histórico” e acabavam defasando a “expansão industrial”; o ajustamento mencionado pelo autor correspondia à Lei nº 3.470, de 28 novembro de 1958, e adotava “um critério mais equânime”.

Dessa forma, a Lei do Inquilinato compreendia as locações e sublocações de imóveis, que acabaram sufocadas nas práticas do mercado, por desconsiderarem o fluxo econômico na sua integralidade. Entretanto, as demandas populacionais por moradia nas cidades superaram essa adversidade fortalecendo o comércio das propriedades em prestações, uma prática recorrente não só na ‘cidade legal’, mas que também se percebia na clandestinidade. Este comércio clandestino a prestações foi praticado em Goiânia, conforme relatos na historiografia da cidade e reiterados pela afirmação, acima citada, de Bresciani (2014) sobre o contexto paulistano, em que loteamentos irregulares e clandestinos eram submetidos a essa prática.

Nesse período, o problema relacionado às moradias nas cidades não compreende uma particularidade de Goiânia ou São Paulo e tampouco é singular na realidade das cidades brasileiras. Um ano após as críticas de Kingston aos efeitos da Lei do Inquilinato no Brasil, Jacobs lançava a sua obra, amplamente referenciada neste trabalho, que abordava a questão das moradias nas cidades estado-unidenses, evidenciando os problemas e tentativas de solução, similares aos do contexto brasileiro:

Nossas cidades têm pessoas pobres demais para pagar pela habitação de qualidade que nossa consciência pública (corretamente, penso eu) nos diz que elas merecem. Além do mais, em muitas cidades, a oferta de moradias é muito pequena para acomodar a população sem superlotação, e a quantidade de moradias adicionais necessárias não condiz necessariamente com a capacidade imediata das pessoas envolvidas de pagar por elas. Por esses motivos, precisamos de subvenção pelo menos para parte das habitações urbanas.

Essas razões para a subvenção habitacional parecem simples e objetivas. Também deixam ampla margem quanto à maneira de aplicar os subsídios, tanto financeira quanto fisicamente.

Mas vejamos como elas podem tornar-se – e já se tornaram – complicadas e rígidas, dando outra resposta aparentemente simples mas ligeiramente diferente à pergunta: Por que subvencionar moradias nas cidades? (JACOBS, 2011, p.359).

A capital goiana, pela amplitude da área urbanizável aprovada em 1947 e que permanece ampla demais até para os dias atuais⁷⁴, não estava sujeita ao adensamento excessivo e a

⁷⁴ Para constatar a afirmação de que o código de edificações de Goiânia, instituído em 1947, é amplo demais até para os dias atuais, basta traçarmos uma linha reta, em um mapa com escala de dimensão, desde a Praça Cívica de

superlotação urbana à qual Jacobs se refere. No período em questão, 1961, haviam imensas glebas particulares ou pertencentes ao Estado dentro do que passou a ser possível urbanizar. Entretanto, parece óbvio que a distância entre a moradia e as áreas adensadas na cidade, agravada pelas dificuldades no deslocamento, situa Goiânia na mesma dinâmica habitacional, principalmente por levar em conta que as glebas próximas ao centro da capital estavam sendo disputadas no mercado imobiliário e seus valores eram inacessíveis à maior parte da população, que constituía uma massa urbana pauperizada, como enfatizado.

No contexto analisado por Jacobs (2011), a tentativa de adequar a questão das habitações, com relação às “pessoas pobres demais para pagar” por elas, foi empreendida através de subsídios à moradia; a autora questiona o motivo das subvenções, aplicadas “tanto financeira quanto fisicamente”, e em seguida afirma:

A resposta que aceitávamos havia muito tempo era assim: Precisamos da subvenção de moradias para atender ao segmento da população que não pode ser abrigado pela iniciativa privada.

E, prosseguia a resposta, já que isso é mesmo necessário, as moradias subsidiadas devem incorporar e demonstrar os princípios da boa moradia e do bom urbanismo.

Essa é uma resposta terrível, com consequências terríveis. Uma evasiva semântica de repente nos faz deparar com *pessoas que não podem ser abrigadas pela iniciativa privada*, as quais, então, devem ser presumivelmente abrigadas por outros. Contudo, na vida real, trata-se de pessoas cujas necessidades de moradia não são em si peculiares e portanto fora da esfera de ação e da capacidade corriqueira da iniciativa privada, como o são as necessidades de alojamento de presidiários, marinheiros no mar ou doentes mentais. As necessidades de moradia perfeitamente triviais de quase todos podem ser supridas pela iniciativa privada. A peculiaridade dessas pessoas é simplesmente *não poderem pagar por elas*.

Num piscar de olhos, porém, as “pessoas que não podem ser abrigadas pela iniciativa privada” foram transformadas num grupo estatístico que tem necessidades habitacionais peculiares – como os presidiários –, com base numa estatística: sua renda. Para concluir o resto da resposta, esse grupo estatístico torna-se um conjunto especial de cobaias para os Utópicos amolarem (JACOBS, 2011, p.359-360).

Jacobs considera as necessidades de moradia como uma condição que não é extraordinária, apresentando uma solução inadequada ao tratamento de casos específicos, que compõem uma parcela menor da população. Segundo a autora, o equívoco estava no fato de que as pessoas impossibilitadas de pagarem pela própria moradia foram tratadas como uma

Goiânia até um ponto com distância equivalente à quinze quilômetros, em seguida devemos traçar um círculo com todas as distâncias equivalentes a esta distância do ponto original. O resultado será uma área circular com diâmetro de trinta quilômetros, o que é inviável mesmo para os padrões atuais, em que a cidade apresentou um crescimento demográfico muito acima das previsões de 1947. A contradição, entre a previsão demográfica e previsão de área urbanizável, apenas confirma a lógica inverossímil dos planejamentos urbanos de Goiânia, mesmo aqueles produzidos por engenheiros e/ou urbanistas.

parcela isolada da população, o que resultou no isolamento geográfico e social desses grupos.

Jacobs afirma:

está errado separar uma parte da população, segregada pela renda, separada em seus próprios bairros, que têm uma organização comunitária própria e diferente. Segregados mas iguais não resulta senão em problema numa sociedade em que não se ensina às pessoas que a casta faz parte da ordem divina. Segregados mas em melhores condições é uma contradição intrínseca onde quer que a separação seja imposta por uma forma de inferioridade (JACOBS, 2011, p.359-360).

A autora ressalta a importância da interação social entre os diferentes grupos que compõem a cidade, nesse caso com relação a renda, que incide diretamente na hierarquização dos indivíduos na sociedade de acordo com o bairro em que vivem. No caso específico da capital goiana, o isolamento de comunidades pobres em bairros afastados tornou-se a marca das políticas governamentais da década de 1980, capitaneada por esferas estaduais e municipais. Aristides Moysés (2001, p.6) destaca, naquele contexto, a implantação de bairros na Região Noroeste como a Vila Finsocial, implantada em 1981; as vilas Mutirão I, II e III, em 1983; e as quatro etapas do Jardim Curitiba, em 1987.

Segundo o autor, a ocupação efetiva desta região da cidade teve início com a invasão de parte da Fazenda Caveiras, em 1979, dando origem ao bairro Jardim Nova Esperança⁷⁵. Em 1981, “aqueles que não haviam conseguido instalar-se no Jardim Nova Esperança reorganizaram-se e invadiram outra área que recebeu o nome de Jardim Boa Sorte” (MOYSÉS, 2001, p.1). O autor relata que a segunda área invadida pertencia à mesma fazenda, entretanto, neste caso “a prefeitura agiu rápida e violentamente”, revertendo o movimento e impedindo a consolidação do bairro. Em 1983, um terceiro movimento reuniu mais de quatro mil famílias e invadiu outra parte da mesma fazenda, denominada Jardim Boa Vista pelos seus participantes, o que também não se concretizou, pois “mais uma vez a polícia agiu com violência contra os invasores, provocando, inclusive, uma morte”.

Na Coleção Ewald Janssen há um “levantamento plani-altimétrico” relacionado à Fazenda Caveiras, entretanto a data do documento não está identificada e este não dispõe de informações relacionadas às invasões; na identificação do topógrafo responsável pelos cálculos consta o nome “Caetano” e quanto ao proprietário do imóvel consta “Dr. Luiz Rassi” (Ewald Janssen, [s.d.]). O documento da coleção relaciona a referida fazenda ao Jardim Petrópolis, que possui diversas referências em outros documentos encontrados no acervo, datados entre 1961 e 1968, inclusive um orçamento de seus serviços para executar loteamentos mencionado

⁷⁵ O autor ressalta que este é nome atual do bairro e, adiante complementa, que o nome original da ocupação era “Vila João Vaz (em função do nome do bairro que ficava nas proximidades)” (MOYSÉS, 2001, p.4).

anteriormente (Ewald Janssen, 1966b). A análise das fontes evidenciou que áreas desta propriedade estavam em processo de urbanização desde o começo da década de 1960.

Segundo Moysés, mais de três mil famílias do terceiro movimento de ocupação, em 1983, da Fazenda Caveiras foram assentadas pelo governo estadual em área próxima, efetivando a ocupação dessa região da cidade, o que, a princípio, sugere uma contradição com os documentos de Janssen. Todavia, o autor ressalta adiante a Lei nº 4.526, de 31 de dezembro de 1971, que tecia disposições sobre o parcelamento de áreas para a urbanização; a legislação que vigorava “era de caráter restritivo ao parcelador, na medida em que exigia a implantação de infra-estrutura”, exigência disposta “tanto para o poder público quanto para a iniciativa privada” (MOYSÉS, 2001, p.2). Dessa forma, é provável que Janssen, ou “Caetano”, teria iniciado os procedimentos para a urbanização da região, que não foi efetivada em decorrência da exigência legal.

Ademais, Moysés (2001, p.5) discorre sobre a implantação de equipamentos urbanos de grande porte através de um zoneamento instituído na década de 70, revelando a dificuldade de mapear e contextualizar o desenvolvimento urbano de Goiânia. Essa dificuldade evidencia a importância da Coleção Ewald Janssen nas pesquisas sobre a cidade, inclusive, quando se trata de bairros marginais à ‘cidade legal’ em que o topógrafo atuava. A Fazenda Caveiras acabou se tornando um lugar prestes a incorporar a ‘cidade legal’ que não se estabeleceu a tempo de evitar a chegada da clandestinidade. Sobre os movimentos de ocupação da região na década de 1980, Moysés afirma:

Todo esse processo revestiu-se de grande relevância, na medida em que, como acontecimento político-social, obrigou o Poder Público a buscar uma solução para o problema de moradia que, em Goiânia, assumia proporções alarmantes. O conjunto de ações adotadas pelo Poder Público, se por um lado contribuiu para minimizar o problema de moradia, por outro desencadeou uma série de graves consequências para o meio ambiente. Além da cobertura vegetal, que começou a ser seriamente afetada, também a bacia hidrográfica que fornecia e ainda fornece água potável à cidade passou a ficar ameaçada. É neste contexto que se forma o urbano na Região Noroeste de Goiânia. As características originais dessa região eram marcadas por uma paisagem bucólica, ampla cobertura vegetal e generosa bacia hidrográfica, elementos naturais que foram sendo substituídos por outros caracterizados por um processo de urbanização perversa, já que a degradação gradativa desse novo espaço rural-urbano modificou seu meio físico (MOYSÉS, 2001, p.1-2).

Para o autor, a presença do Estado na região teve início na segunda metade da década de 1970, sendo “o *Estado repressor* imposto pelo regime militar”, que “age como guardião da propriedade privada, defensor da ordem burguesa e dos interesses do capitalismo monopolista”. Segundo Moyses, nesse período as ações foram empreendidas, primeiramente, em um “clima de muita violência, de um lado, e de muita resistência, de outro”; em seguida, percebeu-se uma

postura política “menos coercitiva” do Estado para amenizar as contestações ao autoritarismo do poder constituído, revestindo-se de “caráter assistencialista”. Nesse momento, de contestação ao regime militar e de movimento político crescente a favor da redemocratização, se tornou viável a organização de movimentos sociais pelo direito à moradia que desencadearam as ocupações da década seguinte.

Ainda segundo Moysés (2001, p.6), as políticas governamentais instituíram os bairros, originados dentro da legalidade, em um movimento que ocorreu paralelamente aos movimentos sociais das ocupações na Fazenda Caveiras como forma de “de dar resposta às demandas por habitação”. Contudo, a suposta política assistencialista, conveniente à necessidade de refutar contestações, escamoteava a “segregação social e espacial” ao “isolar em locais mais distantes” uma população que “era, na sua totalidade, pobre, empregada ou mal-empregada, jovem, nômade”.

Corroborando as reflexões de Jacobs (2011), em que a autora discorre sobre os efeitos da segregação dos indivíduos nas cidades através do isolamento em seus respectivos bairros, como forma de inferioriza-los e afastá-los dos residentes de áreas mais centralizadas, percebemos que, no caso de Goiânia, o nome escolhido para a Vila Finsocial pode ser considerado um dos mais coerentes. Afinal, a implantação desse setor está inserida em um contexto em que o poder constituído buscava pôr fim às interações sociais de uma população de ‘indesejáveis’ com aqueles que residiam em bairros supostamente ‘nobres’ da capital.

A importância da interação social também embasa os argumentos centrais apresentados na obra de Sennett (2008, p.180-2010); entretanto, o autor apresenta conjunturas históricas e literárias para a compreensão das origens de isolamentos urbanos, em um capítulo dedicado ao “medo do contato”. O autor inicia este capítulo com uma referência ao enredo da obra Shakespeariana *O mercador de Veneza*, em que um banqueiro judeu é representado de forma poderosa economicamente e cruel com o seu devedor. A obra literária revela práticas cotidianas instituídas em Veneza no contexto em que ela foi produzida: “os banqueiros israelitas habitavam o gueto, construído no século XVI, na fronteira da cidade” e seus direitos na cidade, fora dos domínios do gueto, se limitavam ao “fazer negócios” (2008, p.182). Para Sennett, o isolamento dos judeus representava uma solução urbana às demandas da comunidade cristã, que era hegemônica, e nesse sentido o autor afirma:

Fechando os judeus no gueto, os venezianos acreditavam estar isolando o mal que infectara a comunidade cristã. Eles sentiam medo de tocar os corpos impuros que identificavam com vícios corruptores – doenças venéreas – capazes de contaminá-los por vias misteriosas. Um simples detalhe no ritual dos negócios escancara esse medo

do contato; enquanto os cristãos selavam seus contratos com um beijo um aperto de mãos, qualquer acordo que envolvesse um judeu concluía-se com uma curvatura – as partes não se tocavam. Ilustrando o temor de ser corrompido pelo poder do dinheiro, no acerto... a multa deveria ser paga mediante um pedaço da carne do avalista (SENNETT, 2008, p.182-183).

Sennett afirma que a constituição dos guetos judaicos na Europa serviu para assegurar a manutenção do próprio judaísmo nas cidades medievais, considerando que a segregação imposta permitiu a eles a existência em um lugar próprio, “onde pudessem ser judeus”. Além disso, o autor destaca o caso específico da segregação judaica em Veneza que se torna icônica, ao considerarmos a topografia da cidade disposta na forma de um arquipélago em que “na ilha do gueto judeu os canais transformaram-se em fossos” (SENNETT, 2008, p.183). Desta forma, “tirando proveito de sua geografia, Veneza realizou esse anseio fracionista” (2008, p.193); o mesmo não foi possível em outros lugares, pois a adaptação dos guetos permanecia entranhada no tecido urbano.

A conveniência da segregação é o cerne das aspirações políticas nas cidades que enfrentam problemas relacionados à habitação. Em Goiânia, antes do poder constituído instituir movimentos segregacionistas da massa urbana pauperizada observados na década de 1980, a importância dessa classe social na cidade foi consolidada na carência de mão-de-obra. Apesar da industrialização no Estado não ter sido desenvolvida como se previa, a demanda por uma força trabalhadora foi decisiva na concepção da capital. Gonçalves afirma:

Goiânia marcou uma nova etapa na expansão do capitalismo em Goiás, na qual a forma inicial de acumulação foi através da indústria da construção civil, subsidiada de certa forma pelo estado intervencionista de Pedro Ludovico e pela exploração da mão-de-obra dos primeiros operários (GONÇALVES, 2002, p.92).

O autor ressalta uma alternativa à ausência de indústrias, a construção civil, que pode ser considerada, também, uma das justificativas da vitalidade do mercado imobiliário e, conseqüentemente, uma das bases econômicas de Goiânia. Entretanto, é importante observar que essa “indústria da construção civil” possui um caráter transitório, imposto na limitação entre as demandas do mercado e a oferta de trabalho. Em outras palavras, há oscilações do mercado em que a construção civil não se sustenta como base econômica da cidade, seja por saturações momentâneas de ‘produtos’ (imóveis) no mercado ou pela redução de investimentos; entretanto, a maior parte da mão-de-obra permanece habitando a cidade, incapacitada de desaparecer e reaparecer na medida do surgimento de ofertas de emprego.

A solução encontrada via segregação tornou-se uma medida governamental quase meio século após as primeiras demandas por mão-de-obra em Goiânia e com um pretexto muito distinto daquele em que os guetos judaicos medievais foram instituídos. Todavia, a lógica de

pôr fim às interações sociais entre indivíduos dessemelhantes é uma constante na experiência cidadina, que permeia o “medo do contato”, encadeada no abismo da distribuição de renda entre os cidadãos e na experiência cotidiana das cidades, através do desemprego, na humilhação contemporânea⁷⁶ da mendicância, do delírio provocado pelas drogas e, até mesmo, pelo desespero ocasionado pela fome.

Reportando uma vez mais os guetos judaicos, Sennett (2008) afirma que “o isolamento protegia e soldava uma comunidade de oprimidos cada vez mais voltados para o seu interior”. O autor discorre sobre o caso de Leon Modena, “um dos mais famosos judeus da Renascença”, que por apreciar a “proteção do gueto” e concentrar suas “atividades dentro dos seus muros”, atraía multidões ao local, inclusive, de nobres venezianos. O autor tece uma analogia entre os “turistas europeus no Harlem, em Nova York” e essa multidão que frequentava o “gueto por voyeurismo, seduzidos pela cultura proibida” (SENNETT, 2008, p.204). Devemos acrescentar a essa analogia os turistas estrangeiros, não apenas europeus, no Rio de Janeiro, que visitam os conjuntos habitacionais clandestinos em uma experiência de “Favela Tour”, amplamente divulgada pelas agências de turismo da cidade. O emprego da palavra ‘favela’, inclusive, tem sido frequentemente preterido pelo termo ‘comunidade’, uma opção léxica com o propósito de amenizar o impacto social produzido pela representação das pessoas com o lugar em que vivem. O eufemismo percebido, mesmo no Rio de Janeiro onde o conceito é explorado pelo turismo *voyeur*, revela o significado da supressão do termo na cultura goianiense; ao sustentar uma ideia, mencionada anteriormente, de que não existem favelas em Goiânia.

Tanto no desfecho da história de Leon Modena, quanto da obra literária de Shakespeare, Sennett (2008, p.208-210) ressalta a reflexão sobre o caráter transitório que envolve a experiência humana; no caso de Modena é o sucesso e a fama, que perfaz em seu abandono no gueto ao final da vida e, no caso de *O mercador de Veneza*, a obra se encerra com uma personagem secundária abandonando o gueto judaico para se casar com um cristão. A reflexão está envolta em uma análise mais humana do que urbana e incide em tempos e lugares distintos; em Goiânia, por exemplo, nada impede que moradores de invasões na Região Noroeste durante a década de 1980 vivam atualmente nos ditos setores ‘nobres’ ou mesmo em condomínios fechados destinado às pessoas com alto poder aquisitivo. A análise é mais humana que urbana porque a transitoriedade do poder aquisitivo ou da classe social não acompanha, na mesma

⁷⁶ No contexto medieval, em que refletimos os guetos judaicos, a mendicância e a pobreza não eram percebidas necessariamente como uma mazela social digna de humilhação, tendo em vista a influência das Ordens Mendicantes originadas no século XIII, e os “votos de pobreza” que podiam ser realizados pelos cristãos independentemente de seus bens materiais e de suas condições sociais.

proporção, a transitoriedade da paisagem urbana nas cidades. Em outras palavras, uma hipotética ascensão social dos invasores pauperizados tem mais possibilidades de acontecer do que um possível desaparecimento da marca que a luta por moradia deixou na capital goiana. No mesmo sentido, sobre o gueto judaico em Veneza, Sennett (2008, p.208) afirma não restar dúvida que “os judeus plantaram raízes e incorporaram a paisagem que os humilhava”, seja na história ou na literatura.

A comparação entre cidades e suas representações fictícias tornou-se um recurso consolidado na história cultural e, inclusive, é recorrente neste campo da historiografia brasileira, compreendendo um procedimento metodológico percebido em reflexões como as de Pesavento (2007; 2009). A autora ressalta que as “cidades imaginárias” configuram “construções mentais e simbólicas”, produzidas na literatura com fundamentação na “realidade urbana” e afirma: “Estas urbes transfiguradas, desejadas ou temidas, verossímeis ou fantásticas, que apontam para outros mundos, os dos sonhos e pesadelos, constituem uma forma de leitura sensível da realidade” (PESAVENTO, 2009, p.2).

A autora utilizou esse recurso de comparação para analisar a obra *Incidente em Antares*, de Érico Veríssimo, publicada em 1971, produzida em um contexto posterior ao Golpe militar de 1964 que, segundo Pesavento (2009, p.2), foi marcado por “certa postura otimista”, que preconizava o fim da “democracia populista”, empreendendo a ideia de um tempo de mudança através da “proposta de reformas sociais para o país”. Além dessas propostas, a historiadora destaca, como justificativa de otimismo, a “euforia popular” com as conquistas de Copa do Mundo de Futebol, as “grandes obras internas”, o “controle à inflação” e uma “intensa campanha publicitária” envolvendo a música popular brasileira.

Considerando a contextualização histórica, a autora busca aproximar o método narrativo da obra de Veríssimo a uma corrente literária consolidada em autores da língua espanhola, como García Márquez; trata-se da “literatura fantástica” ou o “real maravilhoso americano”⁷⁷. Para

⁷⁷ Pesavento opta pelo conceito que consiste na etimologia do *fantástico*, contudo existem outras concepções e categorizações relacionadas a este famoso gênero literário, também conhecido como *realismo mágico* ou *realismo fantástico*. O *real maravilhoso americano* é um exemplo, a expressão cunhada pelo escritor cubano Alejo Carpentier tinha o propósito de definir os acontecimentos reais que eram narrados na singularidade da América Hispânica. Assim como Pesavento, Irlemar Chiampi (1980) também recorre à etimologia das palavras ao justificar o *maravilhoso* como opção conceitual; para ela o real maravilhoso americano representou “a união de elementos díspares, provenientes de culturas heterogêneas, configura uma nova realidade histórica, que subverte os padrões convencionais de racionalidade ocidental” (CHIAMPI, 1980, p.21). O escritor cubano propôs uma nova teoria que representasse o seu desejo de expressar o mundo americano completamente isento das interpretações europeias; “Carpentier invoca justamente essa América primigênia, não contaminada pela reflexividade, como um universo de mitos e religiosidades primitivos, capaz, portanto, de efetivar o projeto de poetizar o real maravilhoso” (1980, p.36).

Pesavento (2009, p.3), o “fantástico está ancorado no cotidiano”, em que a realidade dos acontecimentos é surpreendida por “um fenômeno inusitado e extraordinário”; em *Incidente em Antares*, este fenômeno é o ‘ressuscitar dos mortos’ e suas exigências para que sejam enterrados. Na obra de García Marquez, presente na epígrafe do capítulo, há uma reflexão equivalente sobre o direito do corpo de ser sepultado.

O enredo de *La hojarazca*, do escritor colombiano, consiste em narrar os eventos do dia em que um médico, odiado por todo o povoado de Macondo, veio a óbito. A população da cidade fictícia havia ‘amaldiçoado’ o médico, após ele ter negado ajuda aos feridos da guerra, e sua punição seria a perda do direito de ser enterrado quando viesse a falecer. (GARCÍA MARQUEZ, 2008). Tanto a obra de García Marquez quanto a de Veríssimo possuem raízes simbólicas na antiguidade, percebidas na tragédia grega de Sófocles, *Antígona*, quanto ao direito de sepultamento dos corpos falecidos.

Segundo Pesavento (2009), apesar da ‘inexistência’ de Antares, ela pode encontrar “eco e analogia” em cidades do Rio Grande do Sul; “trata-se de uma saga verossímil, identificável e convincente, levando o leitor a confirmar seus conhecimentos sobre os fatos ocorridos” (PESAVENTO, 2009, p.5). A autora descreve o enredo da trama permeada de disputas políticas em que, às vésperas do golpe militar de 1964, ocorre uma greve geral em Antares; em meio às mazelas provocadas pela paralização, os “próceres da cidade” culpam os comunistas pela situação. Os coveiros da cidade aderem à greve e, após dois dias, sete cadáveres⁷⁸ que não foram sepultados resolveram se rebelar e reivindicar o direito de serem enterrados. Na sequência da trama, a historiadora ressalta detalhes que se estabelecem nas relações entre os mortos e suas novas formas de se relacionar com o mundo exterior, afirmando tratar-se de uma: “Espécie de microcosmos da cidade, o fantástico grupo apresenta um bizarro comportamento: como mortos, nada mais tem a temer e não precisam mentir ou assumir atitudes convencionais; mas seu lado de “vivos” os faz conservar muitos dos antigos reflexos, preconceitos e valores” (2009, p.8).

A autora destaca o “viés social da obra literária de Veríssimo: aqueles que nada têm a perder, os deserdados do sistema, põem o sentimento adiante da razão” (PESAVENTO, 2009, p.9). Após diversos acontecimentos na trama envolvendo os personagens, o ‘acontecimento fantástico’ termina em um acordo entre vivos e mortos, que retornaram aos seus respectivos

⁷⁸ Pesavento (2009, p.6) ressalta que, na obra de Veríssimo, o dia do “acontecimento fantástico” corresponde a 13 de dezembro de 1963, uma sexta-feira; remetendo à representação simbólica do “mau agouro” relacionado à “sexta-feira 13” e ao “apelo numérico cabalístico” relacionado ao número sete, quantidade de pessoas que vieram a óbito naquele dia.

caixões. A cidade, gradativamente, retornou ao seu cotidiano; “a greve acabara, os enterros foram feitos e a cidade festejou, saindo às ruas com os sinos das igrejas a bimbalar, o fim do pesadelo” (2009, p.10), após este retorno à ‘normalidade’, Pesavento destaca:

quando desembarcaram em Antares os jornalistas da capital e do centro do país, para constatarem o que havia de verdade no acontecido, a cidade dividiu-se entre os que afirmaram ser tudo pilhéria, sendo mesmo uma iniciativa do prefeito para chamar a atenção sobre Antares, e aqueles, gente do povo, que juravam que o prodigioso acontecimento realmente se dera, mas não queria revelar sua identidade para não sofrer represálias [...] (PESAVENTO, 2009, p.11).

Na relação da obra com o contexto histórico, Pesavento reitera que o período do acontecimento em Antares se deu às vésperas do golpe militar de 1964 e que a obra literária foi publicada no começo da década de 1970, quando a política nacional buscava “minimizar seu passado recente”, através do “programa do Milagre Econômico”.

No que concerne ao objeto deste trabalho, podemos considerar que um dos acontecimentos que mais evidenciou Goiânia no cenário nacional e, neste caso, mundial foi o acidente radiológico envolvendo o elemento químico Césio-137, em 1987. O acontecimento é, até hoje, o maior acidente radiológico que não envolve usinas nucleares; foi o segundo maior até 2011, quando perdeu posição para o acidente ocorrido na Central Nuclear de Fukushima I, no Japão. Amparado na dura realidade experimentada em Goiânia, o acidente radiológico permite uma analogia com o incidente da obra literária de Veríssimo.

O acidente do Césio-137 teve início com o descuido dos proprietários de um instituto de radioterapia no Setor Central da capital que, ao mudarem o endereço do estabelecimento, abandonaram no local em ruínas um equipamento que continha uma cápsula com substância química altamente radioativa. A cápsula foi encontrada por pessoas com baixo nível de educação e então foi aberta, expondo toda a cidade aos efeitos daquele elemento. Uma força tarefa foi empreendida e especialistas de várias partes do mundo vieram à cidade para estudar o caso e propor medidas de controle da radioatividade, além de tentar minimizar os seus efeitos. Várias pessoas morreram naquele momento ou posteriormente, em decorrência dos efeitos da radiação. Em outubro de 1987, as primeiras vítimas fatais foram identificadas, segundo Suzane de Alencar Vieira (2010), “o episódio recrudesceu o medo na população goianiense revelando-lhe o caráter fatal da contaminação radiológica”. A autora relata a forma em que se deu a contaminação nestes casos:

Maria Gabriela e a criança Leide das Neves não suportaram a excessiva dose de radiação a que foram expostas e morreram no Hospital Naval Marcílio Dias, na cidade do Rio de Janeiro. Maria Gabriela Ferreira havia abrigado a cápsula em sua sala de visitas durante os dias em que seu marido Devair Alves Ferreira exibia o espetáculo

da luz azul à vizinhança. A menina Leide das Neves de seis anos havia recebido do pai Ivo Alves Ferreira, irmão de Devair, algumas pedrinhas azuis de Césio-137 para brincar. A criança foi contaminada ao comer ovo cozido com as mãos sujas do pó radioativo durante o jantar. E morreria com o diagnóstico de contaminação interna aguda (VIEIRA, 2010, p.18).

Sem exceções, todas as pessoas da cidade foram atingidas de alguma forma por aquele acontecimento, desencadeado pela simples abertura de uma cápsula, dentro de um barracão aonde funcionava um ferro-velho. Até mesmo o poder constituído e o mercado imobiliário sofreram as consequências, pois precisaram despender inúmeros esforços para revitalizar a economia do Estado e reaquecer os investimentos na capital. Os produtos da economia goiana perderam valor de mercado e os goianienses, em geral, foram estigmatizados no país inteiro como portadores e supostos contaminadores por radioatividade.

Sobre o caso em Antares, Pesavento (2009) ressalta que naquele “incidente fantástico que fez as autoridades locais temerem pelo futuro da cidade” surgiam questionamentos como: “e os outros, os outros centros, o que dirão? Quando a capital souber, quando a imprensa do centro do país noticiar, que fazer diante do inexplicável incidente, fantástico mas visível, audível e sensível no plano olfativo?” (PESAVENTO, 2009, p.10) Em Goiânia, as autoridades experimentaram a mesma sensação quanto ao futuro da cidade, uma vez que o episódio ganhou projeção nacional. Vieira (2010, p.68) afirma que, após os procedimentos relativos ao controle da radiação, iniciou-se uma política de “vitimização como operação técnico-científica e burocrática”, em que a classificação das vítimas em grupos por níveis de radiação, de forma arbitrária, representava uma “burocracia do estatal para restringir a definição da categoria” e limitar seus direitos. Para a autora a forma como a Comissão Nacional de Energia Nuclear⁷⁹ resumiu o acidente: “provocado pela ignorância e pelo subdesenvolvimento” refletiu nos meios jornalísticos:

O discurso jornalístico construía um contexto sócio-econômico de vulnerabilidade para situar as vítimas e marcar uma diferença com relação ao conhecimento e aos quadros da burocracia técnica. O argumento da desinformação e da “ignorância” da população vitimada era uma forma de incapacitar e desqualificar as vítimas à ação política (VIEIRA, 2010, p.74).

Assim como em Antares, o retorno à ‘normalidade’ também foi percebido em Goiânia; atualmente poucos são os sinais ‘radioativos’ perceptíveis no cotidiano da cidade, são breves e raras as menções ao acontecido e há, inclusive, o “dito pelo não dito” na dinâmica cultural. O mercado imobiliário retornou às suas valorizações e a economia voltou a exportar seus

⁷⁹ Órgão responsável pelo controle e registo das fontes radioativas no país, “apresentou-se como a única instituição capaz de gerenciar a operação de descontaminação” (VIEIRA, 2010, p.72).

produtos, essencialmente agropecuários para o restante do país e para o exterior. O local onde a cápsula com o elemento radioativo foi deixada, pelos proprietários da clínica, hoje ostenta o Centro de Cultura e Convenções de Goiânia, ou Centro de Cultura e Convenções Dona Gercina Borges Teixeira⁸⁰. O nome original do centro homenageava a esposa de Pedro Ludovico, quando poderia rememorar um dos acontecimentos mais emblemáticos da cidade; todavia, o Césio-137 insiste em não ser convencionado. A supressão do ocorrido em 1987 na memória cidadina aproxima a reflexão sobre o *Incidente em Antares* do Acidente em Goiânia; sobretudo pela afirmação de Pesavento, que na obra de Veríssimo há uma “análise política mais profunda: se o lembra, a memória tem como seu reverso o esquecimento, este é, no caso, uma opção” (PESAVENTO, 2009, p.11).

Sobre a relação entre a história e a literatura no âmbito das cidades, Pesavento (2007) destaca, em outro trabalho como a sensibilidade proveniente da experiência cidadina promove a concepção de cidades outras no âmbito imaginário, na forma de literatura; a forma de conceber os espaços no pensamento é uma forma de representar a realidade de cada indivíduo que vive, ou lê e reproduz o cenário da sua vivência na própria versão de cidade:

Às cidades reais, concretas, visuais, tácteis, consumidas e usadas no dia-a-dia, corresponderam outras tantas cidades imaginárias, a mostrar que o urbano é bem a obra máxima do homem, obra esta que ele não cessa de reconstruir, pelo pensamento e pela ação, criando outras tantas cidades, no pensamento e na ação, ao longo dos séculos. Cidades sonhadas, desejadas, temidas, odiadas; cidades inalcançáveis ou terrivelmente reais, mas que possuem essa força do imaginário de qualificar o mundo. Tais representações foram e são capazes de até mesmo se imporem como as ‘verdadeiras’, as ‘reais’, as ‘concretas’ cidades em que vivemos. Afinal, o que chamamos de ‘mundo real’ é aquele trazido por nossos sentidos, os quais nos permitem compreender a realidade e enxergá-la desta ou daquela forma. Pois o imaginário é esse motor de ação do homem ao longo de sua existência, é esse agente de atribuição de significados à realidade, é o elemento responsável pelas criações humanas, resultem elas em obras exequíveis e concretas ou se atenham à esfera do pensamento ou às utopias que não realizaram, mas que um dia foram concebidas. (PESAVENTO, 2007, p.11-12).

A autora evidencia como as cidades fictícias não se abstraem das cidades “verdadeiras”, “reais” e “concretas”, mas representam um *modus operandi* que é inerente à experiência humana. Sobre a possibilidade de representações literárias se “imporem” como uma suposta realidade, é possível utilizar como exemplo o relato de García Márquez sobre os efeitos que a obra *Cem Anos de Solidão* empreendeu na urbe sobre a qual ela foi pensada, e consequentemente apropriada, até mesmo, pelo poder constituído. A pesquisa histórica do escritor colombiano cedeu à sua licença poética ao destacar o número de mortos em uma

⁸⁰ O centro de eventos em questão possuía esse nome quando foi fundado, em abril de 1994. Entretanto, no item IX do Artigo 5º da Lei Municipal nº 8.967, de 18 de outubro de 2010, sobre incentivo ao turismo, evidencia-se que essa homenagem diz respeito à sua fundação e que o nome de Dona Gercina foi oficialmente suprimido.

tragédia ocorrida nos arredores de Macondo. Após a obra tornar-se mundialmente conhecida enquanto a ‘cidade original’ permaneceu obscurecida no interior da Colômbia, García Márquez destacou na sua autobiografia a sequência dos acontecimentos:

A versão da minha mãe tinha cifras tão exíguas e o cenário era tão pobre para um drama tão grandioso como o que eu havia imaginado, que me causou um sentimento de frustração. Mais tarde falei com sobreviventes e testemunhas e revirei coleções de jornais e documentos oficiais, e percebi que a verdade não estava em lado algum. Os conformistas chegavam a dizer que não houve morto algum. Os do extremo contrário afirmavam sem tremer a voz que foram mais de cem, que tinham sido vistos esvaindo-se em sangue na praça e que foram levados num trem de carga para serem jogados no mar que nem banana podre. Assim, minha verdade ficou extraviada para sempre em algum ponto improvável dos dois extremos. No entanto, foi tão persistente que em um de meus livros me referi à matança com a precisão e com o horror que durante anos eu havia incubado na minha imaginação. E foi assim que mantive a cifra de mortos em três mil, para conservar as proporções épicas do drama, e a vida real acabou fazendo-me justiça: há pouco tempo, num dos aniversários da tragédia, o orador de plantão no Senado pediu um minuto de silêncio em memória dos três mil mártires anônimos sacrificados pela força pública (GARCÍA MÁRQUEZ, 2003, p.63-64).

García Márquez afirma ter sido justificado através de seu exagero historiográfico, entretanto, seja esta afirmação irônica ou não, é inegável que o recurso utilizado pelo escritor permitiu que um acontecimento importante não fosse esquecido por sua suposta insignificância no decorrer do tempo. Em grande medida, o exagero do escritor sobre o evento representa a necessidade de não esquecer que a United Fruit Company promoveu, de fato, massacres e tragédias na Colômbia e em outros países da América Central. Tanto a literatura quanto a história ressoam na percepção das cidades, há uma responsabilidade subentendida nas representações; por outro lado, não se pode eximir os indivíduos da forma que constituem os cenários de suas experiências nos seus imaginários.

Por sua vez, Pesavento (2007, p.12) afirma que “muito se tem escrito sobre cidades, mas sua apropriação como tema, pelos historiadores, não é assim tão recuada no tempo”. Todavia, a autora ressalta que há uma prática, antiga, definida como ‘história de cidades’, “muitas delas feitas ‘de encomenda’”, que busca enaltecer os mitos de origens, os grupos fundadores e seus representantes. Segundo a autora, “constrói-se o desfile ou a evolução cronológica dos governos municipais com seus momentos marcantes e suas realizações fundamentais”; ou um “kit identitário aplicado à evolução de um núcleo urbano”. A partir do século XX, sobretudo por uma “conotação marxista” – e a influência dos *Annales* – as reflexões históricas sobre as cidades instituem o que Pesavento classifica como “história urbana”, na “linha de uma história econômico-social com inspiração no materialismo histórico”.

Para a historiadora, essa tradição empreendeu importantes avanços na problematização das cidades, apesar de seus objetos figurarem nas lutas de classes e os processos de acumulação

no espaço urbano. Tributário dessas concepções, este trabalho se apropria da “história urbana”, pois nela compreendemos o dinamismo do mercado imobiliário e as instâncias sociais que atuaram em Goiânia, principalmente a “‘desescravização’ do país e da contribuição dos imigrantes estrangeiros na formação de um mercado de trabalho livre” (PESAVENTO, 2007, p.12); a exploração da mão-de-obra e a contribuição de estrangeiros é uma constante nas análises aqui empreendidas. Sobre a história cultural nas cidades, a autora reitera:

Ao longo da década de 1990, a emergência de uma história cultural veio proporcionar uma nova abordagem ao fenômeno urbano. O que cabe destacar no viés de análise introduzido pela história cultural é que a cidade não é mais considerada só como um *locus* privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais (PESAVENTO, 2007, p.13).

É como fenômeno urbano que a problematização das cidades se insere no contexto entre as práticas e representações sociais; os esforços empreendidos através da “história urbana” são amplamente produtores, ao “compor um tecido sempre renovado de relações sociais”, no que Pesavento denomina “história cultural urbana”, através das sensibilidades. Para a autora as “cidades são, por excelência, um fenômeno cultural”, reveladas “pela percepção de emoções e sentimentos dados pelo *viver urbano* e também pela expressão de utopias, de esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propicia” (PESAVENTO, 2007, p.14).

As formas de sentir a cidade constituem o imaginário sobre ela, imbuída de todas as contradições e dicotomias presentes na experiência cidadina, fazendo com que quaisquer registros e sinais deixados na sua concretização possam ser proveitosos na análise apurada de suas transformações, sejam elas humanas ou urbanas. Pesavento afirma, “em outras palavras, os estudos de uma história cultural urbana se aplicam no resgate dos discursos, imagens e práticas sociais de representação da cidade” (PESAVENTO, 2007, p.15). A cidade pode ser vista, a olho nu, em uma possibilidade de contemplação que permitiu a ascensão de engenheiros ao poder, em detrimento dos bacharéis do direito no Brasil, como apresentado na introdução deste trabalho; entretanto, a autora afirma que essa cidade também pode ser lida e para tanto remete à percepção de Ricoeur, sobre a “força do imaginário, que é capaz de dar a ver e ler a temporalidade transcorrida” (2007, p.16). Nessa temporalidade, literatura e arquitetura são percebidas como narratividades, argumento de Pesavento:

Ao inventar o passado, contando a história de suas origens e de seu percurso no tempo para explicar seu presente, a cidade constrói seu futuro, através de projetos e visões de mundo que apontam para um depois, seja como ficção científica, seja como planejamento urbano. A modernidade urbana propicia pensar tais tipos de

representação: aqueles referentes aos planos e utopias construídas sobre o futuro da cidade, inscrevendo uma cidade sonhada e desejada em projetos urbanísticos. Realizados ou não, eles são a inscrição de uma vontade e de um pensamento sobre a cidade e, logo, são matérias da história, porque fazem parte da capacidade imaginária de transformar o mundo (PESAVENTO, 2007, p.17).

Dessa forma, os projetos urbanísticos são, por excelência, uma representação da cidade, equivalentes à ficção, mesmo quando e, principalmente quando são ignorados pelo poder constituído como os pareceres de Janssen, os planos diretores de Luís Saia e de tantos outros que pensaram Goiânia de forma distinta da qual foi consolidada, até mesmo levando em consideração muito do que foi proposto originalmente por Atílio. Nessa forma de compreender as representações da cidade, Ricoeur aponta:

un estrecho paralelismo entre arquitectura y narratividad: la arquitectura sería para el espacio lo que el relato es para el tiempo, es decir, una operación «configuradora»; un paralelismo entre, por un lado, el acto de construir, es decir, edificar en el espacio, y, por otro lado, el acto de narrar, disponer la trama en el tiempo. En el curso de mi análisis me preguntaré si esta analogía no debe ser llevada mucho más lejos, hasta realmente entrecruzar y fundir la «puesta en configuración» arquitectónica del espacio y la «puesta en configuración» narrativa del tiempo. Dicho de otro modo, se trata, en realidad, de cruzar el espacio y el tiempo a través de los actos de *construir* y *de narrar*. (RICOEUR, 2003, p.11)

Para Ricoeur “nada é evidente”, pois há um abismo entre a narratividade literária do projeto arquitetônico e a sua materialização; nesse “abismo lógico” há uma separação entre tempo e espaço, o tempo da narrativa e o espaço construído. Recorrendo à sua antiga denominação de *mimesis* para orientar a construção narrativa da arquitetura, o autor afirma que na *prefiguração* está empregado o relato da vida cotidiana, através da ideia de habitar e construir. Ricoeur ressalta que “antes de todo projeto arquitetônico, o homem tem construído porque tem habitado”, compreendendo que “toda ‘história de vida’ se desenvolve em um ‘espaço de vida’” (RICOEUR, 2003, p.14;16, tradução nossa). Na *configuração* do ato de narrar ocorre a transição da vida cotidiana para a literatura, “o relato empresta sua temporalidade exemplar ao ato de construir” (2003, p.21); nessa etapa do processo arquitetônico-narrativo:

La historia sedimentada de formas culturales se presta a la lectura principalmente en la «configuración» de la Ciudad, a través de su espacio, organizado de un modo representativo. La monumentalidad asume entonces una mayor significación etimológica, que acerca el monumento al documento. (RICOEUR, 2003, p.25).

Na configuração da arquitetura enquanto narratividade Ricoeur destaca a relevância da monumentalidade [nota:63] como um elemento estético e na forma de documentar a escrita sobre a cidade. Para o autor, o projeto arquitetônico constitui uma ‘nova novela’, instituída por teóricos, evidenciando que “a narratividade e a arquitetura seguem os cursos históricos similares” (RICOEUR, 2003, p.26, tradução nossa). Enfim, completando a estrutura das *mimesis*, a *refiguração* está presente na ‘leitura’ da cidade, em que as expectativas do leitor se

veem afrontadas, reincidindo no ‘habitar e construir’ como parte da experiência. O autor afirma ainda que “todos os planejadores deveriam aprender que um abismo pode separar as regras da racionalidade de um projeto” (2003, p.28).

Compreender o planejamento urbano também como representação literária, análise fundamental na concepção de reflexões deste trabalho, permite enaltecer as cidades concebidas na literatura como formas legítimas de representar as urbes sujeitas a experimentação; a escrita do meio urbano pela atuação de urbanistas se dá, fisicamente ou pela via literária, através do planejamento, assim como pode ser empreendida no imaginário através da ficção literária. A história, a arquitetura e a literatura tornam-se indissociáveis em um conjunto de imaginários dispostos tanto na projeção cognitiva quanto na edificação material da cidade. Diante disso, Pesavento questiona: “Quem duvidaria, por exemplo, da capacidade de um Balzac, Zola, Maupassant, Eça de Queirós, Charles Dickens, Lima Barreto ou Machado de Assis⁸¹ para falar de suas cidades pela via literária?” (PESAVENTO, 2007, p.18). Para a autora a resposta ao questionamento concerne a sensibilidade ao lugar e à experimentação aos tempos históricos:

As tramas são imaginadas, os personagens são fictícios, mas o universo do social e a sensibilidade de uma época se revelam diante do leitor de maneira verossímil, convincente. Uma explicação da realidade, realista ou cifrada, realiza-se em comunhão entre o mundo da escrita e o da leitura. Poder-se-ia pensar uma Paris da belle époque, por exemplo, sem que o mundo de Proust fosse ativado? Ou uma São Petersburgo dos czares sem a escrita de Dostoiévski ou Tolstói? E, no terreno da poesia, como não invocar a Paris por Baudelaire, a Buenos Aires por Jorge Luís Borges ou a Porto Alegre por Mário Quintana? (PESAVENTO, 2007, p.18-19).

Todavia, a historiadora ressalta a importância de contextualizar tais representações com outros discursos, sendo a literatura passível do olhar crítico, assim como as demais percepções, dispostas nas múltiplas sensibilidades presentes no urbano. A autora reitera que “essa é, sem dúvida alguma, uma história de fragmentos, de composição em mosaico” e, além disso, “as cidades escritas e as cidades faladas são, todas elas, cidades imaginárias, que um historiador da cultura busca recuperar” (PESAVENTO, 2007, p.20).

Sobre Goiânia, a diferença se estabelece entre o planejamento e o resultado da obra dos urbanistas, observando a potencialidade cultural e a importância da construção social do lugar na formação da cidade. Nesse sentido, Lima Filho (2007) discorre sobre o processo de urbanização diante de olhares e vivências sobre a capital goiana, que é o nosso objeto de análise:

⁸¹ Diante das possibilidades da tecnologia contemporânea, um projeto patrocinado e apresentado pela prefeitura do Rio de Janeiro culminou em um aplicativo de telefones móveis que, através do sistema de localização do aparelho, permite ao usuário uma visita guiada aos cenários das obras de Machado de Assis na capital fluminense; contemplando a cidade através do olhar de um dos mais proeminentes autores da literatura brasileira. (APPLE INC. 2019)

A cidade se revela em toda sua complexidade de expressões, de formas, vivências e concepções, tempos vividos e rememorados pelas muitas vozes, sentimentos e silêncios que registramos. Memórias ancoradas nos espaços das ruas 20, 24, córrego Botafogo e outros lugares do Núcleo Histórico de Goiânia. São esses os primeiros espaços demarcados na nova capital de Goiás, que nasce nos anos 30 do século passado com a missão de ser moderna. Contudo, memórias são guardadas nas malas e no inconsciente coletivo de seus primeiros habitantes vulcanizam categorias e visões de um modo rural, ora bucólico ora inóspito. Aquilo que foi planejado e pensado pelos urbanistas ganha a forma urbana de quem de fato passou a habitar a cidade. Entre a elaboração dos traços das pranchetas permeada por suas categorias e referências culturais, e a construção social do espaço feita pelos moradores, e permeada pelo espaço colonial da antiga capital, a cidade de Goiás há uma certa distância (LIMA FILHO, 2007, p.17).

A forma como Lima Filho percebe a “complexidade” da Goiânia corrobora com a ‘narrativa-arquitetônica’ de Ricoeur (2003) e com as múltiplas possibilidades de análises da “história cultural urbana” de Pesavento (2007). Este trabalho buscou se apropriar destas possibilidades, trilhando um caminho entre registros que as vivências e sensibilidades na cidade foram capazes de documentar. Janssen foi exemplo de dedicação aos seus afazeres e registros; apesar das controvérsias acerca de sua atuação, é inegável que o seu imaginário, instituído através de sua vivência e sua sensibilidade, colaborou com a construção de Goiânia, tanto na materialidade de bairros ou fragmentos destes, quanto na composição de mais uma narrativa, dentro do conjunto de enredos que compõem a história da cidade.

Desta forma, através de ferramentas fornecidas pela história cultural, a compreensão literária trilhada neste capítulo busca resumir as análises deste trabalho e pode ser subdividido em duas reflexões, complementares. Em apertada síntese, esta percepção consiste em demonstrar, diante de tudo o que foi apresentado, que a história de Goiânia – ou de Campinas – pode ser repensada de forma mais coerente, superando narrativas preexistentes que se estabeleceram no contexto em que a cidade se desenvolveu e se mantiveram no arcabouço histórico e cultural dos seus habitantes.

Gabriel Garcia Márquez reescreveu a história de Aracataca, sua cidade natal no interior da Colômbia, na forma de Macondo, uma cidade fictícia que serviu de cenário em diversas obras do autor⁸². A descrição dos efeitos da *Companhia Bananeira* em Macondo, escrita como forma de introdução ao enredo de *La Hojarazca*, pode ser comparada aos efeitos percebidos na nova capital goiana, conforme afirmamos, através do contexto empreendido pelo governo de Vargas a partir da suposta revolução dos anos 1930. Compreender de forma literária a história

⁸² A cidade de Macondo é consagrada mundialmente em *Cem anos de Solidão*, que se destaca no conjunto da obra de seu autor, laureado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1982; entretanto, o cenário da cidade já estava e consolidado em diversas outras obras anteriores, como em seu primeiro romance, referenciado na epígrafe deste capítulo.

de Goiânia permite superar uma literatura preexistente, dispersa no cotidiano, mas que desfigurou tanto a cidade a ponto de não mais representá-la.

A primeira reflexão sobre esta compreensão literária, incide em uma analogia entre Macondo, de Marquez e a ‘cidade planejada’ do oeste brasileiro, uma observação que possui raízes nas representações do cotidiano goiano. A avalanche, promovida pela Marcha para o Oeste, carregou consigo um considerável número de indivíduos e, com eles, as suas formas de compreender e agir no mundo; nesse movimento incluía-se os utópicos que, através das relações de poder estabelecidas, conseguiram promover a construção de um imaginário com poucos pontos de ligação com a vida prática, muitos deles adulterados pela conveniência de seus projetos. O mau uso de dados estatísticos para camuflar a maioria pobre da cidade é um exemplo de como a relação do real com o imaginário pode ser danosa ao bem coletivo.

Os campineiros receberam a avalanche da marcha, ansiaram por ela, a desejaram e, gradativamente, se tornaram a minoria diante de tantos investidores, especialistas da ciência e da política regional, além dos estrangeiros e estrangeirismos, supostamente conhecedores de uma forma mais adequada para se viver, mesmo no sertão brasileiro; contudo, se tornaram minoria diante da multidão de ‘indesejáveis’ que eram necessários para realizar, sem que soubessem, uma utopia soberba e desmedida. Aquela avalanche assentou-se nos arredores do povoado de Campinas, ‘ganhou unidade e solidez’, ‘sofreu o processo natural de fermentação’ no clima quente e seco da região, ‘incorporou-se aos germes da terra’, estabelecendo práticas e costumes próprios e, logo, os campineiros se tornaram goianienses. A marcha chegou na cidade e ali se estabeleceu, trazendo consigo os olhares atentos da nação que fez do Oeste geográfico o seu norte ideológico.

Na planície campineira, com o passar do tempo, constituíram-se duas cidades; no imaginário coletivo pairava sobre a massa urbana uma cidade repleta de riquezas e esperança, desfeita cotidianamente com o despertar de outra cidade, a da realidade. O Oeste mudou, foi ‘ocupado’ e sua transformação parecia tão legítima que, no primeiro momento, pouco se pensou a respeito, apenas registrou os acontecidos na forma de memorialismos, um suposto processo natural de apropriação do lugar, como se nunca tivesse pertencido a ninguém. As terras apropriadas foram fragmentadas, até que cada pedaço daquele chão se tornasse mera moeda de troca para a minoria abastada ou o lar sonhado para a população de ‘indesejáveis’.

A outra forma de refletir a experiência consiste na literatura da ‘cidade planejada’ em Goiânia, constituída na narrativa publicitária que promovia a cidade em nível nacional. Tendo

em vista que, como vimos, o planejamento da cidade figurou no discurso mercadológico, enquanto a execução dos planos ocorreu de forma limitada e/ou adaptada em uma realidade incongruente. Esta ‘literatura’ representa a dinâmica indutiva e intencionada de produzir efeitos práticos, os pareceres de Janssen indicam a forma como o planejamento torna-se inverossímil quando comparado com sua execução. Todavia, os agentes atuantes no mercado imobiliário, quase sempre, não se dispõem a expor esta diferença entre o projeto e a obra final, perpetuando um expediente favorável aos seus negócios.

O ato de adquirir um imóvel na capital goiana, ainda que atualmente, traz em si a promessa de valorização, assim como já estava presente no discurso dos “vendedores de lotes a prestação” que ofereciam de porta em porta os seus ‘produtos’ na antiga capital, ilustrados no conto de Cora. Devemos reconhecer que a valorização imobiliária, a possibilidade de enriquecimento e o crescimento da cidade foram, e ainda são, possíveis; entretanto, o conjunto oferecido, que inclui o planejamento, o desenvolvimento urbano adequado e a garantia da qualidade de vida compõem uma expectativa fictícia que só pode ser compreendida de forma literária. A especulação imobiliária não chegou à cidade com a avalanche da Marcha para o Oeste, constituiu-se antes dela e ainda permanece atuante.

Nesse processo narrativo, a ‘literatura no mercado imobiliário goianiense’ indica um contraste notável, pois se apresenta complexa o suficiente para parecer fictícia e, simultaneamente, pretenciosa demais para se adequar à realidade. Esta observação se faz relevante ao perceber que a narrativa da ‘cidade planejada’ apresenta mais uma lógica invertida dentre as diversas contradições da cidade; Cora Coralina foi precisa quando escolheu as contradições para retratar a nova capital goiana.

CONCLUSÃO

Após o ‘esgotamento provisório’ do exercício historiográfico pretendido neste trabalho, chegamos ao ápice de um estudo que permanecerá incompleto. Seria pretencioso supor que em um cento de páginas seria possível esgotar uma coleção de quase dois mil documentos, que permitem reflexões sobre Goiânia em questões históricas, topográficas, urbanísticas, sociais, culturais, dentre outras. A abordagem generalizada sobre Goiânia, através da Coleção Ewald Janssen, incorreu no risco da redundância de excessivos trabalhos acadêmicos sobre esta cidade; porém, as décadas destacadas no recorte não compõem o maior escopo destes trabalhos e a fonte escolhida também não possui, ainda, uma amplitude considerável de análises.

Dentre raras pesquisas, é necessário destacar a obra de Gonçalves (2002) que já havia evidenciado a Coleção antes mesmo que ela estivesse inventariada e estruturada como uma coleção, o que deve ser esclarecido ao leitor que também se interessar por este trabalho, pois na diferenciação das disposições museológicas, antiga e vigente, incidem resultados distintos na forma de referenciar os documentos utilizados. O autor refere-se a “pastas” ou “rolos”, referindo-se a suportes de acondicionamento não mais utilizados, logo, quanto aos interessados em pesquisar a documentação, esses devem buscar as referências aqui apresentadas, por serem atualizadas e estruturadas em números de inventário no modelo tripartite que foram incorporados e passaram a ser permanentes no conjunto de coleções do Museu Antropológico.

Gonçalves pesquisou os documentos do Museu em um nível consideravelmente detalhado, o que constituiu uma obra que desempenhou significativa influência neste trabalho; o termo “desplanejamento da cidade planejada”, cunhado pelo autor, repercutiu diretamente na forma de perceber a capital goiana e, inclusive, no título deste trabalho, ao compreender Goiânia como uma ‘cidade desplanejada’. *Goiânia: uma modernidade possível* é uma obra recomendada não apenas aos interessados em compreender Ewald Janssen, mas a todos que buscarem uma análise da cidade distinta do que já está saturado nos memorialismos, na literatura e até mesmo nos trabalhos acadêmicos. Um dos motivos de sustentar a pesquisa em uma fonte que havia sido bem analisada se deu pelo fato de a própria obra incentivar mais pesquisas no acervo e, principalmente, nas décadas do “desplanejamento”, seguintes ao código de edificações da cidade aprovado em 1947.

A única divergência significativa, entre as reflexões deste trabalho com as de Gonçalves (2002, p.131), deve-se ao argumento do autor de que “não se pode afirmar, entretanto, que

Janssen colocou os interesses imobiliários acima dos interesses da própria cidade”, sendo “apenas um homem que viveu as circunstâncias do seu tempo”. A pesquisa na coleção permitiu concluir neste trabalho que diante da força avassaladora do mercado imobiliário, o topógrafo quando não foi ingênuo, ao menos deixou-se levar pela dinâmica política e cultural do lugar. Não se trata de condenar a busca por enriquecimento ou a devida remuneração de seus trabalhos técnicos, mas de uma reflexão sobre uma massiva atuação dentro da dinâmica mercadológica relacionada aos imóveis, desproporcional ao conhecimento, documentado por ele mesmo, a respeito das origens de celeumas urbanos em Goiânia.

A ingenuidade de Janssen foi propor no começo da década de 1950 uma “moralização” de negócios imobiliários, quando a maior parte dos envolvidos com a cidade e o próprio poder constituído cobiçavam uma exploração indiscriminada deste mercado. O relatório de 1970, o qual reiteramos ter sido a obra-prima do topógrafo, reparava os próprios erros cometidos anteriormente, quando sugeriu a industrialização em local inadequado por não considerar as condições meteorológicas e a “direção dominante dos ventos” na capital goiana; todavia, apesar do texto sugestivo e do cuidadoso estudo meteorológico realizado, simultaneamente aos estudos pela construção do metrô, o relatório também sinalizava ingenuidade. O relatório se faz ingênuo por demonstrar uma delicada sensibilidade humana e preocupação com a massa urbana pauperizada em pleno regime ditatorial e autoritário do governo militar no Brasil; não teria adesão governamental pelo mesmo motivo que, segundo Gonçalves (2002, p.146), o Plano Diretor de Luís Saia não obteve e foi esquecido, devido ao Golpe de 1964.

Na relação do pesquisador com a fonte, em grande medida foi percebida uma tentativa do topógrafo de induzir as reflexões a seu respeito, por acrescentar aos diversos documentos, produzidos ou resguardados através do seu exercício profissional, outros mais que buscavam contextualizar os processos nos quais esteve envolvido. Dessa forma, o procedimento somava, àquele conjunto, algumas perspectivas de seus contemporâneos, sobretudo dos meios jornalísticos. A dificuldade em dissociar a fonte da pesquisa e o indivíduo que a constituiu deve-se ao fato de o próprio topógrafo ter suscitado a composição da Coleção, ora musealizada. Esta afirmação não diz respeito ao processo natural, e recomendável, de arquivamento das nossas vidas institucionais ou mesmo pessoais, mas refere-se a uma ação carregada de intenções ao inserir em meio a documentos técnicos e burocráticos os recortes jornalísticos que ecoam suas percepções ao longo de décadas vividas na cidade.

Não se pode negar que a inclusão dos recortes de jornal na coleção auxiliou a pesquisa significativamente, por formarem um conjunto de elementos investigativos; porém, um

historiador não pode se aproveitar das benesses desse pacote sem sequer relativizar a intencionalidades dessa inserção de documentos. O que se deve levar em conta é que os documentos não foram inseridos sem um propósito, que muitos dos recortes tiveram a origem e a data previamente identificados; como se o arquivista soubesse que chegaria um tempo em que pesquisadores recorreriam àquela massa documental para tentar compreender a cidade. Nesta análise, é importante considerar o Termo de Doação (*in* UFG, 1997) do acervo, de 13 de março de 1997, cuja cláusula terceira estabelece as exigências da doadora, “Lydia Mirjam Janssen, alemã, viúva, enfermeira”, determinando que a UFG, então donatária, se compromettesse, além de zelar pela conservação, a “não desmembrar o Acervo, mantendo-se intacto o bloco de documentos que o formam” e a “dar como finalidade precípua do objeto da presente doação, a pesquisa e consulta da comunidade interessada”.

As matérias de periódicos escolhidas para compor a coleção foram arroladas com uma precisão cirúrgica, pois auxiliam um entendimento, possivelmente pretendido pelo topógrafo, de que muitos dos problemas percebidos na cidade haviam sido alertados por ele quinze ou vinte anos antes, que sua carga de trabalho na cidade não foi oportunista como ele percebia e criticava em outros profissionais de seu tempo e, por fim, que ele não poderia ser responsabilizado pelos problemas urbanos originados no período de sua atuação. Independentemente de qualquer reflexão deste trabalho acerca de suas intenções, isto não significa mesmo culpabilizar o topógrafo sobre os problemas de Goiânia e, dentro do que é possível nesta relativização, esse exame permite apontar como os maiores responsáveis pela deterioração do espaço urbano da cidade os irmãos Coimbra Bueno.

Os irmãos, engenheiros e políticos, foram os primeiros proprietários de extensos terrenos na cidade a projetar e executar grandes empreendimentos sem qualquer preocupação com o planejamento e ignorando a legalidade instituída no primeiro Plano Diretor de Goiânia. A influência de ambos na cidade, através do ‘apadrinhamento’ poderoso do interventor Pedro Ludovico, os levou a uma posição altamente favorável na corrida ambiciosa dos negócios imobiliários. Em síntese, este trabalho afirma, de forma conclusiva, que os irmãos Coimbra Bueno foram os fundadores da ‘cidade desplanejada’; vale rememorar, inclusive, que um destes irmãos, Jerônimo, quando foi governador de Goiás, entre 1947 e 1950, contatou pela indicação de Sonnenberg e convidou Janssen para trabalhar no desenvolvimento urbano de Goiânia.

As dificuldades relatadas por Janssen no começo da década de 1950, quanto ao desrespeito generalizado ao planejamento urbano por parte de proprietários de áreas na cidade que projetavam loteamentos, ilustra como a prática dos irmãos Coimbra Bueno abriu

precedentes da ilegalidade no mercado imobiliário. Uma vez que os aclamados “construtores da cidade”, protegidos pelo suposto ‘herói’ e “fundador” da nova capital podiam atuar desta forma e seguirem impunes em seus ‘delitos urbanísticos’, qualquer outro proprietário de menor expressão recorreria ao risco da clandestinidade pela falta de rigor na gestão da cidade, principalmente após este arranjo da ilegalidade-impunidade tornar-se uma constância na cultura de Goiânia. O efeito da atuação dos irmãos Coimbra Bueno já podia ser claramente visualizado através de aerofotografias em 1955 [Figura 17], destacando “os bairros de traçados retangulares e monótonos” (Ewald Janssen, 1952b) que se distinguiram no desenho da cidade.

Todavia, encontrar culpados pelo problema urbano de Goiânia não figurou um objetivo deste trabalho; se destarte atingimos esta conclusão trata-se de um efeito colateral desprezioso e, muitas vezes, inevitável no exercício historiográfico. Não obstante, concentrar a responsabilidade dos problemas da cidade nos irmãos Coimbra Bueno seria sustentar uma percepção leviana, como apontado no primeiro capítulo, tendo em vista que a conjuntura em que eles atuaram lhes garantiu representatividade e ascensão em cargos políticos, em níveis nacionais inclusive. Nada disso exime os irmãos engenheiros de seus atos, mas indica que, além deles, existem muitos outros culpados pela falência do planejamento urbano de Goiânia. A conjuntura da cidade adquire uma dramaticidade ainda maior, quando o arranjo, acima citado, se converte na lógica da ilegalidade-impunidade-recompensa.

Retomando o objetivo principal deste trabalho, como encaminhamento para encerrar esta jornada, voltemos os nossos olhares para a cidade de Goiânia, ou melhor, para a cidade de Campinas que se tornou um bairro da capital e seu desmesurado mapa em ruínas foi anexado à uma vila bucólica e serena. A epígrafe do primeiro capítulo já ilustrava o objetivo deste trabalho, a imagem de um mapa reproduzido em tamanho real, que se transformou em ruínas. Quantos foram os processos desumanizantes praticados na cidade para realizar esta utopia? Quantos destes processos persistem no cotidiano e na cultura da cidade? Quantas esperanças foram dilaceradas pela promessa de uma existência sublime ou minimamente digna? Quantos se enriqueceram e ainda o fazem se aproveitando da ilusão destas promessas no imaginário dos anônimos na “massa amorfa”? (Ewald Janssen, 1970j, p.1)

Não é uma novidade, é recorrente na bibliografia, está na análise das fontes e, ainda assim, é importante afirmar que a cidade está em ruínas e já se passaram muitas décadas nesta condição, mas nem todos conseguem ou se dispõem a perceber; um breve passeio na suposta ‘cidade planejada’ pode ilustrar muito mais do que é aparente. Shoppings tomam uma via pública e a anexam sem qualquer pudor, ou constroem estacionamentos subterrâneos embaixo

destas vias. Em Goiânia tudo é possível. Recentemente, no Setor Nova Suíça uma pequena praça foi anexada às obras de um poderoso empreendimento residencial particular e a população da cidade seguirá alijada de mais um equipamento urbano, de resto uma característica em todo o Brasil.

Seguindo o passeio pela cidade, nas ruas das partes ‘nobres’, há um intenso movimento de automóveis e acidentes envolvendo motocicletas. O transporte público deficitário induz o cidadão, que precisa se locomover na cidade, à uma lógica que praticamente o obriga a adquirir seu meio de condução; nesta lógica, se ele não possui condições financeiras de comprar um carro, adquire uma moto em número de parcelas a perder de vista, o que de um ponto de vista cultural é basicamente um fetiche.

Saindo da ‘cidade nobre’, encontram-se comunidades nas proximidades de aterros sanitários, pessoas sobrevivendo de uma forma que tornam as obras de Chaul (1988), Bernardes (1998) e Moysés (2001) uma mera ilustração cotidiana e contemporânea da cidade. Todavia, ainda existem pessoas que questionam e procuram um conceito perfeito de ‘favela’ para identificar ou não a existência dessas estruturas na cidade. As desocupações e desapropriações continuaram acontecendo com a marca coercitiva do Estado, mesmo sem as prerrogativas, injustificáveis, do regime militar no país.

Um goianiense nascido na década de 1980, que teve como referência da vida urbana os bairros como o Setor Bueno, a Nova Suíça, o Marista, áreas não pauperizadas do Jardim América e do Parque Amazonas, certamente pertence a uma geração de nostálgicos. Esta geração referenciou a sua própria vida durante a década de 1990, em um país redemocratizado, moeda que se tornou relativamente estável, em uma cidade supostamente ‘verde e agradável’, que diziam conter uma das melhores qualidades de vida do país. Essa geração acredita que Goiânia foi, sem dúvida, uma ‘cidade planejada’ onde sequer existiam favelas. Apesar da falta de originalidade para encerrar este trabalho e que o leitor perdoe os excessos de intervenções reflexivas deste, pois só há uma frase, recortada da autobiografia de García Márquez (2003, p.394), capaz de resumir a cidade para a geração de goianienses dos anos 1980: “até a realidade se engana quando a literatura é ruim”.

FONTES DOCUMENTAIS

Museu Antropológico da UFG - Coleção Ewald Janssen (2018)

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Plano de Urbanização de Goiânia -Sector Oeste - Quadras B e G0; G1* (nº de registro: 2018.03.1347). Goiânia, 1941.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Setor Central – Quadras 70; 74 e 75* (nº de registro: 2018.03.1355). Goiânia, 1944.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Plano de Urbanização de Goiânia - Setor Leste* (nº de registro: 2018.03.1319). Goiânia, 1949.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Anúncio Jardim Goiás* (nº de registro: 2018.03.1094). Goiânia, 1950a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Carta de Indicação* (nº de registro: 2018.03.0024c). Goiânia, 1950b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Ignacy Goldfeld* (nº de registro: 2018.03.0024b). Goiânia, 1950c.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Estudo do Fornecimento de água para Goiânia* (nº de registro: 2018.03.0193). Goiânia, 1951a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Retificação do Setor “Leste”* (nº de registro: 2018.03.0248). Goiânia, 1951b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Retificação do Setor Leste* (nº de registro: 2018.03.1328). Goiânia, 1951c.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Retificação do Setor Leste* (nº de registro: 2018.03.1330). Goiânia, 1951d.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Delimitação dos Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia* (nº de registro: 2018.03.0252). Goiânia, 1952a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *EXPOSIÇÕES SOBRE A URBANIZAÇÃO DA CIDADE DE GOIÂNIA* (nº de registro: 2018.03.0247). Goiânia, 1952b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Plano de Urbanização de Goiânia Capital do Estado de Goiás* (nº de registro: 2018.03.0261). Goiânia, 1952c.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Vista aérea do Setor Campinas* (nº de registro: 2018.03.0169). Goiânia, 1953.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Novo “Plano Diretor” da Cidade de Goiânia* (nº de registro: 2018.03.0249). Goiânia, 1954.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Vista aérea de terreno em Goiânia* (nº de registro: 2018.03.1087a). Goiânia, 1955a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Vista aérea de terreno em Goiânia* (nº de registro: 2018.03.1087b). Goiânia, 1955b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Confecção do Plano Diretor da Cidade de Luziânia* (nº de registro: 2018.03.0470). Goiânia, 1956.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recibo de Loteamento – Setor Pedro Ludovico* (nº de registro: 2018.03.0093). Goiânia, 1957a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recibo de Plantas* (nº de registro: 2018.03.0114). Goiânia, 1957b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Pagamento por serviços feitos - Luziânia* (nº de registro: 2018.03.0114). Goiânia, 1958

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Relatório Discriminativo Av. do Contorno Norte* (nº de registro: 2018.03.0246). Goiânia, 1959.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Carta de Janssen ao prefeito de Luziânia* (nº de registro: 2018.03.0465). Goiânia, 1961.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Municípios do Estado de Goiás* (nº de registro: 2018.03.1121). Goiânia, 1963.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de Jornal – Cidade Industrial* (nº de registro: 2018.03.0322). Goiânia, 1965a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de Jornal – Localização da Cidade Industrial* (nº de registro: 2018.03.0326). Goiânia, 1965b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Jornal Cinco de Março* (nº de registro: 2018.03.0321). Goiânia, 1966a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Orçamento - Jardim Petrópolis* (nº de registro: 2018.03.0678). Goiânia, 1966b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de Jornal – Ante-projeto da cidade industrial* (nº de registro: 2018.03.0325). Goiânia, 1966c.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de Jornal – Bosque dos Buritis* (nº de registro: 2018.03.0323). Goiânia, 1966d.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de jornal – Decreto da criação da Cidade Industrial de Goiânia* (nº de registro: 2018.03.0333). Goiânia, 1966e.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de jornal – Grupo de Trabalho da Cidade Industrial realizou o que foi possível em seis meses* (nº de registro: 2018.03.0334). Goiânia, 1966f.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Planta de Situação do Parque do Bosque Botafogo* (nº de registro: 2018.03.1203). Goiânia, 1967a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Proposta de Honorários contra prestação de serviços* (nº de registro: 2018.03.0592). Goiânia, 1967b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Perfil*

Longitudinal do Eixo dos Trilhos da Estrada de Ferro (nº de registro: 2018.03.1204). Goiânia, 1968a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recibo – Imobiliária Faiçal Ltda* (nº de registro: 2018.03.0673). Goiânia, 1968b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Jornal Cinco de Março – Plano de Desenvolvimento Integrado* (nº de registro: 2018.03.0328). Goiânia, 1969.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Carta de Ewald Janssen a Lothar Selz* (nº de registro: 2018.03.0348). Goiânia, 1970a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Carta de Lothar Selz a Ewald Janssen* (nº de registro: 2018.03.0350). Goiânia, 1970b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Correspondência entre Lothar Selz e CODEG* (nº de registro: 2018.03.0367). Goiânia, 1970c.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Correspondência entre Lothar Selz e Ewald Janssen* (nº de registro: 2018.03.0362). Goiânia, 1970d.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Correspondência entre Lothar Selz e Ewald Janssen* (nº de registro: 2018.03.0366). Goiânia, 1970e.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Correspondência entre Lothar Selz e Odon Nascimento* (nº de registro: 2018.03.0361). Goiânia, 1970f.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Correspondência entre Lothar Selz e Odon Nascimento* (nº de registro: 2018.03.0363). Goiânia, 1970g.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Metrô em Goiânia* (nº de registro: 2018.03.0242). Goiânia, 1970h.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Orçamento para Execução de Serviços* (nº de registro: 2018.03.0355). Goiânia, 1970i.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Plano de Desenvolvimento Urbanístico de Goiânia* (nº de registro: 2018.03.0274). Goiânia, 1970j.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Procuração CODEG à Ewald Janssen e Lothar Selz* (nº de registro: 2018.03.0352). Goiânia, 1970k.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de jornal – Elaboração do Plano de Industrialização* (nº de registro: 2018.03.0331). Goiânia, 1970l.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Situação do Cadastro Técnico* (nº de registro: 2018.03.0243). Goiânia, 1970m.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Sugestão para Estruturação Linear e Funcional do Metrô de Goiânia* (nº de registro: 2018.03.0358). Goiânia, 1970n.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de jornal – Goiânia próxima do Suicídio Urbanístico* (nº de registro: 2018.03.0329). Goiânia, 1977.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Cópia do Diário Oficial do Estado de Goiás* (nº de registro: 2018.03.0287). Goiânia, 1979a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Cópia do Diário Oficial do Estado de Goiás* (nº de registro: 2018.03.0288). Goiânia, 1979b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *A explosão Urbana; Iris – A Utopia Traída* (nº de registro: 2018.03.0316). Goiânia, 1980.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de Jornal - Mudança na lei do solo urbano* (nº de registro: 2018.03.0314). Goiânia, 1983.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Carta de Ewald Janssen ao Dr. Eurico Calixto de Godoi* (nº de registro: 2018.03.0101). Goiânia, [s.d.]a.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Delimitação dos*

Perímetros Urbanos e das Cidades Satélites da Cidade de Goiânia (nº de registro: 2018.03.0252). Goiânia, [s.d.]b.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Função Urbanística das Alamedas como faixas verdes – Setor Pedro* (nº de registro: 2018.03.0854). Goiânia, [s.d.]c.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Levantamento Planialtimétrico – Fazenda Caveiras (Jardim Petrópolis)* (nº de registro: 2018.03.0685). Goiânia, [s.d.]d

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Memorial Descritivo Bosque dos Buritis* (nº de registro: 2018.03.0297). Goiânia, [s.d.]e

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Ofício para o Prefeito Venerando Freitas Borges* (nº de registro: 2018.03.0258). Goiânia, [s.d.]f.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Plano de Urbanização de Goiânia – Setor Morais e Jardim Novo Mundo – Vila Romana* (nº de registro: 2018.03.1182). Goiânia, [s.d.]g.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Plano de Urbanização de Goiânia - Setor Pedro Ludovico* (nº de registro: 2018.03.1483). Goiânia, [s.d.]h.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Planta do Sector Sul* (nº de registro: 2018.03.0181). Goiânia, [s.d.]i.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Planta Parcial de Loteamento – Parque Anhanguera Acréscimo* (nº de registro: 2018.03.1058). Goiânia, [s.d.]j.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Proposta de Alteração do Código de Edificações de Goiânia* (nº de registro: 2018.03.0256). Goiânia, [s.d.]k.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de jornal – Discussão a mensagem dos incentivos* (nº de registro: 2018.03.0332). Goiânia, [s.d.]l.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de Jornal – Transmissão de Propriedade* (nº de registro: 2018.03.0324). Goiânia, [s.d.]m.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de jornal – Uso do Solo Goianiense já está Disciplinado* (nº de registro: 2018.03.0330). Goiânia, [s.d.]n.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Recorte de Jornal – Votação do Plano de Desenvolvimento Integrado* (nº de registro: 2018.03.0327). Goiânia, [s.d.]o.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Urbe - Centros Comerciais e Zonas Residenciais* (nº de registro: 2018.03.0340). Goiânia, [s.d.]p.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Urbe – Ciclone Urbano* (nº de registro: 2018.03.0342). Goiânia, [s.d.]q.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Urbe – Zona Industrial e de Reflorestamento* (nº de registro: 2018.03.0343). Goiânia, [s.d.]r.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Vista aérea de terreno* (nº de registro: 2018.03.1085). Goiânia, [s.d.]s.

EWALD JANSSEN, Coleção. UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Museu Antropológico. Reserva Técnica Documental: Coleção Ewald Janssen – 2018. *Vista aérea de terreno em Goiânia* (nº de registro: 2018.03.1089). Goiânia, [s.d.]t.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG). Museu Antropológico: *Termo de doação: Acervo Ewald Janssen*. Goiânia, 1997.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

5 A SECO, Tó Brandileone, Vinícius Calderoni. *Interior*. Intérprete: 5 a Seco, Tó Brandileone. Álbum/CD – Faixa 7 in: 5 A SECO. *Pausa*. São Paulo: INDEPENDENTE: 2019.

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. *Atílio Corrêa Lima: uma trajetória para a modernidade*. 2007. 342 f. Tese (Doutorado – Área de concentração: Projeto de Arquitetura) – FAUUSP, São Paulo, 2007.

ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. *Atílio Corrêa Lima: um urbanista brasileiro (1930-1943)*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Mackenzie, São Paulo, 1996.

ALMEIDA, Daniel Vater de. *Plano Agache: A cidade do Rio de Janeiro como palco do 1º Plano Diretor do país e a consolidação do Urbanismo no Brasil*. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

APPLE INC. *Apple Store: Rio de Machado*. ©2019 Apple Inc. Apple Computer Brasil Ltda, 2019. Disponível em: <<https://apps.apple.com/br/app/rio-de-machado/id923066240>>. Acesso em: 15 Set. 2019.

ARRAIS, Cristiano Alencar. *Mobilidade discursiva: o periodismo político em Goiás*. Goiânia: Editora UFG, 2013.

ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás n' A Matutina Meiapotense (1830-1834)*. 2007. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Goiânia, 2007.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. *Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica nos anos 1930*. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, n. 179, Campinas: 2010.

BERNARDES, Genilda Darc. *Goiânia, Cidade Planejada / Cidade Vivida: Discurso e Cultura Da Modernidade*. 1998. 250 f. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Brasília, 1998.

BORGES, Barsanufio Gomides. *A Estrada de Ferro Goiás: uma análise histórica*. p.81-101. in COELHO, Gustavo Neiva (org.). *Ferrovia: 150 anos de arquitetura e história*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2004.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *História e historiografia das cidades, um percurso*. p.237-258. in FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 7. ed., São Paulo: Contexto, 2014.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 2. ed., rev. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BRESCIANI, Maria Stella. *Projetos políticos nas interpretações do Brasil da primeira metade do século XX*. Revista de História – edição especial (2010), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

CAMPOS, Itami. *Mudança da Capital: Uma Estratégia de Poder*. p.169-184. in BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. *Construções de Goiânia*. p.153-167. in BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

CERASOLI, Josianne Francia. *A Grande Cruzada: os engenheiros e as engenharias de poder na Primeira República*. 1998. 256 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHAUL, Nasr N. Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da capital*. Goiânia, Centro Editorial e Gráfico da UFG (Coleção Documentos Goianos, 17), 1988.

CHIAMPI, Irlemar. *O realismo maravilhoso; forma e ideologia no romance hispanoamericano*. São Paulo: Perspectiva – Coleção Debates, 1980.

COELHO, George Leonardo Seabra. *Marcha para o Oeste: entre a teoria e a prática*. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010.

CONINCK, José Osvaldo. *A idéia de subdesenvolvimento em Prebisch*. 2000. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Florianópolis, 2000.

CORALINA, Cora. *Vintém de cobre: meias confissões de Aninha / Cora Coralina*. 10ª ed. – São Paulo: Global, 2012.

CORDEIRO, Narcisa Abreu e FERREIRA, Rogério Arédio. *Alameda dos Buritis. Goiânia: Goiás – moradores pioneiros – décadas de 1940 e 1950 / Narcisa Abreu Cordeiro, Rogério Arédio Ferreira*. – Goiânia: Kelps, 2017.

CORDEIRO, Narcisa Abreu. *Goiânia – Evoluções do Plano Urbanístico*. Goiânia: 1989.

COSTA, Castro. *Goiânia, A Metrópole do Oeste / Castro Costa* – Goiânia: Prefeitura Municipal, Assessoria Especial de Cultura. Gráfica e Editora Líder Ltda. 1985.

DINIZ, Anamaria. *Goiânia de Attilio Corrêa Lima (1932-1935). Ideal estético e realidade política*. 2007. Dissertação de Mestrado - Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, Brasília, 2007

FERRARI, Camila; NEGRELOS, Eulália Portela. *Estado e planejamento na América Latina: origens do desenvolvimentismo no Brasil*. URBANA: Revista Eletrônica Do Centro Interdisciplinar De Estudos Sobre a Cidade, 8(3), 111-132. Campinas, 2016.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil*. Revista Pesquisa e Debate (p.225-256). São Paulo, PUCSP, 15(2), 2004.

FONTANA, Felipe. *O diagnóstico sobre o Brasil: Oliveira Vianna e a sua primeira grande contribuição à Ciência Política Brasileira*. Florestan, n. 1, p.116, 2014.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *La hojarazca*. 7ª ed. – Buenos Aires: Debolsillo, 2008.

GARCÍA MÁRQUEZ, Gabriel. *Viver para contar / Gabriel García Márquez*; tradução de Eric Nepomuceno. – Rio de Janeiro: Record, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *Novas Elites Burocráticas*. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1994.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *Goiânia: uma modernidade possível*. Brasília: Ministério da Integração Nacional: Universidade Federal de Goiás (Coleção Centro-Oeste de Estudos e Pesquisas), 2002.

GOOGLE EARTH PRO. *Google Earth versão 7.3.2*. ©2019 Google, 05 Mar. 2019. Disponível em: <<https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

GOVERNO DO BRASIL. *ANA – Agência Nacional de Águas – João Leite - Goiânia/GO*. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.ana.gov.br/programas-e-projetos/programa-produtor-de-agua/pasta-projetos/joao-leite>> Acesso em: 03 ago. 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS. *Secretaria do Estado de Gestão e Planejamento – Criação dos Municípios*. © 2018 - 2019 Segplan, 17 jun. Goiânia, 2019. Disponível em: <<http://www.casacivil.go.gov.br/sobre-goias/criacao-dos-municipios.html>> Acesso em: 03 ago. 2019.

GRAEFF, Edgar Albuquerque. *Goiânia: 50 anos*. Brasília: MEC-SESU, 1985.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do séc.XX: populacionais, sociais, políticas e culturais*. © 2019 IBGE. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://seculoxx.ibge.gov.br/populacionais-sociais-politicas-e-culturais/busca-por-temas/populacao>> Acesso em: 03 Ago. 2019.

JACOBS, Jane. *Morte e Vida de Grandes Cidades*. -3ª ed.- São Paulo: Editora WMF Martins Fontes (Coleção cidades), 2011.

KINGSTON, Jorge. *A Lei do Inquilinato: Um caso de patologia econômica*. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo: Revista Brasileira de Economia, 1960.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira. *O desencanto do Oeste: memória e identidade social no médio Araguaia / Manuel Ferreira Lima Filho*. – Goiânia: Ed. da UCG, 2001.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida [orgs.]. *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cânone Editorial, Ed. UCG, 2007.

MARTINS, Tattiussa. *Entre a cidade sonhada e a cidade real*. p.141-149. in LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida [orgs.]. *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cânone Editorial, Ed. UCG, 2007.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Bricoleur e Sonhador: personagens das desconexões entre urbanismo e urbanização em Goiânia*. XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social. Natal, 2013a.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Goiânia Metrópole: sonho, vigília e despertar*. 2010. 324 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História, Goiânia, 2010.

MEDEIROS, Wilton de Araújo. *Jeronimo Coimbra Bueno – apontamentos iniciais sobre uma trajetória profissional*. p.109-128. in Urbana, V.5, nº 7, out.2013 – Dossiê: Urbanistas e Urbanismo: a escrita da história como campo de investigação – CIEC/UNICAMP. Campinas, 2013b.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. *A Modernidade Republicana*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, v. 13, n. 26, p. 15-31, 2009.

MENDONÇA, Jales Guedes Coelho. *A Invenção de Goiânia: o outro lado da mudança*. Goiânia: Editora Vieira, 2013.

MOYSÉS, Aristides. *A Produção de Territórios Segregados na Região Noroeste de Goiânia: uma leitura sócio-política*. II Encontro "Democracia, Igualdade e Qualidade de Vida. O desafio para as cidades no século XXI". Belém. 2001.

MORAIS, Fernando. *Corações Sujos / Fernando Moraes*. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MUSEU ANTROPOLÓGICO DA UFG. *Museu Antropológico presta homenagem à Irmhild Wüst*. Goiânia, 04 dez. 2018. Disponível em: <<https://museu.ufg.br/n/112255-museu-antropologico-presta-homenagem-a-irmhild-wust>>. Acesso em: 09 Ago. 2019.

NETO, Lira. *Getúlio: dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930) / Lira Neto*. – 1ª. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PELÁ, Márcia Cristina Hizim. *Uma nova (des)ordem nas cidades: o movimento dos sujeitos não desejados na ocupação dos espaços urbanos das capitais do cerrado - Goiânia, Brasília e Palmas*. 2014 [Tese de Doutorado]. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades Imaginárias: Literatura, História e Sensibilidades*. In: Revista de História e Estudos Culturais, vol. 6, nº 1, jan. – mar.; 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias*. In: Revista Brasileira de História – Órgão Oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH, vol. 27, nº 53, jan. – jun.; 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições Universais – espetáculos da modernidade do século XIX*. Estudos Urbanos, Série Arte e Vida Urbana. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. 2ª edição. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFGRS, 2002.

PESSOA, Fernando. *Poemas completos de Alberto Caeiro / Fernando Pessoa* – São Paulo: Hedra, 2006.

RICOEUR, Paul. *Arquitectura y narratividad*. "Arquitectonics: Mind, Land & Society", Gener 2003, núm. 3, p.9-29. Universitat Politècnica de Catalunya: Barcelona, 2003.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento / Paul Ricoeur*. – tradução: Alain François [et al.]. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SABINO JUNIOR, Oscar. (Org.). *Goiânia documentada*. São Paulo: Edigraf, 1960.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (Org.). *Cidades capitais do século XIX: racionalidade, cosmopolitismo e transferência de modelos*. São Paulo: Edusp, 2001.

SANTORO, Ana Cristina de M. e MARTINS, Dilamar Candida. *Topos: espaços de Ewald Janssen*. Goiânia: CIAR, 2018.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo, Cia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra*. Tradução: Marcos Aarão Reis. 5ª ed. Rio de Janeiro, Record, 2008.

SILVA, Ciro Augusto de Oliveira e. *Primeiros traços e formas urbanas de Goiânia*. p.91-108. in LIMA FILHO, Manuel Ferreira; MACHADO, Laís Aparecida [orgs.]. *Formas e tempos da cidade*. Goiânia: Cànone Editorial, Ed. UCG, 2007.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *Progresso e Sertão Goiano: a Espera*. p.129-152. in BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

SILVA, Sandro Dutra e. *Encontros e desencontros no Oeste: Reflexões teóricas sobre as demarcações simbólicas das comunidades ribeirinhas do Rio das Almas em Goiás, nas décadas de 1940 a 1950*. História Revista, v.14 n.2. Goiânia, 2010.

SOLDAN, Marcello. *Centralidades e periferias na metrópole goianiense: contextos de segregação socioespacial e impasses da política urbana brasileira*. IV Simpósio Internacional de Ciências Sociais. UFG: Goiânia, 2015.

SOUZA, Candice Vidal. *Batismo Cultural de Goiânia: um Ritual da Nacionalidade em Tempos de Marcha para Oeste*. p.71-102. in BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). *Goiânia: cidade pensada*. Goiânia: Ed. da UFG, 2002.

TRINDADE, Dirceu Lima da. *O bairro / Dirceu Lima da Trindade*. – Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2018.

VARGAS, Getúlio. *31 de dezembro de 1937 - No limiar do ano de 1938 - saudação aos brasileiros, pronunciada no Palácio da Guanabara e irradiada para todo o país, à meia noite*. Biblioteca da Presidência da República. Coordenação Geral de Documentação e Informação.

Brasília, 2018. Disponível em: < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1937/08.pdf/view>>. Acesso em: 05 Dez. 2018.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil / Oliveira Vianna*. (Edições do Senado Federal; v.27). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005.

VIEIRA, Maria do Pilar Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Aun. *A pesquisa em história*. 3ª edição. São Paulo: Ática, 1995.

VIEIRA, Suzane de Alencar. *O drama azul: narrativas sobre o sofrimento das vítimas do evento radiológico do Césio-137*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP: 2010.